

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

JOSÉ MÁGNO DE SOUSA VIEIRA

**CIDADE *ENTRE* RIOS, CIDADE *INTER* PONTES: O DISCURSO SOBRE AS
FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS DE TERESINA**

CÁCERES-MT

2022

JOSÉ MÁGNO DE SOUSA VIEIRA

**CIDADE *ENTRE* RIOS, CIDADE *INTER* PONTES: O DISCURSO SOBRE AS
FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS DE TERESINA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística, sob a orientação da professora Dra. Ana Luíza Artiaga Rodrigues da Motta.

CÁCERES-MT

2022

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

V657c VIEIRA, José Mágn0 de Sousa.
Cidade entre Rios, Cidade inter Pontes: O Discurso Sobre as
Formações Imaginárias de Teresina / José Mágn0 de Sousa
Vieira – Cáceres, 2022.
180 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso
de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado) Linguística,
Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres,
Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.
Orientador: Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta

1. Análise de Discurso. 2. Cidade. 3. Memória Discursiva. 4.
Formações Imaginárias. 5. Rios e Pontes. I. José Mágn0 de Sousa
Vieira. II. Cidade entre Rios, Cidade inter Pontes: O Discurso
Sobre as Formações Imaginárias de Teresina.
CDU 81'42

JOSÉ MÁGNO DE SOUSA VIEIRA

**CIDADE *ENTRE* RIOS, CIDADE *INTER* PONTES: O DISCURSO SOBRE AS
FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS DE TERESINA**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Luíza Artiaga Rodrigues da Motta

Orientadora – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Olímpia Maluf-Souza

Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Sílvia Regina Nunes

Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann

Avaliadora Externa – PPGL/UFAL

Profa. Dra. Maraisa Lopes

Avaliadora Externa – PPGL/UFPI

Sandra Raquel de Almeida Cabral Hayashida

Suplente – UNEMAT

APROVADA EM: 07/02/2022

DEDICATÓRIA

*À Magnólia Reute de Sousa, minha mãe, minha força, meu afago.
A Antônio Francisco de Almeida, in memoriam, Seu França, nosso França, pai emprestado.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Magnólia Reute de Sousa. Entre nossas conversas, aquela sobre o fato de seu pai, ferreiro de profissão, ter participado da construção da ponte Metálica, parece ter ecoado, adormecido e agora se discursivizado em minha escrita. Meu maior tesouro, meu maior norteio, meu maior amor.

Às minhas irmãs Josélia, Josaine e Juliane. Sou, de fato, bendito entre as mulheres. Cada uma de vocês é parte constitutiva do que me torno.

Às minhas sobrinhas Deborah, Marjorie, Mikaelly, Stephany e Amanda. Ver cada uma crescendo e se fazendo em força na Casa das Nove Mulheres sempre foi uma decantação.

Aos meus sobrinhos Lucas, Yuri, João e Benjamim. Pitocos de gente. Que vocês sejam forjados tendo consciência de que o norte da casa de vocês tende a ser o delas.

À tia Ducarmo. Uma grande torcedora das minhas chegadas. Sempre presente nos meus percursos.

À minha Jolie, Lannoca, Lanna, meu amor. Pelo enlace que nos uniu lá atrás e nos faz traçar sempre novos planos. Pela risada mais visceral que existe. Pela intensidade e por ser ímpar, sem correlato. Ganhei na loteria e sei disso.

À família Almeida: Samya e dona Alice. Pelo cuidado, preocupação e aconchego desse segundo lar que estende minha casa e minha família.

Ao Seu França que planejava presenciar essa defesa. Sua ausência física força a dizer de um (des)governo desastroso e genocida que o tirou de nós e estremeceu entre muitas, as estruturas desta tese. Seu apoio atravessa meu percurso. O senhor continuará significando em memória.

Aos amigos dos liames piauienses Amanda e Hércerson, Denise e Herbert, Marise e Thiago com quem já trilho há muito tempo um caminho de diálogo, cumplicidade e apoio. Vocês não têm preço. No entremeio – entre Piauí, Maranhão e Mato Grosso – está Isael, um amigo que não sei onde inserir geograficamente, com quem partilhei parte da morada cacerense.

Ao NEPAD, núcleo de pesquisa ao qual me vinculo desde o mestrado, onde posso emanar minhas questões discursivas para além do “mundo semanticamente normal”.

À professora Ana Luíza Artiaga com quem eu aprendi a ler a cidade pelo discurso e a deparar com o instável do urbano. Sua paciência e zelo, bem como o cuidado dos reordenamentos desta pesquisa foram fundantes. Obrigado pela confiança e por acreditar nesta investida.

Aos amigos que o Mato Grosso me possibilitou conhecer: Neures e Edineth, Jéssica e Cleiton, Wellinton e Iza. Vocês são uma aquisição que levarei para a vida. Vocês são “uma relação de nunca acabar”.

Aos professores do PPGL Joelma, Elizangela, Welington, Eliana e Eduardo. As disciplinas ministradas por vocês me oportunizaram acesso a uma cultura disciplinar distinta das minhas vivências anteriores; o que enriqueceu muito meus interesses linguísticos.

À professora Neuza pela orientação da qualificação fora de área. O olhar semântico sobre os nomes das cidades apontou para a questão discursiva dos sentidos de Teresina.

Às professoras Olímpia e Sílvia com as quais dialoguei em disciplinas densas e de quem agora recebo a leitura atenta e aguda que contribuiu de modo ímpar para minha pesquisa.

Às professoras Débora e Maraisa. As leituras de vocês apontam para lugares que eu, afetado pelo meu objeto de discurso, me furtei de notar.

À crença em uma força maior que O livro, que não permite pensar na possibilidade de trilhar as veredas sozinho, que conspira a meu favor. O ocidente o chama de Deus. Creio nesta força, como em Spinoza. Ela acontece em mim no desenlace dos nós das manipulações.

À CAPES pela bolsa concedida que facilitou a realização desta pesquisa.

Ao PPGL/UNEMAT – Cáceres pela força que demonstra no fazer Linguístico, por se inserir com pujança nas ciências da linguagem, oportunizando o desenvolvimento desta pesquisa.

À UNEMAT pela oportunidade de um vínculo entre este piauiense e o Mato Grosso a partir da pesquisa em Linguística.

A todos o meu muito obrigado!

EPÍGRAFE

*Pensamos como a cidade é posta em sentidos e,
por outro lado,
procuramos compreender
como a linguagem se espacializa na cidade,
que formas toma ela...*

Cidade dos sentidos. Orlandi, 2014.

*Teresina:
ausência
de uma presença...
presença
da mesma ausência...
sempre viva.
só saudade... só distância
só vontade.
... e um ardor medonho no peito*

Definição. Torquato Neto. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1962.

*A questão da imagem encontra assim
a análise de discurso por um outro viés:
não mais a imagem legível na transparência,
porque um discurso a atravessa e a constitui,
mas a imagem opaca e muda, que quer dizer,
aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura
(ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições).*

Papel da Memória. Pêcheux, 2015.

RESUMO

Este estudo é inscrito na linha de pesquisa Estudo de Processos Discursivos da área de concentração Estudo de Processos Linguísticos do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). A pesquisa incide sobre a cidade através do discurso e se fundamenta nos postulados teóricos cunhados na França, por Michel Pêcheux e desenvolvidos por Eni Orlandi no Brasil. Para tanto, tem-se como premissa compreender, à luz da teoria da Análise de Discurso, a relação que se constitui entre sujeito, cidade e memória pelo simbólico. A proposta é a de examinar, o funcionamento do discurso de fundação da cidade de Teresina, compreender o processo de ocupação da terra no Piauí bem como discutir, no contemporâneo, os modos de projeção imaginária da cidade de Teresina significada pelos discursos sobre os rios Parnaíba/ponte Metálica João Luís Ferreira e rio Poti/ponte Estaiada Mestre Isidoro França. Toma-se este encontro entre a atualidade e uma memória que constitui, pelo discurso, um gesto de leitura e interpretação enquanto eixo analítico do acontecimento discursivo. A análise se debruça sobre um *corpus* heterogêneo constituído de cartas, mapas, plantas, relatos historiográficos, fotografias, cartões-postais, documentos, ofícios e leis, dentre outras materialidades discursivas recortadas com o intuito de refletir sobre o gesto de leitura, da repetição e circulação das formações imaginárias que se significam no discurso sobre Teresina. Para tanto, mobilizam-se conceitos como discurso, condições de produção, memória discursiva, formação imaginária, identificação, contra-identificação e desidentificação, dentre outros, que pelo dispositivo teórico-metodológico-analítico compreende a língua, como a base dos processos discursivos em se inscrevem as formações ideológicas, neste caso, o discurso sobre a imagem da cidade de Teresina. Imagem que se formula a partir de um acontecimento de linguagem sobre a cidade e suas pontes como espaço de significação, de divisão de sentidos na cidade. O acontecimento discursivo traz pelo discurso verbal e de imagens, as formações imaginárias sobre a cidade representadas pelas pontes. O modo de espacialização urbana que se configura pelos discursos, fotografias, cartas e decretos, dentre outros configura um dizer sobre a cidade no espaço urbano teresinense. A tese que se defende é a de que: a) este deslocamento é afetado por relações de força e relações de poder que funcionam no espaço urbano a partir de uma orientação dada pelo político que formula e reformula a imagem de cidade. b) O processo discursivo de formulação da imagem de cidade materializa discursivamente a história trazendo à tona também o simbólico sobre a cidade de Teresina e faz reverberar, no discurso cidadão, uma atualidade que se impõe sobre uma memória cidadina. Pretende-se, desse modo, compreender, pelo funcionamento da linguagem, o deslocamento das formações imaginárias ‘canônicas’ da cidade – do cartão-postal Ponte Metálica para o cartão-postal Ponte Estaiada – em distintas condições de produção do discurso. A partir das análises foi possível compreender os sentidos da imagem de cidade pelo acontecimento discursivo que diz sobre o deslocamento de um discurso de representação de formação imaginária de uma memória sobre a ponte Metálica para a atualidade da ponte Estaiada. Isto é, os pré-construídos e as formações imaginárias formulam, pelo discurso, a imagem de cidade significada como ponte em um processo de repetição que faz funcionar a memória da imagem de cidade na relação entre o espaço urbano e os rios Parnaíba e Poti. As formações imaginárias da imagem de cidade de Teresina como ponte instauram a contradição por distintas formações discursivas, nas quais a cidade, pelas pontes, se divide entre o moderno e o velho. A ordem da cidade aponta para o lugar da tensão do urbano que se espacializa entre os rios e para além destes.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso; Cidade; Memória discursiva; Formações imaginárias; Rios e Pontes.

ABSTRACT

CITY BETWEEN RIVERS, CITY INTER BRIDGES: THE DISCOURSE ABOUT TERESINA'S IMAGINARY FORMATIONS

This study is part of the research line Study of Discursive Processes from the concentration area Study of Linguistic Processes of the Postgraduate Program in Linguistics of the State University of Mato Grosso (PPGL/UNEMAT). The research understands the city by the discourse and it is based on theoretical postulates coined in France by Michel Pêcheux and developed by Eni Orlandi, in Brazil. The interest is to understand, based on Discourse Analysis, the relationship that is constituted between subject, city and memory through the symbolic. The proposal examines the functioning of the foundation discourse of the city of Teresina to understand the process of land occupation in Piauí, as well as discuss how the ways the imaginary projection of the city of Teresina mean nowadays from the discourses on the rivers Parnaíba/Bridge Metálica João Luís Ferreira and River Poti/Bridge Estaiada Mestre Isidoro França. This meeting between the present and a memory constitutes, through discourse, a reading and interpreting gesture as an analytical axis of the discursive event. The analysis is carried out by using a heterogeneous corpus made up of letters, maps, plans, historiographical reports, photographs, postcards, documents, crafts, laws and other discursive materialities clipped to develop the reading gesture of repetition and circulation of imaginary formations in the discourse about Teresina. The research works with the concepts of discourse, production conditions, discursive memory, imaginary formation, identification, counter-identification and dis-identification, among others. The theoretical-methodological-analytical device understands the language as the basis of the discursive processes in which the ideological formations are inscribed, in this case, the discourse on the image of the city of Teresina. This image is formulated from a language event about the city and its bridges as a space of meaning, of division of meanings in the urban. The discursive event brings, through the verbal and imagetic discourse, the imaginary formations about the city represented by the bridges that update the city image. The urban spatialization mode configured in the discourses of photographs, letters and decrees, among others, produces a way of saying about the city in Teresina's urban space. The thesis defended is based on two prerogatives: A) this displacement is affected by force and power relations that function in the urban space from an orientation given by the political which formulates and reformulates the image of the city; B) The discursive process of formulating the city's image discursively materializes the history and brings with it the symbolic about the city of Teresina. this double movement makes an actuality reverberate in the urban discourse that imposes itself on a city memory. It is intended to understand, in the functioning of language, the displacement of the 'canonical' imaginary formations of the city - from the Metálica Bridge postcard to the Estaiada Bridge postcard - in different conditions of speech production. As a result, the research made it possible to understand the meanings of the city image as a bridge in the analysis of the materiality of the discursive event. This event speaks of the displacement of a discourse of representation of the displaced image from a memory about the Metálica Bridge to the actuality of the Estaiada Bridge. the pre-constructed and the imaginary formations formulate the image of the city as a bridge in a repetition that makes the memory of the city image work in the relationship between the urban and the Parnaíba and Poti rivers. The analysis of the imaginary formations of the image of the city of Teresina as a bridge makes it possible to understand, from the way in which Discourse Analysis understands the city, the contradiction in which the city is interconnected by bridges and also divided between the modern and the old parts. The order

of the city points to the place of urban tension that is spatialized between the rivers and beyond. The bridges that should, through the organization, take the place of connection, work imagetically, through the symbolic, as a separation in the naturalization of a sense that is linked to the modern as a correlate of beauty and the representation of the city in the imaginary formations of the city image, what is established by discourse about the Estaiada Bridge.

KEYWORDS: Discourse Analysis; City; Discursive memory; Imaginary formations; Rivers and Bridges.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bandeiras dos séculos XVII e XVIII	41
Figura 2 - Documento discursivizando o espaço piauiense.....	51
Figura 3 - Largo do Amparo, em 1910, atual Praça Marechal Deodoro da Fonseca.....	75
Figura 4 - Praça Marechal Deodoro da Fonseca (antigo largo do Amparo – conhecida como praça da bandeira), em 2018.....	76
Figura 5 - Cais do rio Parnaíba, região central de Teresina (1973-1974)	76
Figura 6 - Conjunto urbano de Oeiras, tombado pelo Iphan desde 2012	81
Figura 7 - Rios Parnaíba, Teresina-PI e Itapecuru, Caxias-MA	81
Figura 8 - Distância entre Oeiras e Teresina	82
Figura 9 - Vila do Poti, às margens do rio Poti e Teresina fundada às margens do rio Parnaíba	83
Figura 10 - Enchente no bairro Poti Velho (2019).....	85
Figura 11 - enchente ocorrida em 2022 na zona norte de Teresina	86
Figura 12 - Enchente ocorrida em janeiro de 2022 na zona leste de Teresina.....	87
Figura 13 – Legenda de foto de Caxias discursivizando Teresina.....	92
Figura 14 - Planta original de Teresina (1852).....	101
Figura 15 - mapa da divisão de administrativa de Teresina	103
Figura 16 - casas de taipa e palha e alça da ponte de concreto sobre o rio Poti, zona leste de Teresina, em 1988.....	107
Figura 17 - Ponte de concreto Juscelino Kubitschek, dias atuais.	108
Figura 18 - Pontes Estaiada e Juscelino Kubitschek (JK).....	108
Figura 19 – Região conhecida como Orla do rio Poti e Parque Potycabana. Teresina	111
Figura 20 - Ponte Juscelino Kubitschek, primeira ponte de concreto sobre o rio Poti (s. d.).....	111
Figura 21 - Cajuína. Bebida típica de Teresina.	114
Figura 22 - Cronologia de fatos importantes de Teresina	128
Figura 23 - vista panorâmica de Teresina com a ponte Metálica e o rio Parnaíba ao fundo, década de 1950.	129
Figura 24 - Fotograma de Placa na entrada de Teresina alusiva às configurações da ponte Metálica, 2019.	130
Figura 25 – Fotograma de cartões-postais da ponte Metálica de Teresina.....	133
Figura 26 - Ponte Metálica José Luís Ferreira, sobre o rio Parnaíba (década de 1950).	142
Figura 27 - Ponte Metálica José Luís Ferreira, sobre o rio Parnaíba, dias atuais	142
Figura 28 - Ponte Metálica iluminada. Atribuída ao Ministério do Turismo.	144
Figura 29 - Ponte Metálica refletida no espelho d'água do rio Parnaíba. Atribuída ao Ministério do Turismo.	145
Figura 30 - Ponte de madeira sobre o rio Poti	146
Figura 31 - Ponte de madeira sobre o Poti destruída pela enchente de 1947	146
Figura 32 - Imagem: Ponte Juscelino Kubitschek sobre o rio Poti, final da década de 1950.	147
Figura 33 - Lavadeiras de roupa, Ponte da Tabuleta, às margens do rio Parnaíba, ano de 1977.....	147
Figura 34 - Lavadeiras de roupa, Ponte Metálica, às margens do rio Parnaíba, (s. d.).	148
Figura 35 - Lavadores de carro, margens do rio Parnaíba (2019).....	148
Figura 36 - Lavadores de carro, margens do rio Parnaíba (2017).....	148
Figura 37 - Pescadores no rio Poti. Ponte estaiada ao fundo.	151
Figura 38 - Estrutura da ponte Estaiada em semi-harpa.....	152
Figura 39 - Ponte Estaiada sobre o rio Poti (2021)	155
Figura 40 - Construção dos acessos da Ponte Estaiada, 2010	156
Figura 41 - Ponte Metálica com legenda colocando-a em disputa com a ponte Estaiada.....	157
Figura 42 - Estais de sustentação das pistas de concreto da ponte Estaiada.....	160

Figura 43 - Ponte Estaiada com suas pistas de concreto armado sustentadas por estais.....	161
Figura 44 - Fotograma da mata ciliar do rio Poti.....	162
Figura 45 - Ponte Estaiada com sua iluminação noturna, 2010.....	164

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I:	20
DO CORPUS E DO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO	20
1.1 Operando a teoria na constituição do <i>corpus</i>	29
1.2 Esquecimentos enquanto bases do discurso sobre a imagem.....	31
1.3 Memória, imagem e condições de produção.....	32
CAPÍTULO II:	38
O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO PIAUÍ A PARTIR DO SERTÃO	38
2.1 Os sentidos de descobrimento e colonização do Piauí.....	40
2.2 Discursividades sobre o descobrimento.....	43
2.3 O processo de deslocamento político do Piauí.....	48
2.4 Contraidentificação e identificação no processo de constituição do sujeito piauiense.....	52
2.4.1 O modo de significação do processo de desidentificação do sujeito piauiense.....	57
2.5 De vila de Mocha a cidade de Oeiras: a institucionalização da capitania do Piauí.....	62
2.5.1 O papel da igreja na constituição da capitania do Piauí.....	63
2.5.2 Um dizer sobre os sentidos de vila e de cidade.....	65
CAPÍTULO III:	67
A CIDADE DE TERESINA EM SEUS DESLOCAMENTOS	67
3.1 O modo de compreender a cidade pela teoria.....	68
3.1.1 Dizeres sobre a região entre os rios Poti e Parnaíba.....	73
3.2 Da transferência da capital.....	80
3.3 A cidade nas discursividades sobre os rios Poti e Parnaíba.....	94
3.4 A cidade de Teresina no discurso.....	100
3.4.2 A imagem da cidade vinculada ao rio Poti.....	106
CAPÍTULO IV:	114
O DISCURSO DA IMAGEM DE CIDADE ATRAVESSADO PELO DISCURSO SOBRE AS PONTES	114
4.1 Um dizer sobre os sentidos de ponte e os modos ponte Metálica e Estaiada.....	117
4.2 As pontes metálicas.....	123
4.3 A ponte Metálica de Teresina.....	125
4.4 As pontes estaiadas.....	151
4.5 A ponte Estaiada de Teresina.....	155
4.6 Uma investida pelo deslocamento discursivo da imagem de Teresina: a ponte Estaiada.....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS	175

INTRODUÇÃO

A entrada na compreensão sobre a cidade aos processos linguísticos, pela teoria, me afetou de forma incisiva a partir de diversas textualidades que dão forma material ao urbano. Estas, *a priori*, exteriores às questões discursivas. Os meus interesses pelo arquitetônico, pelo urbanístico e pelo histórico em relação a cidade sempre foram inquietantes. Quando criança eu criava cidades divididas em histórico e moderno no quintal de casa. Cidades que sempre tinham rios e sempre tinham pontes.

Nas saídas da escola com meu grupo de colegas brincávamos nas igrejas do centro, nos prédios históricos abandonados da minha cidade, José de Freitas – cerca de 50 km de Teresina – e inventávamos histórias sobre as edificações, íamos em busca de seus fantasmas. Na adolescência, eu desenhava plantas de cidades, fachadas de prédios, maquetes. Algo latente nessa relação do sujeito com a cidade foi dito lá na infância por minha mãe quando compartilhou que seu pai, ferreiro de profissão, que eu não conheci, tinha participado da construção da ponte Metálica de Teresina. Essa informação ficou adormecida, mas às vezes voltava e tencionava algum sentido que eu deveria aprofundar.

Nos livros de história e geografia as temáticas sobre as cidades incas, maias, astecas, mesopotâmicas, egípcias, da Europa medieval, do Brasil colonial sempre me apontavam para os motivos de existência das cidades piauienses. Interesse que partia dos registros arqueológicos do Parque Nacional de sete cidades¹, ao norte, passava por Oeiras, mais ao sul, tendo como ínterim uma preocupação sobre o fato de estudar desde a educação básica que Teresina fora fundada para ser capital, mas os processos desta fundação se mantinham didaticamente escamoteados pelo efeito de evidência eficaz e, ideologicamente, naturalizado.

De qualquer modo, eu pensava nas relações que se davam em outros espaços e nas versões ou disposições urbanísticas que se deram no Piauí. Se, por exemplo, em São Paulo houve um ciclo do café que se registrou pelo arquitetônico nos palácios da avenida Paulista, em Teresina houve o ciclo da maniçoba que se registrou nos palacetes da avenida Frei Serafim. As elites se instalam em lugares que elas constroem e, engendradas pelo político, também segregam, apartam dividem os espaços urbanos a partir de seus gestos de ocupação pela posse da cidade.

¹ O Parque Nacional de Sete Cidades fica a cerca de 180 km de Teresina e localiza-se em uma zona de transição entre os municípios de Brasileira, Piracuruca e Piripiri, a nordeste do Estado do Piauí. As figuras rupestres e as formações rochosas assemelhadas a construções de cidades, formas humanas e de animais atraem a atenção e dialogam com a antiguidade da ocupação humana no território piauiense.

Além disso, a entrada na escola sempre passava pela canção dos hinos do Brasil e do Piauí. Nesse último, alguns trechos como “[...] as águas do Parnaíba/rio abaixo rio arriba/espalhem pelo sertão [...]” era algo tão naturalizado no imaginário de um estudante colegial piauiense, adestrado desde os anos iniciais na instituição escolar que o “Parnaíba” prescindia do termo “rio”, assim como Teresina prescindia do termo “cidade” para significarem. O mesmo se dava com a mesma música tocada a cada aniversário da capital, a saber: “De manhã eu olho pra Timon/ e sinto o gosto bom do Parnaíba desaguar [...] são dois rios lindos com as águas claras/desse Parnaíba que não volta mais” e com o codinome cidade verde². Enfim, essas repetições que significam a cidade e o Estado como evidentes e escamoteiam a opacidade da língua e da cidade nos efeitos parafrásticos e metonímicos que possibilitam a memória do urbano significando a cidade, circulavam fazendo sentido desde muito tempo.

Na memória saudosa aquela questão de que meu avô havia participado do processo de construção de uma ponte teresinense significava muito, mas eu não sabia como lidar com isso. Até ali, para mim, não havia como pensar, interpretar e compreender a cidade em um lugar de linguagem e de discurso. Para mim, a seara interpretativa da cidade estava em um outro lugar. De alguma forma, minha entrada pelo discurso sobre as formações imaginárias envoltas à imagem de Teresina se deu por meandros que retornaram porque a cidade sempre me afetou, porque eu nunca fui indiferente ao modo como a cidade significa, pela língua, o simbólico.

A depender do que se pretende trazer para reflexão, há muitas formas de justificar um trabalho na área da linguagem. De minha parte, este trabalho, filiado a teoria da Análise de Discurso de linha Francesa, tem um modo distinto de estudar a linguagem, o faz pelo discurso. Uma de minhas questões incide em compreender o modo como, pela língua, a interpretação, o acontecimento discursivo, a memória discursiva, as condições de produção, as formações imaginárias, os pré-construídos, a ideologia, a posição-sujeito, dentre outros conceitos se significam nas/pelas discursividades em que a cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, é significada imagetivamente.

Há nesta proposta uma preocupação entre o que seja imaginar, projetar a cidade e o que seja ver a cidade, ler a cidade pelo discurso que se propaga e pulveriza sua imagem. Nesta questão residem projeções imaginárias entre sujeitos que tomam uma posição a partir da qual uma memória discursiva sobre a cidade se atualiza e desloca sentidos sobre sua imagem. As repetições parafrásticas se demarcam para significar a unidade do sentido, levando a crer que

² O codinome cidade verde foi dado pelo escritor maranhense Coelho Neto em 1899, em virtude de suas muitas ruas e muitas praças do centro serem bastante arborizadas.

tal unidade não se dispersa no processo discursivo que eleva um ponto determinado da cidade como seu representante natural.

A ideologia funciona em sua eficácia e produz o sentido unívoco e constitutivo da imagem de cidade a ser colocado em questão. O sujeito cidadão tem a projeção imaginária da cidade, mas ideologicamente essa imagem de cidade é atravessada por distintos discursos. Nesse entendimento, teoricamente, sentido e sujeito se constituem a partir das condições de produção.

Para investir nesta pesquisa é necessário tratar de questões que corroboram para a compreensão das condições de produção do discurso de que pretendo tratar, pensar o modo de funcionamento da linguagem pela imagem constitutiva da cidade de Teresina. Esse discurso impõe uma discussão a respeito de acontecimentos que, na história, atravessados pelo político, no embate entre relações de força determinadas, fazem a cidade produzir sentidos no espaço.

Dentre distintos acontecimentos há a transferência da capital do Piauí de Oeiras para a Vila Nova do Poti, rebatizada Teresina, ocorrido em 1852. O discurso institucional coloca que politicamente Oeiras, situada no sertão, isolada e sem estradas, longe dos rios (e os rios, nessa conjuntura, são estradas), prejudicava o desenvolvimento do Piauí. Nos liames desse mesmo discurso, economicamente o isolamento geopolítico de Oeiras provocava grande evasão de impostos ao erário piauiense devido ao desenvolvimento da cidade maranhense de Caxias, próxima à então Vila Nova do Poti. Esses elementos justificaram a mudança. Por essa via de sentidos, a transferência da capital significava “[...] colocar a Província do Piauí mais próxima do mundo, uma vez que o novo centro de poder seria fincado às margens do rio Parnaíba, caminhos de águas que banham grande parte do território [...]” (NASCIMENTO, 2011, p.1).

A mudança da capital de Oeiras para a Vila Nova do Poti, futuramente Teresina, faz pensar no que Le Goff (1994, p. 172) compreende como sendo “[...] a tomada de consciência de uma ruptura com o passado [...]” uma vez que Oeiras passa a significar o atraso, o isolamento do qual o Piauí precisava se desvincular para atingir o progresso a partir da ruptura.

Um outro elemento incontornável da compreensão da cidade toca na relação estabelecida entre sua imagem e suas pontes que adentram a discursividade sobre Teresina enquanto detentoras de seu espaço mercadológico, pois se instalam, pelo turismo, como uma imagem vendida, visto que a cidade, que não se aloca no litoral nordestino, teria uma beleza instaurada entre rios para vender.

Há, portanto, na discussão da cidade uma mediação com os rios, pois o lugar cidadão está envolto a esse efeito imaginário: o que faz pensar na questão do rio como efeitos de sentido, rota, saída, lugar de navegação que funcionou como justificativa do argumento da mudança da

capital do Piauí. O Estado, para se utilizar do rio, insere uma cidade às suas margens e gere o capital pela existência da cidade nesse lugar de escoamento mercadológico. Estabelecer a cidade é sedentarizar o Estado, no caso, às margens do rio, uma vez que o Estado é pesado e sua morbidez necessita da dinâmica da cidade e do sujeito para se instaurar.

Nesta pesquisa a cidade será compreendida enquanto linguagem e sentido. Pretendo analisar, sob o arcabouço teórico da Análise de Discurso, como os acontecimentos históricos, a saber: a existência de Oeiras, o deslocamento da capital para Teresina, a construção das Pontes Metálica sobre o rio Parnaíba e Estaiada sobre o rio Poti, reestruturaram em dois momentos distintos os discursos sobre as formações imaginárias da cidade de Teresina.

Assim é possível, pela Análise de Discurso, compreender os modos de funcionamento da linguagem que dizem sobre a cidade de Teresina. Dentre os quais cito os deslocamentos do poder e do capital financeiro. Procuo refletir sobre como os processos constitutivos desta imagem, a partir de suas formações imaginárias, dão legitimidade a essa nova identidade da cidade vinculada à imagem do rio Poti e da Ponte Estaiada.

Para compreender o discurso sobre a imagem de cidade de Teresina como ponte, o percurso traçado nesta tese divide-se em quatro capítulos.

O capítulo I opera conceitos teóricos como a memória discursiva e os esquecimentos nº 1 e nº 2, os quais serão mobilizados na pesquisa, a partir do batimento entre o efeito de descrição e interpretação (PÊCHEUX, 2008) que repercutirão nos demais capítulos. A questão do discurso, da imagem de cidade em sua relação com as pontes Metálica e Estaiada, será o fio condutor da pesquisa a partir de um gesto de interpretação sustentado em noções como as de formações imaginárias e pré-construído. Assim, o referido capítulo tenta, pelo efeito do batimento entre os dispositivos teórico e analítico, dizer sobre as questões de linguagem que sustentam e justificam esta pesquisa no que se refere à interpretação sobre a imagem de Teresina.

O capítulo II trata de um percurso sócio-histórico e analítico sobre o descobrimento, colonização e institucionalização do Piauí, a partir da construção da igreja de Nossa Senhora da Vitória enquanto registro arquitetônico do ‘nascimento’ da capitania do Piauí em sua primeira capital, Oeiras. Para tanto, percorre-se o modo como o discurso sobre a transferência da capital – justificado pelo isolamento de Oeiras – para Teresina foi formulado pelas elites locais em meio aos processos de identificação do sujeito piauiense. Decretos, leis, plantas, mapas, o discurso historiográfico institucional, dentre outros, são tidos como passíveis a interpretação da materialidade discursiva. Desse modo, o *corpus* se constitui heterogêneo a

partir de um traçado histórico que traz o funcionamento discursivo, o processo de constituição do Piauí que aponta para a instauração geopolítica de suas capitais.

O capítulo III versa sobre a cidade de Teresina, de sua imagem deslocada do rio Parnaíba para o rio Poti e da ponte Metálica para a ponte Estaiada. Nas análises, a cidade passa a ser significada pelos mapas, imagens, plantas, cartas, textualidades noticiosas e legislativas, e relatos historiográficos. Há nesta pesquisa o interesse de compreender, pelo discurso, o sentido da cidade de Teresina, de colocar em questão aquilo que se constrói e circula como discurso naturalizado sobre a imagem da cidade tendo as pontes enquanto conexão. Um outro sentido atravessa essa discursividade, o que contradita a ideia canônica e natural de que as pontes ligam, conectam.

O capítulo IV trata a respeito do efeito imaginário sobre a cidade de Teresina que se materializa em discursividades verbais e não-verbais e exterioriza a imagem de cidade em distintas condições de produção. O sentido da ponte que, pelo efeito do político, na linguagem, também funciona como apartação e segregação social, passa a ser lido no discurso da imagem de cidade de Teresina.

O interesse discursivo será demarcado pelas relações entre língua, imagem e cidade a partir de materialidades discursivas que evocam conceitos teóricos sobre imagem, formações imaginárias e memória discursiva, dentre outros.

Enfim, a proposta desta tese é a de um convite para compreender a cidade pelo discurso. Uma solicitação a viajar e conhecer na travessia do lugar, no movimento do discurso sobre seus rios teresinenses e as suas pontes, o que evoca a construção de um conhecer sobre a cidade, ou seja, do discurso em que a cidade vem a significar pelas suas pontes.

CAPÍTULO I: DO *CORPUS* E DO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO

Este capítulo diz sobre o gesto analítico de discutir, pela teoria da Análise de Discurso, o *corpus* de pesquisa. A pergunta que ancora e justifica o interesse discursivo deste estudo incide sobre a linguagem no que concerne à materialidade simbólica no intuito de compreender o corpo da cidade enquanto sentido.

A episteme da Análise de Discurso se instaura com Michel Pêcheux na França e tem seu desenvolvimento e institucionalização no Brasil a partir dos trabalhos de Eni Orlandi. A própria proposta de buscar uma compreensão da cidade pelo discurso tornou-se possível a partir dos trabalhos da referida autora a respeito do urbano, nos quais a reflexão sobre a ordem³ possibilita adentrar naquilo que escapa e que tem a ver com a relação entre cidade e discurso.

A teoria que trata sobre o discurso é constituída a partir daquilo que se compreende enquanto posição de entremeio à Linguística, ao materialismo e à psicanálise. Explico. Nesta posição, a Análise de Discurso levanta questões que a Linguística, o materialismo e a psicanálise, nos termos de Orlandi (2016, p. 9-10), “[...] não se colocam e não buscam responder [...] Com atenção especial à natureza das questões específicas a cada uma delas”. Na Análise de Discurso, trabalhar no entremeio é provocar a não separação⁴ do que se constitui na relação entre língua, história e sujeito. Isto significa que, embora traga de cada um desses domínios teóricos, aquilo deixado fora por essas áreas, a teoria da Análise de Discurso tem seu modo distintivo de ser, de se constituir de entremeio e se demarcar. Desse modo, por exemplo, a maneira como a linguística diz da opacidade da língua como estrutura contribui para a compreensão e, sobretudo, os deslocamentos formulados por M. Pêcheux sobre as noções de língua e discurso. Isso possibilita compreender o sujeito na língua e na história. Para entender a questão do discurso e da língua, tomando-os enquanto estrutura e acontecimento na forma material significativa da língua, e do sujeito afetado pela história, Orlandi (2015, p. 17) formula que:

A Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na

³ A compreensão da ordem se ancora nos postulados desenvolvidos por Orlandi (1999). Esta questão será retomada no percurso desta tese.

⁴ Segundo Orlandi (1996, p. 25): “A AD trabalha no entremeio, fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva”.

produção de sentidos, estes estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada na história pra produzir sentidos: esta forma é portanto linguístico-histórica.

Nesse entendimento, a Análise de Discurso desloca a noção de homem, via Psicanálise para a de sujeito. O sujeito de linguagem é compreendido como descentrado, uma vez que é atravessado pelo real da língua e pelo real da história. Não existe nesse funcionamento um controle sobre e, sendo assim, o sujeito discursivo funciona, necessariamente, pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2015). Em tais termos, segundo a autora, a Análise de Discurso entende a ordem própria da língua, mas se distingue da Linguística ao compreender sua relatividade uma vez que a perspectiva discursiva “reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem” (idem, p. 17). Além disso, no que concerne à história e ao sujeito a teoria do discurso, nos termos de Orlandi sustenta que

[...] a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos)
 [...] o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia[...] A Análise de Discurso [...] Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (idem, p.18).

Discursivamente, operar com os conceitos de língua, história e sujeito não significa replicá-los, mas questionar a partir deles o que não questionam em suas matrizes epistemológicas. Aquilo que se demarca enquanto produto de desinteresse da Linguística, a história e o sujeito, é fundante na Análise de Discurso. Ao passo que o materialismo se limita aos fatos históricos, é preciso compreender os processos discursivos que fazem com que os fatos signifiquem. A ideologia demarca o duplo interesse pelo inconsciente por meio do qual o sujeito se constitui na relação com a história. O que implica dizer que o significante que se formula na língua faz com que a história afete o sujeito de modo a impor a ele uma tomada de posição ideologicamente marcada. Tal posição é linguístico-histórica e, a partir dela os sentidos emanam, circulam e afetam os sujeitos.

As formações imaginárias que emergem no social significam no funcionamento do discurso. Para Orlandi (2012, p. 68) no entremeio “[...] jogam os diferentes gestos de interpretação”. Desse modo, é preciso compreender o que é materialidade discursiva. O tipo de pesquisa que se faz na Análise de Discurso ancorada nos postulados pecheuxianos, conforme Orlandi (2016, p. 11) é “[...] uma análise de linguagem que é materialista”. Isto implica dizer que o materialismo é uma questão que adentra a teoria do discurso. Porém, esta é uma disciplina

de entremeio cujos postulados abrem para a necessidade de pensar o deslocamento da compreensão do sentido não subsumido ao materialismo. Por isso, acrescentam-se as perspectivas psicanalítica e linguística.

Nesse entendimento, a Análise de Discurso se baseia, nos termos de Orlandi (2015, p. 23), na articulação entre: “[...] **a.** a teoria da sintaxe e da enunciação; **b.** a teoria da ideologia e **c.** a teoria do discurso que é a determinação histórica dos processos de significação. Tudo isso atravessado por uma teoria do sujeito de natureza psicanalítica” (grifos da autora).

Para Orlandi, ao se tratar, por exemplo, de materialidade em Análise de Discurso, se está pensando em duas noções, a de processo e a de movimento. Esses dois elementos apontam para uma necessidade da significação, qual seja, a de que “[...] a matéria é a substância suscetível de receber uma forma” (ORLANDI, 2016, p. 12). Essa forma condiciona a análise das leis que movimentam os processos constitutivos do sujeito na história, o modo como a organização se dá. No caso desta pesquisa, a organização da cidade e de sua imagem está investida em processos historicamente determinados. O *corpus* da pesquisa em Análise de Discurso deve possibilitar, pela forma material⁵, a interpretação do processo discursivo que incide sobre a ordem e a organização do sujeito na história.

Nesse movimento, torna-se necessário tratar das condições de produção, que dizem das circunstâncias nas quais um dizer significa. Nos termos de Orlandi (2015, p. 28), as condições de produção “[...] compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção é fundamental”. Nesse entendimento, conforme a autora, é possível tomar as condições de produção tanto no sentido estrito, como circunstâncias da enunciação, quanto em sentido amplo, na relação com o aspecto sócio-histórico e ideológico.

As condições de produção são a maneira como o discurso significa no dizer repetido que apontam para o que se reitera fora e dentro. Desse modo, o que se diz reporta ao já dito para que se signifique e para que ressignifique, uma vez que os dizeres, para o analista são “São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção” (idem, *ibidem*). Assim sendo, a dupla condição da produção do discurso, estrita e ampla, possibilita a compreensão do que significa por derivar do social pelo modo como um dado sentido se estabiliza no dizer que toma a forma material no discurso. Isto significa que a memória, o interdiscurso, atrela ao dito suas condições para que o dizer signifique na língua a história.

⁵ A questão da forma material será desenvolvida, nesta pesquisa, nas análises sobre o verbal e a imagem. Souza (1997, s. p.) toma a questão da imagem como “a visualidade que permite a existência”.

Dizer das condições de produção de um discurso, é tratar do modo de pensar as formulações em suas conjunturas históricas a serem reproduzidas discursivamente no corpo da língua, o que possibilita compreender a “definição da teoria do discurso como determinação histórica dos processos de significação” (ORLANDI, 2016, p. 12).

O processo discursivo se movimenta na história pela ordem da materialidade simbólica. Esta materialidade ideologicamente marcada que se toma como discurso, na língua, diz da possibilidade de se observar, na materialidade discursiva, os efeitos de sentido entre os interlocutores⁶. Sentido esse que se pospõe aos pré-construídos, às formações imaginárias e demais projeções de significação.

A prerrogativa desta pesquisa é questionar, a partir dos pressupostos teóricos, o modo como a língua funciona, como os sentidos, pelo efeito da naturalização, funcionam como transparentes e ‘evidentes’ na materialidade simbólica. Courtine (2016) toma o pré-construído pela saturação e pela sintaxe que possibilita o “enunciável” no movimento de repetição, o que leva à compreensão das formulações, na língua e na imagem, em suas textualidades. Isto é, os elementos que seguem enquanto recorrências no interior do discurso, no intradiscorso, que se repetem em paráfrases, são tomados pelo autor como: “[...] coocorrências, em uma sequência discursiva, de um conjunto de marcas formais (palavras, sintagmas, formulações...) que são recorrentes no conjunto de sequências discursivas de um *corpus*” (COURTINE, 2016, p. 36).

Em termos discursivos, o recorte a ser feito evoca no *corpus* de pesquisa as materialidades necessárias à compreensão da questão que se levanta, pela Análise de Discurso, a respeito do processo discursivo em tela. O que muda na paráfrase e o que se mantém no dizer aponta para aquilo que o autor diz ser da ordem do pré-construído, compreendido “[...] como repetição do mesmo, reiteração do idêntico, em um espaço onde repetição e retomada se confundem” (Idem).

Na perspectiva da Análise de Discurso, há a necessidade de deslocar o que se compreende sintaticamente como segmentação para o lugar de compreensão do processo discursivo que se opera na linguagem. O que significa, nos termos de Orlandi (1984, p. 14): “a passagem da segmentação para o recorte”. Isto implica, no gesto de interpretação de um discurso, uma mudança de perspectiva que desloca o interesse formal do segmento da frase para algo maior que ela, o texto. Nesse sentido, a autora formula que “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem e situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (Idem, Ibidem). Desse

⁶ Orlandi (2015).

modo, o recorte não se desliga de suas condições de produção que são ideologicamente demarcadas.

No processo discursivo recortado, interessa observar o pré-construído que entra em atrito no gesto interpretativo com os sentidos outros. A desconfiança analítica do sentido estável foca naquilo que se movimenta no ‘efeito de estabilidade’ do sentido naturalizado.

Desse modo, o intuito de compreender a constituição histórica do Piauí, o pré construído, no discurso historiográfico e o interesse pela posição-sujeito⁷ que se institui na história do Piauí dirá dos deslocamentos que se significam pelo processo discursivo.

Há um discurso sobre a imagem de cidade que aconteceu e circula produzindo sentidos. Este discurso não está homogeneamente posto (ele é homogeneamente imposto?) e por isso se encontra diluído nas dispersas ‘demandas’ interpretativas alocadas em diversas materialidades discursivas. O gesto de interpretação se ancora nos postulados da Análise de Discurso para compreender, pela linguagem, o movimento de sentidos que se instaura sobre a imagem de cidade.

Na heterogeneidade irreduzível das materialidades discursivas, conforme Pêcheux (2016, p. 24): “[...] redes polarizadas de repetição desconstroem a identidade, rupturas tomam a aparência de gêneses continuadas, pontos de antagonismo se incendiam e se apaziguam para serem retomados em outro lugar”. Isto aponta para a possibilidade de deslocamento do sentido quando o material a ser tomado em um gesto de interpretação discursiva é tomado em condições de produção que permitam compreender determinada questão a ele colocadas.

Quando Courtine (2016, p. 36) trata das condições de produção, apregoa que tal noção: “[...] se sustenta na possibilidade de operar o fechamento de um espaço discursivo em que a retomada esteja assegurada. Daí sua afinidade com tipologias discursivas definidas a priori [...] de onde decorre seu recurso a práticas discursivas cuja autoparáfrase constitui a regra”. Por isso é preciso questionar o sentido para não se iludir com o efeito de transparência da língua que se mostra enquanto tal e que é, em sua gênese, opaca.

O recorte sobre o processo discursivo da imagem de cidade será analisado, nesta pesquisa, a partir de um *corpus* heterogêneo, ou seja, um *corpus* constituído por distintas materialidades discursivas, o que possibilita compreender nos movimentos de sentido os processos discursivos que lhe dão forma material. O escopo analítico permite a entrada de trechos de historiadores que registram institucionalmente uma historiografia piauiense dos períodos colonial, imperial e republicano (PITA, 1878; COSTA, 1974; NUNES, 2007). Nestas

⁷ O conceito de posição-sujeito é tomado conforme Pêcheux (2014 a). o mesmo será discutido no capítulo 2.

historiografias é possível encontrar, por exemplo, cartas como a de doação da sesmaria (no período colonial), em que se descreve a região entre os rios Parnaíba e Poti onde seria fundada Teresina. Nas narrativas historiográficas é possível observar tanto as trocas epistolares entre os governos local e da capitania de Pernambuco quanto os relatos dos padres partícipes do processo de independência do Piauí. Além disso, há também o registro do discurso sobre a fundação das cidades de Oeiras (fundação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória) e Teresina (cartas e discursos proferidos em defesa da fundação de Teresina, leis, decretos, detalhamento dos elementos constitutivos destas cidades, justificativas de mudança da cidade, dentre outros) também foi viabilizado nestas coletâneas historiográficas.

Os mapas e as plantas presentes tanto na historiografia quanto em páginas oficiais da prefeitura de Teresina e na Biblioteca virtual do IBGE, os cartões-postais da ponte Metálica, as fotografias desta e da ponte Estaiada, reportagens de revistas a respeito do trato com os rios, imagens que circulam na internet e demais registros entram nesta pesquisa como elementos constitutivos de materialidades significantes do que proponho analisar como constitutivo das condições de produção de um discurso fundador do Piauí a partir de Oeiras e atualizado pelo discurso da transferência para Teresina.

A cidade significada pelo discurso tem sua materialidade e seus sentidos que se movimentam no *corpus* por meio do qual o recorte flagra a imagem de Teresina, a partir de seus rios e pontes, os quais produzem efeitos de sentidos que se projetam, pelo discurso, em formações imaginárias determinadas. Toda esta forma material do discurso será analisada no decorrer da pesquisa.

A entrada no *corpus* se dá a partir da dupla investida discursiva apontada por Indursky (2013), isto é, a preocupação pelo que constitui o efeito de ilusão do sentido único bem como a preocupação em desconstruir a materialidade discursiva no intuito de compreender como os pré-construídos funcionam para que a ilusão no sentido opere discursivamente.

Ao discorrer sobre o modo como sentidos se instauram na materialidade da língua, a autora acrescenta a questão do ponto de vista analítico, por meio do qual as leituras se direcionam. Assim, o modo como o analista de discurso lida com o *corpus* se distingue do modo como o linguista ou o historiador o percebem, porque os pontos de vista e os interesses são distintos. A materialidade discursiva aponta, por exemplo, no interior do discurso, àquilo que fora dele possibilita compreender os processos históricos que se tecem na língua em uma heterogeneidade de *corpora* que instaura no recorte o ponto nodal da análise, o processo discursivo X que, no caso desta pesquisa, incide sobre as formações imaginárias da imagem de cidade.

O diálogo com outras epistemes que esta pesquisa abre não se dá pelo modo como compreendem a cidade, porém instiga pelos dispositivos teóricos linguísticos a compreender o modo como discursivizam a cidade, uma vez que, no entremeio de suas discursividades, é possível questionar o sentido uniforme do que se define como cidade e que pode ser tencionado com a materialidade significativa em análise. Isso significa que as teorias não linguísticas em contato com o *corpus* são trazidas não enquanto assertivas, mas como lugar epistêmico de pré-construídos do discurso sobre cidade, ponte, urbano, imagem, etc. Tomo a formulação, do termo pré-construído conforme Pêcheux (2014a, p. 158-159) enquanto

[...] aquilo que todo mundo sabe, isto é, aos conteúdos de pensamento universal do “sujeito universal” suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma “situação” dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do “contexto situacional”.

Aquilo que de tanto ser dito é já sabido, na memória discursiva e se unifica em uma dada formação discursiva⁸ para significar, é previamente posto enquanto “evidente”.

A partir do que formula Pêcheux (2014a) como pré-construído, coloca-se em questão aquilo que adentra pelo positivismo em efeito de evidência, enquanto efeito verdade. As palavras e as imagens constitutivas do *corpus*, em suas formulações, são trabalhadas discursivamente em remissões de sentidos, uma vez que todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias em suas condições de produção. Assim sendo, o dispositivo teórico e o dispositivo analítico operam, pelas análises, a busca pelos sentidos.

Para ponderar o modo como o social é articulado nesta pesquisa, é necessário pontuar, a partir da perspectiva da Análise de Discurso, como se concebe esta noção, articulando-a com o conceito de condições de produção do discurso que, nos termos de Indursky (1992, p. 18):

[...] mostram a conjuntura em que um discurso é produzido, bem como suas contradições. Nessas condições, o sujeito produz seu discurso, não como fonte de conhecimento, mas como efeito dessa rede de relações imaginárias, constituindo-se tal discurso a representação desse imaginário social.

A entrada do social no discursivo do qual trato aqui, está demarcada pelo que Indursky (1992) defende enquanto elemento constitutivo do discurso, ou seja, assim como o linguístico,

⁸ A definição deste conceito caro à Análise de Discurso será discutida em alguns momentos desta tese, a partir da definição de Orlandi (2015), isto é, enquanto “[...] regionalização de sentidos” garantidora dos processos de produção de sentidos e que se configura a partir de uma formação ideológica dada (que significa uma articulação entre posição-sujeito e sua conjuntura sócio-histórica). A autora defende que a formação discursiva, nessas condições, “[...] determina o que pode e o que deve ser dito” (ORLANDI, 2015, p. 41).

o social é demarcador do sentido. Essa tomada do estudo da linguagem pelo sentido e pela ideologia desloca o efeito de sentido da literalidade. Desse modo, o sujeito se descentra, uma vez que ele enuncia em condições de produção determinadas e o sentido diz do modo como ele se posiciona para significar.

Na filiação teórica da Análise de Discurso materialista em que esta pesquisa se insere, parto da representação material dos significantes por meio dos quais, no caso deste trabalho, incidem as formações imaginárias sobre a imagem de cidade textualizadas. Imagem esta que circula constituindo pelo discurso as representações desse imaginário social, enquanto pré-construído.

Há efeitos de sentidos que discursivizam a cidade a partir de materialidades significantes historicamente instauradas pela língua em um *status quo* de contradições socialmente marcadas e significativas do urbano constitutivo do discurso cidadão.

A análise discursiva permite, no processo de constituição do *corpus*, que se observe a opacidade no arquivo. Os recortes e os postulados teóricos sustentam o gesto analítico-discursivo, mas não na ordem depositada em arquivo porque as questões levantadas desestabilizam a ordem cronológica. Nesse momento é no nível do processo discursivo que se deve mobilizar os conceitos, porque não se opera com a teoria de um lado e o *corpus* de outro; o atrito entre estes diz sobre o funcionamento discursivo que se busca compreender.

Conforme Dias (2015) o arquivo implica leitura e constituição de *corpus*. Esse é tomado pela autora enquanto constituído por formulações instauradas na interpretação discursiva possibilitada a partir de um confronto com o próprio arquivo. Nos termos da autora: “A materialidade do arquivo, portanto, é aquilo que faz com que ele signifique de um modo e não de outro, que faz com que ao se deparar com ele, o sujeito o recorte de maneira x e não y. Um mesmo arquivo nunca é o mesmo, por causa da sua materialidade” (DIAS, 2015, p. 973).

O interdiscurso, a memória constitutiva, está em um nível de dizer que se ancora no esquecimento. A memória institucionalizada estabiliza, instaura sentidos. Se em um nível está o nômade, no outro habita o sedentarismo constitutivo do Arquivo. Por isso, nos termos de Orlandi (2003, p. 15) no arquivo:

[...] o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças
 [...] o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito. No arquivo há assim um efeito de fechamento. Se o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece.

O arquivo tomba e há sentido que espera por interpretação. Ele em si não diz, é dito nele, ele abriga o dizer. A interpretação é a chave do arquivo fechado. O arquivo não se esquece, não se apaga. Nele a escrita se instaura, se inscreve. No arquivo se materializa o dizer, a textualização inscrita no documento é uma incisão, marca permanente que inscreve aquilo que não quer se esvaír, a memória instituída “[...] que congela, que organiza, que distribui sentidos” (ORLANDI, 2003, p. 15).

A partir do que a autora preceitua, tem-se que é preciso interpretar, ler o que se arquiva na e pela cidade, pelo poder público naquilo que se marca em seu urbano. Dizendo de outro modo, é preciso compreender como a imagem de cidade materializa-se enquanto parte da memória discursiva.

Nesse liame, há a necessidade de compreender o caráter visível e opaco da imagem. Aquilo que é visível e o que não o é na formulação de uma imagem. O que leva à compreensão de que o que se imagina sobre a cidade não significa o acesso ao seu real.

Ao apresentar a visão de arquivo Pêcheux (2016, p. 24) pontua que os historiadores “[...] descubrem que o texto dos arquivos não é transparente a seu olhar [e] linguistas apontam que todo sistema linguístico contém um resto assimétrico irrepresentável”. (Grifos meus). A entrada pela falha e pelo equívoco é oportunizada por esse elemento assimétrico da interpretação discursiva do arquivo. Isto posto, tem-se que a imagem também falha porque não é de todo transparente, sua transparência é um efeito da ideologia.

O arquivo que possibilita a seleção de um *corpus* imagético a ser interpretado pelo dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso dá acesso ao recorte no gesto de análise do que se toma como atitudes do analista, as quais implicam, conforme Pêcheux (2016, p. 25) em: “Recortar, extrair, deslocar, reaproximar: é nessas operações que se constitui o dispositivo particular de leitura que se poderia designar como leitura-trituração”. Assim sendo, o trabalho com o *corpus* desta pesquisa, no trabalho com a paráfrase e com a polissemia, depara com as redes de significância oriundas do batimento dos deslocamentos de sentidos. O que se dará nos recortes⁹ do arquivo por meio dos quais busco compreender, pelas formações imaginárias que funcionam por meio dos pré-construídos, o funcionamento da memória e da atualidade constitutivas do acontecimento discursivo da imagem, neste estudo, de cidade como ponte.

⁹ Dias (2015, p. 973) toma o recorte como sendo as “[...] formulações feitas em certas condições de produção, que levam em conta a linguagem e a situação”. A autora apresenta esta definição a partir do que Orlandi (1984) considerou “unidade discursiva”, a qual possibilita a compreensão do processo discursivo.

1.1 Operando a teoria na constituição do *corpus*

As imagens dos elementos constitutivos do discurso são projeções que se instauram a partir de tomadas de posição. Nos termos de Orlandi (2015, p. 40) o mecanismo imaginário “[...] produz imagens do sujeito, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica”. A partir disso, é preciso compreender que as imagens constituem as posições desses sujeitos em um espaço discursivizado (idem). A imagem se materializa na discursividade a partir de pré-construídos, pressuposições sobre o objeto do discurso e do sujeito que dele trata ao projetar sobre si e sobre o objeto um dizer determinado pela sua posição no discurso.

Nos termos de Pêcheux (2014b, p. 76):

[...] o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as "deformações" que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido.

Na marcação ideológica constitutiva do discurso, ao se pensar a imagem de cidade pelo funcionamento da linguagem, discursivamente é possível compreender a posição-sujeito e as formações imaginárias significadas pelo/no discurso. Por isso, o trabalho com o discurso, a partir dos dispositivos teórico-analíticos, possibilita a observação de como ocorrem os modos de projeção imaginária na relação entre os sujeitos uma vez que a imagem não se dá aleatoriamente. A habilidade que o sujeito tem “[...] de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva, se ele sabe prever em tempo hábil, onde este ouvinte o “espera”. Esta antecipação *do que o outro vai pensar* parece constitutiva de qualquer discurso¹⁰”

O autor formula que os “atos do nível do simbólico” (op. cit.), por não serem restritos ao nível linguístico, não são abarcados pela teoria do significante. Entre estes atos acrescento a imagem que também é definida e compreendida em suas condições de produção no discurso.

As condições de produção de uma imagem estão relacionadas ao lugar em que se posicionam os sujeitos a fim de constituírem a imagem que fazem de si mesmos e de seus interlocutores, bem como do objeto que se textualiza em língua, em imagem, em gesto, enfim, daquilo que deve significar em uma instância de discurso. A imagem de um rio e de uma ponte, por exemplo, enquanto apontamentos da imagem de uma cidade como Teresina incide na imagem do lugar que faz circular um imaginário a respeito do que seja representativo de uma

¹⁰ (op. cit. p. 76).

cidade, a partir de suas condições de produção. A esse construto imagético é possível perguntar sobre o modo como os processos significativos fazem com que a imagem de cidade se naturalize pelo esquecimento de que há a ideologia que o atravessa e normaliza.

Os sujeitos, para Pêcheux (2014b, p. 81), “[...] designam lugares determinados na estrutura de uma formação social” e, além de designarem lugares, representam nesses lugares a transformação.

O autor diz que:

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações) (PÊCHEUX, 2014b, p. 82).

A respeito do que Pêcheux pontua, é possível compreender que todo processo discursivo terá em si as formações imaginárias constitutivas daquilo que se recorta enquanto formação discursiva. Ou seja, os processos discursivos estão condicionados às formações imaginárias que os constituem; o lugar a partir do qual se enuncia, se fotografa e se registra uma imagem se enlaça ao próprio projeto da imagem. A imagem de cidade, de ponte, de rio, de Teresina é projetada, portanto, a partir de uma relação situada em uma tomada de posição que planeja e projeta a circulação de seu sentido como algo (im)posto ideologicamente. O imaginário, as formações imaginárias sobre a imagem de cidade são, portanto, discursivamente condicionados¹¹.

Assim, no que concerne às formações imaginárias, retomo Pêcheux (1997, p. 85) quando diz que essas “[...] resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco”.

Pensar a imagem a partir de uma tomada de posição discursiva permite compreender a posição-sujeito. Isto é, a materialização de uma imagem discursivamente instaurada e que circula significando um sentido de imagem de cidade se dá a partir de uma tomada de posição que impõe a imagem e aponta determinadas maneiras de interpretá-la a partir de sua

¹¹ No recorte analítico da imagem de cidade que esta pesquisa defende, não se projeta, qualquer ponte enquanto imagem de A ou B, mas pontes específicas: a ponte Metálica e a ponte Estaiada.

materialidade significativa. Há, portanto, uma dada materialidade que aparece discursivamente marcada em imagem, enquanto representação imaginária.

1.2 Esquecimentos enquanto bases do discurso sobre a imagem

O esquecimento nº 2, conforme Pêcheux (2014a) é da ordem da língua, da sintaxe, daquilo que se impõe linguisticamente como o natural justamente pelo apagamento da história de seu funcionamento. Esquecemos que as regras da sintaxe, da morfologia e da fonologia da língua têm sua história. O interesse da gramática é o de preceituar apenas as próprias regras atestadas a partir da disposição parafrástica.

O esquecimento se caracteriza numa zona que o sujeito não acessa nos pré-construídos que constituem seu próprio discurso. Ele se liga à linguagem pela subjetividade. Nesse esquecimento o sujeito pensa ser a origem do sentido. Conforme Pêcheux (2014b, p. 176-177):

[...] pode-se dizer que esta zona nº 2, que é a dos *processes de enunciação*, se caracteriza por um funcionamento do tipo *pré-consciente/consciente*. Por oposição, o esquecimento nº 1, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão aparece como constitutiva da subjetividade na língua.

Os esquecimentos nº 1 e nº 2 operam sobre o que o autor diz ser “[...] paradoxalmente, o que nunca foi sabido e que, no entanto, toca o mais próximo o “sujeito falante”, na estranha familiaridade que mantém com as causas que o determinam em toda ignorância de causa (idem, p. 238) (Grifos do autor). Os pré-construídos, o mais próximo sobre o qual se anseia dizer, no caso desta pesquisa, sobre a imagem de cidade, são determinantes de uma representação que se institui enquanto imagem ao serem repetidos e circularem na memória cidadina. A ‘correção’ da imagem de cidade que se dá pela atualização de si própria a partir do discurso e seus efeitos de sentidos toca o ponto de encontro dos esquecimentos sem que se perceba, se veja, se registre, o ponto nodal da mudança da imagem de cidade.

Há na questão do funcionamento do discurso, a ilusão de que o sentido atestado por paráfrase não pode ser outro, bem como a de que a origem do sentido e do sujeito é um efeito necessário para que a produção de sentidos se viabilize, conforme Orlandi (2015).

A formação imaginária institui, pelo discurso, uma unidade de sentido, uma unidade imaginária na qual os esquecimentos, numa formação discursiva dominante do sujeito, constituem a forma material do discurso que dá liga ao sentido sustentado pelos esquecimentos.

Nesta formação discursiva determinadas formas materiais são permitidas a partir do que seja viável por paráfrase.

No caso desta pesquisa, uma foto, um texto, uma planta, uma placa, aquilo que constitui o *corpus*, se aloja na formação discursiva dizendo dos processos constitutivos da imagem de cidade que circula e por isso significam essa cidade. Os enunciados verbais e não-verbais do sentido de cidade se arranjam e rearranjam para significar, pelo simbólico, esta imagem de cidade.

O que Pêcheux (2014a, p. 161) designa como esquecimento nº 2, isto é, “[...] esquecimento pelo qual todo sujeito-falante seleciona no interior da formação discursiva que o domina [...] formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase”, tem como limite dessa unidade imaginária o esquecimento nº 1, que segundo ele “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (Idem). O autor também dirá do esquecimento nº 2 enquanto “imaginário linguístico (corpo verbal)” (idem, p. 165).

Ao refletir sobre este tipo de esquecimento, no funcionamento do limite da exterioridade da formação discursiva, penso no modo como o imaginário se desloca para uma compreensão do discursivo, ou seja, o corpo investido pela significação, configuração que se institui no verbal e no não verbal. Nesse lugar de esquecimentos é possível pensar no imaginário discursivo do corpo imagético estabelecendo relações entre os elementos que constituem uma formação discursiva da imagem de cidade em materialidades significantes que não tem o verbal como limite, mas como (des)limite.

1.3 Memória, imagem e condições de produção

Esta pesquisa busca uma compreensão, através do discurso, sobre a imagem de cidade que implica uma tomada de posição teórica baseada nos postulados teóricos que sustentam a Análise de Discurso. Isso implica falar de uma noção cara aos estudos do discurso, a que compreende o real. Digo, enfim, da imagem partindo de sua compreensão enquanto objeto simbólico, representação da realidade. Para tanto, é preciso tomar a realidade na forma da língua como preceitavam Gadet e Pêcheux (2010, p. 53), o que implica “supor que o real da língua é representável, que ele guarda em si o repetível, e que esse repetível forma uma rede que autoriza a construção de regras”. Os autores dizem do repetível como sendo o que retoma pela memória para que se signifique. Este repetível se movimenta para que o dizer seja o mesmo e o sentido signifique diferentemente de acordo com a posição-sujeito.

No que tange a memória, esta é tida como interdiscurso. Desse modo, Orlandi (2015, p. 29) a define enquanto “[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Assim, as bases linguísticas do dizer significam porque já significam. A base da significação no discurso está, neste ponto, sustentada pela língua e pela história. A formulação é da ordem do intradiscursivo e se sustenta no sintagma. Assim sendo, para a autora, um eixo duplo se coloca na possibilidade do dizer, qual seja, o da memória – tomada enquanto constituição – e o da atualidade – que contempla a formulação. Os sentidos, em sua historicidade, estão nessa relação entre memória e formulação, esta, inclusive, passível de atualização.

Esta análise busca a rede significante compreendida, nos termos de Pêcheux (2012, p. 53) como “[...] a rede desse real, de maneira que essa rede faça Um, [...] por um reconhecimento desse Um enquanto real, ou seja, como causa de si e da sua própria ordem”. Uma ordem própria que faz vislumbrar a formulação de uma rede do real. Essa rede diz da imagem da cidade como imagem X de ponte, há uma rede significante que diz da imagem da cidade vinculada a imagem X e Y.

Como diz Pêcheux (2015, p. 50): “O fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, ao meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior”. A memória não é indiferente ao estranho que a habita. A memória se dá como um ínterim, um entremeio, um ligamento entre aquilo que ela resguarda e a exterioridade que a cerca. O interior da memória se dá sempre como remissão àquilo que não é memória, aponta para o já dito e possibilita, na formulação, a atualidade do sentido.

O modo distinto de compreender a memória pelo discurso evoca pensar a relação entre o acontecimento histórico, essa exterioridade e descontinuidade que pode vir a se inscrever em um interior, em uma memória, na continuidade interna que é o interdiscurso, ou ainda como Pêcheux (2015, p. 43) diz, aquilo que “[...] é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio da memória”. Há, portanto, uma possibilidade de preenchimento na abertura do sentido. A formulação, esta atualização de uma memória possível a partir das outras existências materiais que podem ocupar o lugar de uma inscrição do sentido registrado do interior, se articula no nível do dizer regularizado pelas repetições do passível de circulação.

A memória discursiva sedimenta pela repetição a regularização do dizer. Nos termos do autor (idem, p. 46): “[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge

como acontecimento a ler, vem estabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos”. Isso significa que a inscrição do texto enquanto acontecimento tira de suspensão os sentidos que dele emanam, pois os sentidos de uma dada natureza antecipada, efeito de evidência, trabalho ideológico eficaz da ideologia, atua para estabilizar os sentidos como se eles sempre estivessem ali, preenchendo, ocupando o lugar no acontecimento. No trato com a imagem, na relação com a memória pensada discursivamente, a questão do real estabelece uma reflexão sobre o reconhecimento do que constitui a imagem.

Ao tratar sobre a imagem Aumont (1993) diz, da posição de cineasta, da identificação parcial daquilo que “[...] nela é visto com alguma coisa que se vê ou se pode ver no real” (idem, p. 78). Esta prerrogativa sobre a imagem se intercambia com a representação do real na imagem. Os elementos constitutivos de sua composição apontam para a tentativa de apreender o real¹². O interior da imagem reivindica um gesto de leitura que diz de suas condições de produção, uma vez que significa na rede de memória discursiva na qual ela se insere e se evade.

Pêcheux (2015, p. 45), nos diz que:

Concebemos desde então que o fato incontornável da eficácia simbólica ou “significante” da imagem tenha atravessado o debate como um enigma obsediante, e que, por seu lado, os fatos de discurso, enquanto inscrição material em uma memória discursiva, tenham podido aparecer como uma espécie de problemática-reserva. Essa negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial uma passagem do visível ao nomeado, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito (PÊCHEUX, 2015, p. 45).

O interessante no que pontua o autor sobre a imagem incide nessa passagem entre os planos do visível e do nomeado porque isto coloca a imagem numa relação incomoda que lhe dá textualidade e a torna passível de inscrição, uma vez que seria possível ler na imagem o que se cria e o que ela aponta sobre a memória. Seria possível estabelecer um programa de leitura da imagem porque ela seria passível de paráfrase e de polissemia. Em tais termos, a imagem produz sentidos. Uma imagem repetida muitas vezes não é a mesma imagem, mas tem sentido

¹² Conforme Orlandi (2015) o real da língua é sujeito a falha e o real da história é passível de ruptura. Estas falha e ruptura abrem, na perspectiva da autora, a possibilidade da transformação pelo movimento propiciado pelas falhas constitutivas da ideologia. Nesta questão da falha e da ruptura a criação e a memória possibilitam o trabalho com a paráfrase e com a polissemia.

por ser repetida. Eis o movimento parafrástico¹³ da imagem. Nesse entendimento, penso a respeito do acontecimento discursivo e suas implicações: memória e regularidade.

O modo de pensar esta díade leva ao modo como:

Essa regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (PÊCHEUX, 2015, p. 46).

A repetição em regularização discursiva forma no seu próprio insurgir a regularidade atravessada pelo político na história. Nos condicionamentos históricos e políticos da regularidade, de uma dada regularidade discursiva, se dá a determinação do que pode ou não ser dito, lido e interpretado a respeito de um dado recorte, uma vez que a regularização discursiva passa a ser regida por leis de ordem própria.

O sistema institucional que dá à ponte¹⁴ o *locus*, a alocação da imagem da cidade, a regularidade de um dizer sobre a imagem da cidade associada à ponte na qual o legível atual desliza sobre um outro constitui retorna, pelo funcionamento da linguagem, um pré-construído efeito ‘novo’. Nesse entendimento, percebe-se conforme Pêcheux (2015, p. 47) que funciona no discurso o movimento linguístico de elevar ao legível, “[...] um jogo de força na memória sob o choque do acontecimento”.

A cidade tem um elo monumental, elemento que pela circulação e regularização cria uma vinculação que a (in)dissocia e passa a funcionar como imagem. O Pão de Açúcar para o Rio, a torre Eiffel para Paris, o Big Bang para Londres, o Masp para São Paulo, etc... As pontes Metálica e Estaiada para Teresina. A imagem de cidade funciona também como um identificador e é por um processo de identificação que se instaura enquanto tal.

¹³ Ao tratar da criatividade e da produtividade Orlandi (2015, p. 36) pontua a partir do exemplo da novela. Segundo Orlandi (op. cit.) “assistimos a “mesma” novela muitas vezes, com algumas variações”. A autora defende que para sair da produtividade e adentrar na criatividade se faz necessário colocar em questão isso que se produz e se repete. Na criatividade está o ainda irrealizado passível de se realizar.

¹⁴ Nesta pesquisa, as pontes Metálica e Estaiada são compreendidas enquanto imagem de cidade de Teresina.

Desse modo, quando a cidade se mostra, olhamos para a representação que se textualiza sobre ela, por isso atribuímos a dada metáfora da imagem uma parte tomada como o todo significante. E nisso tenho o retorno a Pêcheux (2015, p. 49) a respeito do provérbio chinês

Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo [...] por que não? Por que a análise de discurso não dirigiria seu olhar sobre os gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações? A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições).

É importante produzir, a partir da citação, uma reflexão, uma vez que ela toca na parte que seja, de meu ponto de vista, a mais importante desta pesquisa, qual seja: a imagem que opacifica uma imagem. Aqui, penso uma verticalização de leituras que textualizam o âmago desta reflexão. A Análise de Discurso, ao trabalhar com a materialidade discursiva, compreende a imagem como constitutiva de significação, como não transparente.

Tal como formula Pêcheux (2015), ao invés de olhar para a lua, olho para toda uma conjuntura que constitui o feixe, as condições de produção, os atravessamentos históricos, ideológicos, linguísticos e políticos que constituem a materialidade simbólica do texto, da imagem. Para compreender como a imagem se significa, a partir de uma distinta cidade, é preciso um movimento de leituras, de gestos de interpretação sobre suas condições de produção, as quais são compreendidas, conforme Orlandi (2015), tanto a partir das situações de enunciação, que ela denomina contexto imediato, quanto pelos contextos sócio-histórico e ideológico.

A definição de condições de produção diz respeito ao “[...] estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso”, conforme Pêcheux (1997, p. 75). Segundo o autor, as condições de produção estão ligadas ao processo de produção de sentido e funcionam como “[...] pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão” (Idem). Isso significa que a produção de um discurso está condicionada a elementos que se colocam frente ao sujeito que é interpelado ideologicamente a dizer em sua posição-sujeito. As formações imaginárias são propagadas a partir do jogo de imagens que os interlocutores estabelecem nesse pano de fundo que constitui as condições de produção do discurso.

Ao pensar a memória enquanto interdiscurso, é possível compreender o movimento dos sentidos que se desdobra entre o interior e o exterior de uma formação discursiva. A esta

bifurcação da memória interpõe-se a necessidade de uma filiação às ligações que condicionam a produção do discurso e possibilitam o gesto de interpretação a partir da materialidade e do modo como ela é recortada pela questão que se coloca aos funcionamentos discursivos. Neste movimento de operacionalização dos conceitos que o *corpus* demanda, é possível questionar o que a materialidade significativa significa no “pano de fundo” do discurso, isto é, nas condições em que ele é produzido. As formações discursivas atravessam este “pano de fundo” para nele se textualizar o dizer do sujeito e a memória na qual ele se filia para discursivizar a história pela língua.

A partir das tomadas apontadas no presente capítulo, é possível provocar uma abertura analítico-discursiva a respeito das condições de produção de dada formação discursiva, entendida nos termos de Courtine (2016, p. 38) enquanto reguladora da “[...] referência à interpelação-assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso [que] se justifica pelo fato de que, em uma conjuntura dada, sujeitos falantes, tomados na história, possam estar de acordo ou se confrontar sobre o sentido das palavras”.

O sujeito piauiense será tomado, no próximo capítulo, a partir de seus processos de identificação, assim, por meio da premissa da formação discursiva, será possível compreender, pelos dizeres/imagens, as condições de produção de sentidos sobre Teresina a partir do discurso de consenso e de confronto sobre o Piauí, (in)conformado pelas relações de força que se textualizam na materialidade significativa, recortada enquanto formação discursiva sertaneja de um descobrimento ‘inventado’.

CAPÍTULO II:
O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO PIAUÍ A PARTIR DO SERTÃO

De sangue e de fogo se faz um nome.

*No sangue e no fogo
se desfaz a história de muitas vidas.*

*Sangue e fogo
a ferro e fogo
um homem liquida
seus semelhantes*

[...]

*não matador de touros
toureador da morte
vencedor de índios.*

*Matador de índios.
sua glória triste
pesa sobre nós.*

*Sobre a sua memória
pesa a morte inglória
das nações tapuias*

H. Dobal, El Matador.

O desenho que traço nas discussões desta escrita, neste capítulo, se desenvolve a partir do processo de colonização do território piauiense e adentra a constituição desse território em capitania, através das bandeiras. Em tais circunstâncias, a expansão pecuarista projetada da Bahia para o sertão piauiense passa pela constituição do sujeito piauiense e sua posição-sujeito, reverberando na fundação da vila da Mocha/cidade de Oeiras.

A leitura parte, portanto, da configuração inicial do Estado do Piauí no Brasil colônia. Por conseguinte, segue os processos de identificação, desidentificação e contra-identificação da posição-sujeito piauiense, na disjunção entre um discurso do Piauí como território pertencente às capitanias da Bahia e Pernambuco e um discurso do Piauí enquanto capitania independente vinculado do discurso do Piauí filiado à capitania do Maranhão.

O presente capítulo aponta para o fato de a primeira capital do Piauí se inserir no sertão. Posteriormente, adentra no deslocamento da capital, do sertão para as margens do rio Parnaíba, mudança produtora de distintos discursos evocadores de leituras sócio-históricas e políticas que sustentarão o percurso desta tese. Nesse entendimento o fio condutor da pesquisa se institui a partir da filiação teórica da Análise de Discurso, por meio da qual as materialidades discursivas serão analisadas.

A colonização do território piauiense ocorre por volta do ano de 1660 em uma época de insatisfações e desejos por emancipação frente as relações de forças contrárias ao poder local. Em um período de menos de 40 anos a elite piauiense se apartava dos interesses baianos e pernambucanos sobre o Piauí. Um manifesto contra a povoação no entorno da capela de Nossa Senhora da Vitória, em 1698, provocou uma relação conflituosa entre a Igreja católica e os magnatas da casa da Torre, empresa governada por uma família que financiava as empresas sobre o sertão a ser desbravado, conforme Nunes (2007).

Desse modo, este capítulo visa, pelo discurso, o processo sócio-histórico sobre o Estado do Piauí, do ‘descobrimento’/ocupação à fundação de Oeiras, primeira e única capital nordestina localizada no sertão. A partir desse acontecimento será possível compreender o posterior deslocamento da capital do Piauí, ocorrido em 1852, de Oeiras para Teresina, para o norte do território, às margens do maior rio genuinamente nordestino¹⁵, o rio Parnaíba. A posição geográfica da segunda capital piauiense se coaduna com a da primeira, uma vez que ambas se localizam fora do litoral nordestino; o que faz pensar até que ponto a posição geográfica da capital piauiense fora do litoral estaria relacionada ao escoamento das riquezas da região.

Deve-se pontuar que dentre as nove capitais dos estados do nordeste – todos dotados de faixa litorânea – apenas a capital piauiense, Teresina, se localiza distante do mar. A forma como a cidade se constitui faz pensar a história, o modo como se significa na língua. O que é possibilitado a partir da Análise de Discurso que se apresenta, segundo Massmann (2019, p. 186) como “[...] um novo espaço de reflexão sobre o funcionamento da linguagem em que a história possui um papel fundamental nos processos de significação”.

Nesta pesquisa, não se compreende a linguagem, o discurso fora dos acontecimentos, de modo que para desenvolver este estudo torna-se fundante entender como a história se

¹⁵ Apesar de ter a maior parte de seu curso em solo nordestino, o rio São Francisco não nasce no Nordeste brasileiro. O rio Parnaíba é tido como o maior rio genuinamente nordestino porque nasce e desagua nesse território, sendo navegável em praticamente todo o seu curso.

significa na língua. Neste capítulo é preciso, portanto, pensar em três discursividades a saber: o ‘descobrimento’ do Piauí, sua colonização e a fundação de Oeiras.

A partir das condições de produção do território piauiense é possível compreender os processos constitutivos do sujeito piauiense, ou melhor, de suas posições-sujeito nas discursividades a partir das quais emana o discurso sobre o Piauí.

2.1 Os sentidos de descobrimento e colonização do Piauí

A partir de uma discussão sob o ponto de vista historiador, Brito (2018, p, 105), pontua que:

O Piauí foi descoberto em 1662. A prioridade histórica de seu descobrimento, não se sabe, talvez, ainda, a quem possa caber, são obscuros os dados que nos deixaram os primeiros cronistas do Brasil [...] a dois vultos se atribui a honra do insigne feito: Domingos Jorge Velho [...] e Domingos Afonso Mafrense, reideiro da célebre e poderosa casa da Torre e grande criador de gado. Bem diversos os agentes determinantes da incursão de ambos no Piauí, onde circunstâncias fortuitas fizeram-nos deparar um ao outro em pleno sertão [...] A entrada de Domingos Jorge prende-se ao movimento dos bandeirantes paulistas que, nos fastos de nossa história colonial culminou no século XVII, além das invasões neerlandesas, a de Domingos Mafrense está ligada ao grande ciclo dos criadores de gado, que foi posterior.

O autor traça, de um ponto de vista historiográfico, um percurso sobre a chegada europeia, ou, ao menos, de uma chegada branca de origem europeia, no território cuja existência espacial ou regional pressupõe o olhar do outro. Por meio desse olhar externo passa a haver uma reflexão do apagamento da existência dos povos originários, uma vez que seu olhar, o do nativo, não significa para o invasor. A investida a respeito do olhar do outro produz um efeito de sentido de discurso fundador, de descoberta de um novo a partir da glorificação dos atores do processo de descobrimento do Piauí.

Nunes (2007) acrescenta ao dizer de Brito (2018), também na posição de historiador, o que seriam as causas determinantes da entrada do bandeirante Domingos Jorge Velho e do reideiro Domingos Afonso Mafrense. As chegadas de ambos estão demarcadas na expansão colonizadora que se deu em meados de 1669.

Do lado oposto da expansão bandeirante ou agropecuária tem-se os jesuítas, capuchinhos e franciscanos interessados na catequese dos gentis que incutiram na expansão colonizadora pacífica mediada pela religião. Do lado dos criadores de gado se dirá na discursividade histórica que “[...] optaram pelo esmagamento completo do indígena, para a

expansão tranquila de seus rebanhos [...] porque temia a casa da Torre que viessem os missionários pedir terras para suas missões, ou melhor, para seus catecúmenos” (NUNES, 2007, p. 84-85). O excerto textualiza o desbravamento do território e, de todos os lados, encontra-se um inimigo comum, o nativo indígena vitimado pelo genocídio vindo de três frentes: a bandeirante, a catequese e a de criadores de gado.

No período colonial a casa da Torre institui forte poderio militar por meio de grande arsenal bélico com o qual foi possível conquistar o sertão entremeado do Piauí a partir da investida contra os nativos¹⁶. O que tornou esta empresa a responsável pelo devassamento, desbravamento, ‘descobrimento’ em prol do desenvolvimento e expansão pecuária do sertão nordestino, antes desconhecido e, então, ‘descoberto’ e dado a conhecer a Portugal. É da casa da Torre que parte a campanha pecuarista expansionista que irá desembocar no ‘descobrimento’ do território piauiense, uma vez que foi dela que partiram as primeiras bandeiras que rumaram ao sertão.

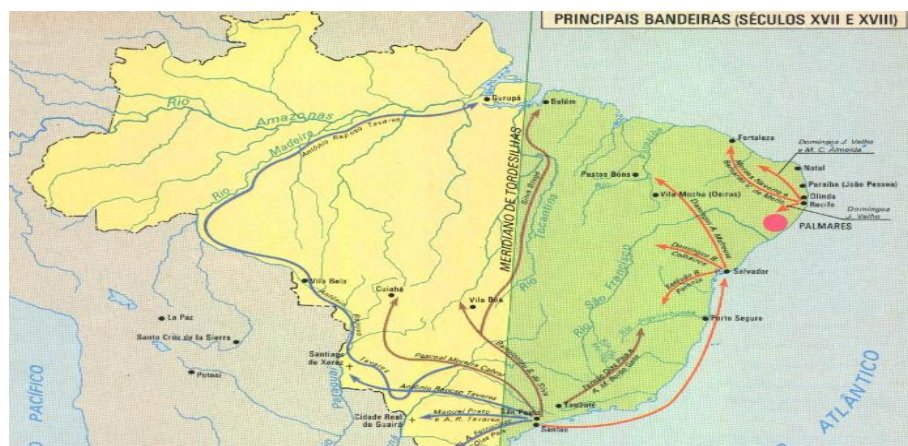


Figura 1 - Bandeiras dos séculos XVII e XVIII
Fonte: Santarosadeviterbo¹⁷.

A imagem acima (fig. 01) aponta, pelas setas vermelhas, os pontos nodais de onde partiam as bandeiras do período colonial português. A imagem pontua as primeiras investidas direcionadas ao Piauí a partir da Bahia, ou seja, não seguem o curso das águas do rio São

¹⁶ Segundo Nunes (2007) entre o início de 1600 e o século XIX, tribos da nação Tupi habitaram o Piauí. Foram elas: Acroás, Anapurus, Araiozes, Aranhis, Aruás, Cariris, Guanarés, Gueguês, Jaicós, Pimenteiras, Potis, Tabajaras, Tacarijus, Timbiras, Tremembés e Xerentes. Com a ‘invasão’ do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho e do português Domingos Afonso Mafrense, este pertencente à casa da Torre, empresa sediada na Bahia e cujos sócios estabeleciam a expansão de criação de gado na região, por volta de 1670, se deu uma política de extermínio dos nativos que não se submeteram aos brancos no território que compreende hoje os estados do Piauí, Maranhão e Ceará.

¹⁷ Disponível em: <https://santarosadeviterbo.wordpress.com/2013/03/24/bandeirantes/>. Acesso em 19 mar. 2020.

Francisco, o que era natural à época. A entrada colonial no território piauiense é, portanto, iniciada da Bahia/ casa da Torre. Um relato a respeito das incursões rumo ao sertão nos traz uma discursividade sobre as empresas jesuítas e pecuaristas que adentraram o Piauí.

A história se significa em sua inscrição na língua que materializa o acontecimento, qual seja, o de que, conforme Nunes (2007, p. 85), “em 1669, os Ávila entrariam em atrito com os jesuítas que vem destituídas as [...] residências e igrejas [...] porque temia a casa da Torre que viessem os missionários pedir terras para suas missões, ou melhor, para seus catecúmenos”. A força “expedicionária” que advinha da casa da Torre estava disposta a tomada de toda a terra, dando-se o direito instituído pela metrópole que se manifestava por meio da família Ávila.

Nas palavras de Nunes (2007, p. 85):

i. ¹⁸Garcia de Ávila representava, então, a casa da Torre, cujos currais já haviam também atingido o S. Francisco nos sertões dos Rodelas, provavelmente precedendo mesmo a ação dos Jesuítas, em certas regiões. Em meados do século XVII, pouco depois da retirada dos holandeses [...] já os criadores de gado haviam chegado aos pontos mais setentrionais do **S. Francisco** [...] Nesse momento, sem que se interrompa o avanço pelo **rio acima**, destaca-se mais vivamente **a marcha** para os vales do Piauí como uma variante na expansão colonizadora (Grifos meus).

As formulações “(rio) São Francisco”, “rio acima”, “a marcha” e “os vales do Piauí” sintagmatizam na língua um sentido que produz, como consequência, os questionamentos: que força provoca o deslocamento de seguir o curso ‘natural’ do rio São Francisco desviando-o “para os vales¹⁹ do Piauí”? O que havia rio acima e o que havia à esquerda do curso do rio São Francisco? Imagine se um território se expandir de uma distância de pouco mais de 900 km da cidade da Bahia, nome de Salvador à época, e adentrar todo um território ainda não ‘descoberto’, desbravando-o e anulando tudo o que de (in)humano houvesse. Nesse gesto, o Piauí passa a se constituir como um lugar mencionado enquanto “vales”, no plural. É na interrupção do fluxo ‘lógico’ de seguir o caminho das águas do rio São Francisco que irrompe o deslizamento para um outro fluxo hídrico, o do rio Parnaíba.

¹⁸ No intuito de objetivar o acesso aos fragmentos dos trechos que constituem materiais de análise optou-se por numerá-los.

¹⁹ Vales remete ao vale do rio Piauí, rio temporário que deu nome ao Estado.

2.2 Discursividades sobre o descobrimento

Conforme Orlandi (1990), descobrir seria ver para descrever e, neste gesto, dar a conhecer, fazer existir um território que passa a ser significado pela língua.

No processo de colonização do Piauí existe a necessidade de que uma terra habitada por povos originários só tem existência a partir de uma leitura, digamos, eurocêntrica. O coberto, o não sabido, passa a ser (des)velado pelo sujeito que se compreende europeu em um outro mundo, outro *cosmos*, o daquele que arrancará um povo, uma mata e inscreverá na terra tomada, uma nova estrutura a mando do rei que lhe ordenou: ‘povoe para mim!’.

O acontecimento do descobrimento em terras do Piauí irrompe nesse ponto de encontro, que já há uma terra a ser interpretada a partir do ponto de vista do bandeirante explorador. O território a ser tom[b]ado necessita da posse documentada. Desse modo, se levanta a posse do descobridor antes mesmo do descobrimento no discurso histórico, compreendido no discurso científico como evidente e transparente, conforme se textualiza em Brito (2018, p. 105). “Se [...] estudarmos as **causas determinantes da penetração de Jorge Velho e Domingos Afonso em território piauiense**, chegaremos à **evidência** que a prioridade histórica do descobrimento do Piauí, pertence ao paulista” (Grifo nosso).

Nesse funcionamento, o “[...] que o olhar abarca é o que se torna ao alcance das mãos. O visível (o descoberto) é o preâmbulo do legível: conhecido, relatado, codificado. Primeiro passo para que se assente a sua posse” (ORLANDI, 1990, p. 13). No caso do Piauí, pelo que se formula da autoria do descobrimento, mesmo com a causa que põe o bandeirante Jorge Velho e o pecuarista Domingos Afonso em relação numa espécie de disputa nos enunciados sobre a descoberta, o historiador intenta dirimir dúvidas sobre o pertencimento pela via cronológica que atribui ao bandeirante o ponto inicial da presença branca no território.

O encontro entre os dois homens brancos, Jorge Velho vindo do norte, Mafrense vindo do sul, tem a sua significação sócio-histórica, ambos relatam um para o outro o que viram e trocam impressões a respeito das ‘descobertas’.

Um encontro no sertão instaura a colonização do Piauí de dentro para fora, do sertão para o litoral. Descontinuidade se comparada com as cercanias nordestinas, nas quais o povoamento se dava arranhando o litoral. É por essas vias que as formulações historiográficas, que discursivizam o Piauí, se formulam como no dizer de Brito (2018, p. 107):

ii. O Piauí oferece uma exceção única, dentre os Estados do Brasil, relativamente à sua colonização: **ao passo que em todo país esta se fez do litoral para o centro, nele, marchou do centro para a periferia. É que o bandeirante penetrou primeiro o centro**, desbravando-o e a civilização, depois, obrigou a irradiação para a periferia (Grifos nosso).

A leitura discursiva do relato histórico faz irromper sentidos outros. A partir do enfoque sobre o termo ‘descobrimento’ é possível interpretar que, conforme Orlandi (1990, p. 14), “Descoberta significa, então conquista [...] Há uma cumplicidade do discurso das descobertas com o científico que lhe dá um modo de existência ideológico, que vai assim resultar em um “fechamento”: descobrir é dizer o conhecido”. O historiador se insere nesse fechamento em que o científico se inscreve.

O discurso de Brito²⁰ (1886-1946), materializa o discurso sobre o Piauí que se historiciza e se fecha em “descobrimento”, isto é, o discurso do descobrimento se materializa institucionalmente como segue quando Brito (2018, p. 107) demarca que:

iii. **Em 1672, Pascoal Paes de Araújo** seguiu para o norte, **penetrou o sertão de S. Francisco, chegou ao Piauí, donde seguiu depois, para o rio Tocantins** [...]. No norte [...] se pode considerar o rio S. Francisco como o eixo de toda a viação para o interior [...] quando Domingos Sertão ou o Mafrense penetrou nos sertões piauienses já encontrou no mesmo o sertanista Domingos Jorge Velho (Grifos meus).

O autor atribui a Pascoal Paes Araújo uma primeira impressão do território “descoberto” do Piauí. O termo “descobrimento” faz pensar no modo como uma formulação funciona em condições de produção determinadas, isto é, a partir do que formula Pêcheux (1997), na esteira da representação de uma posição-sujeito determinada ideologicamente, representação em que o sujeito se insere em relações de força e deve tomar uma posição. Nessa direção, o termo ‘descobrimento’, no período colonial brasileiro, não significa necessariamente achar algo novo, uma vez que o território do Piauí ficava entremeadado a duas capitanias que já existiam, a do Maranhão e a do Pernambuco, conforme pontuarei.

Ao acrescentar-se ao discurso da passagem de um bandeirante pelo Piauí que, não ficando, “seguiu depois para o rio Tocantins”, se percebe, nesse bolsão piauiense entre o rio São Francisco e o rio Tocantins, a possibilidade de discutir a característica das terras piauienses enquanto lugar de passagem, quando Nunes (2007, p. 100) formula que “[...] as vias

²⁰ Odontólogo de formação pela Universidade do Brasil, Anísio Brito (1886-1946), pesquisou a história do Piauí de modo agudo. O que apresento aqui advém do livro *Obra reunida de Anísio Brito* elaborado pela Academia Piauiense de Letras (2018). O pioneirismo do trato para com a história do Estado deu ao Arquivo Público do Piauí o nome Casa Anísio Brito.

comunicativas para a parte do Norte, abertas em 1695” se inscreviam nesse território, o Piauí. Há, portanto, um funcionamento do território do Piauí como conexão entre o Maranhão e a Bahia, através do rio São Francisco. O território piauiense era, então, um percurso terrestre por onde os caminhos se desdobravam na expansão pecuarista. Os deslocamentos dos vaqueiros, as instalações de fazendas e currais (nesse território) às margens dos rios faziam com que o Piauí servisse de intercurso.

Desse modo, o termo ‘descobrimento’, nas condições de colonização do Piauí não funciona como no discurso do descobrimento “do Brasil”, uma vez que, a palavra se significa de forma distintiva dadas as condições de produção. Descobrir o Brasil é dar a posse do território à metrópole Portugal. Descobrir o Piauí é forjar, na teia da história, um acontecimento discursivo que instaura a ‘farsa’ de que o território é um hiato, uma lacuna provocada pelo próprio processo de colonização do nordeste que se deu no litoral. A questão geopolítica e a própria cartografia do território textualizam tal ‘farsa’, há uma enorme distância entre São Luís e Recife/Olinda. A lacuna precisa ser preenchida com a prática bandeirante. Porém, a Casa da Torre, na Bahia, mais próxima ao ‘território-lacuna’, já se expande sobre o ‘hiato Piauí’ através de um outro processo, o de expansão dos rebanhos no sertão.

É preciso dizer que há um território desconhecido, é preciso adentrar esse território, fincar um marco zero que diga, como se disse na primeira missa, no Brasil, que o território foi descoberto. Um território cercado por outros territórios já existentes, capitanias já fundadas e instituídas. A capitania do Maranhão de um lado e as capitanias de Pernambuco e Bahia de outro. Toda essa conjuntura que se materializa discursivamente como “descobrimento” provoca um deslocamento que faz o discurso acontecer, ser acontecimento dito no dizer “descobrimento”. Isto faz uma disputa se marcar na discursividade da historicidade que trata do descobrimento do Piauí.

A ‘invenção do descobrimento’ integra, de certa forma, o território nordestino ao Piauí. Uma perspectiva defende ser Domingos Jorge Velho o descobridor/fundador, outra Domingos Afonso Mafrense. Defender que foi Jorge Velho é dizer que o território foi descoberto por uma vereda que se dá no rio Parnaíba e que vem do litoral para o sertão. Defender que foi Mafrense é dizer que o território foi descoberto vindo da Casa da Torre, logo, vinda do sertão para o litoral. De qualquer forma, os dois percursos significam no dizer. O descobrimento é fruto da expansão pecuarista sobre o território. Os dois ‘invasores’ quiseram adentrar um território que

precisava ser “descoberto” como espaço para a prática pecuária, muito embora já se soubesse que ele existia²¹ e que seu povo (r)existia.

Parece que o gesto de descobrir entra em um silogismo que faz remissão à necessidade de ser documentado, descrito, conhecido na forma material da língua, na discursividade, no documento. O registro do território oficializa a existência para o Estado português. E mesmo após descoberto, o território parece ter imposto o abandono litorâneo, uma vez que o povoamento se deu do sertão para suas cercanias. Movimento próprio da prática pecuarista que fez com que o Estado se afastasse do litoral. Justamente o ‘desinteresse’ pelo litoral fez com que o Piauí perdesse tanto da sua faixa litorânea para o Ceará e se expandisse em demasia para os rincões do sertão²². Marcar, registrar a tomada de um território pela denominação “descobrimento” é antecipar-se a qualquer tentativa de receber de outrem o ataque como um: ‘Esse território já era meu’ por meio da antecipação.

Os pontos tornam possível um delineamento discursivo que diz: > **Esse território é inédito** > **Não pertencia a ninguém, ninguém o detinha.** > **Eu [bandeirante/pecuarista] o descobri e tenho [Eu] o direito de possuí-lo em nome do rei.** Ao passo que dá abertura para a futura discursividade da emancipação política do Piauí.

Descobrir funciona, pelo discurso, na relação com ver o lugar. Com relatar o lugar, com chegar lá onde já se ouviu falar. Descobrir/expandir o território do Brasil é, no modelo colonialista, conquistar, a partir de um processo que, ao espriar o olhar europeu (sulista que diz e faz em nome do rei europeu), anula a perspectiva de quem foi invadido. Leio o rio São Francisco como o limite do conhecido, que faz margem com “mares nunca dantes navegados”, com um espaço habitado por monstros, com um abismo que se mostrou para os ‘conquistadores’ portugueses e espanhóis, pelo gesto da descoberta.

A interpretação primeira que advém não é brasileira ou de brasilidade, mas europeia. A higienização e o ato de expelir os gentios mostram aos conquistadores, aos agropecuaristas e

²¹ Há, portanto, nas condições de ocupação do território brasileiro, no que concerne ao nordeste do Brasil, uma distinção sobre o processo de colonização do espaço como sendo de fora para dentro (do litoral para o sertão) e de dentro para fora (do sertão para o litoral). Esta distinção significa discursivamente nas condições de produção de um discurso sobre o Piauí.

²² Esta questão abre para o modo como os discursos sobre o turismo no Piauí que se vê silenciado na relação com o discurso do turismo dos outros estados do nordeste. Há um imaginário das praias nordestinas e das arquiteturas coloniais vinculado ao litoral e que não tem o Piauí em seu conjunto. A entrada colonizadora pelo sertão impacta inclusive geograficamente o litoral piauiense que é o menor entre os estados litorâneos brasileiros. Não ter uma capital litorânea impacta a produção e circulação de um turismo, nas condições de produção do turismo no Nordeste, haja vista que a infraestrutura de Teresina, ao contrário das demais capitais nordestinas, atende as demandas de fora do litoral, dando a ela inclusive títulos como o de capital do meio norte. Além disso, em outro liame, há uma discursividade que circula no discurso do turismo que coloca as praias piauienses, a partir de suas poucas intervenções urbanísticas, na rota turística de um Brasil desconhecido e que suscita um ‘descobrimento das praias piauienses’.

aos bandeirantes portugueses e ‘brasileiros’ um novo território, já antes mencionado, mas que, nesse ato de fundação, passa a ser significado, visto pelo branco, passa a existir e deve ser (de)marcado.

Trata-se dos sítios do *Piagui* que, na visão do historiador, são terras de entremeio, conforme textualiza Pita (1878, p. 265):

iv. Neste tempo se ampliou mais a extensão das terras, que havíamos penetrado nos sertões de nossa América; porque **no ano de 1671 descobriram os sítios do Piagui, grandíssima porção de terra, que está em altura de 10° do N. além do rio S. Francisco para a parte de Pernambuco**, no continente daquela província e **não mui distante à do Maranhão**. Tomou o nome de um rio, que pobre o não devia ter para dar, pois corre só havendo chuva, e no verão fica cortado em vários poços (Grifos meus).

O lugar que se coloca, segundo o autor, como “grandíssima porção de terra” “descoberta em 1671”, “pobre” em águas, localizada “não mui distante à do Maranhão”, “além do rio S. Francisco para a parte de Pernambuco”, é o Piauí. O sentido de “descobrir” desliza e dele irrompe a falha que pesa sobre descobrir um “sítio do Piagui” que inexistente frente aos que o cercam e já ‘existem’. Dois territórios que não adentraram o sertão, deixaram-no virgem, um vazio a ser preenchido, mas que era lugar de passagem por aqueles que se deslocavam de uma capitania para outra.

Desse modo, entender a ‘descoberta’ como uma ‘farsa’ é deparar com aquilo que se passa no “teatro da consciência”, conforme (ORLANDI, 2012, p. 102; PÊCHEUX, 2014, p. 140-141). De minha parte, é preciso entender que essa farsa, tomada pelo discurso enquanto posição, precisa ser ‘encenada’ na textualidade para legitimar o discurso sobre a origem do Piauí sob os olhos da Europa (daquilo que a ela se reporta) e apagar, com esse gesto, o fato de a ocupação do território piauiense ser anterior, inclusive, aos próprios povos nativos dizimados no processo de colonização desse território, quando se pensa nas questões arqueológicas²³ envoltas ao sertão piauiense.

²³ Informações do Fumdam (Fundação Museu do Homem Americano) e do Iphan apontam o Parque Nacional Serra da Capivara, no sertão do Piauí, como sendo o lugar da presença mais remota do homem na América do Sul. O dito parque foi inscrito patrimônio mundial pela Unesco. O parque abriga mais de mil sítios arqueológicos constituídos de pinturas, gravuras e demais registros arqueológicos. Seus 130 mil ha o tornam uma das maiores concentrações de sítios pré-históricos por quilômetro quadrado do mundo. A posição da capital fora do litoral, impõe uma outra maneira de formular um discurso sobre o turismo no Piauí que se coaduna com outras formas de constituição de um turismo arqueológico como o que é vendido a partir da Serra da Capivara. As pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região da Serra da Capivara colocam em xeque a hipótese de que os primeiros hominídeos a chegarem na região sul da América teriam vindo da Europa, a partir do Estreito de Bering.

Na linguagem das cantigas, nas narrativas indígenas, nas figuras rupestres, nas cerâmicas, nos potes com defuntos hominídeos, enfim, nesses registros, lidos como período ‘original’, evoca gestos de leituras. Não se tem a origem, mas um dizer que significa, historiciza, o poder local.

A região do sertão piauiense é passagem, é encontro, é vestígio de memória, é entremeio, é zona de circulação de ‘ecos’ de discursos e ideologias. É descoberto, encoberto e descoberto novamente, ciclicamente. É zona de insurgimentos nunca dominados, pois não é possível lê-la inserindo-a em uma caixa de conhecimento do sertão, justamente pelos caracteres intempestivos que seus cactos espinhosos acobertam.

O sertão descoberto, que se funde ao Piauí, encapsula em sua configuração seu próprio processo de colonização. É, portanto, lugar de contradição, pois sua forma material se faz nas contradições que se apresentam frente ao dentro, ao centro e ao fora, ao litoral na relação com a periferia. Há uma contradição no ato de Domingos Jorge Velho, em sua empreitada bandeirante, vindo pelo mar/litoral, e Domingos Afonso Mafrense, em sua empresa pecuarista, vindo pelo rio São Francisco/interior, pois ambos se encontram no sertão e se deparam com um já sabido sobre os sítios, assim, o que se configura discursivamente não é um descobrimento, mas um (re)descobrimento, um (re)conhecimento.

2.3 O processo de deslocamento político do Piauí

Os dizeres sobre o Piauí inserido nas jurisdições às quais esteve submetido provocam toda uma determinação oriunda da inscrição do território e dos sujeitos que o regem sob a égide de um poder já instituído. As práticas discursivas são, portanto, afetadas pelo discurso na ideologia dominante que age pelo político, de acordo com as condições históricas que se impõem sobre o novo. Há toda uma força atrelada às práticas políticas que impõem um pertencimento do novo àquilo que já existe.

Para tratar do discurso, do sujeito e da ideologia é, em si, lidar com a formação discursiva a partir da posição-sujeito que diz e dos efeitos de sentido da materialidade discursiva. Desse modo, é preciso compreender a noção de formação discursiva a partir do que Orlandi (2015, p. 41) define, “[...] como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. A partir dessa compreensão avanço sobre os processos discursivos que dizem

daquilo que, em condições específicas, determinam a posse do Piauí à casa da Torre, a partir das tomadas de posição do sujeito piauiense.

Para tanto, é preciso dizer que as relações de força não deixam de agir pelos deslocamentos de reconfiguração da “posse” do território. O político valida e sustenta a defesa de uma independência, que provém do econômico/capital. Assim, quando se justapõe na língua um dizer que significa uma imagem constitutiva de um sujeito metamorfoseado no discurso historiográfico como o de Nunes (2007, p. 104): “O bandeirante transmuda-se em curraleiro, encourado, centauro do Nordeste, nômade, solitário, individualista, temerário. Adapta-se à contingência duma nova vida. É o herói obscuro do povoamento da hinterlândia brasileira”, esse dizer manifesta o movimento dos modos de constituição do sujeito piauiense em diferentes tomadas de posição. Nas palavras de Orlandi (2015, p. 41), essas posições são modos de “regionalizações do interdiscurso”. Essa justaposição de termos sobre o paciente da ação verbalizada em algo, o sujeito, que “transmuda-se em [...]”, no movimento dos sentidos do sujeito piauiense, traz a metáfora que se faz pelos deslocamentos: “bandeirante”> “curraleiro”> “encourado” ..., de modo que a cada uma dessas palavras se reconfigure a projeção imaginária da posição sujeito piauiense.

Há, portanto, uma formação discursiva dominante do sujeito, enquanto posição, que o lança na identificação com uma dada formação discursiva que se materializa na linguagem e que “[...] representa as formações ideológicas que lhes são correspondentes. [...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2014 a, p. 198).

Pensar o sujeito que se atravessa no gesto político de inserir-se em um território já dominado é entender que ele, o sujeito colono que incide no sertão, o sujeito sertanejo habitante do Piauí se desdobra e se insere no pré-construído que é, para Pêcheux (2014 a, p.198) “[...] o “sempre-já aí” da interpelação ideológica que fornece – impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade – o “mundo das coisas” e articulação ou efeito-transverso (que, como dissemos, constitui o sujeito em sua relação com o sentido”. Desta feita, é possível compreender que já há um lugar a que este novo, este Piauí deve se acoplar, se anexar, deve ser território: a “hinterlândia brasileira”, o sertão nordestino.

Na historicização de Albuquerque Junior (2013) sobre a expressão “Nordeste” e suas relações identitárias, o autor pontua que o termo fora cunhado pelas elites regionais – principalmente a partir de Pernambuco – as quais construíram as ideias de “Nordeste” e “identidade regional nordestina” por volta da década de 1920. O termo “Nordeste”, segundo o autor, convive com o de sertanejo no período recortado. Inclusive, o termo “nordestino” inicia

um processo de nomeação primeiramente marcado entre Alagoas e Ceará e que foi, conforme o autor “sendo às vezes aplicado para nomear também os habitantes do Piauí e Maranhão, com menor frequência” (idem, p. 138). A perspectiva histórica das formulações “Nordeste” e “nordestino” faz pensar, pelo discurso, o modo como o pré-construído de uma unidade nordestina homogênea e artificial significa nacionalmente a partir de um ideário forjado por uma elite que discursivamente caricaturou o Nordeste. A formação imaginária nordestina unificada pelo gentílico “nordestino” parte dos mesmos liames administrativos do espaço colonial em que se estabelece o território piauiense, Pernambuco.

O nordestino enquanto produto de metamorfoses histórico-sociais é tido por Albuquerque Júnior (idem, p. 229) como “um ponto de encontro entre certo número de acontecimentos históricos, é fruto de um conjunto de operações de construção de um sujeito histórico, de um sujeito regional, de um personagem extremamente importante para a história política e cultural do Brasil”. Sujeito este que, muitas vezes, é escamoteado pela tentativa de representar, pelo sotaque, pelos atrativos, pela culinária, pela música, enfim, pela cultura como um ser uniforme e constituído a partir do mesmo lugar.

O “sempre-já aí” é o Pernambuco, a Bahia ou o Maranhão, pois, conforme Pita (1878, p. 267), o Piauí, “[...] he capitania sogeita a tres jurisdicções”. Assim, o fato de a capitania do Piauí ser “sujeita a três jurisdicções”, antecipa uma complexidade na organização de sua gerência, uma vez que deve atentar-se aos critérios constitutivos de sua configuração enquanto capitania, “Uma vez que tem Capitão Mor, ordenanças e uma vila” (idem, *ibidem*).

Nas condições históricas do Brasil colônia, a fundação de vilas era um gesto autorizado pelo rei. Do mesmo modo, a intervenção maranhense na fundação da vila permite interpretar, pelo movimento da linguagem, que a vila sofre desmandos maranhenses, pernambucanos e baianos que incidem sobre o espaço-temporal do Piauí, até que o sujeito em uma posição-sujeito piauiense, se instale marcado por uma identificação piauiense.

No documento de Pita (1878, p. 167) lê-se ainda: “[...] huma Villa, que o Serenissimo Senhor Rey D. João V. mandou fundar pelo Doutor Vicente Leite Ripado, Ouvidor do Maranhão, o qual a erigio no anno de mil e sete centos e dezoito”. O fato de linguagem diz de uma das jurisdicções que atua sobre a capitania do Piauí, a do Maranhão. A existência de uma vila na capitania lhe confere uma sede, uma representação urbana que possibilita notar a presença de Portugal. Pelo discurso histórico, há, todavia, que a mera marcação cronológica “mil e sete centos e dezoito” diz o suficiente de todo um processo histórico decisivo para a existência do Piauí como capitania.

O documento, conforme Pita (1878, p. 167), textualiza: “[...] **huma vila** [...] com a invocação de Nossa Senhora da Victória, e o título de Moxa, nome do sitio em que está. Os dízimos da Capitania, que se costumão **rematar em Pernambuco, agora se remataõ no Maranhão**”. Desse modo, o documento instaura uma relação temporal que inscreve discursivamente a história do Piauí em um antes e um depois da vila de Mocha e da capela de Nossa Senhora da Vitória, visto que antes da vila de Mocha já havia a igreja que vinculava o povoado a Pernambuco. No entanto, a fundação da vila no povoado fez com que o erário antes recolhido por Pernambuco fosse deslocado para o Maranhão. As relações de sentido são atravessadas por uma questão capitalista que configura o sujeito interpelado pelo jurídico.

Nos termos de Orlandi (2015, p. 43):

[...] a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade [...], apaga o fato de que ela resulta de uma identificação: o sujeito se constitui por uma interpelação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva – que, em uma sociedade como a nossa, o produz sob a forma de sujeito de direito (jurídico). Esta forma-sujeito corresponde, historicamente, ao sujeito do capitalismo, ao mesmo tempo determinado por condições externas e autônomo”.

A transferência dos dízimos de Pernambuco para o Maranhão marca o deslocamento da influência política, religiosa e financeira do Piauí de uma capitania para a outra. O que também se nota é o modo em que a questão do religioso marca a denominação do poder local.

O texto, segundo Pita (1878, p. 167), diz ainda sobre o destino dos dízimos arrecadados: “[...] para da sua importância se pagar à Infanteria do Presidio daquela Praça”, ou seja, as armas do Maranhão são as beneficiadas pelo erário piauiense.

No que concerne às alegações dos motivos da jurisdição tríade do Piauí no período colonial, o fato se justifica, segundo Pita (1878), pelo tamanho da capitania do Piauí que não se vê subordinada a uma única província:

sendo tanta a extensao da Capitania do Piaguí, que não cabendo em o dominio de huma só Provincia, está sogeta à jurisdicção de tres ; no espirital ao Bispado de Pernambuco, no temporal ao Governo do Maranhão, e no Cível à Relação da Bahia.

Figura 2 - Documento discursivizando o espaço piauiense
Fonte: Pita 1878.

O documento registra a existência do território articulando-o às três esferas de poder. A sujeição da capitania do Piauí ao Maranhão, como aduz o documento, se dava pela jurisdição temporal, de modo a encapsular tanto o governo quanto o político. O que leva à interpretação

do motivo de o capital também ser para lá direcionado. Do mesmo modo, no nível “cível” o Piauí estava juridicamente subordinado à capitania da Bahia e no religioso à capitania de Pernambuco. Esse modo de constituição marca, pelo movimento de linguagem, as distintas posições que se circunscrevem: a executiva sob tutela maranhense, a judiciária sob a égide baiana e a religiosa submissa ao bispado pernambucano.

Dessa maneira, o sentido constitutivo de Piauí está marcado pelo fato de estar assujeitado a Pernambuco, à Bahia e ao Maranhão, até que se interponha a ele a independência nos planos “espiritual”, “temporal” e “cível”, viabilizando o cessamento de modos ideologicamente demarcados na história de sua jurisdição. O que é possível, nas palavras de Orlandi (2015, p. 45), até que se rompa essa forma de “espessura material do significante”, ou seja, essa materialidade posta em funcionamento em condições históricas e discursivas permitem interpretar o Piauí pela memória que o faz significar na dependência. A irrupção dessas formulações a partir de outras que digam do incômodo da posição-sujeito, permitirá que a estrutura dessa capitania se efetive e que sua emancipação se torne plena.

2.4 Contraidentificação e identificação no processo de constituição do sujeito piauiense

O percurso histórico incide necessariamente em uma infraestrutura piauiense nas condições de produção colonial, a saber: i) a econômica, tutelada não mais pela casa da torre/Bahia, mas pelo Maranhão; ii) a instância jurídica, tutelada pela Bahia; iii) a instância espiritual, marcada na fé católica, tutelada por Pernambuco. A fé, conforme veremos, atravessa todas as outras instâncias elevando ou justificando o jurídico e o político constitutivos da formação social-discursiva sobre o Piauí.

Haroche (1992) diz do modo como a subjetividade significa a individualização do sujeito, isto é, de como ele passa a ser isolado no discurso. É nesse lugar que o sujeito se posiciona, pela visibilidade na relação que se estabelece entre ele e o outro. Assim, nos termos da autora, “A “determinação religiosa”, a “determinação institucional”, depois a “individual”, constituem, assim, uma sequência de etapas cruciais que permitem retrazar a história do processo de autonomização aparente do sujeito” (idem, p. 26).

No que concerne ao sujeito religioso, a autora diz que sua compreensão não é a mesma do sujeito jurídico, pois o que se percebe é justamente o processo de deslocamento do domínio religioso para o domínio jurídico atravessados pelo domínio político.

Ao se compreender a determinação, “em sua relação com o sujeito [...] noção ligada aos sistemas religiosos e posteriormente jurídicos [...] que encontra inicialmente a existência de uma determinação completa do sujeito pela ordem religiosa, posteriormente uma determinação pelo aparelho jurídico” (idem, p. 179), é possível entender como o processo de constituição do sujeito em condições de produção coloniais se dá em um atravessamento entre instâncias religiosas afetadas pela ordem do político.

O sujeito não se percebe enquanto resultado da história que o constitui. Em termos discursivos deve-se compreender o sujeito, por meio de uma contradição que lhe é constitutiva, instaurada por meio daquilo ao qual se submete, a língua, mas que nos termos de Orlandi (2015, p. 48), “[...] é determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos”, isto é, na sua forma histórica o sujeito se constitui, o que o coloca em uma submissão à língua. O sujeito acredita ser o autor enquanto, de fato, detém a ilusão de ser a origem do dizer. Isto faz pensar sobre esse ‘efeito de autonomia’ do sujeito que se compreende pelo discurso nos tratos político e religioso. É necessário também entender que esse assujeitamento é incontornável.

Desse modo, os dizeres do Piauí do período colonial são apreendidos por uma memória sócio-histórica desse território *a priori* como um conjunto de sítios, os “sítios do Piauí”, sendo deslocados para outra discursividade a respeito desse território enquanto capitania. Isso produz um deslocamento constitutivo do sujeito piauiense que passa pelos processos de identificação/desidentificação/contraindificação; o que faz insurgir-se um sentimento de independência do Piauí que reverberará no tornar-se capitania.

No processo de identificação do sujeito piauiense atua aquilo que para Pêcheux (2014a) seriam os pré-construídos, a partir dos quais, ideologicamente, se levanta uma questão a ser reiterada a ponto de fazer com que o sujeito, por adesão, se identifique com uma dada formulação e a ponha em circulação. Nesse funcionamento discursivo coloca-se em relação um pré-construído que Pêcheux apresenta como passível de circulação e remete às condições de produção da Primeira Guerra Mundial, a saber: a “Identificação de cada sujeito francês com o Sujeito-França” (idem, 2014a, p. 210). Em outras palavras, o gesto político de pertença, de identificação.

A partir das relações de força que atuam no processo de constituição do sujeito, uma disputa ideológica em torno do domínio de terras é travada no Piauí em seu processo de constituição política, disputa que também lança mão de pré-construídos. Para articular a questão levantada por Pêcheux nas condições de produção francesas, pelo movimento semântico da paráfrase, é possível compreender a (re)configuração do sujeito piauiense nas condições de produção coloniais do Brasil, a saber: a Identificação de cada sujeito [piauiense] com o Sujeito-

[Piauí]. O entendimento de tal identificação requer o advir das condições outras que materializam, na língua, os processos discursivos. A partir dessa formulação, é preciso recuar e entender o que são a contraidentificação, desidentificação e identificação nesse movimento de retorno e refutação que fazem parte da forma material do sujeito.

O sujeito se identifica com uma dada formação discursiva pela memória, ou seja, “[...] o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade” (idem, p. 199). Nesta tomada de posição, em sua descentração, o sujeito que interesse em compreender como piauiense, pensa ser livre para decidir. Na ilusão de que ele é quem decide ser independente de uma capitania ou outra, acaba por entrar numa farsa que pensa ser a verdade²⁴ e que lhe esconde o que faz ‘de verdade’. Nestes termos, o sujeito “[...] realiza seu assujeitamento” (idem, *ibidem*). Assim, ocorre o recobrimento de todo um processo que se passa e do qual o sujeito, iludido, pensa ser o dono da razão e da escolha, não percebendo que pela língua a ideologia age sobre/por meio/através do discurso fazendo com que se sinta identificado com o Piauí.

O discurso daquele que quer um Piauí autônomo toma força e adesão dos outros que com ele se identificam sem perceber o modo de funcionamento do político, pela linguagem, que atravessa o próprio deslocamento administrativo que já está intervindo sobre ([sobre]determinando) o território piauiense. Pela formação esses já-sujeitos rememoram o que são, o que foram e o que deve ser o Piauí, pois “[...] o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade””. (PÊCHEUX, 2014a, p. 199).

Desse modo, no processo de colonização do Piauí, sujeitos já constituídos, a depender das condições de produção, formam discursivamente suas identificações, uma vez que o sujeito é, por meio do

[...] teatro da consciência [...], chamado à existência” (idem, p. 140-141)
Assim é que, sendo ele “[...] sempre-já-sujeito [...] e em seu jogo de “identidade de sujeito, de uma coisa ou de um acontecimento [...] nos leva a colocar, em ligação com esse sintoma, a existência do que chamamos [...] um processo do significante, na interpelação-identificação” (idem, *ibidem*).

Nesse sempre já-lá, no qual o sujeito já existe, seus deslocamentos entre as diferentes formações discursivas, isto, é no dizer sobre o Piauí na colônia, na metrópole, em sua autonomia

²⁴ Ao dizer sobre a verdade, a tomo, pela Análise de Discurso, enquanto efeito de sentido, enquanto efeito verdade.

política, esse sujeito se constituiu discursivamente como *colono, sertanejo, protótipo, habitante*.

Nunes (2007) aponta o embate entre os magnatas da casa da Torre e os pecuaristas já-piauienses que já não se identificavam com o modo de ser, do político, submetido aos ditames vindos de fora do Piauí. Uma luta de classes condizente com as relações de forças manifestadas no Piauí inscreve nas marcas discursivas um novo processo, o de desidentificação. O sujeito piauiense, pelo dizer do autor: “É o herói obscuro do povoamento da hinterlândia brasileira. Serve para a associação dos nódulos populacionais do Brasil colonial [...] Em tão rápido decurso do século XVII, obraram aqueles vaqueiros um verdadeiro milagre de realizações” (idem, p. 104).

O movimento discursivo de (re)formulação do sujeito piauiense, no processo de identificação, tece no/pelo discurso histórico o modo sobre como o sujeito piauiense se concebe em sua identificação. Ao iludir-se de que seja ele quem se identifica, como se nada agisse sobre ele, como se nada lhe empurrasse a querer ser ou estar, o que se instaura é uma tomada de posição-sujeito determinada.

[...] por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) *com respeito ao que o “sujeito universal” lhe dá a pensar*”: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. Essa reversão apresenta traços linguísticos: “*aquilo que você chama crise [X], suas [Y], tua [Z]* (como se alguém dissesse “tua neurose”!). (PÊCHEUX, 2014a, p. 199) (Grifos meus).

Para articular o deslocamento que se dá no processo de assujeitamento da tomada de posição no processo de identificação e na contraidentificação, é necessário (des)sintagmatizar o discurso de Nunes (2007) que diz na posição de historiador em sequências discursivas (doravante SD):

SD1: O bandeirante transmuda-se em curraleiro, encourado, centauro do Nordeste, nômade, solitário, individualista, temerário.

SD2: {o bandeirante} Adapta-se à contingência duma nova vida.

SD3: {o bandeirante} É o herói obscuro do povoamento da hinterlândia brasileira.

SD4: {o bandeirante} Serve para a associação dos nódulos populacionais do Brasil colonial.

As formulações permitem compreender as diferentes formações discursivas, cada qual em uma dada posição ideologicamente marcada. O que se percebe, pelo discurso, refere-se à posição sujeito, o bandeirante, o desbravador do Piauí, aquele que, vindo de fora para descobrir o que ainda não existia, expulsou o tido como selvagem pelo bandeirante, aquele que ao

(r)existir torna-se empecilho perigoso, imprevisível. Não é com o nativo que o sujeito piauiense em processo de ‘vir a ser’ se identifica. Ao contrário, é contra ele que tal sujeito se põe contra e se aproxima do bandeirante.

Na relação entre o nativo e o invasor, o piauiense se aproxima das práticas bandeirantes. O nativo é expelido, o bandeirante “transmuta-se”. Esse transmutar-se reconfigura uma dada identificação.

Ocorre uma incompreensão do assujeitamento a uma força que se impõe pela linguagem. Há o lugar de insurgência do sujeito, lugar no qual já se encontra o sujeito, o bom sujeito, que se identifica e que, nos termos de Pêcheux (2014a, p. 199) “[...] realiza seus efeitos “em plena liberdade”. É desse modo que, por meio das sequências discursivas, enuncia que esse sujeito, no curral é curraleiro, no vestir-se de couro é coureiro, ao se fundir com o gado equídeo e trazer em sua constituição física traços da Europa medieval num outro *cosmos*, o do sertão, ou seja, por ser vaqueiro, é centauro do nordeste. Assim, pelo processo de assujeitamento, o sujeito se marca enquanto posição e se significa sócio-historicamente.

A posição sujeito piauiense que, ocupando a “hinterlândia” a povoa, o coloca já contraidentificado com a bandeira sulista. Tal sujeito não se compreende mais enquanto bandeirante, mas como um vir a ser que não é bandeirante. Nesse processo de contraidentificação o sujeito piauiense se constituirá, tomando posições outras. Nesse liame, a posição-sujeito piauiense tem sua pertença a uma discursividade relativa ao Piauí. Já se adaptou à terra que, nele, é dele. Se nega a ser os outros adjetivos (já citados), pois tomou uma posição que já se contrapõe a elas porque, em constante deslocamento das demais posições, se desidentifica. Se o sertanejo é o sujeito universal, para constituir-se piauiense, é contra o sertanejo que deve se contrapor. Por isso, como já pontuei, a necessidade de pensar o termo “nordestino” na antonímia com o sertanejo, porque especifica um sujeito nordestino.

Em formulações como “a primeira hora da **ereção da capelinha de N. S. da Vitória**” e “**Casa da Torre e seus sócios eram senhores de todas as terras do Piauí** que arrendam a quem as quer **povoar de gados**” (NUNES, 2007, p. 105) (grifos meus), textualizam relações de forças que podem reverberar em uma resposta, a saber: ‘já temos igreja nossa, já temos padroeira própria a evocar (Nossa Senhora da Vitória), contra a inexistência de capital (já temos nossa vila). Já não nos identificamos com o que é ser Pernambuco, muito menos com o que é ser Bahia, porque somos Piauí’. Isto é, contra toda uma prática discursiva que se emaranhava sobre um território que de tão vasto pertencia em cada esfera a uma jurisdição, o sujeito, ou a forma-sujeito:

Em suma, o sujeito, “mau sujeito”, “mau espírito”, se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “interdiscurso” como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do discurso-contra (isto é, contradiscurso)” (PÊCHEUX, 2014, p. 199-200).

Há uma memória que diz de um lugar ao qual esse sujeito já pertenceu em uma determinada formação discursiva de onde ele se posicionava. O que ele diz em sua “contra-identificação” é dito a partir dessa memória de história e de língua para apontar as exterioridades do discurso que já foram defendidas a partir do interior das formulações, ou seja, antes de se contra-identificar com uma dada posição, o sujeito piauiense já se posicionou favorável a ela em uma dada formação discursiva que diz a partir de sua memória discursiva.

2.4. 1 O modo de significação do processo de desidentificação do sujeito piauiense

Nunes (2007, p. 105) relata a respeito de acontecimentos que textualizam as relações de força estabelecidas nas condições de produção de discursividade sobre o sujeito piauiense:

v. A interferência [...] arrefeceu a exaltação de Serra, e mais tarde, quando **Mocha foi elevada à categoria de vila, vemos um dos herdeiros dos primitivos mafrenses a pedir a El-Rei indenização das terras que passaram a construir patrimônio da primeira sede municipal da Capitania [...] Esses desentendimentos ocorreram [...] desde a primeira hora da ereção da capelinha de N. S. da Vitória.** Os magnatas que vinham firmando seu poder na vasta bacia do Parnaíba. (Grifos meus).

A materialidade discursiva acima oferece como leitura possível “o fato” a saber: a freguesia sofreu tentativas de impedimento de sua saída do solo, da tentativa de florescimento urbano, elemento imprescindível ao processo de instauração de uma sede, um organismo político, em detrimento de uma célula empresarial da casa da Torre. Na nebulosa noção de posse, que passa por instâncias distintas, Igreja, reino e empresa são atravessados por distintos discursos, por movimentos da ordem do político que se significam pela língua.

O espaço que se instaura entre os rios São Francisco e Parnaíba e depois entre este e o Poti é o de um entre rios, o de um entremeio, marcando-se como lugar de exterioridades que intervém sobre o lugar, fazendo irromper disputas de ordens próprias. Um desses embates é o que se deu entre a Igreja e a empresa²⁵. Não se trata aqui de pensar capital já nos moldes capitalistas em que essas disputas territoriais, a partir de relações de força pecuaristas e

²⁵ A casa da Torre é nomeada enquanto empresa por diversas vezes no discurso historiográfico de Nunes.

religiosas se deram, mas é oportuno pensar que já se encontra ao menos o protótipo da disputa pelo espólio, neste caso, pela terra enquanto moeda, enquanto capital.

Mocha irá (r)existir e quanto a isso a empresa casa da Torre nada pode fazer, mesmo tendo agido com uso da força para derrubar a ‘boa obra’, a ‘casa de Deus’ deve permanecer ereta. E o primeiro defensor deve ser o povo:

SD 1: A interferência [...] arrefeceu a exaltação de Serra [...] **quando Mocha foi elevada à categoria de vila [...] pedir a El-Rei indenização das terras que passaram a construir patrimônio da primeira sede municipal da Capitania**²⁶ (Grifos meus).

Na SD 1, a terra é a moeda de troca sobre a qual exige-se indenização. A existência da vila é a perda de terra. Conforme surge, se expande, se espraia sobre o território piauiense, sem que se controle até onde pode ir seu limite, uma vila representa para a casa da Torre, a perda de influência sobre a terra. Por ser uma perda irreparável, o que se deve pedir ao rei é dinheiro em troca da terra que se esvaiu de seu domínio.

SD1: Esses desentendimentos ocorreram [...] **desde a primeira hora da ereção da capelinha de N. S. da Vitória**.

SD2: **Os magnatas** que vinham **firmando seu poder** na vasta **bacia do Parnaíba** eram de egoísmo e prepotência excessivamente brutais.

SD3: Miguel de Carvalho [...] havia **denunciado que a Casa da Torre e seus sócios eram senhores de todas as terras do Piauí** que arrendam a quem as quer povoar de gados.

SD4: desta sorte estão introduzidos donatários das terras **sendo só sesmeiros** para as **povoarem com gados seus**.

SD5: com referência **à igreja que construirá [...] queriam fundada debaixo do título de sua**.

SD6: **Tudo no Piauí deveria pertencer a esses absentistas do litoral** que pouco estavam fazendo pelo engrandecimento da terra.

É possível observar, pelas distintas formulações, a posição dos pecuaristas vinculados à casa da Torre. O que se marca também é o discurso da posição-sujeito religioso no território piauiense além da ganância por terras, um efeito de sentido constante nas práticas discursivas coloniais. Ao mensurar a escolha entre o gado e as almas, a denúncia se instaura, pelo discurso, em uma ‘gula’ por gado. A ‘gula’ por almas, por um outro gado, um rebanho de almas a ser convertido à ‘fé verdadeira’, atravessa os ‘ativistas’ da Sé e não é tido, pelos que o denunciam, como um discurso do mal entrelaçado na interdiscursividade. A identificação com a colheita de almas é uma benesse ao passo que a colheita de gado é um malefício, como se vê no relato seguinte, que materializa a omissão dos poderes e auxilia o predomínio do sentido despótico da casa da Torre:

²⁶ Nunes (2007, p. 105).

vi. [...] o **Padre Ascenso Gago** [...] dá informações, e mais contristadoras [...] **os povoadores da Casa da Torre** [...] que **mais zelam os seus gados que o bem das almas** [...] conduzindo seus currais até ao pé da Serra da Ibiapaba, **donde se retiraram para o Parnaíba os tapuias** [...] **dificultavam os vaqueiros a ação catequética**. Não satisfeitos **com tanta terra**, já **intentavam** conquistar **sítios entre a Serra e o mar** [...] Procurou intervir junto aos curraleiros, a favor de seus catecúmenos, mas **foi intimidado** por aqueles [...] **termina sua carta** [...], Porém tudo se pode crer **dos que em este sertão tão distante, fora das justiças e governadores, e tão esquecidos de Deus**, vivem à lei da vontade, sem **obedecer** a outra alguma, mais que **à Casa da Torre, de que dependem**. [...] determina a Corte “**que os possuidores de terras no Piauí** que as não cultivassem por si, seus feitores, colonos ou constituintes, as perdessem, e que **as mesmas terras fossem dadas a quem as denunciasse** [...] Por essa época, já o Padre Carvalho talvez estivesse em rumo de Lisboa onde iria defender não apenas o interesse dos **íncolas do Nordeste brasileiro**, mas sobretudo o interesse dos **verdadeiros colonizadores da bacia do Parnaíba**, que estavam sendo esbulhados em seus direitos naturais por magnatas absentistas, impiedosos e que usufruíam o fruto de seu trabalho. (NUNES, 2007, p. 105, 106) (Grifos meus).

A nova elite, no entanto, se sobredetermina nas bases que destitui, ocupando o lugar de comando da nova capitania. Ao dizer “verdadeiros colonizadores”, a Igreja se inscreve em uma posição x que instaura uma nova maneira de funcionamento ideológico, que até então circulava, o de que os colonos eram os sócios da casa da Torre, os bandeirantes. Nessa discursividade, a santa Sé traz uma nova prática discursiva instituindo aqueles que defendem como sendo os colonos “verdadeiros”, aqueles que querem o bem da terra e não sua exploração. A terra torna-se fator que desencadeia o discurso sobre o poder de posse, de apropriação; essa se instaura em uma integração relacionada ao que Pêcheux (2014a) toma pela desidentificação, ou seja, “[...] integração designa, de fato, o caráter historicamente novo da prática ideológica do proletariado, que consiste [...] em trabalhar de maneira explícita e conseqüente sobre a forma-sujeito” (idem, p. 201).

Os pressupostos do autor permitem fazer remissão ao discurso de emancipação do Piauí e a construção de sua identidade. Trata-se, discursivamente, da prática ideológica da posição-sujeito histórica de um bandeirante em uma discursividade que diz sobre o sujeito em sua relação com a terra. O que cuida da terra de quem a tem, ou seja, o “centauro do nordeste”, o cavaleiro encourado, pois, pela prática “proletária” que o sertão impõe, materializa, ideologicamente, um corpo humano fundido a um corpo equino em prol de um enriquecimento que não é seu.

Pêcheux (2014 a) atrela ao subjetivo e ao discursivo uma modalidade que permite traçar a compreensão sobre o processo da desidentificação. Trata-se de uma modalidade que se

integra aos efeitos de práticas científicas, políticas e proletárias a partir da posição da empresa casa da Torre e seu proletariado em condições de produção de um capitalismo no/e sobre o espaço colonial²⁷. Há uma força ideologicamente estabelecida no sertão piauiense que se estrutura sobre a posição-sujeito sertaneja. Essa forma assume-se vaqueiro e sesmeiro, o dono da terra e seu “vassalo”. Expelida a empresa (indústria de gado?) casa da Torre e seus sócios, “[...] o caráter historicamente novo da prática ideológica do proletariado [age sobre] a forma-sujeito” (idem, 201), intervém sobre essa forma, trabalhando uma reconfiguração a partir da atualização da identificação do sujeito sertanejo piauiense, que já não é o bandeirante, mas o vaqueiro, que já não é o braço da casa da Torre nem o seu sócio, mas o sesmeiro pecuarista ‘nativo’.

O discurso que materializa o dizer no processo de identificação, diz sobre o processo de deslocamento de identificação do sertanejo. A projeção da formação imaginária sobre os desbravadores bandeirantes, primeiro como detentores do heroísmo, passa por uma reconfiguração na qual a posição-sujeito explorador, sanguessuga e despreocupado com o desenvolvimento do território piauiense entra em discursividade pelo religioso. Há nisto uma prática política que se desloca da casa da Torre e se aloja sobre o “proletariado” vaqueiro, produzindo efeitos de sentido, sobre esse “proletariado” no que se refere a

[...] desidentificação, isto é, de uma tomada de posição não-subjetiva [...], essa desidentificação é correlativa do fato, já mencionado, de que os conceitos científicos não possuem “um sentido” apreensível no funcionamento de uma formação discursiva, o que acarreta, ao mesmo tempo, o fato de que, enquanto conceitos, não há nenhuma “representação” que lhes corresponda (PÊCHEUX, 2014a, p. 201).

²⁷ Lembro aqui o que diz Althusser (1967, p. 13) quando tratando do fato de que Marx “não nos deu uma teoria desenvolvida dos outros modos de produção”, nos deu o capital enquanto modo de produção capitalista. Estamos aqui provocando uma aproximação desse colonial o tomando em conjectura, assim como o autor quando nos diz que “Marx não nos deu uma teoria desenvolvida dos outros modos de produção – modo de produção das comunidades primitivas, modo de produção escravagista [...] asiático, [...] germânico, [...] feudal, [...] socialista, [...] comunista, mas somente indicações ou esboços [...] não nos deu [...] uma teoria das formas de transição de um modo de produção determinado”. Por isso, inserimos em condições de produção distintas esse modo de produção “colonial” no nível de um também esboço do qual partimos para provocar nossa fissura interpretativa. Inclusive, no modo de produção feudal, característico de como foi pensada e de como funcionou a economia do Brasil colônia, com a ênfase na propriedade de terra enquanto bem acumulado em muito se assemelha ao modo de produção colonial. A ponto de fazer com que os “vassalos” piauienses frente aos “nobres” da casa da Torre se rebelem, acumulem terras adquirindo a posse das mesmas e constituam-se como “proto-burgueses”, mas ainda muito mais próximos de serem “proto-nobres” pelo fato de manterem demasiada parte da estrutura administrativa e econômica de um *status quo* anterior. Um território se torna livre de uma casa, mas ao invés de lutar para ter uma estrutura de capitania, continua a ter estrutura de território num contrassenso que quase não consegue vencer, e vencer é ter mancha urbana frente a ter fazenda com casa grande.

Não há uma correspondência fidedigna entre o conceito científico de proletariado e o histórico, cultural de vaqueiro, uma vez que as condições de produção dessa formação discursiva dizem de lugares e de tempos distintos. A questão coloca em relação o funcionamento do conceito de proletariado bem como a noção de sertanejo, dividido em vaqueiro e sesmeiro, para a compreender o sujeito piauiense enquanto vaqueiro e enquanto sesmeiro já atravessados pelo efeito do capitalismo.

Nesse entendimento, a desidentificação

[...] constitui um trabalho (transformação-deslocamento) e não sua pura anulação. Em outros termos, esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas “de tipo novo”. A ideologia “eterna” enquanto categoria, isto é, enquanto processo de interpretação dos indivíduos em sujeitos – não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo às avessas, isto é, sobre e contra si mesma, através do “desarranjo-rearranjo” do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo). (PÊCHEUX, 2014a, p. 201-202).

Há um processo de transformação do Piauí ao deslocar-se a identidade de tal território, em termos políticos, à de capitania. Não é apenas a anulação de uma discursividade que atravessava o território dizendo que ele pertencia a uma empresa, a casa da Torre (empresa responsável por trazer o *status* de descoberto e que detinha sua posse) pelo fato de ter sido a responsável pela devassa, invasão, ocupação, descobrimento, colonização. O que se interpõe é a tendência da casa da Torre de anular qualquer tentativa de instauração de uma civilização, de uma urbanidade²⁸. Portanto, o dizer da casa da Torre estava vinculado à posse e exploração de terras que deveriam se restringir à prática pecuarista dos sesmeiros.

Uma disputa por poder e controle entre Estado e Igreja, instalada pelo/no simbólico, textualiza o embate político das relações de força que se chocam na luta pela posse das terras piauienses. Esse embate entre fé e empresa, entre Estado e Igreja, é o embate entre o gado como rebanho de vacas, cavalos, etc. e o gado como rebanho de almas nativas. Assim, vemos o poder de capital, o poder de deter a terra sendo deslocado da casa da Torre, que funciona como

²⁸ Um outro gesto de interpretação provoca uma inquietação da ordem de um poder vir a se impingir sobre o território caso a ‘ereção da fé’ se instaurasse materializado pela torre da igreja frente a torre da fortaleza, a casa da Torre. Esse embate é atravessado por uma força ideológica que age, o capital, porque se dá na ereção/sobredeterminação da fé católica no território piauiense. Esse gesto transforma, pelo deslocamento, a administração do território, e o que fora anulado, o urbano impossibilitado pela casa da Torre, passa a ser posto pelo intermédio da igreja católica.

empresa, para a Igreja de torre, a igreja de Nossa Senhora da Vitória, que passa a ter poder sobre as terras, instaurando-se com o objetivo de catequizar e, em consequência, de disputar poder.

O Piauí, segundo o censo do IBGE, 2010, é o estado proporcionalmente mais católico do Brasil²⁹. Portanto, os processos políticos que vemos serem travados desde o período colonial, pela Igreja, na constituição do território piauiense, se significam, no atual Estado do Piauí. Tem-se uma organização política nova oriunda de uma anulação (des)anulada, ou seja, anula-se a presença da casa da Torre sem que a estrutura por ela implantada seja necessariamente desconstruída. O desarranjo do que era posto e imposto pela casa da Torre é fruto de um realinhamento que não desfaz a estrutura em si, a atualiza, substituindo atores externos por sujeitos identificados ao menos com resquícios do que já constituía o Piauí, ou seja, trata-se de uma “nova formação ideológica” que, posta em relação àquela da casa da Torre, (des)identifica o território piauiense.

O Piauí, não mais como território circunscrito à jurisdição de outros estados, mas como capitania politicamente independente, reproduz as discursividades pela igreja e uma casta instaurada em solo piauiense. Há, portanto, o deslocamento do rebanho de almas a partir o poder político local da casa da Torre para a Igreja.

2.5 De vila de Mocha a cidade de Oeiras: a institucionalização da capitania do Piauí

Em todo o período colonial o fantasma/fantasia do retorno à condição de dependência político-administrativa assombrou o Piauí, até a independência do Brasil, marcando-se com sangue, na batalha do Jenipapo³⁰, o dizer sobre o Piauí.

Nos dizeres de Naffan Neto (1985, p. 57):

²⁹ Segundo dados do censo 2010 do IBGE, é o Estado com maior população católica do Brasil. Cerca de 85,1%²⁹ dos piauienses se declaram católicos. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/106436/censo-2010-piaui-continua-sendo-o-estado-mais-catolico-do-brasil>. Acesso em 21 nov. 2019.

³⁰ Batalha ocorrida 13 de março de 1823 às margens do riacho Jenipapo, na cidade de Campo Maior, PI. As tropas locais piauienses juntadas às cearenses e maranhenses perdem a batalha, mas saqueiam os suprimentos portugueses, desestabilizando as tropas portuguesas sob o comando do governador de armas português Fidié, que havia lutado nas guerras napoleônicas. Trata-se de um embate entre Portugal e Brasil determinante do processo de independência. Importante destacar que a própria batalha do Jenipapo não se limitava à defesa do Império, como se deixa a toska história oficial transparecer. Assim como os interesses envolvidos à transferência da capital o vale do rio Parnaíba, por trás da batalha estava o interesse de que, tendo o Brasil se tornado independente, não se atrevessem a colocar o Piauí novamente sob tutela de outro Estado. Na entrega do território do brasileiro a Pedro I, Dom João VI exigiu que Pará (Grão-Pará), Maranhão e Piauí continuassem a ser colônias de Portugal. A elite piauiense, ao temer que esse pacto entre pai e filho fosse firmado e incutisse o retorno do Piauí a anexo maranhense, pegou em armas e lutou contra os portugueses em uma das batalhas mais decisivas e pouco conhecidas da independência brasileira que, em transparência, aparenta ter sido mero acordo de cavalheiros, pai e filho, dada sem alarde, ou como algo épico simbolizado em pintura por José Américo.

[...] a territorialidade originária é a terra e que, ao se instaurar a propriedade privada, ocorre um processo de desterritorialização, necessário para a produção do capital. Entretanto ao descodificar e desterritorializar os fluxos de produção para a extração da mais-valia, o capitalismo se vê obrigado a encontrar formas residuais de re-territorialização, a fim de controlar os fluxos; exemplos de territorialidades residuais são a pátria, a mãe de família etc.

Nas terras piauienses se instaura a propriedade privada, primeiramente vinculada à casa da Torre, porém, a terra se desterritorializa e se (re)territorializa, não mais em defesa da casa da Torre, mas da territorialidade piauiense. Desse modo, o fluxo que poderia incorrer em esfacelamento do território é contido por um outro que, ao agir sobre os sujeitos, faz reverberar neles a ideia de que o resíduo, Piauí, é como suas cercanias (o Maranhão, o Pernambuco e a Bahia), ou seja, constituído como parte da “pátria”, como colônia. Assim sendo, o Piauí passa à terra-mãe dos piauienses. É nesse processo de territorialidade do Piauí, a primeira capital, Oeiras, desloca-se para a sua atual capital, Teresina, principal centro de interesse discursivo neste estudo.

Do ponto de vista da sociologia, Lefebvre (2001, p. 65) afirma que as funções de espaços como vilarejo e cidade variam a partir de suas morfologias e relações hierárquicas de poder. Estas estruturas do urbano, do campo e da sociedade atrelam-se às políticas normatizadas pelo Estado que se significa a partir da cidade. Compreende-se, assim, que a cidade apresenta funções que se baseiam em relações “[...] hierárquicas, administrativas e políticas” (LEVEBvre, 2001, p. 65).

Para pensar discursivamente Oeiras, tem-se que sua morfologia é reconfigurada nos sentidos de vila(rejo) da Mocha para os de cidade de Oeiras.

É interessante pensar, pelo discurso, os efeitos de sentidos sobre a transferência da capital de Oeiras em nome do desenvolvimento, bem como o modo que o movimento se significa na relação histórica que circula nos modos de constituição do Piauí, marcando, nas diferentes conjunturas político-administrativas, as configurações Capitania-Província-Estado. Ou seja, um discurso tomado sempre em nome do desenvolvimento.

2.5.1 O papel da igreja na constituição da capitania do Piauí

O primeiro povoamento em um modelo colonial português, no Piauí, se instituiu a partir de Mocha, então freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Assim, depois de construída a igreja de Nossa Senhora da Vitória, em 1733, vila da Mocha passaria a vila de Oeiras, em

homenagem ao conde de Oeiras (Marquês de Pombal). Desse modo, com a instalação do governo da capitania de São José do Piauí, em 1758, a vila torna-se cidade, primeira capital do Piauí. Entretanto, esse acontecimento não se dá sem percalços, visto que há uma relação de forças que põe em lados opostos os defensores da existência de Oeiras como sede da capitania do Piauí e os defensores da permanência do território piauiense à jurisdição de Pernambuco e da Bahia.

É importante destacar a posição da Igreja católica no processo de fundação da vila de Mocha, pois sua intervenção direta junto ao reino de Portugal, cancelando a vantagem na batalha entre os ‘sedentos por gado’ e os ‘sedentos por almas’, fez prevalecer o capital espiritual em detrimento do financeiro. Esse movimento político possibilitou ‘manchar de urbanidade’ um pequeno pedaço de terra piauiense. O termo ‘manchar de urbanidade’ remete, ideologicamente, ao movimento histórico de ocupação, por parte dos locais piauienses, de um território pertencente aos grandes fazendeiros de Pernambuco e da Bahia, contrários a qualquer investida de configuração de uma vila, neste caso, da Mocha, em terras piauienses. Assim, a instituição de tal mancha, a Mocha, favoreceu a independência do território por meio da elevação em capitania, conforme aponta Nunes (2007, p. 123-124) sobre o poder da Igreja:

vii. **Estivera em Mocha, onde ainda era vigário o Padre Tomé Carvalho, cofundador da capela em 1697, já então reconstruída de pedra e saibro, ornada e paramentada com muito zelo, com vasos e castiçais de prata. O padre já havia feito levantar alguns curatos e igrejas,** distribuídos pelas ribeiras mais populosas. Eram cinco afora Mocha: S. Antonio do Surubim, Longás, Piracuruca, Gurguéia e Parnaguá, a que impropriamente chamavam de capitanias, porque tinham seu capitão-mor, a mais alta autoridade militar (Grifos meus).

A interferência da Igreja nesse processo de ocupação das regiões ribeirinhas tem a sua significância, uma vez que ela ergue os “curatos” e “igrejas” em torno dos quais se instaura a ocupação do território. Exemplos de tal investida são Santo Antonio do Surubim, Longás, Piracuruca, Gurguéia e Parnaguá. Acrescente-se que o próprio nome, Mocha, remete-se ao nome de um riacho que atravessa a então vila, instaurando-se toda uma discursividade que diz respeito sobre o modo de a capitania se instaurar:

viii. **Não compareceu nessa solenidade,** nem nas que se realizaram depois [...] Domingos Afonso Serra [...] sobrinho de [...] Domingos Afonso Sertão. Não é duvidoso que sua ausência já fosse uma manifestação de hostilidade àquela iniciativa [...] ele entra em atrito com o vigário da Mocha, destruindo “todos os ranchos que estavam levantados para a fábrica da igreja. Esses **magnatas**, bem como os da Casa da Torre, dos quais eram sócios, sempre

foram hostis a iniciativas de ordem política ou religiosa, em seus latifúndios. Domingos Afonso Serra **não deveria ter olhado com simpatia [...] a fundação da vila da Mocha [...] Dezoito dias depois [...] 2 de março de 1697, no brejo da Mocha, há solenidade de bênção da nova capela** e posse ao Ver. Cura (NUNES, 2007, 97-98) (Grifos meus).

O modo como o autor historiciza as relações de poder entre este e aquele, entre o homem do sertão e o “magnata” ou o “religioso” constitui um espaço importante no processo discursivo de instituir um escopo de urbanização, pois, em outras palavras, traduzia o gesto de dar posse a terras que lhes pertenciam a outros. Ter a Igreja com o bispado de Pernambuco, de um lado, e o aspecto temporal, de outro, com o governo do Maranhão, eram movimentos de intervenção política nas terras de posse baiana, assim, para a casa da Torre esse gesto significava a perda de território.

A casa da Torre, sediada na capitania da Bahia, nas condições histórico-coloniais do Brasil, concedia sesmarias aos colonos portugueses, mas as terras continuavam a ser administradas por sócios vinculados a ela. Dessa maneira, as bandeiras eram encomendadas por essa empresa a fim de desbravar o território nordestino, ocupando-os com pastos e gado. Em meio a esse poderio, a ausência de representantes da casa da Torre produziu um silêncio significativo, conforme o dizer de Nunes (2007, p. 97-98): “Não compareceu nessa solenidade, nem nas que se realizaram depois [...] Domingos Afonso Serra [...] sobrinho de [...] Domingos Afonso Sertão”.

O silêncio é proveniente da ausência dos representantes da casa da Torre, “Domingos Afonso Serra” e “Domingos Afonso Sertão”. Os fazendeiros locais e os representantes da igreja católica se marcam na “solenidade” que discursiviza sobre a autonomia do território. Segundo Orlandi (2007, p. 68), “[...] o silêncio é a própria condição da produção de sentido [...] ele é o indício de uma instância significativa [...] falamos aqui [...] do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante [...] que se instala no limiar do sentido”.

2.5.2 Um dizer sobre os sentidos de vila e de cidade

A cidade colonial, no tocante à sua morfologia, tal como concebe Lefebvre (2001) tem alguns espaços fundantes, dentre eles a igreja e a cadeia. A Igreja e a cadeia são instituições importantes no processo da elevação, da posição de vila para a projeção de uma cidade.

Nos hábitos da vila, o consumo de elementos “metropolitanos” instaura uma identificação de seus habitantes ao modo lusitano. Le-Goff (1998) traz uma importante

discussão a respeito do termo “vila” quando trata do percurso de atualização do sentido que passa a ser abrigado nessa palavra na relação com o urbano. Segundo Le-Goff, “[...] antigamente a palavra designava de fato um estabelecimento rural importante. Uma villa [...] é o centro de um grande domínio” (idem, p. 12). Assim, a vila apresenta marcas do campo, do rural, como uma etapa de reconfiguração que passa por distintas fases e se desloca da posição de freguesia para a de vila e desta à de cidade.

A vila é, então, “[...] um centro de poder, não apenas de poder econômico, mas também de poder em geral sobre todas as pessoas, os camponeses e os artesãos que vivem nas terras ao redor” (idem, ibidem), enquanto a cidade resulta da ‘questão urbana’, tendendo a apagar características da relação com o campo. Na cidade, a terra é menos visível, mais ocupada, mais preenchida, mais impermeabilizada. Discursivamente, compreendo que além do que se impõe pelo urbano, há um atravessamento político e jurídico que legisla para estabelecer a existência da cidade.

Neste capítulo foi oportuno dizer a respeito das condições de produção coloniais em que o discurso sobre o Piauí foi formulado. Para tanto, tratei dos processos sobre o descobrimento e colonização do território piauiense a partir do sertão nordestino e das causas determinantes da operação do processo de colonização em uma via contrária àquela normalmente instaurada no nordeste brasileiro, isto é, a de uma marcha de ocupação que é feita a partir do litoral.

No próximo capítulo será feita uma discussão teórica, bem como os deslocamentos necessários à compreensão da cidade pelo âmbito da sociologia urbana, demarcando o modo como a Análise de Discurso toma a cidade pelo sentido. Para isso, será preciso fazer escuta ao discurso sobre os rios Poti e Parnaíba para que se trace um discurso sobre Teresina em condições de produção não mais coloniais, mas em uma conjuntura sócio-histórica do Império brasileiro das relações entre cidade/espço, discurso e sentidos.

CAPÍTULO III:
A CIDADE DE TERESINA EM SEUS DESLOCAMENTOS

*Se quiseste voltar, porque assim foi tua decisão,
Aprendeste a conjugar um verbo – um verbo para todos,
Um verbo fraterno, de amor, doce, expressivo, que se reza
Com carinho – o verbo teresinar.
Na tua terra te perguntarão por onde andaste.
E dirás, cheio de saudade, com “vontade de ver de novo”:
- Teresinei.*

[...]

*Deste preferência ao progresso. Não pudeste ficar.
Mas participaste de um processo de teresinação dos teus sentimentos
Teresina meu amor, A. Tito Filho*

Há muitas formas de dizer sobre a cidade a partir de seus meandros, movimentos históricos e saberes. Nesta escrita, a cidade é compreendida pelo discurso. Isto significa por um gesto de leitura que diz sobre a relação entre o sujeito e a cidade, fazendo intervir a história pelo estudo da língua.

Teresina, cidade de cerca de 870 mil habitantes, única capital do nordeste não litorânea, tem alguns codinomes, dentre eles o de cidade verde (cunhado pelo poeta Coelho Neto, o qual contemplando-a a partir do leito maranhense do rio Parnaíba, teria dito que os prédios e árvores se confundiam), o de capital do meio norte do Brasil (por se localizar na transição entre o Sertão e a Amazônia), além da alcunha de mesopotâmia brasileira (uma vez que sua fundação se deu entre os rios Parnaíba, maior rio genuinamente nordestino – que nasce e deságua no Nordeste – e Poti (que nasce no Ceará e deságua no rio Parnaíba em Teresina).

A distância do litoral piauiense retira a capital do estado do circuito turístico que se replica entre os estados nordestinos e suas capitais litorâneas e a coloca no roteiro das buscas pela excelência nos serviços de saúde e educação. A isto se soma o fato de ser também a única

capital de estado brasileira que faz fronteira com outro estado³¹, fato que a coloca como segunda maior Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE)³², atrás apenas da de Brasília. Estas particularidades fazem pensar sobre a imagem desta cidade, a partir da maneira como Teresina se especializa e o modo como sua ocupação entre e além dos rios diz de suas formações imaginárias.

Para compreender a questão da cidade será feita uma interface teórica com a sociologia urbana no intuito de adensar o entendimento do urbano provocando os deslocamentos necessários, pela teoria da Análise de Discurso, compreendo como a cidade significa discursivamente.

A partir desse modo de compreender, pela teoria da Análise de Discurso, o real, penso no real da cidade de Teresina. O concreto e o metal composicionais das pontes que se materializam, pelo discurso, nas imagens de cidade de Teresina, quando postas em circulação, pelo simbólico compartilhado/convencionado que se instaura pelo imagético o efeito do pré-construído envolto à cidade. O sujeito toma essa sobredeterminação como representação desse real, sócio-histórico, que circunda à cidade pela corporeidade simbólica na fotografia, no desenho, na música, na poesia, nas postagens em blogs e redes sociais, no discurso institucional, entre outros.

A imagem da cidade de Teresina, neste trabalho, se atrela, em um processo de identificação, a um imaginário sobre duas pontes verticalizadas que têm suas discursividades atravessadas por um pré-construído da imagem de cidade. Uma memória de imagem de cidade nas condições de produção de um discurso cidadão representativo de Teresina a partir do rio Parnaíba/ponte Metálica se atualiza em uma outra imagem de cidade³³.

3.1 O modo de compreender a cidade pela teoria

*A cidade se embebe como uma esponja dessa
onda que reflui das recordações e se dilata.
Cidades invisíveis, Ítalo Calvino*

Pensar a cidade a partir da relação entre o espaço que a constitui, tanto como cidade quanto como memória discursiva, possibilita compreender o discurso que a textualiza. Desse

³¹ Apesar de Macapá (AP) e Porto Velho (RO) estarem dispostas às margens de rios próximos aos limites de outros estados, não são capitais localizadas nas fronteiras interestaduais.

³² O conceito de RIDE será explicado em outro momento.

³³ Conforme será estudado no percurso desta tese.

modo, visitar a cidade passa como correlato da visita a um texto, uma vez que a cidade é lida, definida e atualizada a partir de uma memória discursiva que se repete e se renova no que se diz sobre ela.

Segundo Calvino (1990, p. 7), a cidade é feita por relações que se dão “[...] entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”. Rolnik (1995) em seus estudos sobre *o que é cidade*, a coloca como o imã, ponto de atração. Pode-se depreender, como diria Saussure (2006), que o ponto de vista cria o objeto a ser lido e interpretado a partir de um pressuposto teórico. Ou seja, do lugar discursivo em que este trabalho está inscrito, a cidade é pensada, conforme Orlandi (2004), pelo sentido, na dimensão de seu espaço, medidas, arquiteturas, vias, belezas e divisões, entre outros, que tem a ver com o modo como o sujeito lê a cidade. Esse gesto de leitura converge à inscrição teórica. Pelos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, Pêcheux (2014a), diz sobre o jogo entre lembrar e esquecer, o que permite depreender a memória como instaurada também pelo esquecimento.

Em suas reflexões, Calvino (1990, p. 9) defende que “[...] a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita a estar visitando [...] não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela se define a si própria e todas as suas partes³⁴”, ou seja, reduz a memória à evocação mnemônica, pela metáfora da memória como onda de refluência de recordações que se reverbera em dilatação.

Pela perspectiva discursiva, de forma distintiva, a metáfora da onda de refluência só é possível se considerada como memória constitutiva do discurso que pode ser lembrado ou esquecido, entendendo conforme Pêcheux que a ideologia constitui o sujeito e que não há discurso sem ideologia.

No que se refere ao esquecimento, o de número dois, o dizer se dilata parafrasticamente em outros dizeres, até tornar-se outro, desconhecido do próprio sujeito que o formula. O esquecimento número dois, nos termos de Orlandi (2015, p. 33), é o “[...] chamado esquecimento enunciativo e que atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos”. A maneira como o esquecimento é tomado em Análise de Discurso, isto é, na base dos processos discursivos que constitui a sintaxe, se pode analisar a repetição na formulação linguística uma vez que é a partir dela que os sentidos, na cidade, se articulam com aquilo que se constitui na língua.

³⁴ A partir dessa compreensão do autor, provooco uma articulação com o esquecimento (o esquecimento número um, o esquecimento ideológico). Questiono se não seria essa ilusão que afeta o sujeito na cidade, quando repete o discurso da cidade, o correlato deste esquecimento (o de número um)?

O que adentra nesse processo constitutivo do funcionamento ideológico do esquecimento inscrito na língua, nos faz, segundo Orlandi (2015, p. 33) “[...] termos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes”. Entendo este efeito de sentido da ilusão, no caso desta pesquisa, se dando na relação com a cidade que, no discurso urbanístico, tende a ser apresentada ao sujeito como um organismo plano e ausente de curvas.

Embora Calvino (1990) humanize a cidade como se ela tivesse vontade própria, como se ela dissesse e fizesse o sujeito pensar, quando o autor trata da repetição que parte de uma dada ordem da cidade, esta, pensada discursivamente, tem a ver com a interpretação do sujeito pela memória que retoma o já dito e faz com que a cidade siga e repita um sentido de unidade. Desta feita, o sujeito pensa ser a fonte de um pensamento uniforme. Pela Análise de Discurso, diferentemente do que pontua Calvino, não é a cidade quem diz, dizem em nome dela a partir do que se retoma e se repete enquanto sentido de cidade, sentido este que, pelo esquecimento, diz de uma unidade da cidade como parte do Estado.

A cidade se constitui a partir da memória traçada pela língua, então, tal como o discurso, a cidade nos antecede. Sem a cidade nada que faça sentido se formula. Antes de haver cidade, já há a projeção do urbano, uma vez que o urbano se sobrepõe à cidade. Nessa direção, esta pesquisa toma como pressuposto a leitura possibilitada pela cidade, na qual o discurso é ideologicamente legitimado nela/por ela.

O discurso urbano determina o modo de se pensar a cidade, assim, se ela se expande a partir daquilo que o sujeito crê fazer por sua própria conta, é necessário pensar na expansão da cidade, ou melhor, nos limites de sua organização para compreender a sua ordem. Nesse entendimento, Le Goff (1998) toma a extensão da cidade como um modo de poder que dela irradia, ultrapassando suas cercanias. Nessas bordas da cidade, o direito que dela emana media os valores de suas partes, assim, seu processo de amplificação faz com que a cidade saia do seu eixo fundador, ressignificando o espaço: “A cidade se estende para todos os lados hoje, e os terrenos próximos dos aeroportos ou das novas confluências de vias podem tornar-se mais caros que os do centro” (idem, p. 20). A deterioração ou a valorização de um dado lugar citadino está atravessado pelo que muitas vezes se diz em nome da cidade, pois o capital investe em sentidos que se textualizam e que remodelam o espaço da cidade.

Para investir na relação entre o urbano e a cidade impõe-se a necessidade de pensar a diferença entre a ordem e a organização. Conforme Orlandi (1999), a ordem pertence ao simbólico, portanto, coloca-se na relação com o real e institui-se, permanentemente, como sujeita ao equívoco. Desse modo, põe em xeque as tentativas de formulação de unidade da

cidade, visto que a ordem se dilata na teia urbana, naquilo que provoca o confronto do simbólico com o político.

A organização, por sua vez, se “[...] refere ao empírico e ao imaginário (arranjo das unidades)” (ORLANDI, 1999, p. 8), o que possibilita pensar a relação entre o simbólico e o político, que leva a gestos de interpretação sobre a ordem do discurso urbano por meio da qual se formula um gesto de compreensão da significação da cidade.

Em contrapartida, quando se pensa sociologicamente a respeito da configuração urbana da cidade, temos as cidades como “[...] uma revolução, porque [...] sua aparência torna os homens livres e iguais, mesmo que a realidade, com frequência, permaneça longe do ideal” (LE GOFF, 1998, p. 91).

O sujeito está sujeito à cidade, lugar que rege as vidas e se movimenta como um repetidor de um sentido de cidade que a eterniza, uma vez que os sentidos (inclusive os da/na cidade) são, conforme Orlandi (2015, p. 33), “[...] determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e não pela nossa vontade”.

Desse modo, a cidade, neste trabalho, se inscreve em condições históricas brasileiras e diz do modo como tais condições de produção reverberam uma configuração da cidade, sobretudo, na relação com a Igreja, pois em circunstâncias brasileiras a cidade não escapa àquilo que Le Goff (1998) afirma como relações inerentes às cidades, nos moldes medievais europeus. Isto porque, na configuração cidadina brasileira, Portugal transfere para o Brasil, pelo próprio processo de colonização do território, um pensamento (urbanístico), e o adapta produzindo um modelo de cidade que se coaduna com o europeu.

Assim sendo, nas relações de força estabelecidas pelo urbano “A cidade respeita a Igreja e com frequência se coloca a seu serviço” (idem, p. 95), pois nas condições de produção para uma distinta cidade, não se concebe uma cidade sem uma Igreja (católica), uma matriz frente a uma praça, ladeada por uma estrutura básica elementar constituída por um mercado, uma cadeia, uma câmara, etc.

O marco zero da cidade colonial brasileira costuma ser disposto nas cercanias de uma Igreja. E a igreja se constitui como ‘matriz’ de referência da configuração urbana da cidade, assim, esse molde de planta da cidade segue fazendo sentido ao servir de discursividade daquilo que se deve constituir como uma cidade brasileira. Mesmo Brasília, cidade concebida em um período republicano, em que Estado e Igreja estão divorciados pela laicidade, há a catedral, que se encontra no plano piloto da cidade.

Teresina, primeira capital planejada do Brasil, fundada no período imperial, não escapa de tal delineamento. No Brasil uma cidade não é concebida sem que se insira a forma

arquitetônica de uma Igreja. Entretanto, essa configuração arquitetônica simboliza o político que se instaura por meio dela. No que concerne ao modo como a Igreja exerce sua influência e delinea aquilo que emana da cidade, Le Goff (1998, p. 96) afirma que, “Depois da queda do Império, ofuscadas as grandes cidades, os bispos se instalam nas cidades tão logo estas adquiram uma certa importância”.

É preciso compreender essa manutenção temporal a partir da relação sempiterna das configurações piauienses atravessadas pela igreja. Tal relação foi decisiva para o Estado, para Oeiras, uma vez que, a partir da construção da Igreja matriz de Nossa Senhora da Vitória teve início a legitimação política do Piauí.

Devo dizer, no entanto, que o vínculo ao Maranhão pelo viés diocesano constitui o último entrave, o último embate a ser travado em prol da emancipação plena do Estado. Esse elemento histórico acaba por atravessar a discursividade sobre a necessidade de uma nova capital para o Piauí, o que levará ao soerguimento de um discurso contra a dependência do Piauí ao bispado do Maranhão. É importante notar que a relação entre os bispos, as dioceses, a emancipação cidadina, nas condições de produção pontuadas anteriormente, se coaduna com um funcionamento discursivo medieval trazido para o Brasil. Na idade média, o domínio do bispado se impunha pela construção de castelos, após o qual “Em seguida, produz-se o movimento de emancipação das cidades” (idem, 1998, p. 96). Não somos terra de castelos, mas somos terra de Igrejas.

A existência da Igreja de Nossa Senhora da Vitória, em Oeiras, construiu um domínio, mas não o suficiente para que a tríade jurídico-político-igreja se instituísse para o Piauí, uma vez que os planos jurídico e político foram, a partir de Oeiras, desmembrados e se tornaram independentes.

A Igreja, no Piauí, continuava, entretanto, vinculada e submetida ao bispado do Maranhão. Uma questão capital adensa e coloca essa dependência espiritual em suspeição. Dela, emergirá também o discurso sobre a transferência da capital do Piauí. Tal transferência constitui uma questão sobre as relações de força que passam a atuar discursivizando a necessidade de a capital piauiense se dispor às margens do rio Parnaíba, como se a cidade fosse agente de um campo de batalha que reivindica ao Maranhão, do outro lado do rio Parnaíba, o desmembramento pleno de suas instituições.

3.1.1 Dizeres sobre a região entre os rios Poti e Parnaíba

No entendimento desta pesquisa, para compreender o discurso sobre o deslocamento da capital do Piauí, é preciso observar como o espaço escolhido entre os rios Poti e Parnaíba foi constituído. Em 3 de janeiro de 1705 o governador de Pernambuco conferiu uma sesmaria a viúva do bandeirante, então mestre-de-campo, Domingos Jorge Velho, dona Jerônima Cardim Fróis. A localização da sesmaria está documentada e aponta para o ponto de encontro entre os rios Poti e Parnaíba, portanto, o atual território de Teresina.

Os documentos a seguir textualizam um dizer sobre os rios enquanto demarcadores do espaço reivindicado pelos herdeiros do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho. Assim, pontua-se, pela língua, a marcação do *locus* reivindicado e que toma a forma da região entre rios, o Potingh/Camarões, hoje rio Poti e o rio Parnaíba.

No encontro de tais rios se edificam as primeiras habitações e se instalam os primeiros rebanhos do norte do território.

me representaram a petição cujo teor é o seguinte: — Sr. Dizem D. Jerônima Cardim Fróis, viúva que ficou do mestre-de-campo Domingos Jorge Velho, o sargento-mor Cristóvão de Mendonça Arrais, os capitães Alexan-

“Francisco de Castro Morais, do conselho de S. M. — Faço saber aos que esta carta de doação de sesmaria virem que dona Jerônima Cardim Fróis, o sargento-mor Cristóvão de Mendonça Arrais, governador do terço

dito Domingos Jorge Velho, com o..... senhor e administrador seu, com o qual ele e os ditos suplicantes nomeados franquearam as habitações e povoações, que os brancos têm nele contra os insultos que os tapuias bravos, quotidianamente, intentam, e não poucas vezes executam com graves danos e irremediáveis provas, para o que obrarem melhor o mestre-de-campo e subalternos oficiais, tinham erigido para sua morada e habitação o rio Potingh, que quer dizer rio ou água de camarões, e o rio Parnaíba e... neles tinham feito suas povoações com suas habitações, com suas criações, tanto dos vacuns como cavalares, ou ovelhuns e cabrums

Fonte: Costa (1974, p. 68-69).

A carta de doação textualiza a legitimação da posse do território aos suplicantes na intervenção que fala em nome do rei. Pelo que se formula em “Francisco... **do conselho de S.M – faço saber** aos que **esta carta de doação de sesmaria virem**”, se depreende o modo de funcionamento da língua, na tecitura da carta como documento em que se assenta a posse do território. A partir desse funcionamento do discurso institucional que se tece na carta, chama a atenção o modo como se materializa um discurso sobre os rios, uma vez que a cidade nesse *locus* mantém a discursividade a respeito deles. Solicitam-se as “habitações e povoações” que os “brancos tem” e tinham “erigido para sua morada e habitação o rio Potingh que quer dizer rio ou água dos camarões, e o rio Parnaíba”. A obra das edificações, o assentamento da morada tecida na/pela língua

ergue uma teia discursiva que vincula os rios ao urbano, assim, um dizer sobre o sentido do nome Poti emerge no dizer sobre os rios.

É importante pensar o processo de habitação a partir da ocupação e da relação com o território entremeado pelos dois rios. Nessa compreensão, Motta (2009, p. 55) afirma, a partir de Lefebvre (2001), que “[...] a cidade nasce nesse excedente do que o local de agricultura não poderia vir a ser. Isto é, o local para morar, para a troca de mercadorias, já que a terra no espaço rural seria para o plantio”. O espaço ocupado, habitado, o lugar sobre o qual se enuncia no documento, faz sentido pela inscrição histórica na língua, ou seja, sujeito e espaço reverberam sentidos na sua organização social.

No documento de resposta ao requerimento as alegações feitas pelos pretendentes a sesmeiros legitimados foram atendidas e a eles é dada a posse das terras entre os rios. Pelo discurso, observo a mobilidade de sentidos que se circunscrevem em relação à terra. A posição do discurso religioso atravessa fortemente a discursividade sobre a terra que, em sua extensão tem Deus como guardião. Tais apontamentos significam no trecho a seguir:

ix. Hei por bem de lhes fazer mercê de dar aos suplicantes acima nomeados como **pela presente carta de sesmaria** com a mesma **antedata do dito mês de março do ano de 1687 em nome de S. M.** que **Deus guarde todas as terras que se acharem desde a nasença do dito rio dos Camarões até onde ele se mete no do Parnaíba** com três léguas de largura de uma a outra banda dele e da sua barra para aquele do Parnaíba (COSTA, 1974, p. 71) (Grifos meus).

Pelo funcionamento da língua, o dizer da “presente carta” coloca a formulação em uma disposição temporal que a valida pelo tempo de sua enunciação, o “dito mês de março de 1687”. Aquele que há de conceder a sesmaria o faz “em nome de S. M.”, intermediário entre o terreno e o divino, uma vez que é sua majestade que dirá a “Deus [que] guarde as terras”.

Os discursivos constituintes envoltos em Eu, enquanto tomada de posição do sujeito na língua, representante do rei, em um tempo do dizer enquanto marca do presente, diz a história que se significa na língua “pela presente carta de sesmaria”. Essa carta descreve uma cartografia do lugar especializado pelo discurso que pormenoriza “todas as terras”, dizendo que “todas” não diz do infinito, mas do que se circunscreve pelo discurso. Apenas as terras “que se acharem desde a nasença do dito rio dos Camarões até onde ele se mete no Parnaíba” estão em tela.

É importante destacar que o rio Camarões é o nome anteriormente dado ao rio Poti. Em “do dito rio dos Camarões” faz-se uma abertura pela formulação “do dito rio [...]” que aponta para uma possibilidade de leitura sobre esse “dito rio”.

Desse modo, na formulação, pela sintaxe, há uma elipse passível de ser preenchida por “Camarões” ou “Poti”, o que significa, na carta, a relação do rio Camarões/Poti com o rio Parnaíba. A relação entre esses dois rios demarca sentidos sobre um território, uma sesmaria. Essa sesmaria demarcada ordena, no período colonial, um povoamento, o qual se tornará uma vila, a vila de Poti³⁵.

O discurso sobre a mudança da capital do Piauí imperial coloca em disputa essa região entre rios e Oeiras. A propagação desse discurso sobre um novo espaço para a capital do Piauí reverbera todo um dizer sobre os rios Poti e Parnaíba. Relação esta que se significa nos discursos sobre o Piauí, vinculado ao rio Parnaíba, e nos discursos sobre Teresina, relacionada aos rios Poti e Parnaíba. Cabe pensar que o território tem a sua significação, interlaça sentidos com o sujeito. Conforme Orlandi (2004, p. 11) “No território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro.”

Nessa direção penso a relação incontornável que se significa do sujeito com o espaço entre os rios Parnaíba e o Poti, rios significados nos tecidos intercambiados dos discursos da cidade de Teresina.



Figura 3 - Largo do Amparo, em 1910, atual Praça Marechal Deodoro da Fonseca
Fonte: Teresinaantiga³⁶.

³⁵ Segundo consta na síntese cronológica da história de Teresina da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN, s. d), a instalação da Vila do Poti (atual bairro Poti Velho) se deu em 1832. Entretanto, no mesmo, não consta nenhum decreto ou lei disponível a respeito desse acontecimento histórico. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/historia-de-teresina/>. Acesso em 18 dez. 2021.

³⁶ Disponível em: <https://teresinaantiga.com/sobre/>. Acesso em 14 dez. 2021.



Figura 4 - Praça Marechal Deodoro da Fonseca (antigo largo do Amparo – conhecida como praça da bandeira), em 2018.

Fonte: G1 Piauí³⁷.



Figura 5 - Cais do rio Parnaíba, região central de Teresina (1973-1974)

Fonte: Teresinaantiga.³⁸

A linguagem urbana incide sobre a cidade no discurso que a projeta, a cartografa. No caso de Teresina compreendo que antes de se traçar, de forma imaginária, o plano piloto da cidade, se traçou uma descrição dos limites de seu espaço. Esse traçado discursivizou tanto o discurso sobre a sua fundação quanto o da carta (COSTA, 1974). Nesses discursos se percebe o espaço em que, *a posteriori*, a cidade ‘floresceu’. Na colônia, no reinado, no império ou na república, a cidade é dita, pensada, atualizada, simbolizada, demarcada, transposta incontornavelmente pelo discurso sobre seus rios.

Lefebvre (2001, p. 12) aponta que “A própria cidade é uma *obra*, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é

³⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/fotos-veja-as-imagens-da-12-edicao-do-teresina-em-acao-na-praca-da-bandeira.ghtml>. Acesso em 14 dez. 2021.

³⁸ Disponível em: <https://teresinaantiga.com/teresina-1973-1974/>. Acesso em 14 dez. 2021.

valor de troca”. Então, a cidade como obra também é vendável, pois a sua imagem, os elementos com os quais ela se coaduna transforma essa imagem de cidade em um produto.

Cabe dizer que a tese de que a capital do Piauí deveria ser mudada do espaço agreste para a região entre os rios, onde se fundaria Teresina, é dita a partir do que segue:

SD 1. **colocar** a Província do **Piauí** mais próxima do **mundo**³⁹;

SD 2. uma vez que o novo centro de poder **seria fncado às margens do rio Parnaíba**⁴⁰;

SD 3. Saraiva [...] opina que melhor seria **gastar com a navegação do Parnaíba**, com o fim de **libertar nosso comércio da tutela do Maranhão**⁴¹;

SD 4. que se conseguir **mover os habitantes de Poti** e dar incremento à edificação de suas moradas no novo local⁴².

SD 5. E apresenta **as vantagens** da mudança da Capital para as margens do Parnaíba, **para a Vila Nova**, que tão alvissareiramente crescia próxima às ricas matas banhadas por **um dos melhores rios do Brasil**⁴³.

Os rios Poti e Parnaíba, na materialidade discursiva, se significam como produtos viabilizadores da obra da cidade, da nova capital.

Segundo Rolnik (1995, p. 16-17) “[...] construir cidades significa também uma forma de escrita [...] Não são só os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura cumpre também este papel”.

Direciono a leitura para o modo de funcionamento discursivo da imagem que se formula sobre a cidade colocada em relação com seus rios, a fim de compreender, pelo discurso em documentos, na arquitetura, na fotografia, etc., que se capta a imagem de cidade de Teresina. A compreensão dessa articulação entre a memória discursiva e a imagem da cidade precisa, no entanto, passar por uma discussão a respeito do modo como a cidade se significa na malha tecida de suas relações com outras cidades. Isto é, a cidade precisa significar os pontos que sobrepõe em redes discursivas, no urbano, para que se signifique como consumo e como publicidade nas imagens suportadas abrigadoras de seus cartões-postais.

Lefebvre (2001) trata do modo como se instituem as regulamentações sociais na cidade, do que concebe como rede de cidades, que se ligam por diversas vias. Diria que sem essas vias não há rede, logo a cidade não avança, e instaura-se um entrave que lança sobre ela uma suspeita quanto a sua funcionalidade. Ao tratar daquilo que de fato baseia as relações entre

³⁹ Nascimento (2011, p. 1).

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Nunes (2007, p. 107).

⁴² Nunes (2007, p. 99).

⁴³ Nunes (2007, p. 108).

ciudades pode-se dizer que é o Estado, enquanto pode centralizado⁴⁴, o responsável pela “Causa e efeito dessa centralização particular, a centralização do poder, uma cidade predomina sobre as outras, a capital” (idem, p. 13).

O autor afirma que

A cidade tem uma dimensão *simbólica*; os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam o cosmo, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado. Ela tem uma dimensão *paradigmática*; implica em e mostra oposições, a parte interna e a parte externa, o centro e a periferia, o integrado à sociedade urbana e o não-integrado. Finalmente, ela possui também a dimensão *sintagmática*: ligação dos elementos, articulação das isotopias e das heterotopias (LEFEBVRE, 2001, p. 70) (Grifos do autor).

A partir do autor, penso no modo como a cidade inscreve-se fisicamente, pelo social que constitui, ou seja, na sua significação. Rama (1984, p. 27) afirma que “A transladação da ordem social a uma realidade física, no caso da fundação das cidades, implicaria o desenho urbanístico prévio mediante as linguagens simbólicas das culturas sujeitas à concepção racional. Mas se exigia desta que, além de compor um desenho, previsse um futuro”. Por essa via tem-se que na questão urbana ecoa o social que se espraia geograficamente ocupando o solo, sendo mediado pelas projeções do Estado, que atravessa a ordem com preceitos regimentais a serem seguidos naquilo que, pelo político, (im)planta a cidade.

Para o autor, “A ordem deve ficar estabelecida antes de que a cidade exista, para impedir assim toda futura desordem, o que alude à peculiar virtude dos signos de permanecerem inalteráveis no tempo e seguir regendo a mutante vida das coisas dentro de rígidos marcos” (idem, p. 29). Disso depreendo que a dicotomia ordem vs desordem, instaurada física e socialmente se “estabiliza” pela norma, a regularidade jurídica, a língua que dá materialidade significativa a toda uma cadeia discursiva. Essa faz funcionar um discurso da cidade na justificativa de que, pela ordem, evita-se a desordem. Discursivamente, a questão da dicotomia apontada incide na relação daquilo que irrompe, que faz falhar a ordem no urbano. Assim, os signos, na forma da língua, atualizam-se no discurso, pelos sentidos que desestabilizam, desordenam o engessamento projetado sobre eles.

É preciso compreender como os signos linguísticos significam a cidade, justamente quando ela se coloca para além do que foi ordenado. A materialidade discursiva tece um dizer sobre a cidade que traça na língua o acontecimento de sua inscrição histórica. Se, como foi apontado anteriormente, a antinomia ordem x desordem diz sociologicamente sobre o modo

⁴⁴ Lefebvre (2001).

como se compreende a cidade, vejo a necessidade de colocar a oposição em suspensão na perspectiva discursiva que traço, para assim, dizer da relação entre ordem e organização⁴⁵, pois, no caso em estudo, a tecitura discursiva que constitui a malha de dizeres sobre a cidade de Teresina se constitui a partir de um real da cidade⁴⁶ que se representa nos discursos sobre ela e que a antecedem, sem anteceder, com isso, o urbano que a formula.

Nas palavras de Rama (1984, p. 29) “Uma cidade, previamente à sua aparição na realidade, deveria existir numa representação simbólica que obviamente só podia assegurar os signos: as palavras, que traduziam a vontade de edifica-la na aplicação de normas e, subsidiariamente, os diagramas gráficos, que as desenhavam nos planos”. Assim, o autor parece deixar fora de sua compreensão da cidade, justamente pelas preocupações sociológicas de sua investida, o real da cidade, ou seja, o elemento incontornável para a sua compreensão discursiva. Entretanto, aponta para uma questão que faz pensar o adensamento de minhas questões em um movimento que se coaduna com a questão da representação simbólica da cidade no discurso. O que faz refletir sobre a projeção imaginária que se efetiva a partir da materialidade simbólica das normas, dos planejamentos, das plantas, da lógica e daquilo que escapa e desvia a rota da cidade da rota das textualidades que dizem dela.

É preciso, portanto, colocar em relação os discursos que dizem da necessidade de existência de uma nova capital para o Piauí, que não seja Oeiras, uma vez que é esse o discurso sobre a transferência da capital que incide, pelo simbólico, em um discurso sobre Teresina. É pela língua que o corpo da cidade se torna corpo discursivo, formulando sentidos (ORLANDI, 2004), uma vez que possibilita o desenho de um vir a existir que faz irromper um discurso de Teresina, para além dos planos e traçados originários que a limitaram à região entre rios. Então, é sobre esse corpo da cidade significada como capital, necessária ao desenvolvimento do Piauí, que tratarei a seguir.

⁴⁵ Orlandi 1999.

⁴⁶ Sobre o real da cidade, uma questão importante deve ser colocada. O real da língua em si, nos moldes de Gadet e Pêcheux (2010, p. 52), é o “[...] impossível de não dizer de uma outra maneira”. Penso que também o real da cidade opera em uma instância que é ordem do impossível. Por isso mesmo esse real é substituído. Sigo a premissa dos autores no sentido de levar a cabo a tentativa de “construir a rede desse real”, ‘supondo’ que esse real “[...] é representável, que ele guarda em si o repetível, e que esse repetível forma uma rede que autoriza a construção de regras” (idem, p. 53), ou seja, é preciso analiticamente supor que é possível compreender, nesta pesquisa, a formação discursiva desse real da cidade.

3.2 Da transferência da capital

A transferência da capital para Teresina está relacionada com a questão do espaço urbano, uma vez que essa necessidade incide sobre a incapacidade de a capital de um território ser sediada em um espaço de isolamento, o que evoca o discurso da transferência. Os elementos da inserção da capital do Piauí em um núcleo urbano mais ao norte provocará a decadência sem, no entanto, reverberar no desaparecimento de Oeiras. Nos termos de Lefebvre (2001, p. 21):

Na prática, o *núcleo urbano* (parte essencial da imagem e do conceito da cidade) está rachando, e, no entanto, consegue se manter; transbordando, frequentemente deteriorado, às vezes apodrecendo, o núcleo urbano não desaparece. Se alguém proclama seu fim e sua reabsorção no tecido, isto constitui um postulado e uma afirmação sem provas. O núcleo urbano não cedeu seu lugar a uma "realidade" nova e bem definida, tal como a aldeia deixou a cidade nascer. E, no entanto, seu reinado parece acabar. A menos que se afirme mais fortemente, ainda, como centro de poder.

O núcleo urbano Vila de Poti que foi deslocado para fundar Vila Nova/Teresina é uma manifestação desse funcionamento discursivo sobre o imaginário de cidade que, ao deslocar-se do sertão para a região entre rios, não delimita uma unidade, mas um funcionamento discursivo do próprio fenômeno urbano. Oeiras não precisou deixar de existir para que Teresina nascesse. O necessário foi que o movimento político e ideológico soerguesse discursivamente um sentido de entrave a Oeiras para que o sentido de Vila Nova/Teresina circulasse enquanto possibilidade de capital.

Pelo discurso se institui um encadeamento de textualidades que se repetem a partir dos anos 1800 a respeito do escoamento da produção econômica piauiense pelo Maranhão, a partir do rio Itapecuru, na cidade maranhense de Caxias, em detrimento da utilização de um rio piauiense, o rio Parnaíba. Desse modo, antes de um discurso da relação entre o urbano e o rio Parnaíba é preciso lidar com um discurso do urbano que coloca em relação os rios naquilo que eles viabilizam, as questões mercadológicas da cidade. O espaço urbano que se instaura às margens dos rios institui a cidade que deve deter o escoamento da produção.

Conforme Orlandi (2012, p. 186), “[...] o espaço urbano pode ser considerado como um espaço material concreto que funciona como um sítio de significação que demanda gestos de interpretação. Um espaço simbólico trabalhado em/pela história, um espaço de sujeitos significantes.” Nesta forma material do urbano deve-se compreender a cidade pela linguagem. Isto é, como “[...] um espaço simbólico particular tendo sua materialidade que produz sua

própria forma de significar [...] No espaço da cidade, o simbólico e o político se articulam de forma particular. A isso chamamos ordem do discurso urbano” (idem, ibidem).

O mapa a seguir evoca a significação dessa relação de forças estabelecida entre um dizer da cidade que a coloca em um dizer já instituído. É preciso compreender como um dizer da cidade de Teresina e de sua relação com o rio Parnaíba conjura um discurso, enquanto caminho de águas fundamental para o progresso e emancipação plena do Piauí. Este se processa antagonizado com um discurso já instaurado que coloca o rio Itapecuru e a cidade maranhense de Caxias já nesse lugar de progresso que se deve repetir no lado piauiense.



Figura 6 - Conjunto urbano de Oeiras, tombado pelo Iphan desde 2012
Fonte: Iphan.⁴⁷



Figura 7 - Rios Parnaíba, Teresina-PI e Itapecuru, Caxias-MA
Fonte: Ambiente do Meio.⁴⁸

⁴⁷ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/353/>. Acesso em 14 dez. 2021.

⁴⁸ Disponível em: <https://ambientedomeio.com/2020/03/17/piaui-ceara-e-maranhao-pedem-protexao-da-bacia-do-rio-parnaiba/>. Acesso em 01 dez. 2021.

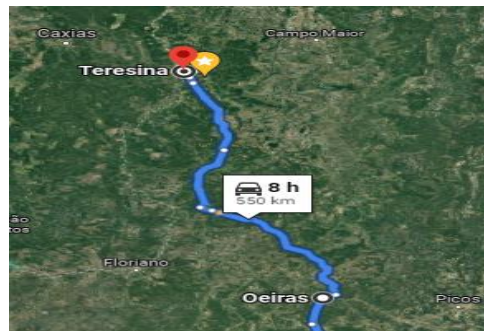


Figura 8 - Distância entre Oeiras e Teresina
Fonte: Google Maps.⁴⁹

A distância entre Oeiras e Teresina é em torno de 580 km. Ao passo que os vales do rio Itapecuru, em Caxias-MA, e do rio Parnaíba, Vila de Poti/Teresina, distam 70 km. As relações políticas que textualizam a necessidade de transferência da capital piauiense para Teresina reivindicam a necessidade de combater o comércio de Caxias que se alimenta da produção piauiense.

O espaço urbano, conforme Lefebvre (2001), proporcionalmente se dá como uma obra cidadina e não necessariamente um sistema acabado. Simbolicamente o modo como as relações urbanas significam faz pensar no que torna possível a ‘construção da cidade’ para atingir o objetivo político que o urbano faz irromper.

Conforme Orlandi (2012, p. 187), deve-se “[...] compreender o funcionamento do urbano, do cidadão, do social, neste espaço simbólico específico que é a cidade”. Importa compreender que o funcionamento urbano na conjuntura de formulação dos discursos sobre Teresina se dá na relação entre cidade e rio.

O que se entende é o fato de que as reivindicações sobre a necessidade de transferência da capital são textualizadas em diversas câmaras de vilas e cidades piauienses. A questão das relações entre o norte do Piauí e a cidade maranhense de Caxias se vê latente nas formulações de Nunes (2007, p. 19-20):

- SD 1. quem melhor falou foi a Câmara de Campo Maior. **Após pedir melhoramento para a estrada de Caxias no trecho compreendido entre a vila e o porto das Melancias.**
 SD 2. Quase não existe comercio entre os municípios; **era todo feito para Caxias, São Luís.**
 SD 3. **Poti [Vila Nova do Poti/Teresina], por exemplo, diz que seu comércio é com toda a cidade de Caxias e Maranhão (S. Luís).**

⁴⁹

Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-6.405004,-44.569262,451606m/data=!3m1!1e3!5m1!1e1?hl=pt-BR> acesso em 01 dez. 2021.

SD 4. **a vila não tem relações comerciais com as congêneres piauienses, adianta a Câmara de Poti que, se tivesse salina, poderia afirmar com afouteza, que seria independente do Piauí, isto é, poderia viver sem intercâmbio comércio com o Piauí.** Teria auto-suficiência.

Nas SDs 1 e 4 observa-se a posição discursiva da Câmara de Campo Maior, situada no norte do Piauí, que reivindica uma ligação com Caxias no Maranhão em detrimento de uma ligação com Oeiras. Os interesses econômicos do Piauí com um vínculo ao rio Itapecuru se sobrepõem pelo discurso. Da Câmara da vila do Poti se materializa discursivamente a possibilidade de “independência do Piauí”, uma vez que a mesma não estabelece relações com “as congêneres piauienses”. O interessante é notar que justamente essa vila distante das “congêneres piauienses” será a eleita para sediar a nova capital. O desvinculo da capital Oeiras com o norte produtivo do Piauí, trará à tona uma discursividade que dirá da necessidade da transferência da capital para as margens do rio Parnaíba e da relação que tem esse acontecimento político, no que se refere ao capital, a saber: a disputa econômica com Caxias – MA. Os discursos nas câmaras das vilas movimentam sentidos pelas leis que delas emanam.

Conforme Motta (2009, p. 101), “[...] a representatividade da lei move o olhar sobre o real, o ambiente, em que se constroem as cidades”. O discurso jurídico atravessa os sentidos que instauram um espaço de interpretação da cidade naquilo que lhe é representativo e legitimador; ou seja, a lei, os ofícios, os documentos são materialidades significantes que constroem e validam o corpo da cidade. O mapa a seguir representa a efetivação da capital às margens do rio Parnaíba.



Figura 9 - Vila do Poti, às margens do rio Poti e Teresina fundada às margens do rio Parnaíba
Fonte: Cadernos Proarq – UFRJ, Silva (2012)⁵⁰

A transferência da capital para Teresina surge como acontecimento discursivo que, nos termos de Pêcheux (2008, p. 17) se dá “[...] no ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”. Tal ponto é compreendido como uma questão capital para o Estado do Piauí em que

⁵⁰ Disponível em: https://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/public/docs/Proarq18_Planejamento_AngelaSilva.pdf. Acesso em 01 ago. 2020.

se entende a capital de um Estado servindo, ao mesmo tempo, de encapsuladora de uma espécie de dominância, bem como de mantenedora da própria unidade do Estado.

A latente desidentificação de vila de Poti com Oeiras faz com que a discursividade desse corpo linguístico aos rios Poti e Parnaíba se enlaçasse uma tópica que dissesse da necessidade imprescindível a mudança. Todavia, seria possível a vila do Poti *per se* movimentar-se a ponto de se ver autônoma ante o ostracismo que o ‘sertão’, o ‘agreste’ impunha a Oeiras? É justamente essa “**afouteza**” vila do Poti que será elevada a *status* de interesse de Estado.

A partir de Teresina o elo econômico entre o Piauí e Caxias – MA precisa ser rompido. O distanciamento de Oeiras dos centros comerciais, caminhos e rotas fluviais por onde a economia gira é um discurso que circula, legitima uma dada posição de desvinculação, desidentificação. O norte do Piauí, onde o maior número dos municípios se localizava, não se comunicava com a capital sediada no sertão.

A Câmara de Campo maior propaga ideias progressistas, que colocam o rio Parnaíba em discursividade, ao passo que predica a necessidade de transferência da capital para suas margens, o que se observa na materialidade institucional, conforme Nunes (2007, p. 19-20):

SD 1. a navegação do Parnaíba, indica esta Câmara: **1º - A mudança da Capital da Província para a maior proximidade possível do dito rio.**

SD 2. local mais adequado e vantajoso, para que a sua população, relações, comércio e luxo necessariamente darão grande empenho à navegação, e a facilidade desta **promoverá o aumento da cidade.**

SD 3. o Presidente pronuncia-se a favor da mudança da Capital em sua Fala à Assembleia Legislativa que promulga a Lei de autorização de sua efetivação.

O Estado que utiliza o rio como caminho de águas, por onde se deve escoar a riqueza, necessita de uma cidade à sua margem. Oeiras, pela distância, não pode mais continuar a ser a capital, pois seu isolamento na relação com os outros municípios piauienses e a aproximação entre estes e Caxias – MA se intensifica fazendo com que o erário da província do Piauí, ao invés de escoar pelo rio Parnaíba, vá para a cidade maranhense e de lá siga para São Luís do Maranhão. A repetição que instaura a insistência da mudança da capital para o leito do rio Parnaíba, se sustenta na ideia de quantidade (“aumento da cidade”) que o rio “promoverá” à cidade”. Esse movimento de reiterações das câmaras municipais, lugares de se fazer ouvir os desejos dos piauienses, irrompe na resposta do Estado que, pelo Presidente, “pronuncia-se a favor da mudança”. Quem ‘representa’ os anseios da população piauiense nesse lugar instituído pelo Estado são as elites piauienses (SD 2 e SD 3), representadas pela assembleia provincial.

Elas é quem ‘percebem’ a necessidade da transferência da capital. É, portanto, uma motivação econômica que causa a mudança. Essa discursividade funcionou alicerçada na navegação fluvial que funcionou com sucesso no século XIX.

O sentido de Oeiras e de Caxias na relação com o erário e com a gestão política do Piauí se encontra numa via discursiva e faz pensar os efeitos de sentido nos quais, conforme Orlandi (1993, p. 13): “Instala-se outra “tradição” de sentidos que produz os outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova “filiação”. Nestas novas tradição e filiação se instaura o discurso fundador, o qual “[...] irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita fragmentos do ritual já instalado – da ideologia já significativa – apoiando-se em “retalhos” dele para instalar o novo”. (idem, *ibidem*.).

O novo se significa, de certo modo, ao que se discursiviza, o ofício de 1850, ano em que Saraiva assumiu a presidência da província e informa ao Ministro do Império: “[...] que seguiria no dia 22/10 para a vila do Poti, onde iria ver se era bom o local para onde se projetava transferir a sede, pois desde muito vinha sendo castigada pelas **enchentes** de seus rios”⁵¹. (grifos meus)



Figura 10 - Enchente no bairro Poti Velho (2019)
Fonte: Portal Viagora⁵².

A imagem da (fig. 10) estabelece sentidos com os enunciados trazidos anteriormente a “vila do Poti”, “transferir a sede” e “castigada pelas enchentes de seus rios”. Uma rede que constitui distintas formações discursivas e traz na/pela língua um discurso fundador. A imagem fotográfica eclode os efeitos de sentidos da incidência de enchentes. Desse modo, a imagem se mostra como materialidade de um discurso.

⁵¹ Nunes (2007, p. 98).

⁵² Disponível em: <https://www.viagora.com.br/noticias/aguas-do-rio-poti-ja-invadem-ruas-da-zona-norte-de-teresina-73844.html>. Acesso em 14 dez. 2021.

A materialidade significativa da imagem não é a mesma da língua. Nos termos de Aumont (1993, p. 82), “[...] reconhecer alguma coisa em uma imagem é identificar, pelo menos em parte, o que nela é visto com alguma coisa que se vê ou se pode ver do real”. A imagem (fig. 10) diz sobre a fartura das águas na indistinção do que seja rio e do que seja rua ou calçada. Esses são elementos composicionais da materialidade significativa da imagem que conectam à imagem ao que a língua discursiviza como “enchente”.

Uma memória discursiva inscrita em práticas⁵³, as quais inscrevem o acontecimento, a enchente observada na imagem, produz, pela linguagem, a deriva do que se formulou em 1850, se articule com o que a imagem textualiza em 2019 e nas imagens seguintes (figs. 11 e 12) que significam as enchentes como problema recorrente. A repetição da textualidade da imagem inunda a discursividade que atravessa a história teresinense e diz do que não se resolveu e retornou com a reocupação do leito do rio Poti na expansão urbana de Teresina. As águas do rio Poti são apresentadas na imagem como o ponto de encontro entre uma memória e a atualidade. Uma memória da ordem da ameaça recorrente advinda de uma ausência do Estado que atinge indistintamente pessoas abastadas – concentrados majoritariamente na zona leste – e as com menor poder aquisitivo.



Figura 11 - enchente ocorrida em 2022 na zona norte de Teresina
Fonte: G1 Piauí⁵⁴.

⁵³ Pêcheux, (2015).

⁵⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/01/05/ministros-sobrevoam-teresina-apos-enchentes-que-deixaram-mais-de-200-familias-desabrigadas.ghtml>. Acesso em 12/01/2022



Figura 12 - Enchente ocorrida em janeiro de 2022 na zona leste de Teresina
Fonte: Portal O dia⁵⁵.

A interpretação sobre as imagens faz pensar o “[...] fato incontornável da eficiência simbólica ou “significante” da imagem” (PÊCHEUX, 2015, p. 45). Isso significa que a imagem inscreve uma memória, um acontecimento discursivo. A imagem sem som e sem escrita, mas provida da significação que possibilita sua composição significativa, inscreve o simbólico em uma linguagem outra que tece um discurso imagético de Teresina apontando para o porquê do recuo da cidade para com o rio Poti, a enchente. Ao passo que se põe em relação ao retorno a esse rio por outro meandro, o da ponte Estaiada, construída em uma região livre de enchentes, na outra margem do rio Poti.

Ao retornar à discursividade sobre esta memória da cidade com o rio Poti, na formação discursiva sobre a cidade, Fernando de Noronha, então governador e capitão geral das capitânicas do Maranhão e Piauí, teria levado a ideia de transferir a capital ao Rei de Portugal, porém para a vila de Parnaíba, no litoral piauiense, conforme Nunes (2007). Os excertos a seguir, (Casa Anísio Brito. Arquivo. Província. L 209. 82v. 83. Doc. De 21/10/1850. Apud NUNES, 2007, p. 99):

SD 1. A idéia Exmo. Sr., da mudança da Capital que toda a província deseja, porque é ela precursora da prosperidade do Piauí, tem sido até hoje desprezada pela opinião de sua inxequibilidade, atentas às dificuldades da criação de uma povoação, que trazendo grandes despêndios, tem até provocado da parte do Governo Imperial ordem à Presidência, a fim de que seja circumspecta em uma medida, que tende a sobrecarregar aos cofres gerais.

SD 2. a prudência administrativa, que aconselha todas as cautelas em ordem a evitar despesas, não pode inibir o administrador empenhado no futuro da Província que lhe foi confiada pelo ilustrado Governo de S. M. o Imperador, de lançar suas vistas para que tal desiderato seja obtido, sem que se tenha de lamentar os gastos de grandes quantias.

SD 3. Acredito, Exmo. Sr., que se conseguir mover os habitantes de Poti e dar incremento à edificação de suas moradas no novo local, se conseguir que eles edifiquem à sua custa a casa da

⁵⁵ Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/politica/em-noite-de-panico-chuva-causa-estragos-e-deixa-um-morto-na-capital-389753.html>. Acesso em 12 jan. 2022.

Municipalidade, e outras, que possam ser convenientemente alugadas para repartições públicas, eu terei preparado o terreno no qual os meus sucessores possam ganhar a gratidão da Província.
SD 4. **Preciso** para isso **de** que o **impulso** seja dado pelo Governo Imperial.

É preciso entender o funcionamento linguístico dos termos “que toda a província deseja” para compreender como tal formulação se significa enquanto materialidade significante. Modifica-se o sentido do termo “a província”, uma vez que não é apenas “a província”, mas de “toda a província” a desejosa da mudança da capital: “porque é ela precursora da prosperidade do Piauí”.

O dêitico “ela” ocupa o lugar da elipse e retoma ela, a ideia da mudança da capital, como sendo a alegação que sustenta a necessidade do que se propõe. Se o pronome indefinido “toda” remete a província, seria necessário pensar se, em seu funcionamento pronominal determina ou indetermina aquilo ao qual remete, a província do Piauí. A inserção do determinante entre “toda” e “província” materializa na língua a formulação ‘toda [a] província’, encaixe que invoca um sentido de especificidade, ao passo que a elipse do determinante implicaria um sentido de constância. O funcionamento discursivo de “toda província deseja” não especifica o Piauí ao passo de que “toda [a] província deseja”, sim. A omissão do determinante colocaria o Piauí em um conjunto uniforme, o encaixe do determinante ‘a’ especifica sentidos de mudança enquanto algo que reverbera daqueles que o presidente representa.

Os contradiscursos que se erguem sobre a efetivação da mudança, presentes em (SD 1) tais como: “desprezada pela opinião de sua inexequibilidade, atentas às dificuldades da criação de uma povoação”, uma vez que traria “grandes dispêndios” e “tende a sobrecarregar aos cofres gerais” são desconstruídos com aquilo que se diz como fatos quando se lê que na ideia da mudança da capital em (SD 2) que há um planejamento exequível que viabiliza o projeto da “mudança que toda a província deseja”.

Assim vão se justapondo formulações que encaminham para um dado efeito de sentido que está na ordem do viável que se costura no discurso. Desse modo, “**todas as cautelas em ordem a evitar despesas**”, “**no futuro da Província que lhe foi confiada pelo ilustrado Governo de S. M. o Imperador**” e “**sem que se tenha de lamentar os gastos de grandes quantias**” são como blocos de dizeres, que constituem uma formação discursiva para a ordem do executável e do lucro e não ao prejuízo. “[Todas as cautelas] em ordem de evitar despesas” traz novamente o recurso da determinação e do inteiro, da completude. A proposta que se apresenta não deve deixar transparecer a possibilidade de falha desse ritual imposto pelo capital,

o de que poderia gerar gastos uma vez que circula um sentido de que o Estado funciona melhor com o lucro do que com o gasto.

O investimento do governo imperial no projeto da nova capital deve significar um gasto necessário para que haja um lucro certo. A inserção dessas formulações martelando a inevitável discussão sobre os gastos deve ser adormecida pelo discurso do resultado lucrativo. O discurso que se materializa trabalha movimentando os sentidos para este sítio de significação.

Em (SD 3) Entra em jogo, pela formulação, a necessidade da quantidade, que, conforme Orlandi (2012), caracteriza o espaço urbano. Sem ele a cidade não se estrutura, não faz sentido. Sem a quantidade na/da cidade o que há é exterioridade e o exterior não é a cidade. A relação entre o sujeito e o simbólico, “sistema significante” é a relação da submissão da constituição do sujeito ao simbólico daquilo que é a língua na história enquanto produção dos sentidos. Essa relação se dá na possibilidade que a língua tem de falhar porque a falha constitui a ordem do que se configura no simbólico, o sentido, (idem).

Desse modo, a posição-sujeito presidente de província, pela formulação, se submete à sintaxe da língua para formular uma história que dá corpo ao simbólico. As investidas que se impõem enquanto materialidade significativa são calculadas para reverberarem em um discurso de identificação com o que se defende. Nesse ponto de articulação entre a formulação que se discursiviza e o aparato teórico que a baliza, a quantidade deve ser compreendida nos termos de Orlandi (2012, p. 190) enquanto

[...] um elemento estruturante das relações sociais quando consideramos a cidade como um lugar simbólico correspondente a um espaço concreto [...] Há uma demanda política e simbólica da cidade que passa pela quantidade funcionando em um espaço historicizado: esta ancoragem simbólico-política que é a quantidade espera pela metaforização em gestos de interpretação próprios à cidade em suas diferentes formas de significar.

Quando observo a formulação (SD 3): “Acredito, Exmo. Sr., que se conseguir mover os habitantes de Poti e dar incremento à edificação de suas moradas no novo local”, na articulação com o mapa da (fig. 9), percebo a forma material do discurso que viabiliza a concretude da cidade. Uma cadeia de significância se instaura e viabiliza a compreensão da cidade pela demanda de seus agentes em uma relação que se marca na língua, que se supõe pelo uso da subordinada ‘se’:

- a) [se] conseguir mover os habitantes de Poti
- b) [se] conseguir que eles edifiquem à sua custa a casa da Municipalidade

A conjunção subordinada indica a subordinação à língua na indicação da hipótese do “conseguir” e ao mesmo tempo não evita a possibilidade da incerteza, da dúvida, da negação uma vez que o encaixe semântico entre ‘se’ e ‘conseguir’ não está interdito, pelo contrário, é passível de ocorrer pela elipse de ‘eu’. Isso significa que o lugar da elipse incorre em uma dupla articulação e, para atingir um significado negativo, só precisa ser preenchido por ele e com isso viabilizar as paráfrases:

SD 1. se [eu] conseguir mover os habitantes de Poti.

SD 2. se [ele não] conseguir mover os habitantes de Poti.

SD 3. se [eu] conseguir que eles edifiquem à sua custa a casa da Municipalidade.

SD 4. se [ele não] conseguir que eles edifiquem à sua custa a casa da Municipalidade.

O mapa discursiviza a concretude da cidade e historiciza o espaço citadino teresinense significada na forma da língua e na forma da imagem. Quando o sujeito diz de uma projeção na posição de presidente da província, esse dizer, articulado com o mapa que terce o deslocamento de “vila velha do Poti” para “Teresina”, na figura, acrescido com os quadrados azul e vermelho, significam no jogo simbólico do acontecimento discursivo. A formulação “eu terei preparado o terreno no qual os meus sucessores possam ganhar a gratidão da Província” passa a significar o político, uma vez que o planejado, embora fosse desejo, se concretiza e reformula o urbano deslocado de vila do Poti para Teresina. Esse urbano significa em outro lugar. Se a quantidade de vila do Poti se desloca para Teresina, o acontecimento da cidade se impõe sempre de um já interior da cidade. Nesse jogo metafórico dos sentidos um espaço se discursiviza concebendo o outro como o seu exterior.

Desse modo, a necessidade de transferência da capital é tamanha que Saraiva tende a executá-la até mesmo de improviso. O setor imobiliário serviria então como um dos movimentadores de capital, uma vez que o aluguel das casas de quem as construísse retornaria pelo pagamento por parte do Estado.

É fato que o processo de povoamento, colonização do Piauí, capitania, se deu silenciosamente. “Saraiva não iria esperar o impulso do Governo Imperial [...] ele mesmo conquistaria esse galardão, com o idealismo de sua mocidade e sem a ajuda do Governo Imperial” (NUNES, 2007, p. 99).

Em um primeiro momento, portanto, não há contribuição direta do Império. Entretanto, o imperador D. Pedro II contribuiu pessoalmente com doações “[...] para a construção da matriz de N. S. Amparo, enviando 1:000\$000 (um conto de réis) [...] Doc. De 2/11/1850” (NUNES, 2007, p. 101): “Saraiva [...] pronuncia-se **contra os melhoramentos das**

estradas de Caxias e da Bahia, bem como a construção sobre o rio Canindé, cujas **despesas julga improdutivas**, e **opina que melhor seria gastar com a navegação do Parnaíba, com o fim de libertar nosso comércio da tutela do Maranhão** (idem, p. 107). No discurso de Saraiva, “**É mister, portanto, que eu e vós, Senhores, estejamos à margem daquele rio, e não vivamos a dezenas de léguas, nestes sertões, uma vida estéril** para os mais importantes melhoramentos materiais da Província”. (Idem) (Grifos meus).

A língua dá forma material a um discurso da posição da capital no sertão. A emergência de uma discursividade afastando a identificação do norte com as “dezenas de léguas”, os “sertões”, a “vida estéril” fundem uma formação imaginária sobre o que é Oeiras. Não se predica uma vinculação com o sul do Estado, especificamente, não seria produtivo escoar produção local, provinciana, para a Bahia e por terra seca quando se havia o rio Parnaíba como manancial por meio do qual se alcança o mar. É preciso estar no rio Parnaíba. O rio Canindé também é sulista. Tais pontos mostram ser relevante o traslado da capital. Termos como “despesas [...] improdutivas” para investimentos de infraestrutura no sul, a referência a Oeiras como estando em “sertões [...] vida estéril” se antepõem ao oásis que margeia os rios Poti e Parnaíba no discurso sobre a mudança da capital. Se já está o Piauí livre da Bahia e de Pernambuco que o tutelaram no período colonial, deve se desvincular do Maranhão para que a sua economia se torne autônoma e inserida diretamente, sem intermediários, à brasileira.

Na relação com Caxias, é importante compreender que uma quebra irreparável da economia dessa cidade se dará com a transferência da capital piauiense. O interesse é de bater de frente com a freguesia que lá que se circunscreve e arranca dividendos piauienses. Desse modo, conforme Nunes (2007, p. 107-108):

SD 1. **antepor ao comércio de Caxias o da vila de Parnaíba** que já tem casa inglesa comprando e vendendo a Liverpool.

SD 2. **arrebatat de São Luís toda a produção do Piauí que se vinha escoando através de Caxias e do Itapecuru.**

SD 3. [escandaloso **contrabando do algodão** a dizer que **a Província produz mais de 120.000** (cento e vinte mil arrobas, enquanto o meio dízimo **desse gênero só lhe rende 350\$000** (trezentos e cinquenta mil réis).

SD 4. **o algodão piauiense figurava ainda como produção maranhense, pois era contrabandeado.**

SD5. **Se o Piauí não mudar a sua Capital [...] não pode provincializar o seu comércio**, e consequentemente desenvolver sua agricultura [...].

SD 6. Apresenta **as vantagens da mudança da Capital para as margens do Parnaíba, para a Vila Nova, que tão alvissareiramente crescia** próxima às ricas matas banhadas por um dos melhores rios do Brasil.

SD 7. **capacidade para arrebatat a Caxias o comércio do Piauí**, facilidade para as relações comerciais e políticas com a Corte e os grandes centros do Império, mais rica zona agrícola da Província e, portanto, maiores possibilidades para o progresso.

Pelos modos como os sentidos se reformulam, pelas posições a partir das quais se diz, é possível perceber como as distintas condições de produção evocam a mudança da cidade. Ou seja, a cidade, por significar, se translada de uma formação discursiva⁵⁶ para outra. Ela é lida a partir de distintas posições.

A transferência da capital para vila Nova do Poti afetaria a vila do Poti, Caxias e Oeiras. A nova capital traria para a província um capital que, antes escoado, beneficiava outra província. A “disputa” com Caxias – MA pode ser lida em discursividade disponível no volume III da Enciclopédia dos municípios Brasileiros do IBGE (1957):

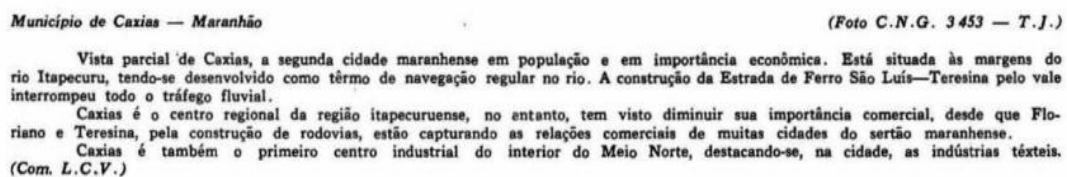


Figura 13 – Legenda de foto de Caxias discursivizando Teresina
Fonte: IBGE (1957, p. 154)⁵⁷

A provincialização do comércio piauiense seria uma espécie de arremate para o processo de independência do próprio Piauí, desvencilhando-o de fato dos seus vizinhos e “tutores” que lucram com suas faltas e isolamento. Esse elemento inclusive corrobora para a construção de um processo de contra-identificação do Piauí com o Maranhão que, no período colonial, se processava em identificação.

A Câmara do Poti, via ofício, assim se reporta a Saraiva:

x. Esta Câmara tem em muita consideração **o aumento da Vila do Poti conforme V.Exa. recomenda em ofício de 10 de maio último**, e tem por esta vez de levar ao conhecimento de V.Exa. que **a edificação ali vai com tanto progresso** que se não houver algum motivo de arrefação nos proprietários **em breve estará capaz de receber em si a Capital desta Província** [...] Doc. De 15/7/1851(NUNES, 2007, p. 108).
No dia 7/10, a **Câmara de Poti informa a Saraiva que está resolvida a tornar efetiva sua mudança para Vila Nova, conforme a Lei de 29/11/1851, e pede** sua aprovação ao mesmo tempo que o convida a honrar o ato com sua presença, bem como **a indicar o novo nome da vila. Saraiva ao aprovar a solicitação, recomenda que sejam feitas as posturas municipais de modo a tenderem as edificações às conveniências urbanísticas, e também as de salubridade** [...] Docs de 7/10 e 9/1851. [...]. Foi, então, assentado que se **efetuará o auto de transferência às 9 horas da manhã do**

⁵⁶ Pêcheux (2014a).

⁵⁷ A legenda diz: “Caxias é o centro regional da região itapecuruense, no entanto, tendo visto diminuir sua importância comercial, desde Floriano e Teresina [...]” (Grifos meus). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_3.pdf. Acesso em 27 set. 2020.

dia 20/10, na casa que vinha servindo de sede da Câmara Municipal [...].
(Idem, p. 109) (Grifos meus).

A determinação da mudança se legitima conforme determina a casa de Câmara, pela Lei de 29/11/1851. Esse gesto instaura o discurso jurídico, ou seja, as relações são determinadas e mediadas pelo jurídico. Como se observa, há critérios a serem cumpridos para que Poti se torne sede da Província. Uma delas é que para que uma cidade exista, precisa ter população estabelecida.

O encontro dos rios Poti e Parnaíba é uma região de enchentes constantes. É necessário que se desloque a população de Vila do Poti para Vila Nova do Poti, ou seja, de uma região às margens do rio Poti para uma região às margens do rio Parnaíba fora do risco de enchentes. Com a remoção da vila para Vila Nova, haveria população e o não risco de enchentes.

Teresina, primeira capital planejada do Brasil, faz pensar no fato de, conforme Lefebvre (2001, p. 106), ser “[...] possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade”. A cidade, compreendida pelo discurso é, conforme Orlandi (2003, p. 21) “[...] o acontecimento social por excelência na atualidade”. A autora pontua que não há exterioridade à cidade, uma vez que aquilo que não for cidade significará a partir dela. Nesse espaço já citadino os sentidos da cidade significam, escapando das organizações logicistas de sua configuração urbanística. A cidade irrompe. A construção de uma outra cidade, Teresina, com tudo a se fazer, sob novas bases, que não são as de Oeiras nem a de vila do Poti. É pelo que já configura o urbano da cidade que se compreende o processo mesmo de sua formulação.

A cidade é construída como uma obra, pois, de acordo com Lefebvre (2001, p. 52), os elementos arquitetônicos, urbanísticos não são possíveis fora da cidade, visto que:

A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas.

A ordem própria da cidade de Teresina não se dá fora do político que a faça funcionar como capital do Piauí. Sua organização social urbana se movimenta no sentido de cumprir tal papel. No entanto, a cidade escapa sempre pelos furos do próprio funcionamento da língua, de seu espaço de significação.

3.3 A cidade nas discursividades sobre os rios Poti e Parnaíba

Ao discorrer a respeito dos rios Poti e Parnaíba, corpos d'água que circunscvem a cidade de Teresina, compreendo o rio, conforme Motta (2002), *enquanto texto, enquanto elemento de significação da cidade*. É por meio de uma discursividade sobre eles que a cidade se espacializa, se organiza, se ordena. Desse modo, no citadino se materializam dizeres urbanos de diversas ordens que, de certo modo, textualizam a ordem da cidade em sua relação com o rio.

Conforme Motta (2002, p. 56): “O rio não está fora da cidade, dessa relação de linguagem, de poder, e dizer. Ao contrário, ele constitui, no fio do discurso, o dizer”. Assim, a tecitura da cidade se emaranha na fluidez dos rios fazendo com que circule um discurso no interior da cidade para os significar.

É preciso pensar no modo como se discursivizam os rios teresinenses nessa relação a partir de uma reflexão sobre o deslocamento do urbano no leito do rio Poti para o rio Parnaíba. O discurso vinculado ao rio Poti como lugar de enchentes viabiliza a imagem do rio Parnaíba como possibilidade de incidência do urbano. As marcas linguísticas configuram no texto a história do sentido que irrompe pelo discurso sobre o rio Poti. As formulações que deslizam nas formações discursivas sobre a necessidade de transferência da capital para a região entre rios não suspendem o fato. Conforme se lê, Nunes (2007, p. 100-101):

SD 1. Em virtude das **contínuas enchentes dos rios, afetando notadamente a vila do Poti**, a **Lei Provincial Nº 140, de 1/12/1842**, havia autorizado que a mesma fosse transferida para local que oferecesse mais segurança.

SD 2. Acenaria aos potinenses, a mostrar as vantagens que se lhes oferecia sua futura sede municipal, ao converter-se em **metrópole do Piauí**.

SD 3. **à margem do Parnaíba**, donde embarcado alcançou a vila de Poti, onde mantém, então **os primeiros entendimentos para a escolha do local apropriado para a sua transladação**.

SD 4. seria **a seis quilômetros ao sul da sede municipal**, no lugar já conhecido, segundo a tradição oral, **por Chapada do Corisco, à margem do Parnaíba** e em cujas proximidades havia moradores.

A concatenação de uma textualidade sobre os rios é a malha do discurso da cidade que os atravessa em uma formação discursiva dada, ou seja, como “o campo em que ocorrem repetições, mas também transformações” (INDURSKY, 2005, p. 185). Em uma posição determinada a partir da cidade, não se diz dela sem dizer de seus rios e vice-versa. No que constitui a formação discursiva “a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo Estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado

sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 2014a, p. 147).

O deslocamento necessário não toca mais na questão da transferência da capital para Teresina, mas o deslocamento do urbano que se manifesta pelo político. O presidente da província, legitimado pelo Estado, diz o que pode e deve ser feito. A sede do que ele almeja ser a capital deve ser deslocada para que a capital possa ser ali. É como se dissesse que se deve movimentar algo da ordem do urbano, a população de vila do Poti, a quantidade necessária da estruturação concreta do espaço urbano real⁵⁸, que se vê acobertado por enchentes para que o urbano passe a existir e funcionar às margens do rio Parnaíba.

No ofício de 16 de agosto de 1852⁵⁹, promulga-se a lei 315 por meio da qual é autorizada a mudança da capital. A Câmara Municipal de Poti/Teresina, se reporta a Saraiva dizendo ter ele o “[...] mérito do melhor administrador que tem tido esta parte integrante do Império” e homenageia-o [...] entregando-lhe por maior honra sua o glorioso título de Fundador da Cidade de Teresina”⁶⁰. Em dezembro do mesmo ano se dá a transferência da imagem da padroeira da cidade da vila do Poti para Teresina, isto é, das margens do rio Poti, para as margens do rio Parnaíba. A nova matriz, não só está às margens do rio Parnaíba, como de frente para ele.

A cidade que antes estava ante o rio Poti, deslocada de seu eixo ‘original’, depara com o caminho das águas que é o rio Parnaíba e com isso metaforiza, pelo olhar, a cidade lançando seu olhar sobre o Maranhão, sobre Caxias, como se o Estado do Piauí apontasse para o que ainda falta, isto é, erário que, piauiense não escorre sobre o Piauí e para o Piauí. O rio, tal como pontua Motta (2002) toma corporeidade no processo de fundação da cidade, o que significa compreendê-lo como aquele que tanto abastece a cidade quanto funciona como meio de transporte.

O interessante no ato de transladar a imagem da padroeira para a nova matriz, impõe-se como o grande e indispensável marco em que se traz não só o Estado, mas a fé católica sem a qual não há o Estado. Nas condições históricas do Piauí, desde sua emancipação e instituição como capitania independente, Estado, política e religião nunca se separavam. Assim, tem-se o acontecimento histórico da transferência de Vila do Poti para Teresina. A cidade que desloca

⁵⁸ Orlandi (2012, p. 190).

⁵⁹ 16 de agosto, é o dia do aniversário de Teresina.

⁶⁰ M. 353. Doc. de 22/09/1852. (citado NUNES, 2007, p. 118).

para si o Estado de que Oeiras era a sede e a população de Vila do Poti, faltando ainda trazer, enquanto imã,⁶¹ o comércio Caxiense.

O que se materializa discursivamente em Nunes (2007, p. 122-123):

SD 1. No ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e dois, aos vinte e quatro dias do mês de dezembro do dito ano, nesta **Freguesia de Nossa Senhora do Amparo** da cidade de Teresina da Província do Piauí, **na nova capela que deverá servir para sede da matriz** SD 2. pela razão da **total aniquilação da antiga, nesta Cidade a sede da Província, removidos o reverendo Vigário colado da vara desta Freguesia.**

SD 3. me foi dito lavrar o presente auto de visita. Bênção e transferência da sede desta Paróquia, o que sendo por mim satisfeito passou **o reverendo Ministro a visitar e achando-a decente e capaz de celebrar nela** com a precisa dignidade **os Ofícios Divinos, deitou-lhe uma bênção na conformidade.**

SD 4. Ordinário deste Bispado e logo em seguida **ordenou a transladação da padroeira do velho para o novo templo.**

SD 5. seguida do necessário concurso do povo em solene procissão foi **conduzida a Senhora do Amparo Padroeira desta Freguesia para Capela da cidade de Teresina** sendo **colocada no Altar-mor** onde **recebeu os fervorosos afetos de Piedade dos Fiéis,** contando-se Missa Solene pelo Reverendo ministro. Sendo de tudo testemunhos o Excelentíssimo Sr. Presidente desta Província.

No material discursivo nos enunciados, apresentados como “AUTO da transladação da Paróquia da antiga vila do Poti para a cidade de Teresina, a padroeira ganha uma nova casa em uma nova cidade; instância simbólica indispensável para a legitimidade do político que dele se traveste. O cortejo, desfile da novidade, se enuncia tendo seus leitores enquanto partícipes e se instaura no político, no religioso e também pelo “popular”. Povo-Estado-Fé, três partes de uma trança que provoca a ruptura.

A necessidade de transferência da Igreja para uma nova sede cidadina não se impõe apenas pela fé. Há um funcionamento jurídico-político validado pela Igreja e que se coaduna com os registros necessários à funcionalidade do Estado. Fedatto (2013, p. 122) pontua que

[...] os edifícios religiosos congregam o povo num mesmo espaço através não só de suas funções religiosas, mas também administrativas, como as de registrar nascimentos, atestar casamentos e óbitos. a centralização é, pois, o motor da construção da cidade a partir do número religiosos e o saber aí legitimado é o da espiritualidade e o das boas condutas pregados nos sermões e catequeses.

Em um Estado (não) laico como o brasileiro, nas condições de produção em que Teresina é fundada, Estado e Igreja funcionam em simbiose. A ordem mantenedora do Estado

⁶¹ Rolnik (1995).

passa pela instituição da Igreja. Sua existência material é incontornável ao funcionamento do Estado brasileiro nos tempos do Império.

É possível observar, pela materialidade simbólica do discurso religioso, o modo como ele se marca em relação à cidade. A população de Poti se desloca das margens do rio que lhes deu a onomástica de seu gentílico. Os antes potinenses em seu movimento de permuta passam a teresinenses. A vila que nasceu às margens do Poti, lhe vira às costas para garantir o futuro próspero do Piauí e se lança sobre o rio Parnaíba, levando consigo da vila para a cidade, o povo, o Estado (que é quem leva) e a padroeira. Desse modo, o acontecimento, mero ato cronológico de tempo, acontecimento histórico, passa a ser discursivo pois, não é só atualidade histórica, é memória discursiva. Tem-se a transparência e a opacidade do acontecimento pela linguagem.

No caso desta pesquisa, tomo o acontecimento ‘rezado’ da transferência da imagem da padroeira da vila para a cidade que “aniquila” a vila por sua ausência. Assim, é possível perceber que:

O confronto discursivo sobre a denominação desse acontecimento improvável tinha começado bem antes [...], por um imenso trabalho de formulações (retomadas, deslocadas, investidas, de um lado a outro do campo político) tendendo a prefigurar discursivamente o acontecimento, a dar-lhe forma e figura, na esperança de apressar sua vinda... ou de impedi-la; todo esse processo vai continuar, marcado pela novidade do dia [...]. Mas esta novidade não tira a opacidade do acontecimento, inscrita no jogo oblíquo de suas denominações. (PÊCHEUX, 2008, p. 20)⁶².

A transferência da imagem/estátua da padroeira da vila para a cidade é da ordem do improvável até se tornar viável, possível, exequível, e realizada. É esse gesto que instaura pela instituição da Igreja, construída pelo Estado, o gesto político nomeado como “AUTO da transladação da Paróquia da antiga vila do Poti para a cidade de Teresina”. A padroeira é a mesma, mas a matriz e a cidade são outras. A imagem da padroeira nossa Senhora do Amparo, pelo funcionamento simbólico, atualiza pela formação imaginária a proteção do rio Poti para o rio Parnaíba, de Poti para Teresina. O Piauí atualiza-se pelo traslado de sua capital. Há novidade em 24 de dezembro de 1852. O acontecimento dá forma a cidade-Capital, conforme as SDs a seguir, textualizadas por Nunes (2007, p. 122-123), discursivizam.

⁶² Pêcheux (2008), em O discurso: estrutura ou acontecimento, trata do acontecimento televisionado da eleição de François Mitterrand em 10 de maio de 1981. Mais especificamente do modo como esse acontecimento televisionado ganha forma nas nomeações e reformulações que dão corpo linguístico à história.

SD 1. **na nova capela que deverá servir para sede da matriz, pela razão da total aniquilação da antiga, nesta Cidade a sede da Província, removidos o reverendo Vigário colado da vara desta Freguesia.**

SD 2. **Benção e transferência da sede desta paróquia...** passou o reverendo Ministro a visitar e **achando-a decente e capaz de celebrar nela** com a precisa dignidade **os Ofícios Divinos**, deitou-lhe uma bênção na conformidade ... e logo em seguida **ordenou a transladação da padroeira do velho para o novo templo.**

SD 3. seguida do **necessário concurso do povo em solene procissão** foi **conduzida a Senhora do Amparo Padroeira desta Freguesia para Capela da cidade de Teresina** sendo **colocada no Altar-mor.**

SD 4. recebeu os fervorosos afetos... dos **Fiéis**, contando-se Missa Solene pelo **Reverendo ministro.** Sendo de **tudo testemunhos** o Excelentíssimo Sr. **Presidente desta Província.**

Os enunciados AUTO da transladação da paróquia da **antiga vila do Poti** para a **cidade de Parnaíba**, que realço na SD1, a saber: **Nova capela, sede da matriz, total aniquilação da antiga, nesta Cidade sede de Província**, apontam para a própria nomeação do acontecimento, uma vez que são colocados contrapostos à ‘antiga vila do Poti’, ante a Cidade de Teresina, cidade anteposta a ‘antiga vila’. ‘Nova capela’ passa a ser ‘sede da matriz’ ante a ‘total aniquilação da antiga’ e o arremate dado por ‘Cidade sede de Província’. Para legitimar, sacralizar a mudança temos ‘removidos o reverendo Vigário colado da vara desta Freguesia’. Os acontecimentos encapsulam a transladação da paróquia. Essa transladação que legitima toda a intervenção política é mediada por Saraiva e seus adeptos, desloca a capital para Teresina.

O velho dá lugar ao novo com a saída da vila para a cidade, com a saída do rio Poti para o Parnaíba. A vila é encerrada pela **“aniquilação”** da matriz antiga da vila de Poti na mudança para a cidade e perde seu povo e sua estrutura deslocados para a cidade. Entretanto, a vila não se ressentiu disso porque é seu povo quem almeja a mudança. Essa mudança transforma os potinenses em teresinenses, em sujeitos urbanos, habitantes da capital da província. Também observo o funcionamento de “removidos” e “colado” que por meio do ato translada a paróquia e descola o vigário para colá-lo na nova sede.

Há ainda o processo de avaliação da sede, da matriz. Como na SD 2, a vista de olhos é feita pelo Ministro/Vigário que dá a ‘Benção’ que transfere a ‘sede desta paróquia’. A impressão do reverendo ‘achando-a decente e capaz de celebrar nela’, ‘Ofícios Divinos’, ‘ordenou a transladação da padroeira do velho para o novo templo’. Um jogo de forças trabalha sobre toda a cenografia e dele não se dá conta. O ritual segue sem que se note. O Estado financia a construção, a Igreja se aloja nela e é, essa mesma Igreja, que sem *ônus* autoriza o AUTO. Sem o aval da Igreja não se descola o Vigário, não se transfere a imagem da padroeira. Leio o retorno da relação velho/novo. Quem ordena que seja transladada a padroeira para sua nova Matriz feita

pelo Estado o ‘agente público’ ou um instrumento que está sendo usado para cumprir com o propósito do próprio Estado?

A procissão que acompanha a padroeira do velho Poti para a nova Teresina, rio Parnaíba, diz também da simbolização da transferência do urbano fundante de Teresina. Na SD 3 tem-se “necessário concurso do povo em solene procissão”. Esse enunciado diz que a saída da padroeira e o deslocamento do povo do rio Poti para o rio Parnaíba é necessário à existência de Teresina. O povo segue a protetora ao passo que essa imagem é usada para que o povo habite, povoe a sede. Do “Altar-Mor” Nossa Senhora do Amparo, na Matriz, se dispõe ante o rio Parnaíba. Esse simbolismo faz seus fiéis que com ela se deslocam ao exaltarem-na, estando diante dela, fiquem de costas para o rio Parnaíba. Como assevera Pêcheux (2008), não há ritual sem falha. Disso pergunto: O povo foi mesmo para a nova sede por pensar no progresso?

O processo de transladação do rio Poti para o Parnaíba é assistido pelo Estado, o “Excelentíssimo Sr. Presidente da Província”, tudo “testemunhou”. Pela a SD 4, ensaia-se ao menos um princípio de resposta à pergunta: Quem ordena que seja transladada a padroeira para sua nova Matriz feita pelo Estado é de fato o agente ou um instrumento que está sendo usado para cumprir com o propósito do próprio Estado? A Igreja é usada por Saraiva como um aparelho de Estado. A Igreja legitimou enquanto poder que, no simbólico, circula como o instituído ao deslocamento da matriz e que, nesse processo de permuta, age contribuindo para o interesse do Estado.

Os habitantes oeirenses cuja cidade perdeu o *status* de capital não se significam na discursividade histórica que se apresenta no trato de Teresina. A perda de toda uma estrutura administrativa que afeta toda a vida de uma cidade não vem à tona. O que se escuta, o que se lê é o lado do novo, de Teresina. Pela adjetivação que nomeia o Poti, o velho Poti passa a ‘Poti Velho’, cuja sede fora “aniquilada” em prol da “nova capela”, “sede da matriz”. Como se vê metaforizado, no acontecimento político há uma vitória que ‘aniquila’, pela matriz, toda uma vila (de Poti), a qual é inteiramente removida com a destruição da Igreja onde a padroeira residia. Essa mesma ‘vitória’ destrona uma cidade, Oeiras, do posto de capital e ameaça uma outra cidade, Caxias, que com a mudança perderá o erário piauiense que escorria por lá. Esse arranjo de discursividades da relação estabelecida entre a cidade com seus rios constitui o movimento do urbano. Desse modo, Teresina esteve envolta, discursivamente, às relações de força que sustentaram a mudança da capital.

3.4 A cidade de Teresina no discurso

A cidade tem um modo peculiar de se significar discursivamente no espaço que a configura. Nessa direção, os sentidos da cidade na teia do tecido urbano constituem sua imagem em uma constituição histórica. A cidade é dimensionada; nos termos de Orlandi (2004, p. 11) tem:

[...] formas visíveis, sendo perceptível em primeira instância [...] a cidade introduz a dimensão da representação sensível de suas formas [...] Vemos, descrevemos, calculamos, organizamos, administramos a cidade de maneira perceptível [...] o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro [...] Nada pode ser pensado sem a cidade como pano de fundo. Todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade.

É possível ler as formas que na cidade se dispõem na transitividade urbana. Os esquemas e as plantas, as obras arquitetônicas, se projetam como algo a servir ao fluxo urbano e passam a significar, no simbólico, a imagem da cidade. A interpretação da materialidade significativa da cidade (na qual os sentidos se redimensionam no sujeito) atualiza sua imagem. Essa materialidade significativa constitutiva do discurso cidadão dispõe aos sujeitos efeitos de sentido que convocam a voltar-se para seu corpo urbano.

O mapa constitui espaço de interpretação para se compreender as formas visíveis da cidade planejada de Teresina que escapam, no contemporâneo, do cálculo e do projeto de sua implantação às margens do rio Parnaíba. Na figura (10)⁶³ disponho a planta original de Teresina:



Figura 9: Vila do Poti, às margens do rio Poti e Teresina fundada às margens do rio Parnaíba. Fonte: Cadernos Proarq – UFRJ, Silva (2012)⁶⁴

⁶³ A figura 9 também foi trabalhada no subtópico 3.2.

⁶⁴ Disponível em: https://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/public/docs/Proarq18_Planejamento_AngelaSilva.pdf. Acesso em 01 ago. 2020.

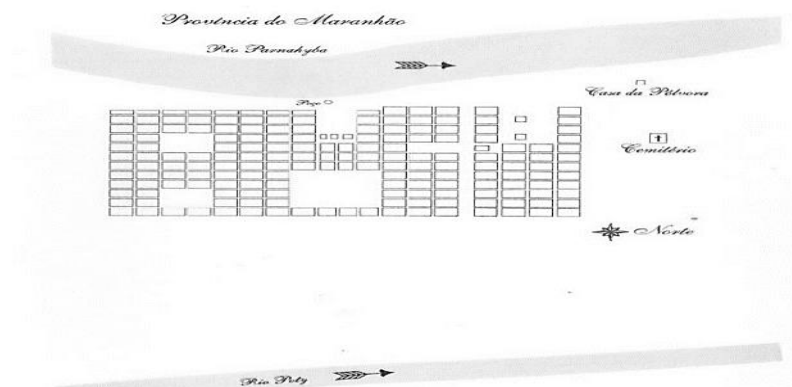


Figura 14 - Planta original de Teresina (1852)
Fonte: SEMPLAN (2021).⁶⁵

A primeira leitura a deter a atenção, no mapa (fig. 10) e na planta (fig. 14), diz respeito ao modo como o simbólico se compõe na materialidade significativa. Os traços do mapa significam os rios, os traços da planta significam as ruas. Há uma sintaxe da imagem que se instaura e, pela estrutura de sua constituição imagética, direciona a interpretação sobre o modo como se compõe, no mapa e na planta, a formação imaginária, o sentido de cidade. Tem-se duas estruturas, uma do mapa e uma da planta, ambas, em suas particularidades dizem de um discurso, o que faz circular o significado de Teresina na ambiência de uma intercessão do entre rios. A história dessa cidade está imbricada na relação que ela mantém com seus dois rios. Eles também se tecem no mapa e na planta. É possível pensar que mapa e planta funcionem, por um efeito de paráfrases, como projeções imaginárias da cidade em um discurso sobre Teresina.

Tratar dessas projeções evoca uma reflexão sobre as formações imaginárias que, conforme Pêcheux (2014b, p. 82), “[...] designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem do próprio lugar e do lugar do outro”(Grifos do autor), o que faz pensar o modo como o Estado projeta a cidade a partir de uma posição que depõe tanto sobre a representação quanto sobre o real. Novamente o discurso da cidade imbrica a ordem urbana e a organização de seu espaço que tenta sempre instituir para si e para o Estado o poder do traçado dos limites da cidade e ao outro, o urbano, o lugar de obediência ao traçado projetado como imagem ideal de cidade.

A ordem própria da cidade, a formação discursiva da cidade, que é o “[...] todo complexo com dominante” (PÊCHEUX, 2014a, p. 149), é dominado pelo Estado, com suas leis e projetos que, mesmo submetido a eles, se espria ‘desordenadamente’, desfragmentando os limites significativos da imagem de cidade que se atualiza no movimento citadino.

⁶⁵ Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2014/09/Figura-1-e1409919376162.jpg>. Acesso em 03 dez. 2021.

No mapa não se marca o que ocupa esse ‘vazio’. Na planta, aparece a leitura do fluxo do rio que é guiada pela seta indicando o Norte e aponta para a presença de “casa da Pólvora” e do “cemitério”, ambos ‘fora’ da cidade e direcionados ao rio Poti. Desse modo, a língua dispõe-se sobre o espaço e dá forma material ao discurso que diz respeito a Teresina. Discursivamente, esses espaços não preenchidos não são vazios de significado, uma vez que, conforme Orlandi (2004), eles têm seu modo de produção de sentidos. Assim, não há espaços vazios que estejam fora do sentido. O que há é o efeito de sentido de vazio, haja vista que esse vazio não se fecha, sendo, portanto, ainda o não-sentido (ORLANDI, 1996).

Conforme Lagazzi (2015, p. 179), “[...] importa dar consequência ao primado da descrição pelo investimento no procedimento parafrástico, para que as ‘paráfrases plausíveis’ possam ir configurando as fronteiras discursivas e das posições de sujeito que sustentam as derivas possíveis”. Desse modo, a partir da descrição é possível compreender a possibilidade de o mapa e a planta de Teresina funcionarem enquanto paráfrases. Eles são associações paradigmáticas que dispõem uma possibilidade simbólica de significação da cidade que repetem, de certo modo, o dizer sobre os rios, inclusive o dizer sobre o afastamento do rio Poti. Ao se colocar em tela o discurso sobre Teresina, a vila velha do Poti fica fora do recorte que centraliza a cidade. No mapa, menciona-se a velha vila que teve sua população deslocada para as margens do rio Parnaíba.

A organização urbana da cidade leva o fluxo citadino para as margens do rio Parnaíba. Ao se observar a imagem textualizada no mapa e na planta original de Teresina, em 1852 traçou-se, portanto, um lugar de significação constitutivo do traçado original da capital que produz efeitos de sentidos.

A distância razoável entre estas pode ser melhor compreendida com o que fica fora da planta de Teresina; ao Norte dessa planta (o cemitério e a casa de Pólvora)⁶⁶. A cidade dos mortos, o cemitério, e a casa de defesa bélica dos vivos e casa da pólvora não estão na cidade, estão em direção àquela cidade ‘morta’, sacrificada, vila velha do Poti, para que Teresina acontecesse. Para lá ficam os restos, aquilo que significa, porém torna-se subsumido (não se inscreve?), não se marca no traçado, no incluído. O urbanístico faz constar o urbano e suas sobras sem que elas escapem de se marcarem no simbólico, no mapa.

⁶⁶ É importante observar no processo sócio histórico que o sanatório Meduna, inaugurado em 1954 e fechado em 2010, também inscreve, na ordem do urbano teresinense, o processo de espacialização da cidade que, recuada do interesse pelo rio Poti, dispõe o sanatório no leito oeste desse rio e distante da região central da cidade. Atualmente, o processo urbanístico de Teresina dispõe nesse lugar de loucura o lugar do consumo, um shopping de alto padrão, que engole parte do espaço antes dedicado ao sistema manicomial piauiense.

A cidade se propaga para além do traçado original imposto a ela. O rio Poti passa a (des)limite, se antes estava margeando a cidade, agora ele a atravessa. De certo modo, ao se colocar algo fora da cidade, esse fora está sendo administrado, organizado, a partir dela.



Figura 15 - mapa da divisão de administrativa de Teresina
Fonte: Pessoa (2019).

No tocante ao modo como o mapa (fig. 15) textualiza a imagem, se propõe uma composição que conjuga a cidade: as zonas “centro-norte”, “sul”, “leste” e “sudeste” como peças de um jogo de montar e o rio Poti como uma lacuna hídrica tecem uma discursividade de separação das partes constitutivas da cidade. Há um corpo urbano que não dá liga porque o rio o segrega. Quando se pensa no modo como, além do rio, o social também cliva as zonas constitutivas da cidade, é possível compreender, com Lagazzi (2010, p. 173), que é necessário, “No trabalho simbólico da incompletude e da contradição no social **buscar** as imagens em suas possibilidades de deriva para compreender a diferença em sua potencialidade de trazer à tona o político” (grifo nosso). Desse modo, o olhar para a deriva da imagem provoca o deslizamento dos sentidos que ela instaura quando interpretada a partir daquilo que ela vincula ou que se anseia veicular em torno dela, uma maneira de textualizar a cidade pelo que as imagens discursivizam.

Além disso, é preciso compreender o modo como o político é tomado pela Análise de Discurso na relação com o sentido, enquanto funcionamento da divisão do sentido. O político adensa o sentido na sempiterna tentativa de controle do que pode e deve ser dito, do que pode e deve ser interpretado, do que é válido e do que é impossibilitado de ser inferido no dizer. O gesto analítico de interpretação coloca em questão essa divisão de sentidos que se instaura a partir de relações de força historicamente colocadas na arena das disputas, no que se instaura ideologicamente como efeito de evidência.

Lagazzi (1998, p. 33) concebe o político enquanto “espaço de relações” no qual diferentes posições-sujeito tomam distintas posições políticas nas formulações discursivas. Desse modo, a autora diz que “[...] o político é um espaço de relações que necessariamente se constituem enquanto relações de força, instituindo um domínio de poder em que há possibilidade de se pensar a mudança, a resistência do sujeito” (Idem, p. 43). O modo como o político se materializa nas discursividades diz do acontecimento discursivo que instaura o deslocamento da relação entre memória e atualidade.

O modo como o político é formulado no discurso diz exatamente do deslocamento discursivo que Lagazzi (idem, p. 48) diz “[...] se dá a partir de uma prática política”. A adesão pelas formações imaginárias que sustentam determinados pré-construídos se dá justamente naquilo que controla o sentido a ser partilhado, ou seja, pelo político que tenta dar conta de escamotear os sentidos outros e direcionar o olhar, o ouvir, o ler, a interpretação para o lugar da unidade formulada do sentido uno do efeito de verdade, do efeito de evidência, sustentado a partir as formações imaginárias.

Desse modo, o político media, administra, cerceia os sentidos. Esse funcionamento do político se faz a partir de uma tendência de controle que se esconde e é escondida pelo que já circula e já faz sentido, ou seja, pelos pré-construídos que interpõem político e real o imaginário da transparência e da transferência que afeta o sujeito na compreensão do sentido que se formula em um lugar que precisa significar como ausente de disputa. A ordem do urbano e a organização da cidade. O lugar contraditório da cidade, no entanto, pelas relações de força que a habitam, retiram os sentidos outros que a significam para além daquele que o político decide ser o sentido unívoco de sua ordem urbana.

O discurso urbanístico adentra a cadeia significativa da cidade para que seus problemas sejam resolvidos pelo planejamento frente aos entraves.

xi. A partir da **segunda metade da década de 1980**, intensificado na década de 1990, ocorreu uma **mudança na política de ocupação do solo em Teresina. A zona Sul, que antes era vista como uma zona com grande potencial de ocupação, passa a ser vista como uma zona limitada**. Isso se deve a três fatores: **a presença dos dois rios regionais, que são vistos como barreiras ao crescimento**; a topografia bastante acidentada em algumas áreas; e a zona de proteção do manancial de abastecimento de água da Cidade (PESSOA, 2019, p. 75) (Grifos meus).

Como se vê, a mudança de perspectiva quanto à zona sul vista como limitada e o modo como os rios são interpretados como “barreiras ao crescimento” permite compreender o deslocamento da cidade das margens do rio Parnaíba, os acidentes geofísicos às margens desse

rio no sentido sul, a grande presença de regiões alagadiças ao norte, não só a área de enchentes às margens do rio Poti, mas um grande número de lagoas na zona norte funcionam como entraves do ordenamento de ocupação do solo teresinense.

Conforme Maluf-Souza (2004, p. 39), “A cidade é tomada, então, como um ‘corpo’ (simbólico e biológico) que sintomatiza os efeitos de constituição dela”. Esse corpo urbano se constitui a partir da relação entre o real e aquilo que se interpõe como sua representação. Assim, partes da cidade, a “zona sul” que significava “potencial de ocupação”, passa a “zona limitada”.

Os sentidos da cidade se atualizam a partir do modo como o político age sobre ela. O discurso urbanístico acaba por intermediar a organização cidadina e a ressignificar os sentidos dos rios (que corroboravam para o desenvolvimento) da cidade, interpretados nos gestos de leitura dos agentes do Estado como rios (que atrapalham a urbanização) na cidade. Assim, conforme Orlandi (2012, p. 188), “[...] o real da cidade é substituído pelas categorias do saber urbano, seja em sua forma erudita (discurso do urbanista) seja no modo do senso comum, do administrativo, no discurso do Estado tomando a forma jurídica ou política indiferentemente, tornando-se um saber “sobre” o urbano, esvaziado de suas condições reais”.

Ao se colocar em relação o mapa da divisão administrativa de Teresina com o discurso urbano, é possível perceber o funcionamento pelos atravessamentos interpretativos sobre a cidade que põe os rios no lugar de justificativa da limitação do desenvolvimento planejado do urbano da cidade. De qualquer modo, o crescimento urbano inclui, pela mancha urbana, aquilo que estava fora da cidade e que retorna. Isto é, aquilo que o Estado expeliu de seu centro, o rio Poti.

Nesse entendimento, é preciso compreender o modo como a cidade remodela o seu dentro e o seu fora. Lefebvre (2001, p. 31), diz que “Os modelos elaborados só podem entrar para a prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a Cidade”. Assim, ao se pensar, por exemplo, no modo como os sentidos dos rios da cidade são reformulados e significam, é possível entender como o sentido do rio Poti se significa na cidade. A prática urbana imposta a Teresina urbanizou o entorno do rio Parnaíba e fez ruir a gênese de povoamento da vila velha do Poti. A ordem da cidade retoma o rio Poti ao passo que também o transpõe.

Para lidar com a ordem da cidade, o urbanístico media o discurso da mobilidade urbana por meio das pontes. Estas, como o modo de a transcendência dos rios. As pontes dão passagem ao urbano que, seguido pela urbanização da zona leste, reformulam a imagem de cidade de Teresina. Nele vê-se a cidade além das fronteiras do rio Poti, mas limitada pelo Parnaíba por

questões de Estado, uma vez que a outra margem deste rio é maranhense. Há, portanto, uma abertura espacial que a ponte instaura ao servir de (des)limite.

3.4.2 A imagem da cidade vinculada ao rio Poti

Ao tratar da Genova do século XVI, que teria sido um banco antes de ser uma cidade, Rolnik (1995, p. 36) formula sobre algo que pode ser relacionado ao modo como o urbano redefine as fronteiras daquela cidade, que, “[...] longe de estar circunscrita por suas muralhas, ou mesmo pelos seus arredores, tornava-se a cidade-mundo, nó de uma rede de cidades que passa a cobrir largas poções do planeta”.

A espacialização da cidade passa, necessariamente, pela construção de pontes que dá liga pelo urbano entre uma já cidade do centro e da região entre rios para uma outra cidade, além do rio Poti que pode ser Teresina, ao passo que a cidade que há além do rio Parnaíba, por não ser piauiense, não funciona politicamente da mesma forma.⁶⁷ Quando a autora trata das semelhanças entre os burgos medievais da Europa e as cidades coloniais brasileiras, diz que “Estas semelhanças residem sobretudo no caráter comunal do espaço urbano; isto é, espaços polivalentes do ponto de vista funcional e misturados do ponto de vista social” (RONILK, 1995, p. 45).

O urbano impossibilita à organização emparedar a ordem por meio da qual a cidade se terce sobre o espaço urbano. Não é apenas uma elite (X) que passará para o lado leste, leito leste do rio Poti pelas pontes; a não elite (Y) também. A configuração imagética da cidade sobejamente elitizada que se formulará em Zona leste na ponte Estaiada sobre o rio Poti religa a cidade que não dá conta de organizar-se a ponto de emuralhar sua ordem própria.

Façanha (2003, p. 3) diz

xii. Um [...] **processo sócio-espacial relevante** foram as **migrações de populações de alto poder aquisitivo**, oriundas, em sua maioria, **do antigo centro tradicional, em direção aos bairros** [...] “Jockey Club do Piauí” – que, posteriormente, seria desmembrado em Jockey Club e Fátima -, [...] entre outros, **localizados na zona Leste** [...]. Esse processo gerou um **rebatimento**

⁶⁷ A cidade de Teresina tem a cidade maranhense de Timon como cidade germinada. Ao dizer aqui sobre o funcionamento político distinto, estou pontuando o fato de que a capital piauiense está limitada geográfica e politicamente no sentido oeste, leito oeste do rio Parnaíba, por conta de ser uma cidade que faz fronteira com outra cidade em outro estado. Assim, mesmo que localmente a cidade de Timon seja considerada uma zona oeste de Teresina, politicamente ela constitui uma cidade. As superintendências de desenvolvimento norte, sul, sudeste e centro são partes de uma gestão política de Teresina, entretanto, a cidade não incide em Timon por esta vias, mesmo que em outras redes de relação as cidades irmãs se imbriquem pelo social.

espacial, concentrando uma fração da **população que possuía um alto poder aquisitivo**. (Grifos meus)

O recorte evoca uma reflexão sobre o modo como o urbano discursiviza as relações sociais que textualizam a ocupação do solo citadino. Ao se dizer das “migrações de populações de alto poder aquisitivo”, é possível deparar com o cenário no qual, segundo Orlandi (2004, p. 63): “o urbano aparece como “catalizador” do social. No excerto não se diz da mobilidade, das pontes, porém necessariamente, pensar a cidade de Teresina significa, no contemporâneo, pensar as pontes como parte da cidade, da mobilidade, da espacialização urbana.

O urbanismo se apresenta como parte do imaginário que “interpreta”, interpela o que é o urbano, sobrepondo-se à cidade, delimitando-a, desenhando seus sentidos (significando-a), assim como ao social. O redesenho do deslocamento de uma elite do centro para o leito leste do rio Poti reconfigura as relações imaginárias da cidade com esse rio que, antes compreendido como lugar das enchentes, passa a ser lido como lugar da organização. Esse lugar de concentração do “alto poder aquisitivo” baliza seu funcionamento pelo urbanístico e deixa em suspenso o funcionamento da cidade.

A leitura das pontes como integradoras, ligações entre as zonas teresinenses, será discutida no próximo capítulo. Pela mobilidade urbana as pontes significam o escoamento, o trajeto de um sentido que significa diferente do que se textualiza sobre os rios quando as dimensões espaciais da cidade adentram, pela ligação da ponte, um novo ambiente. Enquanto lugar de interpretação, a qual é tomada por Pêcheux (2008, p. 54) enquanto possibilidade de “[...] haver ligação, identificação ou transferência”. É em busca dessa relação ligação-identificação-transferência, ao compreender que as pontes ligam, que os sujeitos se identificam com o simbólico que as faz significar no urbano e no modo como se transfere essa identificação da ponte Metálica para a ponte Estaiada, do rio Parnaíba para o rio Poti, que pretendo desenvolver um gesto de interpretação.



Figura 16 - casas de taipa e palha e alça da ponte de concreto sobre o rio Poti, zona leste de Teresina, em 1988

Fonte: Portal Piracuruca.⁶⁸



Figura 17 - Ponte de concreto Juscelino Kubitschek, dias atuais.
Fonte: uol⁶⁹.



Figura 18 - Pontes Estaiada e Juscelino Kubitschek (JK)
Fonte: Juscel Reis⁷⁰.

Nos termos de Orlandi (2004, p. 64), a cidade “[...] abriga o social – o “polido” – que, no entanto, se realiza administrativamente com o “policidado”, o referido à (manutenção da) organização urbana”. Desse modo, aquilo que se formula como sendo o “[...] processo sócio-espacial relevante”⁷¹ limitado a dizer da migração “[...] de populações de alto poder aquisitivo”⁷² para o leito leste do rio Poti “localizados na zona Leste”, intenta suspender os moradores de casas de barro e palha como não dignos de nota dessa ocupação. A imagem impõe ao discurso urbanístico aquilo que a autora formaliza como sendo “[...] o discurso da cidade, assim como a materialidade própria da cidade, [que] seriam construídos de falhas, de possíveis,

⁶⁸ Disponível em: <https://portalpiracuruca.com/arquitetura-e-decoracao/imagem-pre-potycabana/>. Acesso em 27 set. 2020.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/listas/curiosidades-sobre-teresina-a-capital-do-piaui.htm>. Acesso em 28 set. 2020.

⁷⁰ Disponível em: <http://juscelreis.blogspot.com/2011/08/teresina-159-anos.html>. Acesso em 28 set. 2020.

⁷¹ Façanha (2003), citado acima.

⁷² Idem.

de sentidos ainda irrealizados que sustentam na falha e na incompletude a possibilidade de novos sentidos” (Idem, *ibidem*).

Nos anos 1950, a ponte de concreto sobre o rio Poti faz irromper o deslocamento da elite do centro da cidade, às margens do rio Parnaíba, para o leito leste do rio Poti. Por meio disso começa o processo de significação da cidade para lá. A Análise de Discurso faz com que essa leitura da questão da imagem, compreendendo que o sentido na imagem tem sua trajetória⁷³. A construção da ponte dá expansão à cidade que se amplia ao mesmo tempo que dá mobilidade. Com a construção e a ressignificação provocada pelo urbano, os ribeirinhos são achatados na imagem, construções novas são edificadas sobre as suas.

As imagens das pontes sobre o Poti, dizem da primeira ponte, JK, e da nova ponte, Estaiada, do que significou a existência das pontes ante a ausência das mesmas no que se refere ao modo como o ato delas serem pontes e funcionarem como elos, como liga(ções) entre os dois lados do rio, faz com que pelas imagens signifiquem o contemporâneo posto em relação com o passado desse atravessamento urbano. Penso na díade ordem *versus* organização, tal como Orlandi (1999, p. 8) a formula, “[...] a ordem do domínio do simbólico (a sistematicidade sujeita a equívoco), na relação com o real, enquanto a organização refere ao empírico e ao imaginário (o arranjo das unidades)”.

A ordem pela repetição, pela reincidência, coloca em suspenso aquilo que sempre escapa, o real do sentido, o fato de que já se ocupava a região antes da concretude da ponte. O simbólico se dá pela memória sobre a imagem da cidade na imagem 16 (a ponte JK sobre o rio Poti, que mostra as cercanias de suas alças, não centraliza a ponte como o que há de concreto), a imagem 17 (que mostra a ponte JK ao fundo, mas que centraliza os significantes que nela se materializam sobre o modo como as características urbanas da região são “transparentes”), a imagem 18 (que mostra a ponte JK, também ao fundo, e a ponte Estaiada como estando de frente, como a protagonista da paisagem), a imagem 17 (que mostra a ponte JK como ligação de fato entre centro e leste, já duplicada e alargada, descaracterizada daquela imagem que se lê na imagem 16) é a do efeito de evidência do sentido de urbanização pela ausência dos casebres postos em relevo na imagem 14. Porém, como um retorno ao já lá, ao já dito que fora interdito na imagem (fig.14), as casas de taipa e palha surgem entre a imagem do rio e a imagem da alça da ponte de concreto, JK, para dizer que a ordem do concreto da ponte, o traçado pavimentado é posterior.

⁷³ Orlandi (1995).

A repetição da sistematicidade se depara com o real que irrompe, o arranjo que intenta trazer a uniformidade do sentido dá de cara com aquilo que se tenta camuflar. A ponte JK é uma constante, uma recorrente nas imagens como se pelo simbólico fosse a possibilidade do urbano na zona leste da cidade. O acontecimento perturba e desestabiliza questões que a priori seriam dadas como ‘evidentes’, o trabalho analítico-discursivo desloca, divide, desmonta, dessintagmatiza, mas também retoma. Conforme Pêcheux (2016, p. 27) postula, no acontecimento discursivo, ocorre “[...] um encontro com o outro, no interior de um dispositivo em que a reprodução do mesmo parece, por ora, estender-se aos limites da repetição”. No caso em análise, é como se circulasse uma discursividade da ponte JK como o marco zero da ocupação do leste, quando no real do sentido, a dita ponte vista nas imagens é um elemento da urbanização, atravessada por distintos discursos, adentra o urbano e confronta de certo modo o que já estava lá nos casebres, entre ponte (alça da ponte) e o rio (leito do rio), como que incomodando, como algo a ser higienizado na imagem.

Segundo Pêcheux (2014a, p. 129), as condições ideológicas da reprodução e de transformação das relações de produção são determinadas por fatores de ordem econômica “[...] que condicionam “em última instância” essa reprodução/transformação, no próprio interior da produção econômica [...]”. É preciso entender que as transformações imagéticas sobre a representação da cidade estão diretamente vinculadas ao que condiciona ideologicamente as produções e reproduções a partir de reordenamentos econômicos que repercutiram em um reordenamento da própria economia da cidade de Teresina.

O investimento, tanto das esferas estatais quanto privadas, às margens do rio Poti, faz com que surja toda uma nova produção discursiva sobre uma nova região urbana e tal produção passa a ser replicada de modo intenso midiaticamente e pode repercutir em uma nova imagem sobre a cidade. A instalação e construção de grandes empreendimentos arquitetônicos às margens do rio Poti, como shoppings e condomínios, provocaram um deslocamento urbano das elites detentoras do capital financeiro que migraram do centro da cidade, localizado nas proximidades do rio Parnaíba, para a Zona Leste, às margens do rio Poti. A imagem da cidade de Teresina até então atrelada a memória sócio-histórica passa a ser vinculada ao moderno. Os cartões postais que antes representavam a parte mais antiga da cidade e seu vínculo com o rio Parnaíba, passam a reproduzir com cada vez mais veemência uma imagem da cidade agarrada ao rio Poti.

O acontecimento da mudança da imagem sobre a cidade de Teresina, o deslocamento da representação sobre a cidade do rio Parnaíba para o rio Poti, pode ser analisado discursivamente a partir da premissa pecheuxtiana, principalmente quando o autor fala a

respeito da reprodução/transformação que para ele designa “[...] o caráter intrinsecamente contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes, isto é, cujo princípio é a luta de classes” (PECHEUX, 2014a, p. 130). O uso dos rios, a partir da espacialização pelo imobiliário na cidade de Teresina, de certa forma, provoca a instauração de um sentido de segregação da população que perpassa a ocupação urbana de seus leitos.



Figura 19 – Região conhecida como Orla do rio Poti e Parque Potycabana. Teresina

Fonte: Tyba.⁷⁴

Na perspectiva urbanística desloca-se o interesse do sul para o leste do solo teresinense, fato relacionado ao II Plano Estrutural de Teresina – II PET (1998) que segundo Pessoa (2019, p. 75) “defendia a ocupação das zonas Leste e Sudeste, fato esse que só se tornou possível naquela década por conta da construção das pontes de concreto sobre o Rio Poti”. As pontes são peças constitutivas da mobilidade, da especulação imobiliária, da difusão do mercado imobiliário, da divisão dos espaços.

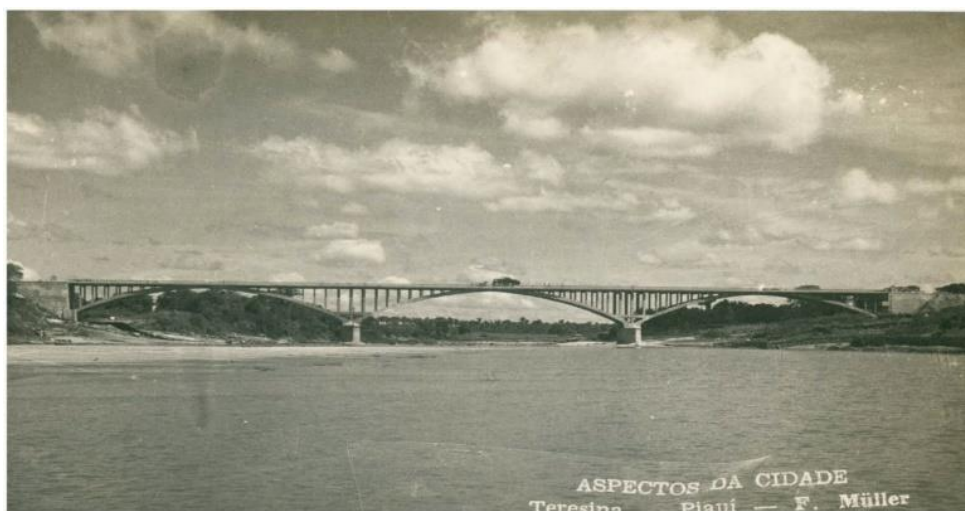


Figura 20 - Ponte Juscelino Kubitschek, primeira ponte de concreto sobre o rio Poti (s. d.).

Fonte: Biblioteca do IBGE⁷⁵.

⁷⁴ Disponível em: http://tyba.com.br/br/registro/cd319_113.JPG/-Foto-aerea-da-Ponte-Juscelino-Kubitschek-1957---tambem-conhecida-como-Ponte-da-Frei-Serafim---sobre-o-Rio-Poti---Teresina---Piaui-PI---Brasil. Acesso em 28 set. 2020.

⁷⁵ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=441843&view=detalhes>. Acesso em 28 set. 2020.

O rio Poti divide a cidade em uma de suas margens em Zona Leste e em outra em centro, sul e norte. A população de maior poder aquisitivo habita a zona leste e os estabelecimentos mais sofisticados estão concentrados nesta região da cidade. Uma espacialização do saber também se impõe na divisão do espaço quando se pensa, por exemplo, no modo como as instituições escolares particulares se dispõem na cidade.

O fato de termos as escolas bilíngues majoritariamente na Zona Leste e de escolas particulares tradicionais estarem na região entre rios, especificamente no centro (centro norte e centro sul) faz com que se pense sobre uma questão: para quem se destinam essas escolas, quem as ocupa?⁷⁶. O acesso a essa zona se dá pelas pontes que interligam a parte “mesopotâmica” da cidade, parte mais antiga, à parte mais moderna.

A imagem sobre a cidade não se realiza de forma homogênea, mas de distintos modos de interpretação, memória discursiva na imagem de cidade e o que contribui para a reprodução da nova imagem, ao passo que apaga a imagem atrelada ao rio Parnaíba.

Assim, compreendo, a partir de Pêcheux (2014a, p. 131), que os sujeitos propagadores da mudança imagética sobre a cidade as constituem a partir de suas práticas. A formação imaginária sobre a cidade é textualizada nos documentos, segundo o autor, “[...] pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia dominante] é realizada e se realiza, [até] que ela se torna dominante [...]” (grifo nosso). Desse modo, compreende-se que há uma espécie de domínio na materialização imagética sobre a representação da cidade, pelos/nos discursos, visto que os Aparelhos Ideológicos de Estado estão materializados no discurso de representação da cidade.

Este capítulo tratou das situações e circunstâncias para que a cidade se constituísse enquanto tal, na região entre rios. O espaço que segue significando a cidade é questionado, revisto, reconfigurado. Por certas questões sócio-históricas e políticas a cidade é redirecionada para outro lugar. Nesse movimento discursivo o que se tem são diferentes discursos e, conseqüentemente, diferentes formações discursivas. Diferentes sujeitos, instituições, instâncias vão dizendo porque a capital deveria ir para um outro local até que, finalmente, Teresina seja sediada em uma condição que se justifica pelos rios Poti e Parnaíba. O que se

⁷⁶ A fundação da Universidade Federal do Piauí em 1971 foi um dos elementos que possibilitou a urbanização de uma zona de extensão relevante da Zona Leste da cidade. Ressalte-se que instituições particulares de ensino superior e educação básica também se inserem nesse espaço. Inclusive, as instituições particulares que estão na região mesopotâmica da cidade, especialmente na parte central, recebem majoritariamente estudantes residentes da Zona Leste. O próprio funcionamento do fluxo urbano interfere no funcionamento de uma das pontes que ligam as Zonas Norte e Leste, a chamada ponte universitária, nos horários de pico.

observa nesse percurso é uma condição de produção para conseguir alocar a cidade nesse espaço, uma vez que a capital passa por diferentes lugares.

As pontes sobre os rios adentram o discurso da mobilidade sobre a cidade enquanto ligação necessária. Na zona leste, às margens do rio Poti, a espacialização, a construção de apartamentos, parques, shoppings, configuram a plasticidade, a elasticidade da cidade e textualiza o capital investido no seu corpo, como também há a segregação naquilo que escamoteia, fazendo funcionar apenas a evidência de que as pontes ligam o ir e vir da cidade.

As pontes constituem uma rede de significância a partir da qual fazem circular um imaginário sobre a cidade.

‘A ponte Metálica é o cartão-postal de Teresina’ frente a ‘A ponte Estaiada é o cartão-postal de Teresina’ constituem uma rede parafrástica por meio da qual temos a ponte sendo adjetivada para significar. Nos termos de Pêcheux (2015, p. 47), no “[...] “mesmo” da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva [...] uma espécie de articulação vertical, em que a própria memória esburaca, perfura antes de desdobrar-se em paráfrase”.

CAPÍTULO IV:
O DISCURSO DA IMAGEM DE CIDADE ATRAVESSADO PELO DISCURSO
SOBRE AS PONTES

*Existirmos: a que será que se destina?
 Pois quando tu me deste a rosa pequenina
 Vi que és um homem lindo e que se acaso a sina
 Do menino infeliz não se nos ilumina
 Tampouco turva-se a lágrima nordestina
 Apenas a matéria vida era tão fina
 E éramos olharmo-nos intacta retina
 A cajuína cristalina em Teresina.*

Cajuína, Caetano Veloso.



Figura 21 - Cajuína. Bebida típica de Teresina.
 Fonte: Ceagesp⁷⁷.

A cajuína⁷⁸ é imagem de Teresina, pois este líquido se destina a uma identificação que cola, que se liga à imagem da cidade quando evocada pela letra de Caetano Veloso que, dizendo o nome do nome da bebida, pela metáfora, em versos de homenagem a Torquato Neto, ‘caetaneando’, diz para muito além disso, diz pela deriva, do amigo que se matou. Mas, é possível significar a imagem de uma cidade por uma ponte e pela cajuína? Esse líquido sobre o qual se diz tem a mesma intensidade que o líquido dos rios Parnaíba e Poti que acompanham o dizer da ponte? Quais seriam as ordens desses líquidos, o da cajuína e o da água de rios? Por que e como surge uma imagem de ponte e uma imagem de cajuína que dizem, em suas próprias ordens, da imagem de cidade? Como elas se ligam a este imaginário? Como se dá o processo discursivo que lembra essa constituição imagética líquida, pelo caju e pelas pontes?

⁷⁷ Disponível em: <http://ceagespoficial.blogspot.com/2019/02/receita-da-semana-cajuina-caseira-132.html>
 Acesso em 16 dez. 2021.

⁷⁸ Início com um adendo necessário de outra materialidade significativa que atribui sentido a Teresina, a Cajuína.

A imagem que produz de forma imaginária um vínculo da cidade com o líquido advindo do caju, a cajuína, e do líquido advindo dos rios, lança sobre a cidade efeitos que a fazem (r)existir, pelos rios. No entanto, dos rios desloca-se o acontecimento discursivo da imagem que incide sobre as pontes. A pergunta que faço é: A que será que se destina a imagem de cidade de Teresina?

A materialidade discursiva “literomusical” diz de **existir** e coloco essa existência em relação com o que (r)existe, persiste, incide em ser imagem dessa cidade: as pontes. Há uma memória de Teresina como cajuína, que circula nacionalmente, tencionando uma memória da cidade como ponte, que desliza de ponte Metálica para Estaiada no deslocamento urbano que se tece do Parnaíba para o Poti. A relação do líquido dos rios e as pontes que possibilitam a transcendência desse líquido se encontra com o líquido que atenua o calor do ‘B-r-o-bró’⁷⁹ nordestino, especificamente o teresinense, pela refrescância da cajuína, que puxa também para si os sentidos que se ligam à Teresina.

A ‘cajuína cristalina’ aparece no discurso como que a evocar, clamar, exigir o adjunto adverbial de lugar: Teresina. O funcionamento das pontes é de outra ordem. Ele não evoca, clama, chama, exige adjunto adverbial ou nominal algum, pelo contrário, provoca uma síncope, uma anulação, deixando o funcionamento pré-construído, subentendido. A ponte para funcionar como imagem de cidade deve ser discursivizada pelo não dito. Não se diz Ponte Estaiada “de Teresina”, assim como não se diz Ponte Metálica “de Teresina”. A palavra ponte funciona sem o genitivo que se marca como adjunto adnominal restritivo e com ideia de posse, “de Teresina”.

É preciso não dizer “de Teresina” para que o funcionamento discursivo das imagens de “metálica” e “estaiada” signifique um efeito de dizer no qual Metálica, no funcionamento da linguagem, seja passível de deslizamento/deslocamento de sentidos, para que Estaiada passe a dizer da imagem de cidade “de Teresina”. É como se “de Teresina” e “Metálica/Estaiada” fossem seu sinônimo. Tem-se a metáfora que faz uma palavra funcionar no lugar de outra, que faz a imagem funcionar no lugar daquilo que não se marca na língua pelo termo “de Teresina”. Poderia dizer ponte Estaiada de Brasília, de São Paulo, de Cuiabá, mas “de Teresina” e Metálica/Estaiada, ideologicamente, constituem o lugar de pertencimento. Pela sintaxe, não se marca o adjunto adnominal restritivo com posse “de Teresina”. No caso das pontes, o adjunto adverbial de lugar “em/de Teresina”, como se marca no caso da “em Cajuína”. Assim, os dois

⁷⁹ Em Teresina, os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, correspondem ao período das mais altas temperaturas no ano. Por conta do sufixo “bro”, no processo morfológico de formação dessas palavras, tal período é conhecido como B-r-o-bró.

são constituintes da imagem da cidade, mas em ordenamentos sintáticos que dizem de discursos distintos.

Nos capítulos anteriores tratei da significação sócio-histórica dos sentidos de Teresina pelo o discurso. Sentidos estes trazidos em uma relação na qual se pensou a cidade a partir das condições de produção que constituíram o Piauí. Desse modo, foi preciso traçar um panorama do modo como o Piauí se inscreveu na história brasileira no período colonial a partir da cidade de Oeiras.

Entre a forma material do discurso sobre os rios e a cidade de Teresina a questão discursiva do espaço urbano faz a cidade significar imagetivamente nos discursos sobre sua transferência para o leito de seus rios. Na atualidade do acontecimento de linguagem que é Teresina, foi preciso dizer do sentido dos rios significativos da cidade que passaram a serem lidos textualizados no seu processo de organização urbana. Nesse ponto, entra em cena a discursividade sobre como transpor os rios para que o urbano se propague.

O objeto discursivo que representa o acontecimento de linguagem, na cidade de Teresina, é uma ponte. O clique da foto alavanca a ponte Estaiada enquanto cartão-postal já funcionando como aquilo que representa a cidade. Não é possível fazer *tábula rasa* do ponto em que A (ponte Estaiada) tomou o lugar de B (ponte Metálica), do ponto do deslize, mas é possível dar-se conta do deslizamento. Uma formação imaginária sobre a imagem de cidade se instaura no sujeito atravessado pelos lugares do qual ele interpreta a imagem de cidade como ponte e seus sentidos.

O vínculo da cidade com os rios não se desfaz, atualiza-se. O acontecimento discursivo a imagem de Teresina se desvincula do rio Poti, atrela-se ao rio Parnaíba, atualiza-se na ponte Metálica. Nesta escrita projeta-se uma análise da configuração da imagem de cidade de Teresina, em específico, como ponte. Em um momento ponte Metálica, em outro ponte Estaiada. Entretanto, essa imagem de cidade como ponte se constitui pelos rios Parnaíba e Poti como nós de sua significação cidadina, de sua identidade incontornável que a atrela aos rios e às pontes como o simbólico constitutivo do encontro do/no urbano com o arquitetônico que constitui pela linguagem o funcionamento imagético de Teresina como ponte.

4. 1 Um dizer sobre os sentidos de ponte e os modos ponte Metálica e Estaiada

No Dicionário de símbolos, se textualiza um verbete que diz o que seria uma ponte,

[...] ela se identifica também com o eixo do mundo sob suas diversas formas e especialmente com a escada, caso esse em que é preciso considerar a ponte como vertical [...] a ponte verdadeira [...] é o Eu que reúne esses mundos para impedir que eles se dispersem [...] as tradições confirmam o simbolismo da ponte: local de passagem e de prova [...] poder-se-ia dizer que a ponte simboliza uma transição entre dois estados interiores, entre dois desejos em conflito: pode indicar o resultado final de uma situação de conflito. É preciso atravessá-la; fugir à passagem nada resolveria[...] A ponte coloca o homem sobre uma via estreita, onde ele encontra inexoravelmente a obrigação de escolher. E sua escolha o dana ou o salva (CHEVALIER, 2012, p. 729-730).

Há um funcionamento das formações imaginárias sobre as pontes de Teresina que é da ordem do simbólico. O caráter vertical das duas pontes alçadas à condição de cartões-postais (ponte Metálica sobre o rio Parnaíba e Ponte Estaiada sobre o rio Poti), pela metáfora da relação com a escada viabiliza, na imagem, a possibilidade de uma ascensão. E de fato elas ascendem ao *status* de imagem da cidade. Nas formações imaginárias da imagem de cidade um Eu sobre o qual se diz, um Eu imagem, um Eu imagético, um Eu imagem de cidade incidindo sobre as pontes, na imagem como ponte e estabelece uma relação entre os dois lados dos rios, entre os rios e entre os rios e as pontes. Esse todo interligado, esse fluxo, é constitutivo da cidade. Isso incide na questão das formações imaginárias por meio das quais o sentido de imagem de cidade de Teresina significa no discurso, ou seja, os efeitos de sentido que estabelecem o significado da imagem de cidade como ponte se dão mediados pelas imagens que os sujeitos têm de si e do objeto ponte.

Há um discurso sobre ponte discursivizado a partir de sujeitos que dizem institucionalmente nas materialidades significantes delas em distintas posições, da cidade e de fora, fazendo com que a imagem se documente nos discursos institucionais e se propague também nos dizeres não institucionais por meio de fotografias lançadas no impresso e no digital. A imagem, o fio condutor de uma discursividade, um fio de discurso, intradiscorso na instância institucional, se propaga a partir de uma reconfiguração da instância cotidiana onde circula e para onde também se direciona a imagem de cidade.

A memória discursiva sobre aquilo que se diz e sobre o que não se diz é como uma interferência na qual duas imagens tidas como disjuntivas estão se atravessando uma na outra, gerando ruído na interpretação unívoca que elenca uma como a ‘verdadeira’ e a outra como a ‘intrusa’ carregada de turbulência, de detritos que nem chega a ser substituída porque não

(r)existe como imagem (de cidade). Esse discurso transversal, que intercambia o outro fazendo-se notar nem que seja pelo incômodo, não se dá de fora, não é interferência externa, mas parte constitutiva, portanto, interior ao próprio interdiscurso, que,

[...] enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” determinada como tal “do exterior” [...] a forma-sujeito [...] tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro “já-dito” do intra-discurso, no qual ele se articula por “co-referência” (PÊCHEUX, 2014a, p. 154) (Grifos do autor).

O intradiscurso, fio de discurso, efeito do interdiscurso, estabelece uma relação interdiscursiva, de memória, sobre o objeto de discurso a qual funciona, pelo discurso, como ponto turístico e como cartão-postal. Essa memória irrompe por uma falha que ao celebrar o ‘novo’ ponto/cartão turístico/postal, diz que ele é ‘novo’. O sujeito que diz ‘novo’ evoca, através da memória discursiva, o interdiscurso, efeitos de sentido sobre o objeto de discurso.

O ‘novo’ é interpretado como atributo, não como uma coisa que remete a outra coisa, ‘velha’. No entanto, esse deslize que, ao não dizer sobre [ponte] metálica a ela remonta, fazendo produzir o efeito de esquecimento do dizer de que a imagem da cidade já foi um dizer sobre [ponte] Metálica. O que se passa no interior do interdiscurso é um movimento intradiscursivo, do que já se disse sobre o acontecimento discursivo imagem de cidade como ponte.

Há uma complementação possibilitada na descrição, pelo “[...] reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala” (PÊCHEUX, 2008, p. 50). O equívoco é tomado como um fato linguístico, como fato estrutural instituído na ordem do simbólico. Nesse lugar disjuntivo, a língua para Pêcheux (idem) está tanto no espaço das manipulações significativas estabilizadas, na repetição mesma de suas significações, as quais estabilizam-se e expõem o estranho ao já normatizado, quanto no espaço em que os sentidos são reformulados, ou seja, o lugar “[...] de transformações de sentido, escapando a qualquer norma estabelecida *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar das interpretações” (idem, p. p. 51). Se um espaço é o do estabilizado, o outro é o do escape, do equívoco que irrompe lá onde não se deveria dizer fora da forma da língua e da imagem.

Nessa região em que nos encontramos analistas, estão as diversas e dispersas espessuras semânticas. O efeito de solidez se desvela pelo equívoco irrompido. Nesse entremeio que mescla exterioridade e interioridade, interdiscurso e intradiscurso, língua e simbólico, está a memória que não cessa e que faz falhar a estabilidade, faz com que se reconheça, se identifique e se desconheça, se desidentifique.

Nesse lugar de desrespeito às regras do funcionamento ‘higienizado’ “[...] os acontecimentos têm e não têm lugar, segundo as construções discursivas nas quais se encontram inscritos os enunciados que sustentam esses objetos e acontecimentos” (PÊCHEUX, 2008, p. 52) A instabilidade do lugar de funcionamento das discursividades faz com que a homogeneidade logicamente normatizada do sentido dê a ele um “talhe instável”, no qual o espraiamento permita o ponto de encontro da reformulação do já-dito, do formulado. Nos sentidos que estão à deriva, a espera de serem lidos, nas relações históricas ainda não arranjadas para se coadunarem aos discursos ainda não lidos, nos gestos ainda não efetivados sobre os dizíveis, há uma leva de pontes que se ligam à interpretação. “É porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes” (idem, p. 54).

Na história da cidade há o deslocamento de sua imagem do rio Parnaíba para o rio Poti. As medidas estruturantes que desvincularam a cidade de uma identidade com o rio Parnaíba – suas coroas, sua ponte Metálica, o centro da cidade em suas margens – produz uma imagem da cidade em uma relação com o rio Poti, marcando movimentos incontornáveis para a compreensão do funcionamento da imagem de cidade de Teresina.

Nos discursos sobre o rio Parnaíba há uma discursividade na qual se manifesta o saudosismo de “memorialistas” teresinenses. Uma reportagem da revista de temática cultural de Teresina, *Revestrés*, intitulada “*Occupy Velho Monge!*” traz uma discussão sobre os festivais musicais das ilhas do rio Parnaíba, que aconteceram nas décadas de 1980 até 1990.

As ilhas são coroas, bancos de areia que se formam no período de seca, chamado de B-R-Ó-BRÓ, por conta dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro (terminados em B-R-O). Nestes meses as coroas assemelham-se a praias. Na época, os entrevistados recordaram diversos festivais nas “ilhas” temporárias, como o “Verão Velho Monge⁸⁰” e o “Festival de Pipas”.

xiii. [...] ficariam o dia inteiro até depois do entardecer no único “pedaço de mar” localizado na única capital do Nordeste que não tem praia. A ideia de tomar **as coroas do rio Parnaíba para lazer** surgiu de um grupo de artistas e tinha **como principal finalidade o isolamento e dificultar o acesso da polícia** para que ideais fossem mais livremente discutidos⁸¹ (Grigos meus).

⁸⁰ O rio Parnaíba também é conhecido pelo codinome Velho Monge, cunhado pelo poeta piauiense Da Costa e Silva que, ao observar o rio a partir da cidade de Amarante, vislumbrou na confluência com o rio Canindé o um desenho parecido com um monge.

⁸¹ *Revestrés* (2017).

No fio do discurso se encorpa uma ambiguidade, a que coloca lazer e isolamento em relação. O discurso do subterfúgio que se materializa no uso “das coroas do rio Parnaíba para lazer” produz um outro uso, que está presente, mas que deve ser compreendido pelo Estado como não existindo, qual seja, aquilo que se marca linguisticamente como “principal finalidade”, “o isolamento” dos que não podiam, em um período de censura, se expressar no corpo do rio, no espaço fora e dentro da cidade. Pelo discurso se lê que, o Velho Monge, codinome do rio Parnaíba, centralizava a cena cultural da cidade de Teresina, funcionando como o escape à força do aparelho ideológico repressor do Estado, “a polícia”.

As formulações a seguir, recortadas da reportagem “*Occupy Velho Monge*”, de Aldenora Cavalcante (2017, p. 39), na já referida revista *Revestrés*, tecem um discurso que significa o rio Parnaíba, tornando-o legível na relação com a cidade de Teresina.

SD 1. **a suspensão do patrocínio** por parte de alguns incentivadores, acabou pondo **fim à única história de grande ocupação e diversão das coroas do rio Parnaíba**.

SD 2. A gente recebia apoio para **montar a estrutura da coroa**, da arquibancada, palco e outras coisas.

SD 3. nos **últimos dois anos já foi bem difícil**, aconteceram lá para setembro, **sem apoio nenhum, foi por isso que parou**.

SD 4. **éramos a cidade que desejávamos ser, sem invejar outras à beira-mar e suas praias**, porque estávamos ao sabor das peripécias do momento, das emoções juvenis, das novidades.

A alegação do abandono das coroas do rio pela “suspensão do patrocínio” reverbera no que se toma como “fim à única história” de “ocupação das coroas do rio Parnaíba”. O capital atravessa os elementos constitutivos da cidade à conexão ou ao abandono, fazendo-os partícipes ou não do urbano.

No excerto (SD 4) se discursivizam o anseio, a relação com a água, o ‘desejo da cidade’. O sujeito funde-se pelo verbo “éramos” ao corpo da cidade. Ele é Teresina quando se associa ao rio Parnaíba e deixa de “invejar as outras à beira-mar e suas praias”. Algo retorna pelo modo como a língua institui o sentido. É desse modo que essa relação entre sujeito-rio-cidade predispõe o fato de que “[...] o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro” (ORLANDI, 2004, p. 11).

Os corpos d’água da cidade funcionaram nos discursos como caminhos de água, limites, fronteiras, empecilhos a serem transpostos, ultrapassados pelo urbano que se espraia sobre o solo teresinense. Os termos ‘Poti’ e ‘Parnaíba’ funcionaram na língua atualizando a memória de sentidos postos em circulação que neles, nos termos, se ancoraram para significar e não significar.

Se o aglomerado urbano nos parâmetros colonialistas e imperiais extirpou o nativo, limpou, higienizou o território e deslocou da barra do Poti, do encontro dos rios, o aglomerado populacional de vila do Poti para Vila Nova/Teresina, o sentido dos termos na língua também se desloca. A memória discursiva sobre o rio Poti ficou em estado de suspensão quando se pensou a respeito do rio Parnaíba como possibilidade de abertura para a implantação da nova cidade. O rio deixado, o Poti, retorna pela intervenção do urbano que, ao ser deslocado do rio Poti, retorna a um outro leito deste rio, o do lado leste.

A cidade pelo movimento político ressignifica os sentidos de seus rios. Há uma cidade entre rios, mas há também uma cidade além dos rios no movimento do urbano que tem sua imagem reconfigurada pelas pontes sobre eles. Nos termos de Calvino (1990, p. 70), há cidades dentro da cidade, cidades ocultas. O autor apresenta uma perspectiva do olhar que pode escolher não ver a imagem deformada da cidade, atraindo “[...] a sua atenção para uma qualidade intrínseca dessa cidade injusta que germina em segredo na cidade justa: [...] um amor latente pela justiça, ainda não submetido a regras, capaz de compor uma cidade ainda mais justa do que era antes de se tornar recipiente de injustiça”.

É possível compreender, pelo discurso, que nestas cidades ocultas se pratica a injustiça, ao passo que na cidade visível na imagem que ela vende, a justiça social é sintetizada pelo que se toma como urbanístico, como a chegada do Estado. Dito isto, questiono: como os rios são lidos como fronteiras, como limites? Como o rio Parnaíba divide Teresina e Timon e, ao mesmo tempo, Piauí e Maranhão? Como o rio Poti divide as zonas leste e norte, a “elite” das “classes” “populares”? Por que os conjuntos habitacionais foram fundados fora da zona leste? Como a cidade, pelo urbano, retoma esses “conjuntos” construídos fora de seu corpo, indo contra a organização urbanística?

O furo, a meu ver, na organização urbana de Teresina, que se observa na textualidade, se marca pela construção de conjuntos habitacionais ao norte e ao sul, fazendo falhar o projeto original, todavia esse “erro” resguardou, de certa forma, o Leste, que é distante do centro cidade. O lado leste que tinha o rio Poti como segurança de fronteira não trasposta. A ordem do urbano da cidade, (re)acolhe aqueles sujeitos em relação de não pertença à organização do urbano. Eles já eram teresinenses, porém estavam ‘fora’ de Teresina por conta da questão urbanística que os segregou construindo suas casas longe e fora do que era urbanizado.

Desse modo, o urbano, pela sua ordem própria, avança sobre o tecido da cidade como uma teia elástica⁸², engole os vazios urbanos que se ocupam e liga os espaços da cidade,

⁸² Esta teia elástica é tomada aqui como as políticas de estado que constroem bairros operários distantes do centro das decisões cidadinas e que as gerem a partir do centro. No entanto, a elasticidade da cidade alcança os sujeitos

reconecta, religa os sujeitos ao corpo urbano da cidade. Nos termos de Orlandi (1999, p. 12): “[...] o aliado se urbaniza, perde a característica de externo à cidade”. Ao se compreender a adesão do sujeito à organização urbana que vem pela ponte, a ponte da reconexão, não se leva em consideração que ela não une porque uma ordem simbólica age segregando o que é ser morador da zona leste, especificamente do entorno da orla do rio Poti, do que é ser morador daquilo que não está incluso nesse lugar.

A orla do rio Poti evoca um dizer que se coaduna com o parque Potycabana⁸³, uma vez que a construção deste parque aquático diz do processo de deslocamento do discurso do lazer das margens do rio Parnaíba, no centro, para as margens do rio Poti, no lado leste da cidade. Este discurso se ancora no que ocorre na história da cidade e a faz deslocar sua imagem do rio Parnaíba para o Poti. As medidas estruturantes desvincularam a cidade de uma identidade com as coroas do rio Parnaíba, com a ponte Metálica, com o centro da cidade às suas margens e leva para a Potycabana, sua vindoura Estaiada na zona leste e para o rio Poti. Uma entrada interessante para a questão da Potycabana diz respeito ao fato de que o parque foi construído pelo governo do Estado e era público em seus primeiros anos. O que levou grande parte das classes populares em busca de lazer para o rio Poti. Após o processo de privatização do mesmo o interesse pelo parque diminuiu drasticamente a ponto de ter ficado fechado por muitos anos.

É preciso compreender, pelo funcionamento da linguagem, em que a construção das pontes contribuiu para o deslocamento do urbano que se desidentifica do rio Parnaíba, pela ação do político, e se identifica com o rio Poti, também pela ação do político, uma vez que é o Estado estrutura as margens do rio Poti. O deslocamento do centro para o leste é também o deslocamento do capital, da elite. Movimento que faz pensar a reconfiguração imagética da cidade vinculada ao movimento da elite do centro para o leste, do rio Parnaíba para o rio Poti. A ‘praia’ teresinense se desloca das coroas do rio Parnaíba para a Potycabana, a ‘Copacabana’ da cidade não litorânea.

A região sul-centro-norte da ponte JK é ocupada por shopping, condomínios, Assembleia Legislativa, Câmara Municipal. Aliás, as primeiras edificações verticais modernas da cidade foram construídas nessa região, margem oeste do rio Poti, ladeando a avenida

dispostos fora dos limites da cidade por meio do preenchimento urbano dos vazios desocupados de casas, ruas, vielas. A cidade reúne os habitantes mesmo que, pelo político, a gestão da cidade os coloque distantes do centro irradiador das decisões. Se estica até os seus (des)limites e desconstrói, de certa forma, a própria noção de limite. Esta elasticidade que parte do centro da cidade, lugar de gestão do urbano, é forçada a dar conta daquilo que tentou deixar fora dos limites da cidade.

⁸³ O parque Potycabana inaugurado nos anos 1990 foi considerado um dos maiores parques aquáticos do Nordeste. Possuía praias com ondas artificiais, brinquedos aquáticos, etc. De 2004 a 2013 ficou desativado. Quando reinaugurado, após uma reforma, o parque perdeu os atributos aquáticos.

Marechal Castelo Branco. Na região leste-sudeste há o parque Potycabana, os shoppings, o mirante da ponte Estaiada, o Jockey Club, a UFPI⁸⁴ e a maior concentração de condomínios e demais edificações de médio e alto poder aquisitivo da cidade.

A ordem do urbano desestrutura a fronteira criada pelo distanciamento. O vazio não urbano que separava o centro dos conjuntos habitacionais construídos além do perímetro original da cidade foi rompido pelas ocupações que reconectaram os conjuntos ao centro pela teia urbana do preenchimento do que é habitado no corpo da cidade. As pontes não ligam os sujeitos em completude, uma vez que há um obstáculo simbólico que se constrói pelo capital e se utiliza da existência do rio Poti para segregar os espaços urbanos da cidade. O lado leste de Teresina, ao que se observa pela textualidade da cidade (espaço citadino enquanto mercadológico e intelectual), pertence a quem tem poder capital.

A partir dos discursos das imagens das pontes Metálica/rio Parnaíba e Estaiada/rio Poti, é possível aprofundar a leitura das formulações imagéticas da imagem de cidade em um espaço citadino vinculado aos rios. Espaço do movimento simbólico da imagem da ponte Metálica trasladada para outro espaço citadino, que passa a constituir um efeito de representação de Teresina. Esse novo espaço se simboliza na imagem da ponte Estaiada. No funcionamento da linguagem nota-se o retorno da cidade pelos discursos sobre sua imagem no reencontro com o rio Poti marcado por interesses comerciais.

4.2 As pontes metálicas

A construção de pontes de madeira, pedra, metal, concreto, o modo como elas são arrançadas, estruturadas acompanham o desenvolvimento industrial e tecnológico humano. O relatório 366/2010⁸⁵, intitulado “Abordagem sobre a evolução na construção de pontes metálicas” insere as primeiras construções de pontes metálicas iniciadas no final do século XVII. O mesmo relatório de engenharia aponta a primeira ponte metálica construída no mundo, a ponte de Coalbrookdale, na Inglaterra em 1779. A história das pontes metálicas e as revoluções industriais inglesas se coadunam com o modo como o “ferro fundido e pudelado⁸⁶” usado nas primeiras pontes metálicas “pela resistência à corrosão⁸⁷”, a substituição pelo aço no

⁸⁴ Universidade Federal do Piauí.

⁸⁵ Disponível em: http://repositorio.lnec.pt:8080/jspui/bitstream/123456789/1001187/3/Rel%20366_10.pdf. Acesso em 19 set. 2020.

⁸⁶ Salta; Gonçalves; Perneta (2010).

⁸⁷ Idem.

final do século XIX, bem como o deslocamento do uso das pontes metálicas do funcionamento originalmente rodoviário para o ferroviário, estão em relação com o movimento histórico denominado “expansão dos caminhos-de-ferro⁸⁸” por toda a Europa.

O desenvolvimento e aperfeiçoamento do aço possibilita a primeira ponte de aço do mundo, “[...] a ponte Eads, em Sant Louis, Missouri [...] outras duas referências mundiais das pontes de aço: a ponte suspensa de Brooklyn, em Nova York, construída em 1883; e a ponte [...] Firth of Forth, na Escócia, em 1890.” (SALTA; GONÇALVES; PERNETA, 2010, p. 4). Às condições de produção das pontes metálicas mundo afora traduz o período em que a Metálica João Luís Ferreira foi inaugurada em Teresina, no ano de 1939. Especificamente porque, em alguns momentos, as condições de produção dessa ponte fazem relação com o acontecimento histórico da segunda guerra mundial:

[...] em relação à construção de pontes em aço, é necessário tomar em consideração que, durante algumas épocas, nomeadamente durante a grande recessão (1929-1939), a 1ª (1914-18) e a 2ª Guerra Mundial (1939-45), o aço era produzido num ritmo muito elevado. Este facto traduz-se na possibilidade de algumas das pontes construídas nestas épocas poderem apresentar alguns problemas de durabilidade devido à fraca qualidade do aço, principalmente devido ao aumento das cargas actuantes. (idem, ibidem)

A ponte metálica brasileira mais antiga “[...] cruza o rio Paraguassu na Bahia [...] É a ponte Imperial Dom Pedro II cujas treliças foram trazidas da Inglaterra e inaugurada em 1885”, conforme Negreiros Neto (2013, p. 20).

A ponte Metálica de Teresina, por um percurso inverso e pela sua função original, foi construída para a passagem da linha férrea interligando as capitais piauiense e maranhense. Somente a *posteriori* seu funcionamento foi expandido para o trânsito rodoviário; o que faz pensar sobre a que custo o funcionamento da ponte Metálica para o transporte rodoviário se dá, uma vez que não foi para esse fim que ela foi construída. No período da segunda guerra mundial, o caminho-de-ferro foi uma alternativa aos perigos bélicos escondidos nos submarinos da Alemanha nazista que transitavam pelo atlântico sul e que eram suspeitos de alguns naufrágios de barcos na costa brasileira (MIÉCIO JORGE, 1950 *citado por* NEVES, 2007). Sobre o que se diz a respeito desta época e de problemas encontrados em pontes metálicas desse período, em virtude da qualidade do aço, ao menos no caso teresinense, já são oito décadas desde a fundação da ponte Metálica e ela continua em funcionamento.

⁸⁸ Idem.

4.3 A ponte Metálica de Teresina

*Peguei o trem em Teresina
Pra São Luiz do Maranhão
Atravessei o Parnaíba
Ai, ai que dor no coração
O trem danou-se naquelas brenhas
Soltando brasa, comendo lenha
Comendo lenha e soltando brasa
Tanto queima como atrasa
De Teresina a São Luís, João do Vale.*

A construção da primeira ponte sobre o rio Parnaíba, a ponte Metálica João Luís Ferreira, está diretamente ligada a uma mudança de perspectiva no que se refere ao processo de integração nacional que aos poucos se desloca do interesse pela navegabilidade entre o Piauí e o Maranhão, pelos rios Parnaíba – PI e Itapecuru – MA, para o interesse pela ligação via linhas férreas. A ponte Metálica, o nome que a batiza oficialmente, João Luís Ferreira⁸⁹, significa a história e o político no/pelo atravessamento discursivo de sua própria constituição.

Na música “De Teresina a São Luís”, famosa na versão de Luiz Gonzaga, a permuta materializada discursivamente na substituição de “ponte Metálica” por “atavessei o Parnaíba” constitui o efeito metafórico que incorre na relação da cidade com a ponte que se coaduna com os funcionamentos da ponte nos discursos urbanísticos e arquitetônicos que a interpretam como possibilidade de fluxo no movimento citadino, bem como de representação da imagem de cidade.

O fato de haver, em meados do final do século XIX e início do século XX, a cidade de Caxias-MA às margens do rio Itapecuru como importante entreposto comercial na então região mais populosa do Estado, situada sertão Maranhense (NEVES, 2007)⁹⁰, e Teresina-PI, às margens do rio Parnaíba, principal entreposto comercial da região meio norte do Brasil – zona de transição entre o serrado e a Amazônia – marca a significância da ferrovia construída de

⁸⁹ De acordo com o CPDOC FGV, João Luís Ferreira foi engenheiro e ex-governador do Piauí. Em sua gestão se deu a inauguração da estrada de ferro entre Teresina e São Luís, bem como do telégrafo entre Teresina e o Rio de Janeiro. Faleceu em 1927, no Rio de Janeiro, portanto, antes da inauguração da ponte Metálica que recebe seu nome. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FERREIRA,%20Jo%C3%A3o%20Luís.pdf>. Acesso em 12 set. 2020.

⁹⁰ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t6_ferrovia_sao_luis_teresina.pdf. Acesso em 12 set. 2020.

modo a ligar as duas cidades, pois, até a inauguração da ferrovia o acesso entre São Luís e Caxias se dava predominantemente pelo rio Itapecuru.

Conforme Neves (idem, s. p.):

A primeira estrada de ferro de caráter estratégico para a economia maranhense foi a linha entre Caxias e o povoado ribeirinho de “Cajazeiras”, nas margens do rio Parnaíba, defronte à Teresina, capital do Piauí. Foi construída pela “Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão”, e inaugurada em 1895. Com ela, estavam unidas por terra duas das mais importantes vias fluviais da região, o Itapecuru e o Parnaíba. Isso se adequava à filosofia dos que pensavam a economia do Maranhão na ordem imperial, ainda centrada na ideia de que os rios navegáveis seriam os caminhos de transporte por excelência da produção provincial.

A ideia de vinculação da navegabilidade fluvial com o desenvolvimento, justifica a transferência da capital do Piauí para as margens do Parnaíba. A ausência de ponte, no entanto, impossibilita o Maranhão de se conectar, via estrada de ferro, com o restante do nordeste e de integrar-se mais efetivamente com o Brasil. O que poderia se efetivar, nas condições históricas do início do século XX, a partir da interligação com Teresina.

xiv. [...] **a ligação completa entre São Luís e Teresina** não se daria antes de 1940, quando da inauguração de **uma ponte metálica** de 270 metros sobre o **rio Parnaíba**, ligando a **capital piauiense ao então município de Flores (hoje Timon)** [...] De se notar que apenas nesse período é que **o Maranhão consegue estabelecer uma ligação efetiva, por terra, com o restante do país** (NEVES, 2007⁹¹, s. p.) (Grifos meus).

A ponte metálica de 270 metros sobre o rio Parnaíba, a João Luís Ferreira, foi inaugurada em 1939 e não em 1940. A inauguração da ponte Metálica é um acontecimento por meio do qual acontece a interligação, via estrada de ferro, entre todas as capitais nordestinas, uma vez que, até a sua inauguração, a malha ferroviária já conectava as capitais até Teresina. Com a ligação pela ponte Metálica, o urbano ultrapassa o corpo d’água, o rio Parnaíba, e segue seu fluxo ligando São Luís a Teresina.

A discursividade a respeito da necessidade de interligação entre São Luís e Teresina é uma constante. Silva (2012, p. 107), elenca entre os elementos “[...] culpados pelo atraso social do Maranhão [...] a falta de população para povoar o interior”, fator que, na perspectiva do governo daquele Estado, poderia ser sanado a partir da conexão férrea. Esta discursividade da

⁹¹ Idem.

ligação desemboca no dizer sobre o rio Parnaíba e por tabela na discursividade sobre a ponte Metálica. Desse modo, nas SDs a seguir, extraídas de Silva (2012, p. 107-108) temos que:

SD 1. o governo propôs, inicialmente, a construção de estradas que ligassem os centros produtores do interior **à ferrovia São Luís-Teresina**, facilitando o escoamento de mercadorias [...] Estas ações visavam atrair mão de obra qualificada [...] nos centros de produção, realizando, assim o povoamento dessa região [MARANHÃO, 1939].

SD 2. No memorial elaborado pelo Governo do Estado constando das barreiras que enfrentava o Maranhão para alcançar o progresso, há o destaque para as condições do porte, da **estrada de ferro São Luiz – Teresina** e das estradas de terra.

SD 3. **A estrada de ferro** era a única via que ligava a capital maranhense **à cidade de Flores no Piauí**⁹². Dali, para se chegar a Teresina, era preciso fazer a travessia do rio Parnaíba. Logo o interventor Paulo Ramos esclarece a importância da conclusão da ponte Benedito Leite, ligando os dois Estados, obra que, não apenas aumentaria a velocidade com que se transportariam as mercadorias, como iria acelerar as obras realizadas em São Luís, isso porque quase tudo se comprava de fora em termos de materiais de construção [...] em 1938, havia o infortúnio da falta de transportes, especialmente para passageiros, o que aumentava ainda mais a distância e o interesse em visitar a cidade.

A viagem a Teresina por parte dos habitantes do “sertão maranhense” era muito mais cômoda do que o deslocamento até São Luís. Fato que se constata inclusive na contemporaneidade por meio dos grandes fluxos de maranhenses que deslocam para Teresina em busca de serviços de saúde, educação, comércio, dentre outros⁹³. Essa prática cultural de um pensamento que circula historicamente no interior do Maranhão de que deve buscar tais serviços em Teresina, mesmo que eles já constem há tempos no Maranhão, corrobora a caracterização de Teresina como a capital do meio-norte.

Uma capital de Estado que acaba por servir a uma região de transição, justamente por se encontrar entre rios (Parnaíba-Poti), entre Estados (Piauí-Maranhão), entre biomas (Amazônia-sertão). O que se discursiviza no Maranhão direciona a uma interpretação de que aquele estado anseia também pelo vale do Parnaíba. A necessidade de acessar essa região via estrada de ferro para conectar, integrar São Luís, via Teresina, aos demais “centros de produção” mostra-se como etapa incontornável para o desenvolvimento do Estado vizinho.

Questiono se a conexão entre as duas capitais era um anseio mais maranhense ou teresinense? Como esse “ícone”, a ponte Metálica, como “imagem de cidade” foi apagado(?),

⁹² O modo como se formula o enunciado “à cidade de Flores no Piauí” faz pensar que a cidade é piauiense, no entanto, Flores é a atual cidade de Timon, que se localiza no leito maranhense do rio Parnaíba, defronte a Teresina.

⁹³ Em entrevista concedida ao portal G1(09/05/2020) e à TV Clube durante o início da pandemia de COVID, o prefeito de Teresina e o secretário de saúde do Maranhão falaram sobre esta tendência cultural de maranhenses buscarem tratamentos de saúde em Teresina. Nesta entrevista o prefeito de Teresina temia que o sistema de saúde da capital colapsasse caso esta prática cultural se mantivesse no período de pandemia. A entrevista está disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/05/09/teresina-ja-atendeu-pacientes-com-covid-19-e-casos-suspeitos-de-15-cidades-do-ma-diz-prefeitura.ghtml>. Acesso em 09 mai. 2020.

silenciado(?) da cronologia de obras importantes da cidade de Teresina? A pergunta surge do fato de não constar, no discurso institucional da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Teresina (SEMPLAN), uma cronologia específica a respeito de obras importantes da/para a cidade, de não constar o nome ponte metálica. Ao acessar no site, no ícone História de Teresina, tem-se acesso a uma síntese cronológica a respeito de eventos importantes para a cidade. No ano de inauguração da ponte Metálica (1939), não há referência, na cronologia da referida secretaria, que aponte para o acontecimento.

1939

- Entregue ao público o Cine Rex.
- Inauguração da sede da Escola Técnica Federal.

1941

- Inauguração do Cinema São Luiz, ao lado do Clube dos Diários.
- Inauguração do Hospital Getúlio Vargas, (pelo então governador Leônidas de Castro Melo), o qual foi construído para substituir a antiga Santa Casa de Misericórdia, que funcionava na Praça Campo de Marte (atual Praça João Gaioso)

1942

- Criação da Federação Piauiense de Futebol.

1943

- Inauguração do Estádio Municipal Lindolfo Monteiro.

1944

- Criação do Corpo de Bombeiros.

1948

- Inauguração da primeira emissora de rádio. A Rádio Difusora de Teresina, implantada durante a 2ª guerra mundial com a finalidade de enviar sinais para orientar os navios de guerra e navios mercantes aliados.

1948-1951

- Construção do Mercado da Piçarra, no Governo de José Ribamar de Castro Lima

1951

- O paralelepípedo passa a ser utilizado no calçamento.

1951-1955

- Construção do cemitério do Bairro Vermelha.

1952

- Criação da primeira Faculdade de Filosofia do Piauí, de curta duração.
- Inauguração do Sanatório Meduna do médico Clidenor de Freitas Santos

Figura 22 - Cronologia de fatos importantes de Teresina
Fonte: SEMPLAN⁹⁴.



Município de Teresina — Piauí

(Foto C.N.G. 3 545 — T.J.)

Aspecto da cidade de Teresina, vendo-se, ao fundo, a ponte sobre o rio Parnaíba, projetada, em 1918, pelo engenheiro Jurandyr Pires Ferreira. A ligação ferroviária com o estado do Maranhão através da Estrada de Ferro São Luís—Teresina deslocou parte do movimento comercial de Caxias para a capital piauiense, que hoje se destaca como importante centro comercial do Meio Norte. (Com. I.B.)

⁹⁴ Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/historia-de-teresina/>. Acesso em 01 ago. 2020.

Figura 23 - vista panorâmica de Teresina com a ponte Metálica e o rio Parnaíba ao fundo, década de 1950.
Fonte: IBGE (1957)⁹⁵.

A legenda da imagem (fig. 23) diz do ano do projeto da ponte Metálica, 1918. A imagem configura, pelo discurso institucional do IBGE, a relação mercadológica da cidade com a transposição do rio pela ponte.

O discurso do IBGE (1957)⁹⁶ e o discurso jornalístico – o discurso da revista *Revestrés* (2017) – a possibilitam a constituição de uma família parafrástica com a imagem da ponte Metálica (fig. 23) por meio da qual o funcionamento discursivo da imagem de cidade como ponte é formulado, conforme as SDs a seguir textualizam:

SD 1. IBGE (1957, p. 194): A **ligação ferroviária** com o estado do Maranhão **através da Estrada de Ferro São Luís-Teresina** deslocou parte **do movimento comercial de Caxias para a capital piauiense**, que hoje se destaca como importante centro comercial do Meio Norte.

SD 2. REVESTRES⁹⁷: **O rio Parnaíba, com a imagem da ponte metálica que divide os estados do Piauí e Maranhão, é um elemento de identificação da paisagem teresinense. Cartão-postal da cidade, essa imagem é constantemente apresentada** para aqueles que não conhecem a região.

O dizer nas formulações acima coloca a ponte Metálica em um relevo que discursiviza o progresso que ela produz, ou seja, serve de possibilidade de mobilidade, por ser conexão, “ligação ferroviária” o “movimento comercial de Caxias para a capital piauiense”, elemento de “identificação da paisagem teresinense”. Se formula um dizer da ponte enquanto “Cartão-postal da cidade”, “imagem” “constantemente apresentada”. Na figura 21, a imagem da ponte Metálica está atada à marcação ocupacional da cidade, aos telhados das casas e ao rio Parnaíba, assim a ponte é “ligação” e, ao mesmo tempo, “deslocamento”.

Nos dois excertos, as regularidades emaranhadas se embatem pelo deslize da regularidade da língua, impondo a contradição quando o que se formula em (SD 1) – **Ligação** ferroviária; - através da Estrada de ferro São Luís-Teresina; - **desloca** o movimento – se contrapõe ao que se formula em (SD 2) – a imagem da ponte metálica; - **divide** os Estados do Piauí e Maranhão; - elemento de identificação da paisagem teresinense.

Os sentidos da imagem de cidade como ponte Metálica se formulam a partir do modo como o sentido se compõe em uma rede parafrástica e se decompõe ao deparar-se com o equívoco da língua, que desestabiliza os sentidos delineados, pontuado nas SDs 1 e 2.

⁹⁵ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_3.pdf. Acesso em 27 set. 2020.

⁹⁶ Vide Figuras 13 e 23 e legenda 53 transcrita na página 77.

⁹⁷ Revista *Revestrés* (2017).

Conforme consta no item *Catálogo* da biblioteca online do IBGE: “A Ponte João Luiz Ferreira, mais conhecida como Ponte Metálica, **é talvez o mais conhecido cartão-postal de Teresina**⁹⁸” (Grifos meus), à imagem constitui uma rede parafrástica que demanda leituras, visto que dizem da imagem de cidade a partir de distintas tomadas de posição institucional.



Figura 24 - Fotograma de Placa na entrada de Teresina alusiva às configurações da ponte Metálica, 2019.
Fonte: Google Maps (2019)⁹⁹

Dizer a respeito do modo como a imagem da ponte Metálica funciona enquanto imagem de cidade impõe a necessidade de observar as regularidades das formulações visuais¹⁰⁰, implicando em uma observação sobre os sentidos da imagem que, no senso comum, segundo Lopes (2009, p. 55) “[...] funciona como prova, como elemento que implica veracidade”. A autora¹⁰¹, faz pensar a imagem na relação com o acontecimento que ela registra a partir daquilo que passa a significar na memória discursiva quando toma, em suas questões, uma dada “primeira imagem a ser vista”, como definidora de um efeito de sentido do todo¹⁰². O todo é tomado aqui com base naquilo que Pêcheux (2014a) afirma a respeito da formação discursiva: o todo complexo com dominante, conforme já pontuado.

Assim, tenciono, pela mobilidade linguística, sobre essa questão da imagem na/da cidade, a ponte, no senso comum enquanto implicação ‘de veracidade’ com aquilo que seria a instauração do consenso, a partir do que Massmann (2019, p. 184) ancorada em Rancière, toma enquanto práticas que

⁹⁸ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=441842>. Acesso em 11 set. 2020.

⁹⁹ Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-5.057213,-42.6865813,3a,60y,284.31h,90t/data=!3m6!1e1!3m4!1s64aLle-4bm6hZp7FJuqw7g!2e0!7i16384!8i8192?hl=pt-BR>. Acesso 15 dez. 2021.

¹⁰⁰ Lagazzi (2015).

¹⁰¹ Ressalte-se que Lopes (2009) lida com a imagem a partir das relações discursivas envoltas na guerra do Iraque.

¹⁰² A frase original é atribuída pela pesquisadora ao porta-voz do marines americanos, Chris Hughes: “a primeira imagem a ser vista da guerra vai definir [definiria] o conflito como um todo” (LOPES, 2009). O que esboço aqui é uma reflexão sobre a “primeira imagem a ser vista” que remete a ponte, na questão desta pesquisa.

[...] apresentam e (re)produzem sentidos engessados, homogeneizados, sentidos coercitivamente construídos para que não sejam questionados. Aqui, o dissenso, a possibilidade de rupturas e de produção de outros sentidos são inexistentes.

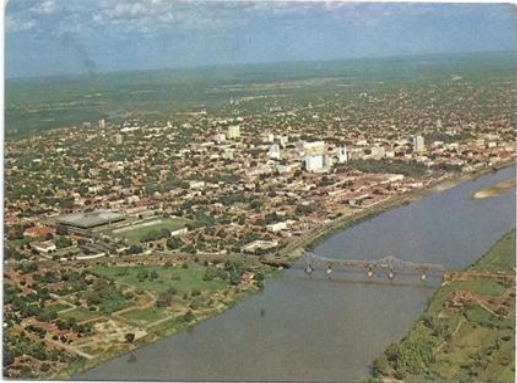
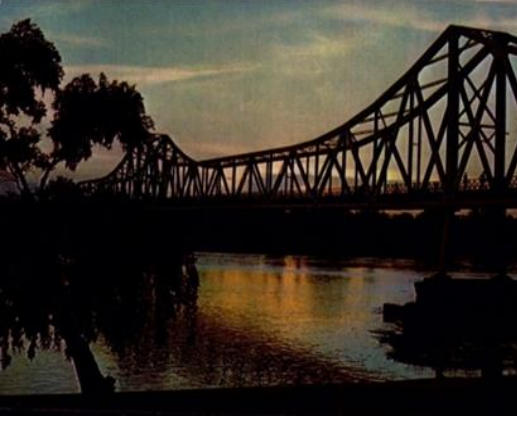
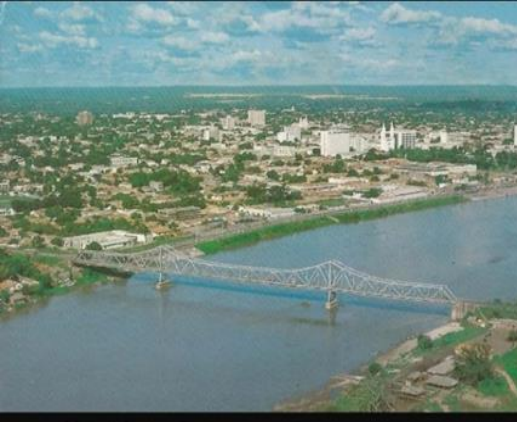
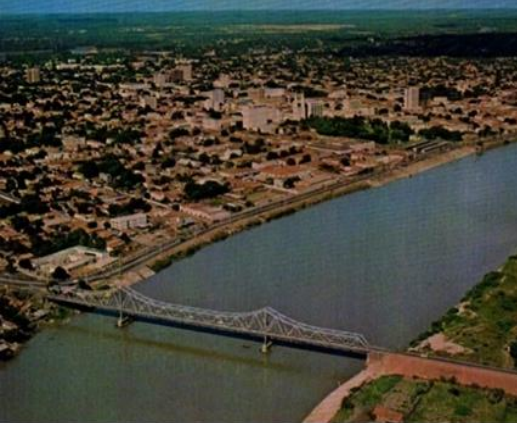
Desse modo, pensando no funcionamento discursivo da imagem como consenso, há a manutenção da imagem de cidade a partir do ícone historicizado da ponte Metálica; e como dissenso há o sentido ‘novo’, o dado pela nova imagem de cidade como ponte Estaiada, fazendo a imagem do consenso passível de uma atualização; suscetível, portanto, de engessar um novo sentido de imagem de cidade como ponte.

No interesse desta pesquisa pelas formações imaginárias, destaco o modo como a imagem ordena, prescreve, direciona a interpretação sobre o real, evocando os conceitos e categorias por meio das quais se deve sustentar o gesto de leitura e interpretação do objeto em uma perspectiva discursiva.

No que concerne à imagem de Teresina, se instaura uma espécie de mantra, recitado na repetição: ‘Eu[ela], X, sou[é] a imagem da cidade’. Esse X é Metálica, esse X é também Estaiada. Esse X é o dizer sobre a imagem da cidade de Teresina. X está na memória, circula, faz sentido. O acontecimento provoca a discursividade sobre a ponte Estaiada na atualidade e provocou a discursividade sobre Metálica em suas condições de produção. Essa discursividade sobre a imagem da cidade ser X, ser sempre ponte, ora Metálica, ora Estaiada, é um já dito de um dizer que reverbera em um ser/objeto ponte.

A imagem (fig. 24) tem na materialidade simbólica uma discursividade. Sentidos que circulam e põe em funcionamento a ponte Metálica oposta àquela que de fato passa pela ponte física da BR 343, entrada que dá acesso a quem adentra a cidade a partir do litoral piauiense ou cearense. Desse modo, quem passar pela própria ponte, Maranhão-Timon não passa incólume à visão do real da ponte, e quem passar pela cidade e adentrá-la pela BR 343, não evita o contato com a placa que diz sobre a ponte que se institui enquanto imagem de cidade. O *design* da placa é o design da ponte Metálica. A relação da estrutura do desenho estabelece de certo modo uma relação com a ponte. Adentrar a Teresina, de qualquer modo, remete ao transeunte, aos sentidos transversos desse imaginário da ponte.

O fotograma (fig. 24) acima, portanto, constrói uma rede de significância coadunada com o que se formula nos excertos i e ii e na citação, conforme o catálogo do IBGE, no sentido de constituírem uma repetição da imagem da ponte Metálica na relação com a imagem de cidade de Teresina. A cidade se identifica e significa com esse formato arquetípico que reverbera a ponte. A ponte toma corporeidade nas textualidades, músicas, placas de boas-vindas aos que chegam à da cidade, nos cartões-postais, etc.

Ordem	Frente do cartão-postal	Verso do cartão-postal
1		<p>TERESINA - PI - BRASIL Vista aérea da Capital The state Capital from above</p> <p>RPC</p> <p>SELO</p> <p>_____ _____ _____</p> <p>□ □ □ □ □</p> <p><small>Direitos reservados: Gilberto Mendes Farias Foto: Tavares</small></p> <p><small>AMBIOPIC/AMA - Cx. Postal 11811 - S. Paulo - Fone: 011-6333 - Reprodução Proibida - unep</small></p>
2		<p>BRASIL TERESINA - PI A Rio Parnaíba Parnaíba River</p> <p>_____ _____ _____</p> <p>□ □ □ □ □</p>
3		<p>BRASIL TURÍSTICO S. TERESINA - PI Vista aérea</p> <p>RPC</p> <p>_____ _____ _____</p> <p>□ □ □ □ □</p> <p><small>AMBIOPIC/AMA - Imprensa do Brasil - Indústria Nacional S/A - C. P. 21220 - São Paulo - Reprodução proibida</small></p>
4		<p>TERESINA - PI - BRASIL Vista aérea - Ponte sobre o Rio Parnaíba Aerial view - Bridge over the Parnaíba river</p> <p>RPC</p> <p>SELO</p> <p>_____ _____ _____</p> <p>□ □ □ □ □</p> <p><small>Direitos Reservados: Gilberto Mendes Farias Foto: Tavares Fotografias</small></p> <p><small>AMBIOPIC/AMA - Cx. Postal 11811 - S. Paulo - Fone: 011-6333 - Reprodução Proibida - unep</small></p>

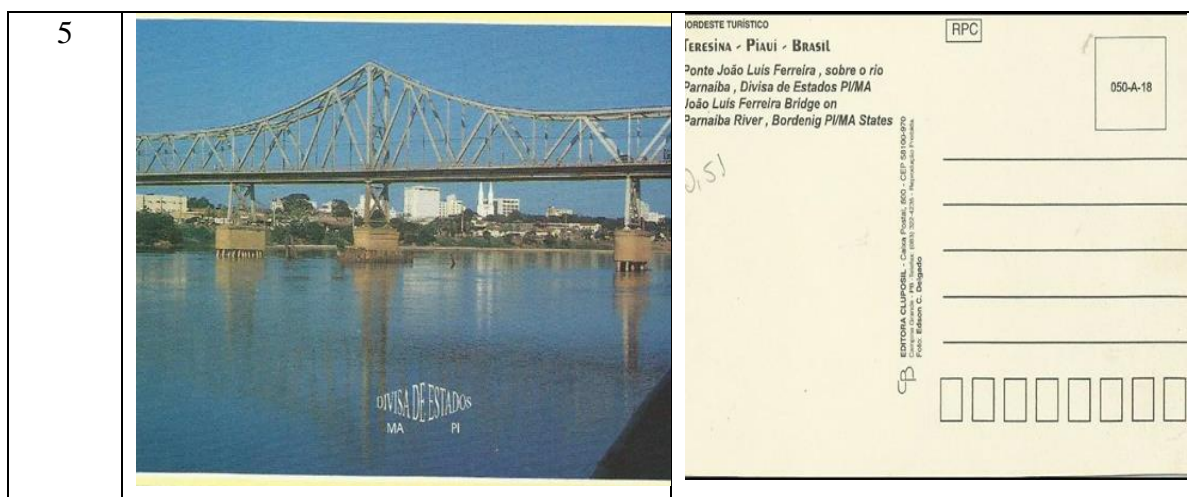


Figura 25 – Fotograma de cartões-postais da ponte Metálica de Teresina
Fonte: acervo próprio.

O fotograma da figura 24 apresenta a ponte metálica para quem adentra a cidade, por uma via que não precisa acessar a ponte, esse espaço direciona o olhar para dentro dos limites citadinos; de outro lado os cartões-postais fazem com que a imagem de cidade como ponte circule vendendo sua imagem para fora do espaço citadino. A cidade e a ponte Metálica sobre o rio Parnaíba constituem uma relação que repete o sentido de sua imagem como ponte. O modo como esta relação se compõe na memória da imagem significa um funcionamento que atrela cidade-ponte-rio enquanto elementos de composição da imagem de cidade.

É preciso observar como a questão do espaço compreende o modo como a imagem se espacializa fazendo com que o visual se ligue à memória que faz funcionar o sentido na imagem. Desse modo, Aumont (1993, p. 38-39) formula que “A constância e a estabilidade perspectivas não podem ser explicadas se não se admite que a percepção visual põe em ação, quase automaticamente, um *saber* sobre a realidade visível”.

Discursivamente a percepção do visual está imbricada na referência, naquilo que Souza (2001) diz instituir-se no gesto de interpretação que se ancora no ponto de vista do sujeito. De acordo a autora (idem, p. 67), a referência é “[...] instituída pelas formações imaginárias e pelos deslizamentos de sentidos operados com os gestos de interpretação. Logo, os referentes são [...] pontos de estabilização dos processos discursivos”. O gesto de interpretação da imagem produz um saber sobre ela, esse saber sobre o visível diz do lugar de onde se interpreta o objeto.

Um fato interessante é que os cartões-postais em análise (fig. 25) são tirados do lado de Timon- MA, assim, ao mostrar a ponte por esse ângulo, o olhar é conduzido para a ponte, em primeiro plano, tendo, no segundo, a projeção imaginária da cidade, a catedral, a ocupação do solo teresinense, que funcionam como pano de fundo para a imagem da ponte. A partir das

imagens projetam-se as formações imaginárias da identidade da cidade com a ponte. Mas, o que acontece quando outra ponte é construída? Um remanejamento imagético reconfigura o discurso sobre a cidade.

A imagem da ponte Metálica, esse cartão-postal que vendia a imagem da cidade para quem é de fora, passa a disputar um espaço de interpretação imagética com uma outra formação discursiva, a que insere a ponte Estaiada no jogo da língua que textualiza o acontecimento de uma mudança. Em outras palavras, no processo discursivo rompe-se uma permuta imagética em andamento, em movimento. Nessa direção, dentre os atrativos dispostos na zona leste de Teresina cito o Zoobotânico, o parque Potycabana, o parque Floresta Fóssil (ambos no leito leste do rio Poti), porém o que é colocado em relevo é o mirante da ponte Estaiada (também no leito leste do rio Poti). O acesso ao mirante está inserido justamente na Zona Leste e isto significa que a ponte não é alcançada de qualquer lugar; esse liga-se a uma imagem de ponte que atrai para si, a partir de uma zona específica, a Leste, os grandes eventos da cidade. Desse modo, um discurso sobre o discurso político funciona na ponte.

Le Goff (1998) diz que a cidade tende a adaptar o antigo a novas condições históricas. Na esteira deste autor, o modo de interpretar as imagens das pontes Metálica e Estaiada há uma compreensão de moderno e antigo a partir do que seria novo e velho, que permite pensar no relativismo desta questão. O novo aponta para o moderno e para o dinamismo que a imagem de cidade atrelada à ponte Estaiada projeta sobre a cidade. O velho marca o deslocamento do urbano a partir do centro onde se impõe a imagem da cidade atrelada à ponte Metálica como detentora de mais morosidade, inclusive quando se pensa na perspectiva do tempo.

Nos cartões-postais a ponte é apontada a partir do olhar do fotógrafo que repete a composição dela. A respeito da relação entre fotógrafo, os cartões-postais e a composição da imagem, acrescenta-se a questão da moldura que tem o econômico, o simbólico e o retórico entre suas funções. Nesse entendimento é que Aumont (1993, p. 148) diz que tais funções “são relativamente abstratas e acionam as convenções sociais que regulam a produção e o consumo das imagens”. O entorno da ponte, o rio, a cidade ao fundo, as torres da catedral da Matriz se entrelaçam estabelecendo a conexão entre um dizer citadino formulador da imagem da cidade a partir da ponte Metálica. Desta feita, o sentido da cidade tem o seu modo de funcionamento na imagem, sua referência simbólica é a ponte que se formula em imagem. É preciso tencionar também o que seria o cartão-postal pela adjetivação “postal”. Dentre os tipos de cartão há aquele que é o poste, usado em uma dada época. O que há nele é a fotografia. A imagem ‘real’ da foto. O cartão-postal já era uma questão de arquivo, se colecionava, como exemplifiquei no fotograma da figura 25.

A imagem é projetada para fora quando se coloca em suas funções de representação um direcionamento ao sujeito espectador, conforme Aumont (1993). A revolução tecnológica tirou a câmera, o celular resolve a questão do registro. Então, nessas condições de produção do registro, é possível perguntar: para quê cartão-postal impresso quando se tira a foto pelo celular e o Instagram a projeta virtual e globalmente? Essa pergunta se coaduna com o modo como circula a imagem da ponte Estaiada fora do suporte cartão-postal¹⁰³. O virtual é o lugar do suporte que pulveriza a imagem, joga ela para o mundo em uma expansão imagética sem antecedentes.

A questão do digital evoca o que Dias (2016, p. 15) concebe como digitalidade, ou seja, uma realidade significativa que é significada “pelo/no digital”, incluída nessa gama das realidades significativas, a imagem. Aquilo que constitui a significação da unidade significativa digital “[...] se dá pela maneira como o discurso se constitui, se formula e circula atravessado pela materialidade digital”.

Compreendo que o discurso da/sobre a ponte Metálica é atrelado aos cartões-postais ao passo que o da ponte Estaiada circula em outro lugar, o digital, nas logomarcas das empresas, ou seja, há uma nova relação da imagem da ponte com relação à imagem da cidade e o sujeito; mas não mais nesse suporte que é o cartão-postal. A questão do tempo da enunciação dos discursos sobre a ponte Metálica (no cartão-postal), atualiza a imagem da cidade a partir da vinculação com a ponte Estaiada (no digital). Nesta ordem do discurso da modernidade, é na ponte Estaiada, por exemplo, que se projetam as cores do arco-íris em eventos lgbtqi+ na cidade. Nela se colocam as cores de campanhas brasileiras como o setembro amarelo, na prevenção ao suicídio, o outubro rosa, na prevenção do câncer de mama, o novembro azul, sobre a saúde do homem, etc.

Os cinco cartões-postais que constituem o fotograma (fig. 25), formulam uma materialidade simbólica da ordem da relação entre aquilo que se grava em foto, em (foto)grafia, e aquilo que se grava em escrita, escritura, a respeito do que seja a imagem de cidade. Essa imagem que se repete e circula por meio de marcas distintas de cartões-postais, suportes por meio dos quais circula a imagem de cidade e que, por ângulos distintos, dizem da Ponte Metálica como imagem de cidade de Teresina.

¹⁰³ Os cartões-postais que compõem o fotograma da figura 25, embora não sejam datados, são materialidades significantes da imagem de cidade de Teresina que precedem a existência da ponte Estaiada. O que fez com que, em condições de produção determinadas, tenham sido usados para fazer circular a projeção da imagem da cidade de A para B.

Lagazzi (2021, p. 5891) concebe a imagem enquanto “[...] tecnologia política de linguagem que afeta o sujeito”. Desse modo, como não se concebe o uso de materialidades significante fora do político, assim como a escrita é uma tecnologia, a imagem também o é e o modo como esta é direcionada em projeções imaginárias provoca uma relação com o sujeito que se inscreve em uma dada posição tanto para olhar para a imagem quanto para produzi-la e com isso suscitar sentidos.

Algumas questões se abrem nesse discurso imagético: (i) Nas imagens que centralizam a ponte Metálica, ela está perto ou longe de Teresina? (ii) Onde se mescla a imagem da ponte com a imagem do rio Parnaíba? (iii) Onde a imagem da ponte se relaciona com a imagem de cidade? (iv) O que é a imagem de cidade? Como uma ponte representa “um todo complexo, a cidade, e passa a ser, imgeticamente, seu dominante”¹⁰⁴? O usufruto do panorâmico dispõe a ponte como liga de atravessamento por meio do qual o urbano de Teresina e o urbano de Timon-MA conectam Piauí e Maranhão. Leio, na imagem, o rio Parnaíba cortar a terra e a ponte costurar a fissura do corpo d’água, ou seja, as imagens que os cartões-postais suportam, a presença do rio como a informar: ‘a ponte só existe porque eu existo!’. Desse modo é que a ponte, conexão no urbano, acontece.

Como dizem Guilhaumou, Maldidier e Robin (2016, p. 25): “A realidade propõe, o imaginário dispõe”. Tal imaginário é construído, montado, enquadrado, rígido e, por meio dele, se lê o que age sobre a realidade para propagar o dito imaginário que, ao se dispor, se espraia em efeitos de sentido. Uns dispersos, outros arranjados para dizer do acontecimento da imagem de cidade.

O rio Parnaíba e a ponte Metálica foram o “Espetáculo”¹⁰⁵ que morre no “acontecimento”¹⁰⁶, quando a imagem de cidade desliza, é deslocada para o rio Poti, para a ponte Estaiada. Todavia, o que diz cada uma das imagens que se instauram nos cartões? É preciso pensar no duplo funcionamento do próprio termo ‘cartão-postal’. Ele é um suporte de informações sobre aquilo que representa um dado espaço, lugar, da cidade e ele é também a própria representação. Ao tempo que ele veicula a informação, no plano físico ele é a informação. O atravessamento da memória é que faz perceber essa disparidade e compreender os sentidos que dela emanam em um questionamento como: ‘Eu estou diante de um cartão-postal?’.

¹⁰⁴ Pêcheux, 2014.

¹⁰⁵ Guilhaumou, Maldidier e Robin (2016).

¹⁰⁶ Idem.

O fato de a ponte Metálica e seu lugar de enunciação, o rio Parnaíba, estarem descentrados, não serem o eixo exclusivo, no cartão-postal, faz perguntar: eu [ainda] estou diante de um cartão-postal? E Não é já outro o cartão-postal? Se a cidade está em movimento constante, seria justo que em um estado sempiterno ainda fosse apenas um o seu cartão-postal? Se a cidade dobrou, triplicou, quadriplicou de tamanho, valeria a pena dar a uma única ponte o *status* de representação da imagem de cidade de Teresina? São muitas as perguntas que surgem e que o enquadramento da imagem não abarca. Por isso mesmo se clama pelos sentidos. Se me debruçar sobre aquilo que é a imagem de cidade na foto, o que vejo? O que leio?

Nas imagens do fotograma se vê o verde, o azul, o branco, o cinza, o indistinto das habitações, o lado piauiense, teresinense, pontos visíveis no enquadramento. Tem-se um rio sem limites no sentido que se tem no hino do Piauí: “...As águas do Parnaíba/rio abaixo/rio arriba...”. Ladeando o rio temos Teresina, sobre o rio temos a ponte Metálica. Naquilo que se enquadra na foto(grafia) inscreve-se a cidade na (in)finitude. Naquilo até onde a vista alcança há um quê de cidade e um quê de rio. A ponte está completa na imagem. O rio e a cidade, não. Há a finitude da ponte uma vez que ela está inteira no contraste com a infinitude das fronteiras da cidade e dos limites do rio. Isso tudo é a frente do suporte cartão-postal que mostra, que dá a ver, a foto da cidade.

No verso desse suporte, desse cartão-suporte, tenho:

Ordem 1:
TERESINA – PI – BRASIL
Vista aérea da Capital

A referência à ponte Metálica, mesmo que ela seja realçada na imagem, evoca incompletude. Nada dela ou sobre ela é descrito naquilo que se escreve sobre Teresina, mas está naquilo que se mostra em imagens sobre a cidade. Na “Vista aérea da Capital” não se escreve nada da ponte, mas se mostra, discursiviza. Na/pela foto se grafa a imagem da ponte na imagem da cidade. A ponte não está implícita na imagem, está em síncope na descrição legendada do que se diz da cidade.

Edelman (1976) trata da questão da imagem vista de cima, da fotografia aérea da cidade tomando-a a partir de uma nova integração, ou seja, para o autor a imagem aérea não está em um espaço de apropriação e por isso não pode ser censurada. A partir do que formula Edelman, é preciso pensar a respeito do que se toma da imagem aérea enquanto pertencente a ‘um novo conjunto livre da censura’. Pelo discurso, compreendo nesta liberdade da fotografia aérea da cidade a possibilidade da abstração de sua imagem em que um sujeito indeterminado

almeja registrar a cidade em um conjunto que constitui o Estado no qual ela se insere por encomenda.

Lagazzi (202, p. 5891) pontua que a concepção da imagem evoca, pelo discurso que a toma como tecnologia política de linguagem, a compreensão do fato de que a imagem dispõe de uma “potência de captura simbólica” que analiticamente necessita de visibilidade, uma vez que, por esses mecanismos – a imagem como tecnologia política de linguagem e a tomada de sua potência de captura simbólica –, é possível analisar “[...] o funcionamento da ideologia nos processos de identificação suscitados pela imagem”.

Na imagem (ordem 2) é como se a cidade fosse o sentido que a ponte por si traz à tona pela memória sobre a imagem que só poderia remetê-la a cidade, tida nos termos de Orlandi (1999, p. 11) como “[...] declinação política desse processo de significação”. Sua legenda, entretanto, não diz de Teresina, mas do rio Parnaíba. O efeito de escurecimento da imagem, nascer ou pôr do sol, leva a uma continuidade, como se a ponte fosse o natural e por ela passassem os eventos enquanto ela sólida continuasse suspensa do rio e ainda ali. Mas esse “ali” da ponte não está em Teresina, ao menos não na imagem, pois o enquadramento só realça a ponte e o rio. Na legenda do verso da imagem tenho:

Ordem 2
BRASIL
TERESINA – PI
Ponte sobre o rio Parnaíba

Pela linguagem, é possível compreender o funcionamento das informações ausentes sobre o rio e sobre a ponte na imagem (ordem 1). Todavia, os funcionamentos discursivos das imagens e das legendas, nas duas imagens, são distintos. Na primeira imagem (ordem 1), nada se diz em escrita, mas muito se mostra da ponte em imagem ao passo que, na segunda imagem (ordem 2) nada se mostra da cidade, ou da relação cidade-ponte, mas mostra-se boa parte da ponte e diz-se também dela, inclusive que ela se localiza em Teresina.

Na imagem (ordem 3) há a projeção, presença da ponte, da cidade e do rio. A ponte Metálica aparece mais destacada que na primeira imagem (ordem 1). Na legenda:

Ordem 3
BRASIL TURÍSTICO
18. TERESINA. PI
Vista aérea

A repetição de “vista aérea” também legível no cartão-postal 1 (ordem 1), produz um efeito de sentido da imagem que pretende incidir em algo que diz ‘vista panorâmica’ enquanto paráfrase de “vista aérea”, isto é, a “vista aérea” como algo que aponta para ‘vista panorâmica’, como uma imagem em 360°, como uma completude que dê a ler a cidade em sua plenitude, e nesta vista/visão panorâmica a cidade seja vista como um todo complexo que tem a ponte como o dominante. Essa vista [...] engloba a ponte Metálica na teia urbana da cidade, fazendo que se leia um panorama da cidade sem necessariamente dizer y (vista panorâmica), paráfrase possível, ou um elemento ‘intraimagético¹⁰⁷’ que serve de imbricação material e que coloca em relação ‘vista aérea’ com aquilo que centraliza a imagem tida como vista aérea. Desse modo, é possível perceber que “vista aérea”, ‘visão panorâmica’, funciona a ideologia, pelo simbólico, intraimageticamente como ‘Ponte metálica’, por isso dizer que y, poderia ser:

BRASIL TURÍSTICO
18. TERESINA – PI
Ponte Metálica

Não dizendo y, insere-se a ponte na “paisagem urbana” de Teresina pela reincidência de dizer “vista aérea” e, nessa vista panorâmica que a imagem ‘retrata’, existir a ponte, incide o funcionamento da ponte Metálica como imagem de cidade.

Nas imagens dos cartões-postais tem-se o mesmo que se repete. Discursivamente há um efeito pendular que, pelo efeito da repetição, diz sobre o mesmo para que faça sentido. Um gesto repetitivo. Dentre os cartões-postais que constituem o *corpus*, pela primeira vez se formula a legenda:

Ordem 4
TERESINA – PI – BRASIL
Vista aérea – Ponte sobre o Rio Parnaíba

Há o registro da ponte na escrita sobre a cidade, não apenas na imagem, mas naquilo que circula em língua no dizer sobre ela. Há uma formulação imagética. Ao se olhar a imagem em ângulos específicos, dispõem-se os constituintes rio, torres da catedral da Matriz, ponte, mancha urbana. Na última imagem (ordem 5), assim como na segunda (ordem 2), há uma trajetória de memória discursiva da cidade. O efeito da repetição, da naturalização do sentido

¹⁰⁷ Tomo o termo intraimagético a partir da concepção de intradiscorso (PÉCHEUX, 2008), isto é, assim como há um efeito do interdiscorso no intradiscorso, há um efeito do interimagético no intraimagético que é absorvido e esquecido pelo sujeito.

produz o lugar do comum justamente pelo que se repete na paráfrase das imagens. Assim, conforme Lagazzi (2021, p. 5891):

[...] os sentidos são efeitos produzidos a partir de determinações históricas, o que significa buscarmos sempre a sua desnaturalização. As perguntas são as nossas ferramentas primeiras, e fazer uso delas no que concerne à circulação da imagem no digital é um procedimento de grande consequência para que os sentidos possam ser analisados em suas condições de produção, para que possamos desconfiar das verdades que nos tomam pela desconstrução das evidências.

Nesses termos, a questão sobre o funcionamento da potência da imagem deve reivindicar sempre para a suspeita porque o sentido deriva naquilo sobre o qual ele se sustenta, na sintaxe da imagem; o sentido deve ser alocado analiticamente em suas condições, nas circunstâncias históricas, sua exterioridade, a partir daquilo que serve de “pano de fundo” do sentido e que se sustenta na língua para significar na imagem.

O registro da ponte é feito do solo. Há diferença do que tenho na segunda imagem (ordem 2), que registra a ponte a partir do lado piauiense/teresinense, a última (ordem 5) é tirada no lado maranhense/timonense. A imagem é feita de um ponto de vista que diz da ponte em uma outra disposição que, pela imagem, a sobrepõe à cidade. Se nas anteriores, exceto a segunda imagem (ordem 2), a cidade estava sobre a ponte, na quinta imagem (ordem 5), a ponte está sobre a cidade que funciona, na imagem como seu pano de fundo, seu papel de parede.

A ponte tem a sua funcionalidade, passagem e conexão, marca os limites daquilo que, não sendo ponte, pode aparecer como cidade. Acima da pista da ponte, o que se tem é ponte, a estrutura metálica da ponte Metálica, como se o discurso sobre ela se erguesse, se insurgisse ante o rio e a cidade para dizer: ‘Eu represento!’. As torres da catedral da Matriz, fundamental para a transferência da capital e para a sua fundação estão cortadas, limitadas, sob a imposição da ponte. Entretanto, sua dimensão completa, assim como na segunda imagem (ordem 2), não está na imagem, o enquadramento lhe corta, assim como ela corta os limites da cidade ao funcionar como seu (des)limite.

Na legenda escreve-se:

Ordem 5
NORDESTE TURÍSTICO
TERESINA / PIAUÍ / BRASIL
Ponte João Luís Ferreira, sobre o rio
Parnaíba, Divisa de Estados PI/MA

A informação divisa de Estados também se sobrepõe na imagem. Nela se lê:

DIVISA DE ESTADOS
MA PI

Há uma inversão que traz o efeito de ligação, conexão. As siglas MA e PI são dispostas inversamente. O lado que se registra na imagem como piauiense traz a sigla MA (Maranhão) e o lado que se registra na imagem como maranhense traz a sigla PI (Piauí).

Estamos acostumados a ler de baixo para cima ou de cima para baixo? O modo como lançamos as vistas sobre as imagens faz com que elas signifiquem de modos distintos. Essa informação também se dá na imagem colocada abaixo da imagem da ponte, mais especificamente sobre as águas do rio Parnaíba que de fato divide os Estados, ao passo que a ponte os liga. Ao se olhar as imagens de cima para baixo se vê:

Na primeira imagem (ordem 1), o rio sem início nem fim, passando indiferentemente em seu curso. A cidade e a ponte conectadas, atando o urbano que configura a RIDE Teresina-Timon (Maranhão-Piauí)¹⁰⁸.

Nas legendas/descrições o que se realça daquilo que está na imagem? Ao tratar da relação entre o verbal e o não-verbal, Orlandi (1995) pontua que o conhecimento científico tende a apagar as diferenças entre estes modos de significar na linguagem. Para a autora funciona uma reabsorção da “diferença pelo encurtamento das distâncias, sobredeterminando o não-verbal pelo verbal” (idem, p. 36).

Ao descrever/interpretar sobre as imagens penso nesse mundo “semanticamente normal”¹⁰⁹, nessa “espessura semântica” da imagem que traz um efeito de tenuidade que sobrepõe o verbal ao não verbal no tratamento da interpretação da imagem, como se ela fosse autossuficiente enquanto representação de imagem de cidade. Nesse entendimento, remeto a Nunes (2012, p. 32), quando ao tratar do infográfico, afirma que “[...] o discurso sobre a informação produz efeitos de sentidos de que quando a imagem vem junto com as palavras a informação se tornaria “mais fiel”, ou “mais real”.

¹⁰⁸ Art. 43 da constituição Federal, as “[...] regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDEs são áreas metropolitanas que englobam municípios de diferentes Unidades da Federação, com o objetivo de promover projetos de dinamização econômica de territórios em desenvolvimento”. A Zona integrada de desenvolvimento Grande Teresina é uma RIDE que engloba 15 municípios, 14 são piauienses e um Maranhense, Timon. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Nacional (2019): O Brasil possui três RIDEs: a RIDE do Distrito Federal e Entorno, que engloba 33 municípios dos Estados de Goiás e de Minas Gerais situados próximos a Brasília; a RIDE Polo Grande Teresina/PI, composta por 15 municípios dos Estados do Piauí e do Maranhão localizados na área de Teresina/PI; e a RIDE Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, que engloba 7 municípios da região fronteira entre Pernambuco e Bahia. Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/saneamento/planos-de-saneamento-basico-das-regioes-integradas-de-desenvolvimento-ride>. Acesso em 23 ago. 2020.

¹⁰⁹ Pêcheux, 2014a.

Penso se nesse efeito de representação de Teresina não está funcionando algo que seja da ordem do irrepresentável. Para quem é essa imagem? Esse enunciado “vista aérea” que não mostra sujeitos, como se entre rios, pontes, cidade, imagem não houvesse atrito. Como se houvesse uma organização equilibrada onde a ordem do urbano não se fizesse presente, o efeito de completude de “vista aérea” parece deixar em suspenso a relação da cidade como sujeito e com o urbano. Quando se mostra a ponte a partir de imagens tiradas em terra, escamoteia-se o barulho, o movimento, o ruído que emana do urbano. Não se tem a cidade no fluxo do/no urbano, apenas a imagem a representá-la.



Figura 26 - Ponte Metálica José Luís Ferreira, sobre o rio Parnaíba (década de 1950).
Fonte: Teresina de antigamente¹¹⁰.



Figura 27 - Ponte Metálica José Luís Ferreira, sobre o rio Parnaíba, dias atuais
Fonte: Folha do Piauí¹¹¹.

Discursivamente, imagem e memória se entrelaçam para que a materialidade significante instaure sentidos. O que, nos termos de Lagazzi (2015), implica um movimento sobre a imagem que se compõe por “composições equívocas”. Tais composições são

¹¹⁰ Disponível em: <https://m.facebook.com/terantigo/>. Acesso em 14 dez. 2021.

¹¹¹ Disponível em: <https://www.maxmilhas.com.br/blog/guia-de-destinos/onde-comer-em-teresina>. Acesso em 14 dez. 2021.

trabalhadas naquilo que Pêcheux (2008) preceitua em uma articulação entre descrição e interpretação.

Lagazzi (2015, p. 177) considera que

[...] ao colocar a estrutura em relação com outras possibilidades estruturais no jogo da história, é ao dar lugar à descrição pelo procedimento parafrástico, que a evidência de um sentido pode ser relativizada e o analista pode dar consequência ao movimento de interpretação para compreendê-lo em seus pré-construídos.

Compreendo as duas imagens, presentes nas figuras 24 e 25, como paráfrases de uma discursividade que vincula a imagem de cidade de Teresina ao rio Parnaíba enquanto o real e a ponte Metálica enquanto representante do lugar da cidade. Entre os anos 1950 e a contemporaneidade presentificados nos elementos que compõem o corpo da ponte no quadro das figuras, é captada em um processo que remodela o entorno das pontes e dos rios e que, por tabela, ressignifica o espaço citadino.

Os casebres colados aos pés da ponte dão passagem para uma avenida pavimentada. Um processo de higienização depõe na imagem testemunhando a história da cidade. Desse modo, a história se significa na imagem. Habita o esquadro das figuras, como elemento de composição da imagem, o espelho d'água do rio Parnaíba e a estrutura metálica da ponte. Ambos adentram em um lugar de significação daquilo que se mantém, o rio e a ponte, enquanto, na imagem, a presença do se atualiza.

A organização da cidade pavimenta a via, ao passo que rio e ponte se instauram sobremaneira na imagem, significando a cidade que segue seu fluxo avançando sobre seus constituintes. A questão da mobilidade urbana vai de certa forma limpando o espaço para que o sentido não seja 'enfeiado' pelos casebres. O modo como os elementos que constituem a imagem vão possibilitando a interpretação, se ancoram no modo como a imagem se formula.

É preciso pensar o modo como a memória e o acontecimento são articulados no processamento mesmo da constituição de um objeto de discurso como o que interessa aqui, a imagem da cidade. Para isso devo remeter ao fato de que a existência de

[...] uma fragilidade, de uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória tenha sido constantemente presente, sob uma dupla forma-limite que desempenhou o papel de ponto de referência: [...] o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; [...] o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido (PÊCHEUX, 2015, p. 44).

Os dois fatos se operam, nessa tensão de ser impossível inscrever o acontecimento, testemunhá-lo em sua completude. Ao ser impossível acessar o acontecimento, senão por meio de representações – sempre frustradas por conta da diluição de seu aspecto físico e corpóreo –, tem-se que o acontecimento se esvai antes que alguém o segure, sem que se possa sequer registrar o momento exato do ocorrido, do acontecido. O que resta é a representação desse registro numa dada farsa (do teatro da consciência¹¹²).

A imagem da ponte que representa a cidade absorve todas as outras¹¹³ que não são ‘importantes’. O novo, o acontecimento discursivo, no entanto, não consegue apagar a ponte enquanto símbolo. O momento em que a ponte Metálica deixa de ser o cartão-postal centralizador da representatividade da cidade é quando se percebe este funcionamento se deslocando para a ponte Estaiada, escapa à inscrição, não é registrado, não é discurso, não é documento. Porém, o acontecimento discursivo, a atualidade, a ponte Estaiada; e a memória, a ponte Metálica, ecoa de algum modo fazendo com que esse não inscrito circule na teia de memória que institucionaliza a imagem da cidade. As duas pontes e os dois rios se associam à instituição imagem de cidade. É dentro deste espaço de interpretação que elas significam a representação da cidade e se constituem como suas referências imagéticas.



Figura 28 - Ponte Metálica iluminada. Atribuída ao Ministério do Turismo.
Fonte: Pinterest¹¹⁴.

¹¹² Pêcheux (2014a).

¹¹³ Há mais de dez pontes na cidade de Teresina.

¹¹⁴ Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/2955555975530681/>. Acesso em 26 dez. 2021.



Figura 29 - Ponte Metálica refletida no espelho d'água do rio Parnaíba. Atribuída ao Ministério do Turismo. Fonte: Pinterest¹¹⁵.

Ao se tratar de imagem, a questão da organização retorna, uma vez que o visível da imagem se vincula ao modo como se dispõe seus constituintes bem como a leitura que se faz deles. Nessa compreensão, imagem e espaço estabelecem uma relação imbricada ao movimento. Mesmo a imagem estática evoca uma prerrogativa de espaço, insere-se em um espaço passível de transladação. Assim sendo, nos termos de Aumont (1993, p. 37), “A ideia de espaço está fundamentalmente vinculada ao corpo e seu deslocamento; em particular, a verticalidade é um dado imediato de nossa experiência [...] O conceito de espaço é, pois, tanto de origem tátil e cinésica quanto visual”. A imagem discursiviza o espaço citadino teresinense. É nela que se desloca o corpo representativo da cidade. A imagem significa no espaço de sua circulação. Nessa direção, Souza (1997 s. p.) pontua que

É a visualidade que permite a existência, a forma material da imagem e não a sua co-relação com o verbal. A não co-relação com o verbal, porém, não descarta o fato de que a imagem pode ser lida. Propriedades como a representatividade, garantida pela referencialidade, sustentam, por um lado, a possibilidade de leitura da imagem e, por outro, reafirmam o seu status de linguagem.

A compreensão daquilo que a imagem é língua(gem) me direciona ao que se pensa em Análise de Discurso do que seja a abertura ao simbólico. O que se torna visível é legível, materializando-se linguística ou imagetivamente. A forma material significante que escapa à plenitude/completude de abrigar todo o sentido que, ao não poder ancorar-se todo na textualidade, abriga-se na visualidade. Se a imagem é legível, ela produz textualidade.

Há um dizer na forma linguística da legenda, sobre uma imagem, o que ocorre porque existe algo que se pensa necessário para sintetizar o que a imagem “visualiza/representa/referencia”, algo que nela “existe/materializa-se/forma-se/correlaciona-

¹¹⁵ Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/2955555975530681/>. Acesso em 26 dez. 2021.

se” quando não se verbaliza nada sobre ela que, no entanto, não deixa de simbolizar. Assim, é o deslocamento que, no gesto interpretativo, sai da ordem do visível para a ordem do legível, que dá à imagem sua materialidade significativa, isto é, que faz irromper os sentidos a partir do que a imagem aponta ao produzir textualidade.

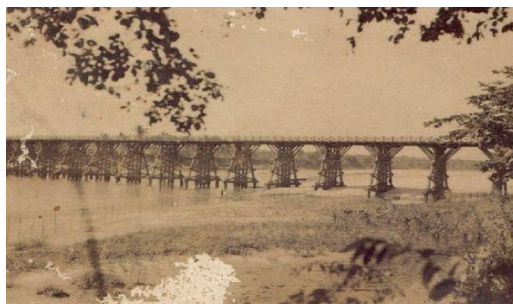


Figura 30 - Ponte de madeira sobre o rio Poti
Fonte: Portalpiracuruca¹¹⁶.



Figura 31 - Ponte de madeira sobre o Poti destruída pela enchente de 1947
Fonte: skyscrapercity.com¹¹⁷.

As imagens da ponte de madeira sobre o rio Poti (figs. 30 e 31) representam algo, um desejo de atingir a margem leste desse rio. A construção dela é dada por uma ação do Estado, que a concretiza em madeira. Nas imagens temos o arrastar, a destruição da mesma pelo mesmo rio que segue indiferente à vontade humana que o Estado representa, no ato de construir.

A compreensão da imagem a partir da paráfrase direciona para a tensão entre aquilo que se repete e aquilo que se discursiviza na imagem atualizando os sentidos. Assim, de acordo com Lagazzi (2015, p. 178), o procedimento parafrástico “[...] ao mesmo tempo aponta para o mesmo e para o diferente, levando-nos a perguntar pelas posições de sujeito constituídas no processo discursivo e pelas formações discursivas em jogo no funcionamento do discurso analisado”. A metáfora adentra a cadeia discursiva no jogo das relações de sentido que se

¹¹⁶ Disponível em: <https://portalpiracuruca.com/transportes-das-antigas/travessias-antigas-no-rio-poti-em-teresina/>. Acesso em 27 set. 2020.

¹¹⁷ Disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/threads/piau%C3%AD-not%C3%ADcias-viii.2049972/page-3>. Acesso em 27 set. 2020.

estabelecem entre as permutas que a língua viabiliza pela deriva, aqui compreendida nos termos de Pêcheux (2008, p. 53) como aquilo que é determinado pela linguagem e oferece o “lugar de interpretação”. Na formação discursiva da cidade, as imagens das pontes de Teresina perpassam os rios, deslocam sentidos.

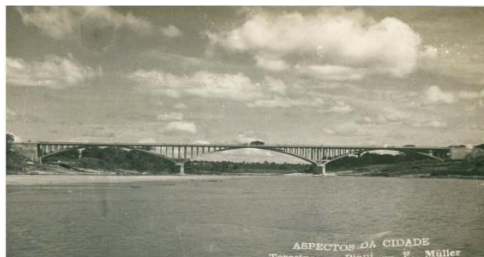


Figura 32 - Imagem: Ponte Juscelino Kubitschek sobre o rio Poti, final da década de 1950.
Fonte: Biblioteca do IBGE¹¹⁸.

As associações entre as imagens também reverberam efeitos metafóricos quando se pensa na paráfrase de famílias imagéticas. Ao tratar do efeito metafórico que se instaura na superfície linguística, Lagazzi (2015, p. 181) afirma que “Substituição, deslizamento e deriva são termos importantes para compreendermos tanto o procedimento parafrástico quanto o efeito metafórico [...] propõem o movimento na tensão entre o mesmo e o diferente no que diz respeito ao batimento entre descrição e interpretação”.

As imagens das pontes teresinenses funcionam como possibilidades metafóricas de dizer a imagem de cidade de Teresina. O que pode dizer dessa relação (ponte), como sendo o elemento que permanece como paráfrase e aquilo que se aglutina pelo encaixe semântico mantenedor da família parafrástica que significa a imagem de cidade.

A leitura da imagem da cidade na relação com o rio Parnaíba, por exemplo, diz do modo como o espaço sobre suas pontes é usado pelos cidadãos. Conforme se vê a seguir:



Figura 33 - Lavadeiras de roupa, Ponte da Tabuleta, às margens do rio Parnaíba, ano de 1977.

¹¹⁸ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=441843&view=detalhes>. Acesso em 28 set. 2020.

Fonte: Teresina antiga¹¹⁹.

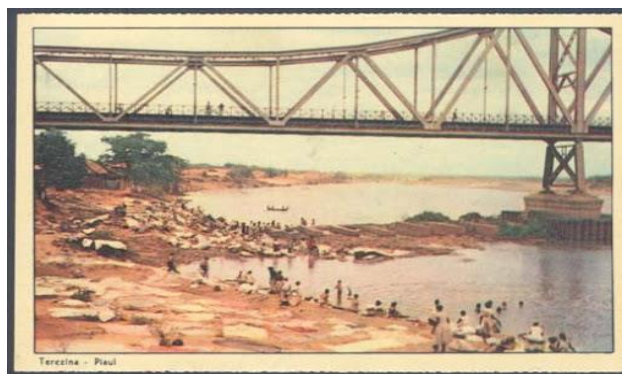


Figura 34 - Lavadeiras de roupa, Ponte Metálica, às margens do rio Parnaíba, (s. d.).
Fonte: Selos Filateria¹²⁰.



Figura 35 - Lavadores de carro, margens do rio Parnaíba (2019).
Fonte: Folhas avulsas¹²¹.



Figura 36 - Lavadores de carro, margens do rio Parnaíba (2017).
Fonte: Acesse Piauí¹²².

O que se presentifica na textualidade das imagens (figs.: 33, 34, 35 3 36) reverbera sentidos sobre a questão do uso do rio para fins de limpeza. As imagens que as figuras 33 e 34 trazem, repetem a figura da mulher lavadeira de roupa, impõem uma deriva do uso do rio para

¹¹⁹ Disponível em: <https://teresinaantiga.com/teresina-1973-1974.htm>. Acesso em 20 out. 2020.

¹²⁰ Disponível em: <http://www.selosefilateria.com/PastaLancamentos2011/020a.html>. Acesso em 20 out. 2020.

¹²¹ Disponível em: <http://josepedroaraujo.blogspot.com/2019/04/a-agonia-do-rio-parnaiba-e-os-lavadores.html?m=0>. Acesso em 14 dez. 2021.

¹²² Disponível em: https://www.acessepiaui.com.br/ver_coluna2/1324/Lavagem-de-carros-as-margens-do-Velho-Monge-%E2%80%93-ou-de-como-nao-construir-uma-nacao. Acesso em 14 dez. 2021.

a limpeza das roupas, da higiene. As imagens das figuras 35 e 36 provocam a deriva do uso dos rios para a limpeza, entretanto, há uma substituição no deslizamento das (lavadeiras de) roupas para (a limpeza de) os carros. Uma memória sobre o rio Parnaíba se atualiza entre o labor feminino da lavagem de roupa suja para o labor masculino da lavagem de carros.

Uma regularidade, uma repetição do uso do rio para a higienização. A lavagem de roupa, a figura feminina e a presença das pontes adentram a imagem. Ao passo que a lavagem de carro opacifica a presença do rio e das pontes. A figura 33 dispõe a ponte [da Tabuleta], a figura 34 dispõe a ponte [Metálica]. Além das pontes, à composição imagética, se acrescenta o trabalho braçal.

No rio Poti há canoagem, tirolesa, *bung jump* sendo praticados nos entornos da ponte Estaiada. Ou seja, um discurso sobre o trabalho braçal vinculado ao entorno da ponte Metálica e do rio Parnaíba se dá em paralelo com um discurso do lazer no rio Poti e na ponte Estaiada. Aos finais de semana a região das margens do rio Parnaíba fica vazia, parte da avenida que margeia o rio Poti, na zona leste, é fechada para a prática de caminhada, corrida, ciclismo, etc. O que faz pensar a respeito da maneira como a cidade se fecha e se abre para os sujeitos em termos de uma disposição de trabalho e lazer na relação com seus rios e suas pontes.

O efeito metafórico da substituição “Tabuleta” acrescida à ponte, bem como o de “Metálica”, pela adjetivação, acrescida à “ponte” fazem derivar o sentido de ponte pela repetição, entretanto o termo ‘ponte’ se mantém atualizado por “Tabuleta” ou por “Metálica”. Há duas famílias parafrásticas, uma que substitui Tabuleta por Metálica e outra que anula a ambas. No entanto, em todas uma imagem da cidade tencionada entre um discurso da imagem de cidade como ponte se sustenta na discursividade sobre os rios que compõem a imagem de Teresina.

Um marco temporal também pode ser lido nos dois tipos de trabalho constitutivos das imagens quando se trabalha a imagem fotográfica pelo discurso. Esse movimento, deslocamento que se tem às imagens do rio Parnaíba, diz dos processos de modernização da cidade quando a água encanada dá aos homens melhores condições de trabalho na limpeza dos carros, a água do rio vem puxada por bombas até eles, ao passo que as lavadeiras estão dentro do rio e em seu leito para acessar a água. Na contemporaneidade, não há mais lavadeiras nas margens do rio Parnaíba, esse trabalho se deslocou do leito do rio para o interior das casas, em virtude das melhores condições de trabalho doméstico e da poluição que tornam insalubres as águas dos rios, o que, de certo modo, significa na imagem. Há, portanto, uma relação da exterioridade, na linguagem que movimenta o discurso, a materialidade simbólica.

As imagens fazem pensar que o discurso urbanístico configura diferentes versões de imagem de cidade. Uma foto das pontes em uma cadeia significativa jornalística é uma versão distinta daquela que discursiviza a imagem da ponte no cartão-postal. No cartão-postal a formulação da ponte é de um produto fechado, uma imagem repetidora de um sentido unívoco. Esse efeito consenso¹²³/fiel-real¹²⁴/palavra-prova¹²⁵/sintomatizadora¹²⁶ da imagem de cidade passa a ser questionado nas fotos jornalísticas sobre as pontes. No discurso jornalístico se encontram os furos – nos casebres (figs. 16 e 26), nos acessos da ponte (fig. 38), ainda sendo construídos – que mostram o processo de produção de um sentido que na relação entre ilustração e processo não é mais o do cartão-postal, que mostra o produto, imagem de ponte, circulando, sendo portanto, uma imagem de venda, que já é formulada.

A imagem, tal como a cidade e o urbano, é ideológica¹²⁷. Não se tira a foto da cidade de um lugar aleatório, ela precisa ser pontual. Desse entendimento Edelman (1976) pontua que aquilo que estava latente no real que se fotografa como registro, quando reproduzido, toma materialidade. Segundo o autor a fotografia se plagia a natureza por meio da ótica do fotógrafo, este sujeito que se interpõe entre o real e a recriação fotografada. As várias imagens vendidas, repassadas, reformuladas vendem ideologicamente uma mesma imagem de cidade. A posição do sujeito que tira a foto disposta no cartão-postal, suportada por ele, se coloca fora da cidade para que ele consiga mostrar a ponte inserida na paisagem urbana de Teresina a partir de um olhar da cidade germinada de Timon-MA. Tal tomada de posição traz a imagem de cidade como ponte colocada em uma imbricação da imagem da ponte com a cidade. Se ela for tirada a partir de Teresina o sentido é outro porque não se mostra Teresina, mas a ponte Metálica e Timon.

As formações ideológicas significam nas imagens sentido demarcado de cidade. Ao se observar a cidade cheia de pontes, não necessariamente se mostra o outro lado. As outras versões da cidade, outros modos de leituras, com seus espaços distintos, ficam em suspenso. Entretanto, o que não se mostra, o que está fora, conforme já defendido, é gerido, administrado a partir da cidade.

¹²³ Massmann (2019).

¹²⁴ Lopes (2009).

¹²⁵ Nunes (2012).

¹²⁶ Maluf-Souza (2004)

¹²⁷ Catells (1983).

4.4 As pontes estaiadas

Mazarim (2011), ao traçar um panorama histórico da engenharia que envolve o modelo de pontes estaiadas, demarca seus primeiros projetos provenientes da carpintaria alemã, por volta de 1784. O aspecto estaiado de estruturação de pontes tem como pressuposto a amplitude dos vãos, uma vez que os estais sustentam as pistas sem que se construam bases. Segundo o autor, “[...] com o avanço das ligas metálicas, estas soluções começaram a se tornar mais viáveis e capazes de suportar maiores esforços” (idem, p. 2). Assim, ele assinala que, em 1817, engenheiros britânicos construíram a passarela estaiada de pedestres, a King’s Meadow. Esta historicização possibilita compreender um pouco da gênese da tecnologia por meio da qual se materializa arquitetonicamente a Ponte Estaiada Mestre Isidoro França, em Teresina.

A relação de suspensão pelos cabos que constituem esse tipo de ponte, inquieta. Um lugar de suspensão que se sustenta naquilo que é obra humana, sobre aquilo que aparentemente poderia ser obstáculo ao atravessamento, a continuidade de um fluxo que não é o do rio, mas o da cidade que se marca pelo urbano e atravessa o rio na/sobre a ponte. Um funcionamento simbólico da forma material se representa na imagem da ponte Estaiada como desafio para a gravidade, para as leis da física que nela aparentam estar em teste quanto à sua eficácia. Algo mais pesado que o ar; o concreto, se sustenta com estais. Os sentidos que se formulam pela memória inscrita na língua, no acontecimento da inauguração da Estaiada, articulam-se com o próprio arranjo que formula a ponte e surpreende o contemplador de sua imagem e de seu real fisicamente impresso no corpo urbano da cidade.

O arranjo disposto na estrutura dos estais que sustentam a Estaiada teresinense é o de semi-harpa. Pela imagem há uma repetição da forma ou fórmula arquitetônica disposta engenhosamente.



Figura 37 - Pescadores no rio Poti. Ponte estaiada ao fundo.

Fonte: O que fazer em sua viagem¹²⁸.

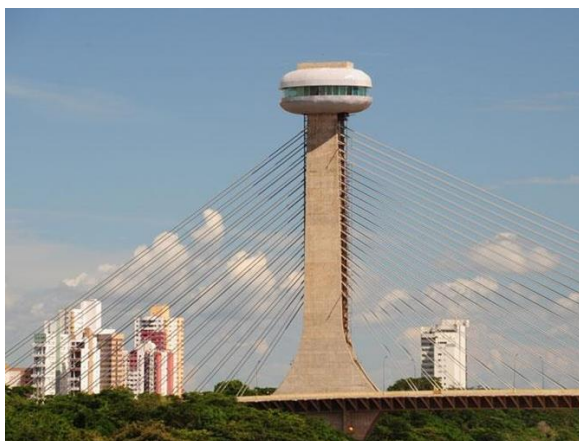


Figura 38 - Estrutura da ponte Estaiada em semi-harpa.

Fonte: Acontece¹²⁹.

As pontes Metálica e Estaiada, ditas mistas (por envolverem metal e concreto), diferenciam-se pela proporção do emprego de um material e outro. Na ponte Metálica, apenas os pilares são de concreto ao passo que todo o restante de sua estrutura original é de metal exposto. Na ponte Estaiada, o tabuleiro e a torre são de concreto armado, apenas os estais são compostos de metal exposto.

A ponte Estaiada Stromsund, na Suécia, projetada em 1938 e inaugurada em 1955, é tida por Mazarim (2011) como uma das primeiras pontes estaiadas modernas. Entretanto, toda a estrutura dela é em aço, não sendo, portanto, uma ponte mista. O contexto pós-segunda guerra mundial popularizou esse tipo de construção por conta da facilidade com que se adaptou à especificidade do momento de reconstrução da Europa devastada.

No dizer do autor (idem, p. 9-10):

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o rastro da destruição era visto por toda a Europa, onde estradas, cidades e pontes necessitavam ser reconstruídas [...] em pouco tempo, devido à necessidade de reintegração entre as cidades que ficaram isoladas [...] métodos construtivos que possibilitassem um ritmo mais acelerado ganhou destaque [...] as pontes estaiadas ganharam [...] espaço e começaram a ser amplamente utilizadas, uma vez que a maioria das pontes destruídas mantinha sua infra-estrutura em condições de uso.

¹²⁸ Disponível em: <https://oquefazeremsuaviagem.com/brasil/o-que-fazer-em-teresina-no-brasil/>. Acesso em 30 dez. 2021.

¹²⁹ Disponível em: <http://acontecesantoyo.blogspot.com/2017/08/parabens-teresina-pelos-165-anos.html?sref=pi>. Acesso em 30 dez. 2021.

A preocupação de reestabelecer relações por meio da reconstrução das pontes e a agilidade que as estaiadas davam a ler as colocaram em cena, no processo histórico de reconstrução europeia. Essas pontes instituem, sobre as estruturas do passado, as bases de sustentação europeia, visto que muitas delas são as estruturas que equilibram as ruínas das pistas bombardeadas. Há um atravessamento histórico em funcionamento em que se percebe o moderno se espalhando. O que reconecta a história nas bases das pontes estaiadas é o novo, atualizando-se como retorno de uma conexão que não é mais a mesma.

A tecnologia moderna das pontes estaiadas estava em pleno desenvolvimento e popularidade na Europa; no Brasil, ainda se construíam pontes metálicas. Basta pensar que enquanto em 1938, na Suécia, se iniciava o projeto da ponte estaiada Stromsund, em 1939, entre o Piauí e o Maranhão, de um lado, e entre Teresina e Timon, de outro, se inaugurava a ponte Metálica João Luís Ferreira. O nome da ponte se deve ao engenheiro que, quando governou o Piauí na década de 1920, viu a necessidade de ligação férrea entre Teresina e São Luís. Somente 12 anos após o seu falecimento, em 1939, é inaugurada a ponte Metálica que ganha seu nome. Enquanto na Europa a engenharia civil e a arquitetura já estavam no momento das pontes estaiadas, no Brasil ainda se pensava em pontes metálicas.

Mazarim (2011), ao traçar um panorama histórico desse método de construção no país, aponta que ele acabou sendo tardio pelo fato de não ter sido uma tipologia muito divulgada. Sua introdução em âmbito nacional se deu por consultoria estrangeira e aperfeiçoamento. No Brasil, esse tipo de ponte não era, muitas vezes, necessária. Para o autor, corroborou para a expansão do uso de pontes estaiadas no país o fator técnico e o “[...] fator estético que foi bem aceito pela população, que considera estas estruturas como ponto de referência e cartão postal para as cidades” (idem, p. 79).

A materialidade simbólica faz pensar que pesou, de certo modo, para os brasileiros, a questão do domínio de tal técnica do discurso técnico-científico dessa engenharia, a estaiada para a construção de pontes, que é tencionada com o discurso institucional, que se materializa pelo dizer que apela para o estético.

O uso dos estais como elementos de sustentação das pontes têm um propósito técnico, visto que sustentam o tabuleiro das pontes de modo que os vãos, os espaços entre as pilastras, sejam mais amplos, sem necessidade de bases próximas, o que é o ideal para rios largos, por exemplo. Porém, se percebe um deslocamento que incide no estético e altera o próprio funcionamento arquitetônico da obra de engenharia de tráfego que adentra na esfera da representação da imagem de cidade moderna, tendo a ponte como cartão-postal. O que atesta o futurismo que incide sobre a cidade, atesta o desejo pela novidade, pela modernidade.

A inauguração da ponte Estaiada, em 30 de março e não em 16 de agosto (data do aniversário da cidade)¹³⁰, é marcada pelo acontecimento político, histórico e discursivo que se instaura nessa data, a transição, a mudança de perspectiva política da gestão da cidade que se textualiza nos discursos sobre o que se passa na inauguração do “[...] novo cartão postal da capital” do qual união, Estado e Município pretendem se marcar como executores a partir das posições-sujeito que dizem de lugares institucionais bem demarcados.

Mazarim (2011, p. 109) informa a respeito da estrutura física do tabuleiro da ponte Estaiada de Teresina:

xv. Este tabuleiro possui uma geometria diferente do comumente executado nas pontes deste tipo, uma vez que este não é fechado lateralmente [...] Os estais estão dispostos em um único plano central de estaiamento, na geometria de semi harpa. O mastro de concreto possui 98 m de altura sobre o solo, abrigando no seu topo um mirante em estrutura metálica, que pode ser acessado através de elevadores panorâmicos e escadas de emergência [...] a execução da ponte teve como finalidade a interligação da Avenida Dom Severino [**zona leste**] e a Alameda Parnaíba¹³¹ [**zona centro-norte**], trazendo melhorias ao trânsito da região. O custo [...] desta ponte, por onde passam 45 mil veículos por dia, foi de 74 milhões de reais (Grifos meus).

O tabuleiro, aberto lateralmente, com a disposição dos estais apenas no plano central, sem obstáculos de concreto ou metal, torna a vista do rio Poti livre, a partir da ponte. Há duas passarelas de pedestres e ciclistas nas laterais, possibilitando a vista plena e livre de obstáculos. O mirante a quase 100 metros do solo tem vista panorâmica da cidade. Assim, a estrutura da ponte produz a impressão de que, por meio dela, a cidade pode ser vista em sua plenitude.

A justificativa de sua necessidade se ancora no discurso de melhoria do trânsito, visto que a ponte interliga duas avenidas de zonas distintas da cidade, a avenida Dom Severino, a leste, e a alameda Parnaíba, a centro-norte. São fluxos que se estabelecem entre a parte da cidade que se delinea pelo rio Parnaíba e a parte que se delinea pelo rio Poti, tanto do lado leste quanto do oeste. A Alameda Parnaíba conecta os dois rios, a ponte Estaiada faz com que o urbano dos dois lados se interligue, colocando-se como caminho para o movimento citadino.

¹³⁰ A ponte Estaiada teve suas obras iniciadas em 2002. A proposta previa inaugurar a mesma no aniversário de 150 anos de Teresina. A obra só foi entregue no ano de aniversário de 158 anos da capital piauiense. A mesma foi inaugurada em 30 de março de 2010. O aniversário de Teresina é 16 de agosto.

¹³¹ A alameda Parnaíba interliga por terra os leitos dos dois rios teresinenses, iniciando no rio Parnaíba e encerrando no rio Poti.

4.5 A ponte Estaiada de Teresina

Pela Análise de Discurso, conforme já pontuado, esta pesquisa pretende compreender a imagem de cidade de Teresina como ponte. Para tanto, é preciso ter em mente que o simbólico declama no linguístico e além dele, isto é, nos termos de Orlandi (1995), para além do verbal. O não-verbal, enquanto faceta da linguagem, significa, se atualiza, faz sentido porque, assim como a língua, possui elementos que lhe são constitutivos. Não há sintaxe, semântica, morfologia, etc. só na língua, há também na imagem que é, portanto, língua(gem), carecendo ser compreendida como algo que significa discursivamente.

Desse modo, pela interpretação da imagem de cidade de Teresina é preciso, conforme Motta (2009, p. 120), “Afirmar o lugar do simbólico nas relações políticas, na perspectiva da Análise de Discurso, significa trabalhar a significação da história na textura do discurso que, pelo efeito da transparência (ideológica) naturaliza os sentidos”. O simbólico se inscreve na língua que textualiza a história dos sentidos, portanto, a imagem também é possibilidade de significação no/do simbólico, a imagem também naturaliza os sentidos do modo como a cidade se significa no discurso.

A imagem da ponte Estaiada sobre o rio Poti abre um espaço de interpretação do que significa a cidade, em específico, o elo entre a cidade, os rios e as pontes no sujeito que diz do discurso cidadão teresinense.



Figura 39 - Ponte Estaiada sobre o rio Poti (2021)
Fonte: Segue viagem¹³².

É possível adentrar nos processos discursivos sobre a circulação da discursividade da ponte Estaiada sobre o rio Poti. Estes acontecimentos reestruturaram, em dois momentos

¹³² Disponível em: <https://www.segueviagem.com.br/destaques-blog/o-que-fazer-em-teresina-e-outros-destinos-para-visitar-no-piaui/>. Acesso em 15 dez. 2021.

distintos, os discursos sobre a cidade de Teresina. Por meio desse debruçamento se pode encontrar os funcionamentos que dizem no discurso sobre a cidade de Teresina. Os deslocamentos que a ela dizem respeito acompanham o deslocamento do poder, do capital financeiro que levou a elite para as margens do rio Poti, deslocando também para lá, por meio de um processo de identificação discursiva, a imagem de cidade. Procuo compreender como os processos constitutivos de tal imagem dão legitimidade a essa nova identidade da cidade vinculada ao rio Poti e à Ponte Estaiada.

4.6 Uma investida pelo deslocamento discursivo da imagem de Teresina: a ponte Estaiada

A memória sobre a cidade fez com que em 1939, na cidade de Teresina, a ponte Metálica se tornasse acontecimento de linguagem. Quando se lembra que, em um outro momento, a imagem de Teresina é a ponte Estaiada, o que se esquece? Que antes, tal imagem era dada pela ponte Metálica.

As pontes evocam, no trânsito da cidade, gestos de leitura, modos distintos de compreender a significação do arquitetônico (as pontes), sobre os trajetos naturais (os rios) teresinenses no já dito sobre a imagem de cidade.

As pontes de Teresina, em específico a Metálica e a Estaiada, sobressaem na comparação com as demais pontes teresinenses, por sua verticalização.



Figura 40 - Construção dos acessos da Ponte Estaiada, 2010
Fonte: Jornal da Parnaíba¹³³.

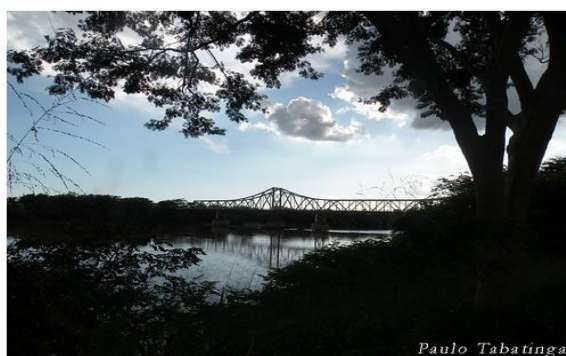
Os rios, elementos naturais, não são vistos em todo o seu manancial, estão cercados de mata ciliar em praticamente todo o seu leito urbano. Ao passo que as pontes, elementos artificiais, pela altura, especificamente as duas verticalizadas, conclamam materialidades

¹³³ Disponível em: <https://www.jornaldaparnaiba.com/2010/10/pi-ponte-estaiada-de-teresina-recebe.html>. Acesso em 15 dez. 2021.

significantes que formulam uma disputa pelo lugar de imagem “representativa” de Teresina, como sendo seu ponto de referência. Os rios significam urbanisticamente os caminhos de água superados pelas pontes, lidas no dito discurso urbanístico como caminhos de concreto e metal para onde o fluxo citadino se desloca. A conexão não é mais dada pelos rios, mas pelas pontes.

A comemoração do aniversário da cidade de Teresina, em 2010, assume o protagonismo e lança a ponte Metálica¹³⁴ na museificação, no passado. Os discursos sobre uma ponte dizem de uma disputa discursivizada, das relações de força em duelo para dizer: X [ponte Metálica] não é mais a imagem da cidade. Ela agora é Y [ponte Estaiada]. Nessa falha da afirmação imposta é que penso como Pêcheux¹³⁵: X é a imagem da cidade, mas Y também “ainda” é.

A imagem da ponte ‘nova’ que representa a cidade absorve pelas formações imaginárias as outras que não são ‘importantes’ nas formulações discursivas. Deve-se pontuar que o novo, o acontecimento discursivo, no entanto, não consegue apagar ‘ponte’ como sendo símbolo. Assim, a adjetivação se desloca de ‘metálica’ para ‘estaiada’. O momento em que a ponte Metálica deixa de ser o cartão-postal escapa à inscrição, é deslocado, não é registrado, não é documento, sofre o apagamento. O acontecimento discursivo, a atualidade sendo a ponte Estaiada, e a memória a ponte Metálica, ecoa de algum modo, fazendo com que esse não inscrito circule na teia de memória que institucionaliza a imagem da cidade.



Como nos últimos dois Piauinautas a ponte nova (Estaiada) ficou em evidência, a velha ponte, muito enciumada, exigiu do poeta Paulo Tabatinga estas belas fotos que lhe deram nova roupagem...

Figura 41 - Ponte Metálica com legenda colocando-a em disputa com a ponte Estaiada
Fonte: Piauinauta¹³⁶.

¹³⁴ 1939, conforme já pontuado, é o ano de inauguração da ponte Metálica.

¹³⁵ Pêcheux, 2014a.

¹³⁶ Disponível em: <https://piauinauta.blogspot.com/2010/06/dois-momentos-da-ponte-metalica.html>. Acesso em 11 set. 2020.

O blog *Piauinauta*, de onde recorto a imagem (fig. 41), tem a postagem intitulada como *Dois momentos da ponte metálica*, e data de 13/06/2010. Tenho uma questão interessante que corporifica a ponte Metálica por meio do que se toma por um sentimento, metáfora, que uma ponte teria tido ao perceber que a “ponte nova (Estaiada) ficou em evidência”. Pela metáfora que nesse enunciado funciona lemos “a velha ponte, muito enciumada, exigiu do poeta [...] estas belas fotos que lhe deram nova roupagem”.

Conforme se observa na legenda da imagem (fig. 41), “Como nos **últimos dois Piauinautas** a ponte nova (Estaiada) ficou em evidência, **a velha ponte, muito enciumada, exigiu** do poeta [...] essas belas fotos que lhe deram nova roupagem” (grifo nosso), para cada 3 imagens/reportagens/fotos/materialidades discursivas, etc. da ponte Estaiada “ponte nova” teria um placar de 2 para Estaiada *versus* 1 para a ponte Metálica, a velha ponte. Penso inclusive que esse 1 só se materializa pela foto(grafia) porque a ponte Metálica ‘reivindica’. Há ainda um dizer da reivindicação e o “ciúme” experimentado pela “ponte velha” que discursivizam um gesto de humanização da ponte. Compreendendo o funcionamento da língua pela metáfora é possível adentrar no funcionamento linguístico da nomeação das pontes para perceber um outro elemento de interesse. Ao designar a nomeação que aparece entre parênteses “(Estaiada)”, o processo de adjetivação se dá no formato substantivo + adjetivo = ponte + nova (Ponte – substantivo + nova – adjetivo) que reverbera em Estaiada como um elemento de nomeação que encapsula o próprio processo linguístico, de dar nome à ponte, e o histórico, que o adjetivo marca ao caracterizar a ponte com o termo “nova”.

No que se refere à Metálica, uma inversão linguística atenua e poetiza o próprio processo de nomeação. “Aparentemente”, no nível linguístico é adjetivo + substantivo = velha + nova ponte (velha – adjetivo + ponte – substantivo) que não reverbera em Metálica no plano da língua como no caso de “(Estaiada)”, mas em um vazio de sentido cujo processo não chega à nomeação Metálica, como se prescindisse dele ao passo que na “ponte nova”, por ser nova esse processo “ainda” precise de um efeito de síntese-fechamento, ou seja, de uma materialização que incide em “(Estaiada)”. Mas ao questionar esse elemento linguístico no plano sintagmático de sua constituição, pondo-o em uma sequência discursiva, percebo aquilo que o plano linguístico não dá conta de exprimir.

A forma “aparentemente” normal, do mundo ‘semântica e sintagmaticamente’ normal da língua poderia justificar, pela aparência mesma do que materializa na forma matemática e exata da transparência linguística, o que escapa, isto é, um funcionamento que é o próprio linguístico, o usado discursivamente para dizer que do efeito de evidência, da transparência, irrompe a falha que desemboca na opacidade da língua. Assim, nas formas por meio das quais

se teria uma relação sintagmática, a constituição de um sintagma nominal, mesmo tenuamente posto e transparente, irrompe uma falha que remodela a própria formula(ção) do dizer, ou seja:

substantivo + adjetivo = ponte + nova (Ponte – substantivo + nova – adjetivo) -> “(Estaiada)”

na qual Estaiada se vê com a ressalva () materializada linguisticamente e

adjetivo + substantivo = velha + nova (velha – adjetivo + ponte – substantivo) -> “[Metálica]”

Nessa relação, Metálica não se marca na língua, mas se acha subentendida em []. Para perceber o que está pré-construído pelos constituintes gramaticais do funcionamento formal da língua e possibilita a desmontagem da lógica da forma, formula(ção), substantivo + adjetivo = ponte + nova (Estaiada) *versus* a lógica da forma, formula(ção) adjetivo + substantivo = nova + ponte [Metálica], é preciso que categoria linguística do determinante seja aplicada aos substantivos (e não aos adjetivos) no processo de nomeação. Ou seja, seria preciso que as formulações fossem – e defendo que elas sejam – “a ponte nova” e “a velha ponte”.

O funcionamento linguístico de “velha”, na nomeação de Metálica não é a fórmula “adjetivo + substantivo = velha (velha – adjetivo + ponte – substantivo) -> [Metálica], uma vez que o determinante “a” só determina, pela “ordem” da língua posta na lógica, substantivo. Desse modo, o funcionamento discursivo do termo “velha” diz que velha é um substantivo, embora caracterize a dada ponte como “velha”.

A fórmula – “adjetivo + substantivo = velha – falha, uma vez que “velha”, nessas condições de funcionamento, é substantivo, o processo de nomeação que incide pelo que não se marca no enunciado, mas consta no pré-construído [Metálica], teria a forma, formula(ção) – substantivo + adjetivo = velha (velha – substantivo + ponte – adjetivo) –, isto é, a mesma formação de nomeação se instaura tanto em “ponte nova” quanto em “velha ponte”, uma vez que a qualidade de ser “nova” e a qualidade de ser “ponte” está em relação com aquilo que “a” determina.

Os termos categorizados da língua, as ditas “classes de palavras”, dicotomizam, categorizam, pela gramática, pela sintaxe, pelo ‘semanticamente normal’; mas basta que os termos se desloquem, se desvencilhem das regras ‘fixas’ e transparentes para que mudem de sentido e de função, na visada do discursivo. Desse modo, aquilo que Pêcheux (2014 a) defende sobre a relação sujeito e ideologia na mudança do sentido das palavras, se coloca em pauta. No funcionamento discursivo, as fronteiras significativas que dividem os termos da língua em uma dicotomia como substantivo *versus* adjetivo, pelo incômodo funcionamento de um

determinante “a”, se mostram frágeis uma vez que, na transparência/evidência da linguagem, a opacidade/equívoco da língua se diz exatamente “naquilo que falha”.

É importante dizer que cada imagem dispõe uma distinta discursividade de uma outra, neste caso, a ponte. Essa imagem – ponte – concreta circula discursivizada passando a significar, a ser significante naquilo que se textualiza sobre a ponte Estaiada. Ou seja, ela passa a significar pela materialidade simbólica um imaginário que insurge não contra, mas sobre a ponte Metálica, trazendo à tona um efeito ideológico¹³⁷ que ilusoriamente partiria do sujeito, fazendo com que o dispositivo se configure no interdiscurso que liga imagem de cidade a imagem de ponte.

Nesta teia de memória discursiva, a tríade genealógica ponte Metálica – ponte Estaiada – acontecimento imagem de cidade, existe o domínio de uma dada presença forte, repetida em diversos suportes e materialidades linguísticas, discursivas, marcadas na língua. No simbólico, imagens e mais imagens dos estais aludem à ponte Estaiada, tornando esse complexo do acontecimento discursivo, – metálica + estaiada, marcando, pelo predomínio da imagem, a cidade como atrelada à Estaiada.



Figura 42 - Estais de sustentação das pistas de concreto da ponte Estaiada.
Fonte: Portal oito e meia¹³⁸.

¹³⁷ É preciso atentar para o fato de que discursivamente a intenção é um efeito ideológico.

¹³⁸ Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/08/19/saiba-mais-sobre-ponte-estaiada-principal-simbolo-visual-de-teresina/>. Acesso em 26 dez. 2021.

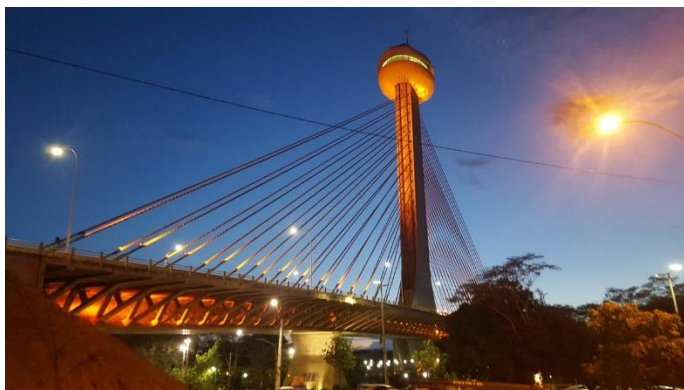


Figura 43 - Ponte Estaiada com suas pistas de concreto armado sustentadas por estais.

Fonte: Tripadvisor¹³⁹.

A imagem da ponte Estaiada – passa a ser nomeada com o adjetivo ‘Estaiada’, negrito, sublinhado, impresso em itálico, materializado. A imagem da ponte Estaiada quando vista já prescinde da materialização linguística do nome ‘Estaiada’ para significá-la discursivamente, ou seja, o nome ‘Estaiada’ quando lido prescinde da materialização simbólica da imagem da ponte Estaiada para simbolizá-la discursivamente. Um, a imagem da ponte, não precisa de legenda. O outro, o nome “ponte Estaiada”, não precisa que se desenhe. O nome e a imagem já fazem parte da memória imagética que propaga as formações imaginárias através de pré-construídos imagéticos e linguísticos da imagem de cidade a ser vendida.

Lagazzi (2021) toma como etapa necessária à interpretação da fotografia a partir de paráfrases visuais. Por meio desta perspectiva se nota na composição da imagem controlada e demarcada espacialmente a partir do que se emoldura e interdita, por exemplo, as tubulações que lançam dejetos humanos nas águas do rio escamoteados pelas matas ciliares.

¹³⁹ Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303483-d3916599-Reviews-Complexo_Turistico_da_Ponte_Estaiada-Teresina_State_of_Piaui.html. Acesso em 26 dez. 2021.




Ordem	Mata ciliar, bocas de lobo entre as pontes JK e Estaiada e aguapés cobrindo as águas – rio Poti, Teresina.
1 ¹⁴⁰	
2 ¹⁴¹	
3 ¹⁴²	

Figura 44 - Fotograma da mata ciliar do rio Poti.

¹⁴⁰ Disponível em: <https://jogoaberto.net.br/2020/09/28/jornalista-tomaz-teixeira-autoproclamado-prefeito-de-teresina-filiado-ao-podemos-conheca-a-sequencia-dos-33-projetos-e-propostas-ja-definidos-agora-e-so-clicar-2/>. Acesso em 20 jan. 2022.

¹⁴¹ Disponível em: <https://portalodia.com/noticias/teresina/esgoto-sem-tratamento-ainda-e-despejado-diretamente-no-rio-poti-306535.html>. Acesso em 20 jan. 2022.

¹⁴² Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/02/apos-quatro-meses-da-acao-do-mpf-aguapes-serao-retirados-do-rio-poti.html>. Acesso em 20 jan. 2022.

No fotograma (fig. 44) as imagens dispostas esmiuçam pela textualidade a mata ciliar como correlato de proteção das margens do rio. Este se confunde com o que mostra a foto das águas do rio cobertas por aguapés (ordem 3), denunciando a existência do lançamento de esgoto pelas bocas de lobo (ordem 2), o que desestabiliza a imagem orgânica (ordem 1) de um rio não ameaçado pelo urbanístico que se sobrepõe a ele pela ponte. Lagazzi (2021, p. 5893) diz que: “A ideologia delimita o território dos sentidos e determina o trajeto do olhar”. Pelo fotograma (fig. 44) é perceptível uma moldura demarcada pelas matas ciliares do rio Poti como um modo de fazer funcionar o verde em seu “bom sentido”, o de preservação, ao passo que esse mesmo verde acusa, pelos aguapés que retiram o oxigênio da água, a movimentação dos peixes, a vida da/na água que se entrelaça ao urbano.

Motta (2009) ao tratar do modo como o ambiente é formulado no/pelo discurso jurídico, pontua que a materialidade discursiva homogeneiza, pelo modo como a língua textualiza o discurso “o sentido de ambiente a forma que o dizer que é proferido para um determinado Município se dilata e torna-se possível de ser atribuído a um outro local” (idem, p. 111). O ambiente, nas imagens dos dois leitos do rio, se mostra de verde das matas ciliares, como uma homogeneização. Assim, ele é atravessado pelo efeito de sentido do discurso de preservação. Este se mostra através da mata e ao tempo que também reverbera sentidos outros que se acusam pelos aguapés insurgidos ante a poluição da água. A metáfora do verde na imagem se transfere, como metáfora, do lugar da mata ciliar para o lugar do aguapé, ressignificando o sentido da imagem de cidade nas três fotografias. O que faz pensar no modo como a autora diz do fato de que: “A geografia da cidade já a inscreve em uma posição do discurso da preservação ambiental, do turismo, do controle entre o sujeito x ambiente x cidade” (MOTTA, 2009, p. 114).

Desse modo, a imagem do verde e das bocas de lobo que são escondidas por esse mesmo verde que sufoca o rio produz a contradição, um discurso outro. Uma memória retoma o discurso da degradação do ambiente quando se pensa na repetição incontornável dos acontecimentos urbanos que seguem insensíveis ao que justificou a mudança da capital para a região entre rios. Nesse entendimento, Lagazzi (2021) dirá que as imagens provocam a remissão de sentidos pela memória discursiva

Robin (2016, p. 22) para dizer de um dado excesso de memória invasiva, parte constitutiva do esquecimento, fala a respeito da saturação como “[...] a nova era do passado¹⁴³”.

¹⁴³ É preciso situar historicamente a discussão de Robin. A autora trata de questões relacionadas à Europa, especificamente a discussão sobre memória que ela traça diz respeito às questões judaicas em condições históricas relacionadas às guerras.

Traço o deslocamento das condições de produção em que a autora teoriza a memória pelo atravessamento das questões que levanto nessa pesquisa. Para tanto selecionei cinco pontos oportunos a respeito do modo como Robin (2016, p. 22) trata a questão da saturação:

SD 1. Saturação por [...] suspensão de um passado próximo, mas não pensado, não criticado, não decantado como nos discursos e práticas que emergem n[**a Teresina depois da {queda da ponte Metálica – enquanto cartão-postal “oficial de Teresina” e}** inauguração da ponte Estaiada]. (idem). (Grifos meus).

SD 2. Saturação por histerização da relação com o passado, da relação com a origem real e imaginária, pelos fantasmas da autenticidade interposta, como em certos discursos mantidos em [**Teresina**]. (idem). (Grifos meus).

A partir desses dois primeiros excertos se nota que há o sujeito que diz sobre a imagem e há o real sobre o qual é dito. Pelo discurso, discuto o efeito de evidência, na passagem ‘forçada’ da discursividade de uma ponte para a de outra, o que irrompe, falha e faz com que se diga mais de Y do que de X quando uma formação imaginária se instaura e se escamoteia dizeres sobre X. Busco pelo processo de algo que desliza sobre os dizeres de X (ponte Metálica) e passa a dizer sobre Y (ponte Estaiada).

SD 3. Saturação por uma indiferença ao passado, por uma equiparação dos “demônios” [**Parnaíba/Metálica**] por uma indistinção dos acontecimentos, uma ausência de escolha, de hierarquia dos males. (Idem) (Grifos meus).

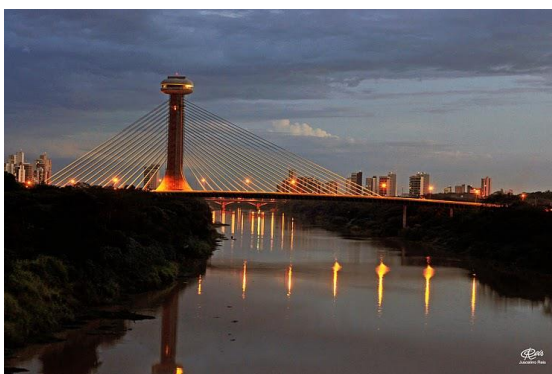


Figura 45 - Ponte Estaiada com sua iluminação noturna, 2010
Fonte: Jornal da Parnaíba¹⁴⁴.

A indiferença ao passado seria um correlato a um não dizer do rio Parnaíba e da ponte Metálica no discurso atualizado da imagem de cidade? Na ordem da cidade a realocação do urbano provoca o acontecimento, com o que é um ponto em dado evento que envolve língua

¹⁴⁴ Disponível em: <https://www.jornaldaparnaiba.com/2010/10/pi-ponte-estaiada-de-teresina-recebe.html>. Acesso em 15 dez. 2021.

para que a história signifique. Desse modo, nos termos de Pêcheux (2008, p. 29) “Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra”. Este encontro com o real que tenciono é da ordem do moderno, aquilo que é esteticamente uma novidade e se coloca em disputa com o que já existia na cidade. A ponte Estaiada é algo adventício por ser nova, mas a reverência a uma ponte como imagem de cidade é familiar ao teresinense. De outro modo, se o real da língua não fosse, conforme Orlandi (2015, p. 35) “sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação”. A atualidade do acontecimento é polissêmica ao passo que a memória é parafrástica.

A adventícia novidade da ponte Estaiada como imagem de cidade incorre em um dizer ponte [...] que permite encaixar [Metálica] em [...], o que não é adventício. Entretanto, *a priori*, a adjetivação após a ponte seria incomum ao discurso da imagem de cidade se ela não fosse “Metálica”. Desse modo, a questão se traça no sentido de saber se dizer ponte [...] e preencher [...] com [Estaiada] torna ponte [...] algo adventício do sentido de ponte como imagem de cidade. Dessa maneira, este mesmo e este diferente da ponte entra em uma questão parafrástica e polissêmica ao mesmo tempo. Esta relação é discursivamente constitutivamente da memória.

Nos termos de Orlandi (idem, p. 34) “A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer [...] ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação.” A repetição parafrástica levantada constitui o interdiscurso ao passo que a amplificação que permite alocar Estaiada no espaço ocupado por Metálica traz o diferente para a constituição imagética da cidade. Neste ponto o sentido de imagem de cidade se desloca de uma ponte a outra.

Pela memória, esse elemento ponte está encoberto, está em suspenso, porque está defasado. Sequer se escolhe e o acontecimento produz sentidos outros que, em seu desenrolar, desvelam a “nova” imagem.

SD 4. Saturação [...] na compreensão [...] entre uma memória fundamental que recusa fazer o luto do acontecimento, uma memória **[de massa]** do passado, indexada sobre as formas de representação hollywoodianas, uma memória prótese que acredita poder assegurar, pelas formas da cultura de massa, sem banalização, a transmissão viva do acontecimento depois do desaparecimento das últimas testemunhas, e uma memória crítica que tenta sair do fetichismo inscrevendo no interior de suas formas memoriais as marcas dessa impossibilidade (ROBIN, 2016, p. 22) (Grifos meus).

Pelo funcionamento da linguagem, a questão levantada está envolta ao acontecimento citadino que fez reverberar a discursividade sobre a inauguração, ponte Estaiada, rio Poti. Daquilo que já foi o antes sobre o qual Teresina se debruçava e que perde campo, circula massivamente uma nova memória, e ela recobre discursivamente a ponte Metálica, o rio

Parnaíba. Em ‘tempo real’, isto é, no tempo e no espaço em que se enuncia, se observa a nova imagem de Teresina sem que se perceba o que esse novo põe em suspenso. Sobre o que ele desliza? O fato passa despercebido porque o deslumbre a respeito do ‘novo’ chama para si todos os holofotes.

SD 5. Saturação [...] por causa dos **fantasmas do “tudo guardar”** que acompanham nossa **imersão no mundo do virtual**. Congelamento geral, patrimonialização de tudo, de si mesmo, de seu corpo [...] de seus objetos. Paixão pelo arquivamento e pela conservação. Estocamos, queremos tudo sedimentar. (Idem, *ibidem*). (2016, p. 22) (Grifos meus).

O acontecimento de linguagem instala a discursividade sobre a ponte Estaiada, em 2010, assim como sobre a ponte Metálica em 1939. Ou seja, constitui essa discursividade sobre a imagem da cidade ser X ou Y, ser sempre ponte, ora ponte Metálica, ora ponte Estaiada, mas sempre já ponte.

A compreensão da memória, pelo discurso, invoca um deslocamento feito do o acontecimento histórico, a exterior e descontínua força que pode vir a se inscrever em um interior, na continuidade interna que é o interdiscurso, ou ainda, como Pêcheux (2015, p. 43) afirma: aquilo que “[...] é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio da memória”.

Na memória, as vozes do social são escutadas em imagem a partir das práticas em que se inscreve a memória no estabelecimento dos sentidos postos em circulação. Essa circulação do simbólico compartilhado, por ser dito e ouvido nas discursividades que circulam sobre dado objeto de discurso, está sobre tensão, porém, essa circulação de sentidos é dominada e encapsulada pela memória para que signifiquem, no dizer, o dito na /pela palavra ‘memória’.

A materialidade simbólica permite descrever e interpretar o acontecimento discursivo pela compreensão do funcionamento simbólico. A cidade é constituída pela linguagem, atravessada pela língua, pelos sujeitos que dela se apropriam para se constituírem. A análise lança seu gesto de leitura sobre a discursividade imagética da cidade assombrada por fantasmas que clamam por serem lidos nos arquivos. Na análise do arquivo o corpo do texto se estoca, sedimenta, arquiva, conserva, guarda, congela resquícios de memória de um dado patrimônio, de uma dada imagem da cidade. O gesto analítico não põe em ordem, desfragmenta – porque incomoda – aquilo que está guardado no sentido que se movimenta no discurso sobre a imagem de cidade.

As imagens da ponte Metálica e da ponte Estaiada, em seus respectivos recortes, funcionam discursivamente, materializam-se enquanto sintagmas, o imaginário atribui a elas uma representação da cidade. Esse imaginário circula usando como materialidade o que está

memorizado. Nesse memorizado compartilhado, o sentido acopla-se ao sentido sendo dispensável dizer, a cada vez que aparece a ponte Metálica, em 1939, ou a ponte Estaiada, em 2010, que X (ponte Estaiada) é a imagem da cidade de Teresina frente a Y (ponte Metálica) que também já foi essa imagem. No entanto, os diversos discursos sobre a imagem da cidade provocam a presença dos pré-construídos de modo único.

O acontecimento discursivo, nos termos de Orlandi (2015, p. 53) “... como fato de um processo de produção de sentidos que, reprimido, vai desembocar na absoluta dominância do discurso”. Deste percurso teórico sobre o acontecimento a autora diz ainda que: “no momento em que apareceu [o acontecimento] abria para uma nova discursividade, produzindo efeitos metafóricos que afastavam a história e a sociedade” (idem).

Penso que os sentidos de ponte como imagem de cidade também falham na memória, sentidos escamoteados de alguma forma, possibilitando um dizer outro sobre ponte como imagem de cidade. É uma elipse que não é da mesma ordem de um ato ditatorial, mas há no dizer atualizado de ponte, na representação de imagem de cidade, um silêncio sobre o que se dizia antes à ponte Metálica.

Desse modo, a exclusão imposta sobre a ponte Metálica é também de uma dada ordem que aprisiona sua discursividade enquanto ponte-imagem de cidade e que remete ao fato de que essa exclusão se dá para que,

não haja um já dito, um já significado constituído nessa memória de tal modo que isso tornasse, a partir daí, outros sentidos possíveis. Há faltas - e não falhas - de tal modo que eles não fazem sentido, colocando fora do discurso que poderia ser significado a partir deles e do esquecimento produzido por eles para que os novos sentidos aí significassem. Há, assim, “furos”, “buracos” na memória, que são lugares, não em que o sentido se “cava”, mas, ao contrário, em que o sentido “falta” por interdição (ORLANDI, 2015, p. 59-60).

Assim, a denominação a “Estaiada” como o novo, não se remete ao “velho”, apaga-se, ele sequer é mencionado. Não se encontra circulando uma textualidade do tipo “até 2010 a ponte Metálica era o cartão postal, [mas] a partir dessa data a ponte Estaiada passa a ocupar essa posição”.

Desse modo, busco compreender o funcionamento de linguagem dessa troca de adjetivações que conclama o funcionamento de um em detrimento do outro quando se deparam as duas discursividades que se veem encapsuladas pelas formulações - Metálica e Estaiada. Remeto ao que a autora (idem) chama de não sentido, algo que está na ordem do porvir, ou seja,

a ponte Metálica e sua morte sem corpo, (seria ela uma ponte “morta sem corpo”?) é uma questão do não sentido e do sem sentido na relação com a falha e a falta distinguida como segue:

Falta por interdição – que corresponderia, em paralelo, à distinção que faço entre não sentido (que aponta para o sentido que deverá vir, o irrealizado) e o sem-sentido (o que já significou e que não faz mais sentido). No caso, a falha é o lugar do possível, do sentido a vir; e a falta, é o que foi tirado do sentido, o que não pode significar (ORLANDI, 2015, p. 63).

A ponte Metálica não pode mais significar Teresina, imagem de cidade, porque não faz mais sentido, não faz/tem mais esse sentido sozinha. O irrealizado é essa materialidade linguístico-histórica que conjecturo que nem chegou a se apagar porque não foi formulada. Trata-se de uma materialidade discursiva ausente e de sentido presente materializado no simbólico na forma da língua. O sem sentido entendo como o que não se diz, embora signifique, está na ponte Metálica que já foi e não é mais imagem de cidade.

Ao lançar o olhar sobre a materialidade simbólica que diz sobre a ponte Metálica, algo da memória escapa e sussurra para que seja lido, enquanto materialidade simbólica, de algo que já não é. No trânsito das pontes por metal, por estais, sempre por metal, também fica algo que passa despercebido e que está sempre lá aguardando que se note. A ausência de um dito que materialize discursivamente essa permuta, a saber: “Até X a ponte Metálica era a ponte/imagem de Teresina, [mas...] em X a ponte Estaiada passou a ser a ponte/imagem de Teresina”, esse “mas” é o gatilho e marca a falha, mas ele não foi dito, não foi materializado e deixa toda a discursividade desejada em suspenso.

O acontecimento discursivo “novo”, e aqui digo, desestabiliza todo um ordenamento. Penso no acontecimento que atualiza e, portanto, é o acontecimento “novo”. Quando a inauguração da ponte Estaiada faz com que circule “o novo cartão-postal”, esse “novo” de ‘novo’ o calcanhar, o incômodo, é um adjetivo, é acontecimento, esse novo se dá na inauguração que instaura e demarca o acontecimento. Esse novo ao passo que lança a ponte Estaiada como cartão-postal e imagem de Teresina também absorve o velho para dentro da memória a fim de manter a regularidade para que circule “o novo cartão-postal”. No entanto, dizer “o novo cartão-postal” traz o pré-construído, havia um ante irrompido e abalado que estava regularizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta tese buscou compreender como a imagem de Teresina significa no enlace urbano de seus rios e de suas pontes. Para tanto, questões sobre a relação ser e parecer cidade, daquilo que as pontes parecem e o que elas são apontaram para o modo como os rios se mostram e o que eles de fato são na teia urbana da cidade. Essa tensão entre ser e parecer ou, como apontei no percurso desta pesquisa, entre aquilo que se projeta e a forma material da imagem de cidade, significam a partir do que constitui as formações discursivas sobre Teresina.

Teresina foi analisada discursivamente naquilo que traz o equívoco e a falha, a língua, constitutiva das discursividades que a significam, uma vez que o entendimento discursivo da cidade intenta compreender seus sentidos. O efeito de transparência da linguagem, de uma representação imagética de cidade, faz pensar o real da formação discursiva da cidade bem como dos processos históricos que fazem com que o simbólico signifique na língua.

O urbano atravessado pelo político aponta para o modo como a cidade, o real da cidade passível de falha, se significa na imagem de cidade como ponte e configurada pelo simbólico.

A memória discursiva sobre a cidade fez pensar a ponte significando a cidade em uma imagem que atualiza a dimensão de sua constituição no deslizamento do simbólico pela paráfrase e pela polissemia. Isto é, a permutação do componente sintático que também constitui a imagem, tido discursivamente como base da discursividade, que possibilita na ponte Metálica a saída da cena urbana da representação da cidade e para a ocupação da ponte Estaiada do lugar interpretativo que aponta para o sentido de cidade como passível de ser representada como uma ponte.

Pela Análise de Discurso é o político quem decide os sentidos dos movimentos citadinos. Nesse entendimento, a tentativa aqui foi a de procurar os sentidos outros que se instauram no entorno daquele que é instituído e legitimado pelo político. Em concordância com o que postula Orlandi (2001, p. 11) a tentativa de “[...] procurar atravessar esse imaginário, pelo político, e ouvir outros sentidos, aproximando-nos do real da cidade e dos sujeitos urbanos em seu movimento, suas rupturas, sua desordem”. Pensar a desordem diz respeito aos processos que se configuram tanto na cidade mostrada quanto na que não se textualiza no discurso.

A partir das transformações urbanas na desnaturalização dos sentidos estabilizados da imagem de Teresina o gesto de interpretação diz do que é trazido como algo novo que tende a se perpetuar no imaginário da cidade organizada. A imagem de cidade de Teresina em seu deslocamento entre rios e *inter* pontes apontou para o modo como o político trabalha o urbano,

pelo efeito da naturalização da ideologia, bem como para o modo desse urbano significar no imaginário sobre a cidade.

A imagem de cidade está, portanto, envolta às formações imaginárias dos sujeitos que projetam a propagação daquilo que pensam enquanto materialidade simbólica, no caso, a ponte. Esse fato impõe pensar que ao lado da imagem projetada de cidade bem instaurada pelo político e naturalizada no espaço citadino residem outros sentidos que evocam outras leituras a partir desta imagem de cidade como ponte, como elo entre os sujeitos, como um acesso necessário e do qual irrompe um funcionamento imaginário enquanto correlato de um funcionamento da mobilidade urbana. Por meio disso se estabelece no sujeito “do poder dizer”, nos termos de Orlandi (2001, p. 11) “novas distinções no jogo das formações discursivas e nos permite vislumbrar, através da organização urbana, uma possível ordem da cidade onde se instituem os sentidos que, coagidos pelo imaginário urbano, explodem em violência”.

O entendimento das condições de produção do discurso sobre a cidade de Teresina em seu entrelaçamento com os rios Poti e Parnaíba, partiu do que atravessa a discursividade sobre a modernidade. A ponte Estaiada representa fisicamente este moderno que pela linguagem constitui uma possibilidade de representação da cidade. Foi preciso entender que as transformações imagéticas sobre a representação da cidade estão diretamente vinculadas ao que condiciona ideologicamente as produções e reproduções de reordenamentos econômicos do Piauí e de Teresina.

O modo como a cidade tem seu movimento e a divisão faz o contraste e a segregação na ordem em que o espaço citadino se dá. A geografia urbana presente na imagem da cidade de Teresina que, então atrelada ao histórico, passa a ser vinculada ao moderno instaurado no leito leste do rio Poti.

O acontecimento ‘mudança da imagem da cidade de Teresina’ e o ‘deslocamento da representação sobre a cidade do rio Parnaíba para o rio Poti’, remete ao que diz Pêcheux (2014 a) a respeito da reprodução/transformação que para ele designa “[...] o caráter intrinsecamente contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes, isto é, cujo princípio é a luta de classes” (idem, p. 130). O político impôs, pela divisão, na cidade de Teresina, espaços no papel de segregadores e esses passam, pelo discurso à sua população, a determinar o lugar até onde o urbano poderia dispor a cidade. A cidade, pela linguagem do arquitetônico, as igrejas, as pontes funcionam como ícones e também significam discursivamente os deslocamentos, as mudanças, as transladações que dividem a cidade no movimento vínculo-desvínculo aos rios que se sustentam nos desdobramentos históricos representativos da imagem de cidade.

Se a cidade é dividida, sua imagem não é homogênea, as relações de produção sobre a imagem de cidade bem como o que contribui para a reprodução de sua nova imagem, tem a sua pluralidade discursiva.

O acontecimento discursivo imagem de cidade suspende o funcionamento de uma identificação atrelada ao rio Parnaíba. Nisto entendo que a “luta” entre as ‘imagens’, entre os discursos sobre os rios Poti e Parnaíba, entre as pontes Estaiada e Metálica, se dá enquanto modo de produção em conjunto. Modo este que justifica o acontecimento da imagem como ponte a partir do político, da identificação, da eficiência imagética a partir do trabalho ideológico que naturaliza a imagem de cidade.

A memória discursiva sobre a imagem de cidade como ponte, a partir dos pré-construídos das formações imaginárias sobre representações da cidade que se repetem, dizem de uma cidade como ponte. Eis o ponto que defendo nesta tese: o movimento urbano levou a cidade ao ponto de encontro de uma memória de identificação com o rio Poti, ou melhor, nos termos de Pêcheux (2008), o ponto entre atualidade e memória que constitui o acontecimento discursivo. Explico: houve um retorno do urbano ao lugar de onde ele foi deslocado. A quantidade urbana, o início do comércio, as relações de troca de Teresina se deram antes que esta cidade se desse, ou seja, em vila do Poti.

A ponte é apontada pelo discurso como materialidade discursiva, um objeto simbólico atravessado por distintas formações discursivas e imaginárias. Há, todavia, as pontes que se erguem pelas formações imaginárias que o *designer* produz, ou seja, as travessias de sentidos e a segregação.

O vínculo com o rio Parnaíba foi artificializado pelo político. A cidade não se trasladou do rio Poti, ela foi trasladada por uma política que a quis ver longe de algo que era constitutivo dela.

A relação entre os rios Poti e Parnaíba dá os (des)limites e da cidade quando se pensa nas pontes Metálica e Estaiada. O velho Poti e Poti velho, na polissemia do discurso sobre a imagem de cidade, a paráfrase. Ou seja, a relação entre memória e atualidade, no acontecimento discursivo, em que a criação e “sua dimensão técnica é produtividade, reiteração de processos já cristalizados” (ORLANDI, 2015, p. 35). Disso que a autora aponta, tem-se que retorno ao rio Poti é o retorno a um espaço de dizer que se alterna (Velho Poti e Poti Velho) a partir de um sentido já sedimentado na memória.

O novo lugar moderno que se instaura no leito leste do rio Poti estende a cidade e irrompe o urbano naquilo que se distanciou do rio Poti para avançar até atingi-lo de novo e expandir-se para além dele. Ao passo que o rio Parnaíba margeia Teresina, o rio Poti a atravessa,

a corta ao meio, as pontes costuram a malha urbana como ligas instauradas pelo Estado. No entanto, segregam socialmente os sujeitos no espaço citadino.

De qualquer modo, a cidade com suas pontes instiga o olhar analítico-discursivo. A cidade é um corpo, um tecido. A leitura e a pesquisa imbricaram um olhar sobre um recorte que permitiu levantar questões sobre a imagem de Teresina. Não é possível olhar para a cidade de modo uniforme sem gestos de leitura e interpretação porque a língua significa, porque a língua se inscreve e movimenta a história. A ponte Metálica tem sua significância, é patrimônio histórico, Oeiras também. Esses patrimônios são abrigados em um Estado que foi ressignificado por uma cidade que também se ressignifica imagetivamente pelo discurso. A significação sócio-histórica e política das pontes, dos rios, significa na cidade, a ponto de o dizer sobre ela passar pela relação incontornável de um dizer sobre as pontes.

O acontecimento arranha. As partes que se soltam dele são vislumbres que se registram. A outra parte da forma limite da contradição é a da absorção do acontecimento pela memória. E esse é também um estado de esquecimento. O esquecimento é constitutivo da memória. O acontecimento é um elemento da memória. Há um dado acontecimento “de tipo novo” que atrai para si as discursividades a respeito do acontecimento discursivo.

Torna-se importante compreender nesse eixo de compreensão da imagem, o modo como o simbólico se dá. Pêcheux (2015, p. 45) nos diz que

Concebemos desde então que o fato incontornável da eficácia simbólica ou “significante” da imagem tenha atravessado o debate como um enigma obsediante, e que, por seu lado, os fatos de discurso, enquanto inscrição material em uma memória discursiva, tenham podido aparecer como uma espécie de problemática-reserva. Essa negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial uma passagem do visível ao nomeado, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito.

A materialidade significativa da adjetivação “Estaiada” faz funcionar uma discursividade em torno dos sentidos que emanam dela. Uma eficácia simbólica ou significativa da imagem textualiza Estaiada e seus entornos. Na posição de pesquisador busquei compreender a materialidade simbólica desse significante, a ponte, marcado linguisticamente por uma memória sócio-histórica da qual questiona-se a relação com a imagem de cidade.

Pela teoria do discurso compreende-se, conforme Pêcheux (2016, p. 28):

[...] as circulações discursivas nunca são aleatórias [...] aquilo que, em um momento dado, irrompe no espaço da repetição discursiva, aquilo que o transforma ou movimenta-o, não resulta de não importa qual fenda, torsão, modificação [...] os efeitos discursivos são do domínio de uma materialidade específica.

No caso desta pesquisa, a atualização da imagem da cidade de uma ponte Metálica para uma ponte Estaiada circula no discurso imagético repetindo parafrasticamente ‘ponte’, fazendo com que se irrompam sentidos outros para a ponte Estaiada que não são os mesmos atribuídos à ponte Metálica nos discursos sobre a imagem de cidade, o rio Poti retorna como elemento constitutivo do urbano com todos os seus efeitos.

A leitura baseada nos postulados da Análise de Discurso desnaturaliza sentidos que se impõem como ‘normais’. A cidade foi retirada das margens do rio Poti pelo político, político este que sintagmatizou o sentido de Poti atrelado a enchentes.

A cidade retorna ao rio Poti contra a ordem do político, porque o político também é determinado pelas condições de produção. A tendência moderna de verticalização é impossível na região entre rios uma vez que o aeroporto da cidade foi construído nesse espaço. Um comportamento vinculado à mudança provocada pelo crescimento da população urbana das cidades brasileiras apontou para a necessidade de mudanças políticas na ocupação do solo e isso reverberou nas elites locais um anseio pela questão da moradia. É preciso criar uma área cuja expansão da cidade não apresente obstáculos. A zona sul é de tendência industrial e geograficamente acidentada. Nela também se dispõe a estação de tratamento de água às margens do rio Parnaíba. O Norte tem os rios como limites além da frequência das enchentes. O Oeste é inviável pelo limite estadual do Piauí com o Maranhão (Timon).

O corpo da cidade reivindica o retorno ao rio Poti indo contra a organização de sua fundação que fundou seu centro às margens do rio Parnaíba. O traçado da planta original da cidade partia do rio Parnaíba para o rio Poti. Este último silenciado no período da fundação de Teresina. Nas novas condições de produção do discurso sobre Teresina, o referido rio Poti precisa ser transposto por pontes para que a cidade se expanda. As pontes sobre o rio Poti passam a significar o acesso ao novo espaço urbano e moderno de Teresina. Tais pontes apontam para uma outra cidade que se metaforiza em ponte.

A população, uma elite local que patrocinou os fundamentos arquitetônicos de Teresina no início da cidade, que fora deslocada do rio Poti para o rio Parnaíba, retorna para as margens do primeiro. Tal elite, no entanto, não se dispõe mais na região entre rios, mas no leito leste do rio Poti.

O que se perguntou nesta tese incide sobre os modos de significação da relação do sujeito com a cidade e seus territórios. Nesse liame questionei, a partir das delimitações do espaço urbano, os sentidos que especializam o urbano, se a cidade e suas pontes ligam mesmo as partes que a constituem quando, aos finais de semana parte da orla leste do rio Poti é fechada para que uma dada parcela da população saia de seus apartamentos e adentrem o espaço urbanizado e policiado da cidade à beira do rio Poti para vivenciar o lazer e o turismo. Ao mesmo tempo, às margens do rio Parnaíba se instaura um tecido ‘vazio’ ocupado por usuários de drogas ilícitas e desabrigados. Esta dualidade relativa dos movimentos dos sujeitos citadinos em zonas distintas da cidade reverbera um dizer sobre a cidade e suas divisões. O que leva a compreensão de que, conforme Orlandi (2004, p. 35) “[...] não restam espaços vazios na cidade”. Os espaços têm, necessariamente, seus sentidos atravessados, inscritos, pela regularidade jurídica (idem).

A cidade entre rios e *inter* pontes instaura algo da ordem da contradição no momento que a cidade se vê não (*inter*)ligada pelas pontes, mas entre pontes quando as formações imaginárias e os pré-construídos que dão funcionamento ao “semanticamente normal” da imagem proporciona o real. A cidade do lado do rio Poti está modernamente apta a receber a imagem de cidade urbanizada. A imagem, para significar, silencia os sentidos de abandono das outras cidades dentro de Teresina que estão fora da imagem de cidade como ponte.

Pelas análises produzidas nesta tese pretendi, pelo discurso, retirar de suspensão os outros espaços da cidade e colocar a cidade imaginada em relação em suspeição. A ordem da cidade tenciona a organização planejada da cidade sem defeitos, do produto imagem já montada. Quem compreende a imagem de cidade tão somente como ponte ofusca, o olhar citadino. De modo que o sujeito, por vezes, não imagina o que deixa de ser visto sobre a cidade e naturaliza o sentido do moderno e do belo.

Esta pesquisa abriu continuidades que não foram amarradas aqui e que entram como possibilidades de desdobramentos que continuam a instigar, mas que a necessidade de parar deixará como sentidos de deriva a serem demarcados pelos efeitos de sentidos oriundos dos diálogos a serem traçados entre este trabalho e outros que poderão surgir e que tenham a cidade enquanto interesse discursivo e a tomem enquanto passível de interpretação.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre (org.). **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino**: invenção do falo. Uma história do gênero masculino (1910-1940). São Paulo, SP: Intermeios, 2013.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. ed. 7. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. Marxismo, ciência e ideologia. In: **Marxismo segundo Althusser**. São Paulo: Sinal, 1967.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.
- BRASIL. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Volume III. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- BRITO, Anísio. **Obra reunida de Anísio Brito**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/Casa Anísio Brito (Arquivo Público), 2018.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CAVALCANTE, Aldenora; **Occupy Velho Monge!** Teresina: Revista Revestrés, 2017.
- CHEVALIER (2012, p. 729-730). Jean. **Dicionário de símbolos**: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí**. São Cristóvão, RJ: Editora Arte Nova, 1974.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Que objeto para a análise de discurso?** In: CONEIN, Bernard [et al.]. **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- DIAS, Cristiane. **A Análise do Discurso digital**: um campo de questões. *Redisco*. Vitória da Conquista, 2016. N.2. V 10 - ISSN 2316-1213.
- _____. **Análise do discurso digital**: sobre o arquivo e a constituição do *corpus*. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 44 (3): p. 972-980, set.-dez. 2015.
- EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia**: elementos para uma teoria marxista do direito. Coimbra: Centelha, 1976.
- FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina**; passado, presente e... *Carata CEPRO*, Teresina, v.22, n.1, p.59-69), jan./jun. 2003.

FEDATTO, Carolina. Um saber nas ruas: O discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

FERNANDES, Carolina. **O visível e o invisível da imagem**: Uma análise discursiva da leitura e da escrita de livros de imagens. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017.

GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. **Discurso e arquivo**: experimentações em análise do discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira (1964-1984). Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, SP: 1992.

_____. Retomando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

_____. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy Maria. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, SP: 1998.

LAGAZZI, S. A imagem como uma tecnologia política: o social sempre em questão. In: FARIA, J. P. de; SANTANA, J. C.; NOGUEIRA, L. (org.). **Linguagem, arte e o político**. Campinas: Pontes, 2020.

_____. **A imagem em sua potência de captura simbólica**. Forum lingüístic. Florianópolis, v.18, número especial, p. 5890- 5902, jun.2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/79657/46890> Acesso: 25/01/2022.

_____. **Linha de Passe**: a materialidade significante em análise. RUA [online]. 2010, no. 16. Volume 2 - ISSN 1413-2109.

_____. Paráfrases da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória e do equívoco. In: FLORES, Giovana G. Benedetto et al. (org.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Vol. 1. Campinas, SP: Pontes, 2015.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Maraisa. **Folha de S. Paulo: da produção de sentidos acerca da guerra do Iraque.** Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, SP: 2009.

MALUF-SOUZA, Olímpia. **Vozes Urbanas: gestos de pertencimento nos espaços simbólicos da cidade.** Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, SP: 2004.

MASSMANN Débora; MASSMANN Patricia. **Reflexões sobre o “mito” da cegueira ou a construção de uma “política da crise”.** Crítica Cultural – Critic, Palhoça, SC, v. 14, n. 2, p. 183-191, jul./dez. 2019.

MAZARIM, Diego Montagnini. **Histórico das pontes estaiadas e sua aplicação no Brasil.** Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 2011.

MOTTA, Ana Luiza Artiaga R. da. **O ambiente no discurso jurídico da política pública urbana no Estado de Mato Grosso.** Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, SP: 2009.

_____. **O discurso da normatização da terra.** RUA, UNICAMP – NUDECRI. Campinas, SP, 2011.

_____. **O sujeito no discurso ecológico sobre a pesca na cidade de Cáceres Estado de Mato Grosso.** Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, SP: 2003.

NAFFAN NETO, Alfredo. **O inconsciente: um estudo crítico.** São Paulo: Ática, 1985.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/> Acesso em: 21/05/2019.

NEGREIROS NETO, Manoel Fernandes de. **A construção da ponte metálica sobre o rio Potengi: aspectos históricos, construtivos e de durabilidade – Natal/RN (1912-1916): estudo de caso.** Dissertação de Mestrado, UFRN, Natal: 2013.

NEVES, Diogo Galhardo. **Ferrovia São Luís-Teresina: história e cultura.** Anais da Temática 06. Patrimônio Ferroviário. Vilas Ferroviárias e o Mundo de Trabalho: Recuperação e Conservação. VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. São Paulo: Iphan, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1208/>. Acesso em 20 out. 2019. Número especial, 1999.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí.** Volume 1. Teresina: FUNDAP; Fund. Monsenhor Chaves, 2007.

NUNES, Sílvia Regina. **A geometrização do dizer no discurso do infográfico.** Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, SP: 2012.

ORLANDI, Eni P. (org.). **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano.** Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. (org.). **Para uma enciclopédia da cidade.** Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 2015.

- _____. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2012.
- _____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- _____. **Efeitos do verbal sobre o não verbal**. Rua (UNICAMP), 1:33-47, 1995.
- _____. Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. **N/O Limiar da Cidade**. RUA, UNICAMP – NUDECRI. Campinas, SP, 1999.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Nota introdutória à tradução brasileira**. In: CONEIN, Bernard [et al.]. *Materialidades discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- _____. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- _____. (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- PÊCHEUX, Michel. **Abertura do colóquio**. In: CONEIN, Bernard [et al.]. *Materialidades discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- _____. **Abertura do colóquio**. In: CONEIN, Bernard. *Materialidades discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- _____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 2008.
- _____. **Papel da memória**. In.: ACHARD, Pierre (org.). *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- _____. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014b.
- _____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014a.
- PITA, Sebastião da Rocha. **História da America Portuguesa**: desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento até de mil e setecentos e vinte e quatro. Cidade da Bahia: Imprensa Economica, 1878.
- RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SALTA, Maria Manuela; GONÇALVES, Arlindo; PERNETA, Hugo. **Abordagem sobre a evolução na construção de pontes metálicas**. RELATÓRIO 366/2010 – NMM. Laboratório

Nacional de Engenharia Civil, Lisboa: I&D Materiais, 2010. Disponível em: http://repositorio.lnec.pt:8080/jspui/bitstream/123456789/1001187/3/Rel%20366_10.pdf. Acesso em 19 set. 2020.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, GABRIELA MELO. **Traços desejantes da cidade: o apelo pela modernização em São Luís (1889 1970)**. 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

SOUZA, Tania Clemente de. **Discurso e imagem: perspectivas de análise do não Verbal**. 2º Colóquio Latinoamericano de Analistas del Discurso, La plata e Buenos Aires, agosto de 1997.

_____. **A análise do não verbal e usos da imagem nos meios de comunicação**. Rua. Campinas, 7:65-94, 2001.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALTHUSSER, Louis. **Teoria, prática teórica e formação teórica. Ideologia e luta ideológica**. In: Teoria marxista e análise concreta. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

BORGES, Geraldo Almeida. **Estação Teresina: o trem do cotidiano**. Teresina: Edição do autor, 2014.

CASTRO, Chico. **A Coluna Prestes no Piauí: (a república do vintém)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

FONTINELES FILHO, Pedro Pio. **Desafiando o olhar de Medusa: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX**. Dissertação de Mestrado, UFPI, Teresina, 2008.

FREUD, Sigmund. **Uma neurose infantil e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

LIMA, Jurandir Gonçalves de. **Memórias Afetivas de Teresina: Tensões entre Tradição e Modernidade no Processo de Modernização da Cidade (1970-2000)**. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 2016.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Mrtins Fontes, 1997.

MARANHÃO, Salgado. **Teresina: um olhar poético**. Teresina: Gráfica do povo, 2009.

MARIANI, Ricardo. **A cidade moderna entre a história e a cultura**. São Paulo: Livraria Nobel, 1986.

MIRANDA, Reginaldo. **Piauí em foco**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2013.

MONTE, Regianny Lima. **Vidas incertas: o processo de modernização e segregação urbana em Teresina na década de 1979**. Teresina, PI: Instituto Federal do Piauí-Campus Teresina Zona Sul, 2017.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Rua da Glória 1: rumo à cidade nascente (1850-1896)**. Teresina: EDUFPI, 2015

_____. **Rua da Glória 2: as armas e as máquinas (1896-1921)**. Teresina: EDUFPI, 2015.

_____. **Rua da Glória 3: no tempo dos revoltosos**. Teresina: EDUFPI, 2015.

_____. **Rua da Glória 4: o tamanho de uma esperança**. Teresina: EDUFPI, 2015.

MOREIRA, Amanda Cavalcante. **Teresina e as mordias da região central da cidade (1852-1952)**. Dissertação de mestrado, USP, São Carlos, 2016.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí**. Volume 2. São Cristóvão, RJ: Arte Nova, 1972.

_____. **Pesquisa para a história do Piauí**. Volume 3. Teresina: FUNDAP; Fund. Monsenhor Chaves, 2007.

_____. **Pesquisa para a história do Piauí**. Volume 4. Teresina: FUNDAP; Fund. Monsenhor Chaves, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1995.

_____. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1997.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila – família e propriedade no nordeste colonial**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2003.

PESSOA, Thiscianne Moraes. **Teresina, uma cidade entre rios: estudo da gestão das águas pluviais na zona sul**. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 2019.

QUEIROZ, Teresinha. **A importância da borracha de maníçoba na economia do Piauí: 1900-1920**. Teresina: EDUFPI, 2015.

SOBRINHO, Barbosa Pereira. **O devassamento do Piauí**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Bahia; Pará; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1946.

TITO FILHO, Antônio. **Teresina meu amor**. São Cristóvão, RJ: Editora Arte Nova, 1974.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo (org.). **3 visões de cidade**. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento Cultural, 2000.